

DULCE MADALENA RIOS PEDROSO

INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS  
MESTRADO EM HISTORIA DAS SOCIEDADES AGRARIAS

ORIENTADOR: PROF. DR. LUIS PALACIN GOMEZ

AVA-CANOEIRO: A HISTORIA DO POVO  
INVISIVEL - SECULOS XVIII E XIX

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

GOIANIA - 1992

DULCE MADALENA RIOS PEDROSO

AVA-CANOEIRO: A HISTORIA DO POVO  
INVISIVEL - SECULOS XVIII E XIX

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

GOIANIA - 1992

AVA-CANOEIRO: A HISTORIA DO POVO  
INVISIVEL - SECULOS XVIII E XIX

Dissertação apresentada à  
coordenação do curso de  
Mestrado em História das  
Sociedades Agrárias do  
Instituto de Ciências  
Humanas e Letras da  
Universidade Federal de  
Goiás, por Dulce Madalena  
Rios Pedroso, sob a  
orientação do Prof. Dr.  
Luis Palacín Gomez para a  
obtenção do título de  
Mestre em História.

Os Avá-Canoeiro contatados somam atualmente quinze indivíduos, divididos em dois pequenos grupos: o do Araguaia (nove índios) e o do Tocantins (seis índios). Eles se separaram no passado em virtude das perseguições e massacres sofridos pela intolerância dos colonizadores. Contam-se ainda pequenos grupos que preferem viver nas matas, autônomos. A marca distintiva desse povo é a resistência de não se entregar ao branco.

Espero que este estudo possa contribuir para que nossa sociedade compreenda um pouco mais esse povo e permita a sua retomada enquanto nação; a demarcação de suas terras e o respeito de sua gente.

**Aos Avá-Canoeiro dedico este trabalho.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, professor Luis Palacín, a liberdade e a orientação segura que me permitiram enveredar pelos caminhos da história.

Ao professor José Carlos Avelino da Silva pela presença constante, ao longo desses anos de estudo, estimulando-me no exercício da reflexão e nesta caminhada em busca da ciência.

Aos professores Pedro Ignácio Schmitz e Roque de Barros Laraia, pois através de seus conhecimentos e experiência tornaram possível um diálogo entre a história, a arqueologia e a antropologia.

Aos professores do curso de Mestrado pelos conhecimentos transmitidos, pela amizade e pela confiança no sentido de que este trabalho se tornasse uma realidade.

Aos colegas do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia pelo apoio e incentivo incondicionais, acreditando na importância da pesquisa sobre os Avá-Canoeiro e no engajamento político em prol dos povos indígenas.

Este trabalho resultou de uma pesquisa iniciada há oito anos e por isto contou com a contribuição de muitas pessoas que, embora não tenham sido citadas, foram igualmente importantes na realização deste trabalho.

## SUMARIO

INTRODUÇÃO .....	09
CAPITULO I .....	24
1 - PANORAMA HISTORICO DE GOIAS INDIGENA: 1722/1889	
1.1 - Os primeiros grupos indígenas extintos: os Goyá e os Crixá .....	29
1.2 - O grupo Kayapó .....	32
1.3 - O grupo Akue .....	37
1.3.1 - Os índios Akroá e Xacriabá .....	38
1.3.2 - Os índios Xavante e Xerênte .....	40
1.4 - O grupo Karajá .....	56
1.5 - Os índios Tapirapé .....	61
1.6 - O grupo Timbira .....	64
1.7 - Outros grupos indígenas .....	70
1.7.1 - Os índios da região do Araguaia .....	70
1.7.2 - Os índios de regiões limítrofes radicados nos aldeamentos de Goiás .....	72
NOTAS .....	74

CAPITULO III ..... 164

3 - A HISTORIA DA DOMINAÇÃO

3.1 - O século XVIII ..... 165

3.2 - O século XIX ..... 170

NOTAS ..... 195

CAPITULO IV ..... 218

4 - RECONSTRUÇÃO HISTORICA DOS AVA-CANDEIRO

NOTAS ..... 225

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 304

FONTES CONSULTADAS ..... 309

30

CAPITULO II .....	99
<b>2 - A FALSA ORIGEM MESTIÇA DOS INDIOS AVA-CANOEIRO</b>	
2.1 - A tradição em Goiás .....	100
2.2 - A estrutura da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho .....	105
2.3 - A procedência dos Karijó .....	108
2.4 - As evidências que refutam a teoria da origem mestiça dos Avá-Canoeiro.....	113
2.4.1 - Características lingüísticas dos Avá-Canoeiro e dos Karijó .....	113
2.4.2 - Características físicas dos Avá-Canoeiro atuais.	116
2.5 - Banditismo: a teoria preconceituosa .....	120
2.6 - E a teoria cafusa ainda permanece .....	126
2.7 - Avá-Canoeiro: denominação e auto-denominação .....	136
Considerações gerais .....	145
NOTAS .....	149

## INTRODUÇÃO

Este trabalho começou em julho de 1983 quando, em conversa com o coordenador do Projeto Arqueológico de Goiás (convênio UCG/IGPA - UNISINOS/IAP), prof. Pedro Ignácio Schmitz, sugeriu-me ele um estudo sobre os índios Avá-Canoeiro, tendo em vista abordar questões de cunho histórico e arqueológico. A questão, então, se colocara da seguinte maneira: há alguma correlação histórica e arqueológica entre os Avá-Canoeiro - grupo Tupi em Goiás - e os sítios cerâmicos classificados como pertencentes à tradição dos horticultores Tupiguarani pré-históricos?

Tal estudo era pertinente em virtude da minha participação como aluna do curso de Especialização em Antropologia - Recursos Audio-Visuais em Etnologia (.. UCG/IGPA - CAPES - 465 horas), ao fim do qual deveríamos apresentar uma monografia. Eu havia cursado como ouvinte a disciplina História de Goiás, oferecida pelo Mestrado em História das Sociedades Agrárias no segundo semestre de 1982. Nesta oportunidade a profa. Gilka V. F. de Salles colocou-nos a disposição um vasto e rico material acerca da

história de Goiás; foi quando entrei em contato com a história dos índios de Goiás.

Assim, iniciei a pesquisa bibliográfica sobre os índios Avá-Canoeiro. Por coincidência, nesta mesma ocasião, um pequeno grupo de quatro indivíduos Avá-Canoeiro foi contatado às margens do rio Maranhão, nas imediações onde se encontra atualmente o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa.

Em outubro desse mesmo ano, uma equipe de pesquisadores do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás (UCG), da qual também fiz parte, e o antropólogo Mércio Ferreira Gomes (que na época encontrava-se em Goiânia ministrando uma das disciplinas do referido curso de especialização) partimos para uma visita aos Avá-Canoeiro recém-contatados, que se encontravam num acampamento provisório situado um pouco acima da área que seria interditada para os índios, os quais se encontravam já sob os cuidados da FUNAI.

Impressionada com a situação desses índios - onde apenas quatro pessoas formavam um corpo social - e ciente da história de fugas e perseguições sofridas pelos mesmos no decorrer de três séculos de colonização de Goiás, a referida equipe elaborou o Projeto Avá-Canoeiro do Tocantins, um estudo que, de maneira geral, procura realizar pesquisas

sobre o grupo indígena contatado (nos aspectos etnológico, etnohistórico e etnolingüístico), bem como criar um comitê pró-Avá-Canoeiro tendo em vista a demarcação de suas terras.

Em 1984, concluído o curso de especialização, o tema de minha monografia versou sobre os Avá-Canoeiro, com o título: "Notas Prévias Sobre um Grupo Tupi em Goiás: Estudo Etnohistórico e Arqueológico". Nesse trabalho, procurei, de um lado, delimitar, em linhas gerais, o território de movimentação desses índios; e de outro, verificar a existência de sítios cerâmicos Tupiguarani (O diagnóstico desta classificação é: o antiplástico utilizado na confecção da cerâmica e a forma dos recipientes) na mesma região. Constatei que havia alguns sítios Tupiguarani em territórios Avá-Canoeiro; contudo, naquele momento era impossível ventilar qualquer hipótese a respeito, dado que havia necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre a etnohistória Avá-Canoeiro e a arqueologia daquele território.

No ano seguinte a equipe do IGPA deu prosseguimento às pesquisas do Projeto principalmente no que toca aos aspectos etnohistórico e etnográfico (este encontra-se interrompido provisoriamente desde 1989). Já os estudos etnolingüísticos propriamente ditos iniciaram-se em 1988 e o Comitê pró-Avá-Canoeiro foi lançado no dia do índio do ano

de 1990, quando já contávamos com razoável conhecimento sistematizado sobre os Avá-Canoeiro. Isso permitia fazer reivindicações políticas levando em consideração os interesses indígenas - a demarcação de suas terras, por exemplo, com base em testemunhos históricos da ocupação imemorial do grupo.

Aproveitei minha participação no Projeto Avá-Canoeiro do Tocantins/Subprojeto Ethnohistórico para utilizar a pesquisa e as perspectivas gerais do subprojeto na dissertação de mestrado. O projeto original, entregue ao Mestrado de História, previa o estudo do grupo nos séculos XVIII, XIX e XX. Contudo, a banca arguidora eliminou o século XX, sugerindo que me ativesse apenas aos dois primeiros séculos, pois havia material suficiente para elaborar uma vasta dissertação de mestrado.

O tema Avá-Canoeiro é bastante interessante e se torna mais atraente porque pouco se estudou ainda acerca desses índios - somente de vinte anos para cá é que apareceram os primeiros trabalhos (Ver Neiva, Pedroso e Toral), muito importantes na medida em que se buscou resgatar a história do grupo no contexto da história de Goiás,

colocando em evidência aspectos tão polêmicos como a sua origem e a sua resistência ao contato. Os Avá-Canoeiro não

foram reduzidos, enquanto grupo, em aldeamentos oficiais, como os demais grupos indígenas goianos. Talvez seja por isso que tais índios tenham permanecido por tanto tempo fora dos interesses de estudo.

#### 1 - A coleta de dados

A elaboração deste trabalho contou com uma vasta pesquisa documental e de campo. Com o objetivo de realizar a pesquisa documental, estive no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico de Goiânia e no Arquivo do Museu das Bandeiras - Cidade de Goiás, tendo ainda consultado alguns documentos antigos (atas de reuniões de Câmaras Municipais) que havia em Niquelândia e Cavalcante. Visitei também as bibliotecas do Senado e da UnB, em Brasília, das Universidades em Goiânia, além de bibliotecas particulares.

Na pesquisa de campo, percorri ora em equipe (do IGFA e FUNAI), ora sozinho vários municípios onde havia relatos antigos (século XVIII e XIX) e atuais da presença dos Avá-Canoeiro. Estive coletando informações sobre os índios nos municípios de Uruaçu, Santa Tereza, Formoso, Trombas, Campinorte, Campinaçu, Minaçu, Cavalcante, Niquelândia, Mara Rosa, Porangatu - estes no Estado de Goiás

- e Peixe, Paranã e São Valério no Estado do Tocantins. Contam-se, ainda, cinco rápidas visitas aos remanescentes que vivem nas margens do Maranhão, bem como a uma passagem pela aldeia Canoanã - ilha do Bananal, onde vivem os Avá-Canoeiro do Araguaia.

As pesquisas de campo, como também a documental, só se tornaram possíveis graças aos recursos financeiros recebidos. Enquanto projeto de pesquisa da UCG, recebi verbas do Fundo de Pesquisa desta Universidade, e recursos da ENCIDEC (Empresa de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás). Como mestranda, recebi durante dois anos uma bolsa da CAPES, e outra da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) que me forneceram recursos para a despesa com a dissertação propriamente dita.

A ampla coleta de dados realizada teve como objetivo conhecer a natureza das informações contidas na documentação histórica, nos depoimentos dos habitantes dos municípios visitados - que de certa maneira tiveram algum tipo de contato com os índios - além dos depoimentos dos próprios índios, porém em menor escala. A documentação histórica dos séculos XVIII e XIX versa, essencialmente, sobre os conflitos entre índios e colonizadores. Já os depoimentos de fazendeiros e sitianteiros vêm reforçar a hipótese da resistência dos índios ao contato refletida pelo

continuo deslocamento e o desenvolvimento de técnicas de ocultamento, motivados provavelmente por sua visão de mundo. Os sertanejos dizem que os Avá-Canceiro são invisíveis, pois, apesar da presença destes ser acusada por meio de ruídos que provocavam e das travessuras que faziam com os animais domésticos das fazendas (entre outras atitudes deste tipo), os índios não se deixavam ver. Os poucos depoimentos que obtive junto aos remanescentes limitaram-se a aspectos mais recentes, sendo, de certa maneira, depoimentos incompletos.

No que toca ao material coletado, não foi suficientemente explorado neste trabalho, que se restringiu aos séculos XVIII e XIX. Sem, com isto, ter a pretensão de esgotar o assunto.

Apesar das pesquisas do século XX terem sido pouco utilizadas, possibilitaram um conhecimento mais amplo sobre esta sociedade indígena, permitindo, desse modo, lançar hipóteses mais seguras e ter uma melhor visualização da história dos Avá-Canceiro no decorrer de três séculos de colonização.

A relevância do presente estudo justifica-se, além do fato de ser um trabalho acadêmico, por constituir um tema da realidade brasileira, evidenciado por um mergulho no passado onde se observa a luta do indígena, pela manutenção

de seus territórios tribais, contra o colonizador, desejoso de conquistá-los e subjugar seus habitantes milenares. Neste terceiro século de colonização do Brasil Central, o problema da terra indígena ainda continua. A área reservada para os Avá-Canoeiro - localizada às margens do rio Maranhão e compreendendo os municípios de Minaçu, Cavalcante e Niquelândia - encontra-se há sete anos interdita apenas; aguardando a demarcação definitiva. As obras da construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, situada dentro da área indígena interdita, acha-se em pleno desenvolvimento, sem, no entanto, resolver o problema dos índios. Até o momento não foi firmado nenhum convênio entre FUNAI e Furnas Centrais Elétricas que assumisse de fato a responsabilidade social para com o grupo indígena, tendo em vista a demarcação de suas terras e a observação dos movimentos dos pequenos grupos de Avá-Canoeiro autônomos que, se acredita, ainda existam. Diante de uma longa espera é como se houvesse uma conspiração silenciosa, onde a máquina burocrática governamental favorecesse os desacertos e protelações dos órgãos responsáveis pelo andamento da questão indígena, com vistas a adiar ao máximo as soluções dos problemas.

## **2 - A pesquisa histórica**

O presente estudo insere-se dentro da perspectiva de reconstituir, em parte, a etnohistória dos índios Avá-Canoero nos séculos XVIII e XIX.

A etnohistória, enquanto instrumento de investigação, valoriza o interesse do aspecto histórico da pesquisa antropológica. Clark Wissle define a etnohistória como sendo a pesquisa de informações etnológicas nos documentos escritos. Autores outros concebem a etnohistória de uma maneira mais globalizante: seria a combinação de aspectos generalizantes da etnologia com a cuidadosa busca dos relatos históricos e o interesse nas seqüências temporais, fornecidos pela pesquisa histórica.

Sturtevant, por sua vez, assinala três dimensões da etnohistória. A preocupação principal centra-se no passado das culturas, na utilização das tradições orais e escritas como fonte de informação e na ênfase à mudança cultural da sociedade que se estuda através do tempo.

A etnohistória, enfim, é um conjunto especial de métodos e técnicas para se estudar a cultura, utilizando para isso as tradições escritas e orais. Como metodologia, possui um caráter multidisciplinar, onde a análise de documentos se combina com os métodos arqueológico, etnográfico, lingüístico e outros tipos de métodos para coletar dados, com o propósito de verificar problemas

relacionados à investigação.

Denise Maldi Meireles, em seu trabalho "A teia da memória", mencionando Clifford Gueertz, refere-se a uma atitude interpretativa do pesquisador diante dos fatos contidos na documentação histórica e nos depoimentos orais. Segundo a autora, é através da interpretação que se atribui significado a um conjunto de dados. E acrescenta ainda que na busca de arquivos deve-se fazer uma "leitura etnográfica" do documento. Além do mais, metodologicamente, a história e a antropologia procuram encontrar a visão de mundo da sociedade que se estuda.

Meireles aponta, ainda, questões pertinentes à utilização da etnohistória como instrumento de investigação - a utilização imprescindível das tradições orais. Segundo a pesquisadora, o antropólogo Roque de Barros Laraia vê a necessidade da construção de etnohistórias com vistas a se obterem respostas para questões importantes dos estudiosos dos grupos Tupi. Nesta perspectiva o estudo deve começar pelas narrativas dos informantes, podendo-se depois confrontá-los com as fontes históricas disponíveis. Denise Meireles concorda com Laraia sobre a necessidade dos depoimentos na elaboração de etnohistórias. Contudo, ela adverte que a etnohistória enfrenta problemas de difícil solução quando se trabalha com sociedades extintas e não se

pode dispor de narrativas da população. A este respeito, recorre a autora aos trabalhos de Florestan Fernandes sobre a Sociedade Tupinambá, realizados com brilhantismo e rigor científico, figurando como um clássico na antropologia brasileira.

A reconstituição da etnohistória Avá-Canoeiro esbarra nas ponderações colocadas por Laraia e Meireles, já que não priorizei o estudo das tradições orais dos remanescentes do grupo. As razões deste procedimento foram diversas. Primeiro, porque vi a necessidade de aprofundar as investigações sobre o grupo nos séculos XVIII e XIX, pois muito pouco se sabia a respeito dos índios neste período. Além disso, a carência de tais informações permitia que antigas hipóteses e estereótipos acerca desses índios continuassem a ser erroneamente colocados na literatura disponível. Em segundo lugar, os remanescentes do grupo que poderiam fornecer preciosas informações são monolíngües, sendo necessário dispendir um tempo enorme para aprender a língua e depois colher os depoimentos, tempo este que não dispunha, tendo em vista as ponderações do curso de mestrado sobre o que deve ser uma dissertação de um mestrando. No entanto, se olharmos de outra forma, as questões enfocadas neste estudo poderão contribuir para os próximos trabalhos que deverão surgir sobre os Avá-Canoeiro.

A documentação histórica pesquisada é constituída por fontes primárias manuscritas e publicadas, crônicas e viajantes e depoimentos orais. Consultei todos os relatórios dos presidentes da Província de Goiás e alguns jornais do século XIX. Outros tipos de documentos que compulsei tratavam de questões militares, finanças, correspondências entre autoridades e diversos, etc. Pesquisei também as obras dos cronistas, considerados expoentes da antiga historiografia goiana. Eram pessoas altamente eruditas preocupadas em registrar os fatos com rigor. Contudo, tratava-se de indivíduos vivendo em seu tempo, e, por isso, possuidores de idéias e concepções contextualizadas, naturalmente impregnadas de juízos de valor. Desse modo, era necessário "peneirar" tais informações transmitidas por eles - separar o real das convicções particulares de cada um.

Os depoimentos orais, obtidos através do não-índio e dos remanescentes Avá-Canoeiro, foram utilizados neste estudo na medida em que eram pertinentes à análise dos dados antigos.

Da literatura científica disponível, utilizei conhecimentos da arqueologia goiana, da etnografia Tupi, da etnolinguística da família Tupi-Guarani e de informações ecológicas das áreas que constituíam territórios de movimentação dos Avá-Canoeiro.

O presente trabalho compõe-se de quatro capítulos. O primeiro serve como pano de fundo em que apresento um quadro geral dos grupos indígenas do Centro-Oeste (centrado no Estado de Goiás anterior à divisão), levando em consideração a classificação lingüística. Evidenciando a classificação lingüística destas sociedades, procurei localizá-las em seus territórios tribais, enfocando seus deslocamentos impostos pela invasão colonizadora. Estas informações estão acompanhadas por um breve histórico de cada grupo, com o objetivo de se ter em mente uma cronologia de quase dois séculos. Priorizei, dessa forma, a configuração espacial dos grupos indígenas, visando compreender como ocorreu a ocupação colonizadora em Goiás no período temporal indicado. Tal capítulo foi enriquecido por mapas que permitem uma melhor visualização do processo.

Na verdade, minha contribuição reside nos três capítulos seguintes. No segundo capítulo apresento uma discussão sobre os aspectos relacionados com a hipótese da origem mestiça dos Avá-Canoeiro. Segundo as antigas tradições, mencionadas por alguns cronistas, tais índios seriam descendentes dos Karijó de São Paulo. No entanto, suspeita como esta não possui nenhuma sustentação histórica nem lingüística. A hipótese que apresento é a de que os Avá-Canoeiro são provenientes da Região Norte do Brasil.

O terceiro capítulo procura apresentar, utilizando os documentos históricos, a ação indigenista oficial aplicada especificamente aos Avá-Canoeiro no decorrer de quase dois séculos. As coordenadas da política indigenista do governo visavam a ocupação dos territórios indígenas e o seu aliciamento em aldeamentos oficiais. Os documentos históricos apontam que os Avá-Canoeiro reagiram à dominação colonizadora.

No quarto capítulo procurei realizar uma "leitura etnográfica" da documentação pesquisada sobre a sociedade em questão. Dentro das dificuldades já apontadas, esta "leitura etnográfica" abarcou, além do conteúdo das fontes históricas, conhecimentos mais específicos de outras áreas, mas que foram aqui imprescindíveis na tentativa de se construir a etnohistória desse povo.

Neste esforço de elaboração, procurei, entre outros aspectos, compreender e apresentar a questão bastante pertinente colocada por Roque de Barros Laraia - Por que um grupo Tupi se encontra habitando numa região ocupada eminentemente por sociedades pertencentes à família J8? Busquei tais respostas à luz de conhecimentos mais específicos da Arqueologia.

Dentro da perspectiva etnohistórica, o aprofundamento de determinadas questões dependia diretamente

do conteúdo das fontes. Desse modo, não foi possível abordar aspectos da organização social do grupo. Por outro lado, a documentação histórica permitiu estudar com detalhes o território de movimentação dos índios ao longo dos séculos XVIII e XIX. Tal território foi analisado levando em consideração a guerra entre índios e colonizadores e as transformações sociais ocorridas nas sociedades Avá-Canoeiro advindas da gradativa conquista de seus territórios tribais.

C A P I T U L O I

1 - PANORAMA HISTORICO DE GOIAS  
INDIGENA: 1722/1888.

O presente capítulo tem uma abordagem distinta daquelas que foram até o momento apresentadas, em se tratando de estudos sobre a história do contato entre os colonizadores e as sociedades indígenas de Goiás. Já contamos com vários trabalhos científicos (01) sobre a ideologia dos colonizadores portugueses e seus reflexos na política indigenista - seus objetivos e os meios de atingi-los, bem como todo contexto sócio-econômico da época. A abordagem deste capítulo centra-se especialmente no espaço geográfico ocupado por tais sociedades nos séculos XVIII e XIX. Conseqüentemente, enfocamos de modo sintético e descritivo os contatos inter-étnicos mantidos entre índios e exploradores, bem como as conseqüências, de um lado catastróficas, para os índios, e, de outro, vitoriosas para os conquistadores.

A finalidade do presente capítulo está em x apresentar um quadro geral contendo uma distribuição histórico-espacial da ocupação indígena em Goiás, buscando, assim, um suporte histórico no qual também se insere o grupo Avá-Candoeiro.

Os bandeirantes paulistas e os missionários

jesuítas foram os primeiros a penetrarem no interior do Brasil desde o final do século XVI. Contam-se cento e trinta anos de intensa penetração interiorana em busca das riquezas daquelas terras: índios para escravizar, pedras e metais preciosos para explorar. Em Goiás, no início do século XVIII, a bandeira do paulista Bartolomeu Bueno da Silva Filho descobriu várias minas de ouro. A partir daí iniciou-se o povoamento e a colonização da região em virtude da exploração dessas minas.

A exploração aurífera e o povoamento do Brasil Central pelos portugueses provocaram intensos conflitos entre estes e os índios, habitantes naturais daquelas terras, os quais fizeram resistência contra a ocupação de seus territórios. Lutas entre índios e colonizadores foram travadas, resultando na extinção de grupos indígenas e na redução em aldeamentos oficiais, desencadeando, assim, um movimento migratório em que os indígenas fugiam para outras regiões, evitando o contato.

Quando a produção mineradora decaiu e não havia novas descobertas auríferas para explorar, a população mineira reduziu<sup>se</sup> consideravelmente em número - uns emigraram para outras regiões e os que permaneceram na Capitania de Goiás buscaram como alternativa econômica a exploração agro-pastoril. Esta atividade demandava maiores extensões de

terras e empreendimentos governamentais. As frentes agro-pastoris estabeleceram-se, então, em territórios de vários grupos indígenas, e o interesse do colonizador era que os índios franqueassem suas terras para fins de colonização, tornando-se, desta forma, elemento povoador dentro dos padrões culturais de seus conquistadores.

No final do século XVIII, o governo da Capitania de Goiás incentivava a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins com o objetivo de dinamizar a economia praticamente estagnada. O comércio entre as Capitânicas do Pará e Goiás, pela via fluvial, poderia constituir um impulso para a economia agro-pastoril. Contudo, o empreendimento fluvial requeria providências no sentido de estabelecer a paz com os grupos indígenas que habitavam ao longo dos rios e fundar presídios militares, principalmente no rio Araguaia, cujas margens estavam completamente despovoadas.

Já nas primeiras décadas do século XIX, os grupos indígenas do Sul de Goiás encontravam-se extintos, aldeados ou compunham pequenos grupos autônomos que evitavam o contato com o colonizador. No Norte, ao contrário, havia grupos como os Akue, Avá-Canoeiro e Timbira que se opunham ao avanço da colonização em suas terras, havendo por esta razão conflitos constantes.

Nesta época o governo de Goiás cria incentivos

favoráveis à navegação fluvial, isentando por dez anos o pagamento do dízimo àqueles que fossem estabelecer-se nas margens dos rios Araguaia e Tocantins. Fundaram-se, então, presídios e colônias militares visando a constituição de núcleos de povoamento para o apoio da navegação. Criaram-se, também, aldeamentos oficiais para a catequese e civilização dos indígenas com o intuito de utilizá-los no atendimento à navegação ou simplesmente para que não se opusessem à colonização.

Assim, na segunda metade do século XIX, a colonização na Província de Goiás já estava consolidada. Imigrantes provenientes de várias regiões do Brasil estabeleceram fazendas em Goiás e, com isto, mais núcleos populacionais foram criados. No entanto, ainda havia pequenos grupos indígenas autônomos movimentando-se em seu antigo território, evitando o contato com os colonos.

Desta forma, ao longo de dezoito décadas, o colonizador ocupou o território tradicional de várias nações indígenas, provocando a dizimação física e cultural dessas sociedades.

Quando o colonialismo expansionista português chegou para a conquista do Brasil Central, deparou com os povos autóctones. Na Capitania de Goiás havia grupos indígenas filiados à família linguística Jê e a família linguística Tupiguarani.

Os povos indígenas Jê dominaram este vasto território coberto por cerrados entremeados de campos e florestas. As aldeias dos Jê eram populosas, necessitando de grandes extensões de terras para a sua sobrevivência física e cultural. Nos terrenos férteis, cobertos de mata - galeria que margeiam grandes cursos d'água, estabeleceram-se os Tupi, vivendo principalmente dos recursos dos rios e da agricultura.

### 1.1 - *Os Primeiros Grupos Indígenas Extintos: Os Goyá e os Crixá*

Os primeiros índios que Bartolomeu Bueno da Silva Filho e companheiros encontraram ao iniciarem a exploração aurífera foram os índios Goyá, habitantes do local onde foi fundada a Vila Boa e de vizinhanças da Serra Dourada.(02) Os índios usavam como adorno folhetos de ouro,(03) e foram eles que indicaram a localidade onde se fundaria o arraial do Ferreiro - Bartolomeu Bueno estabeleceu ai, em 1726, seu

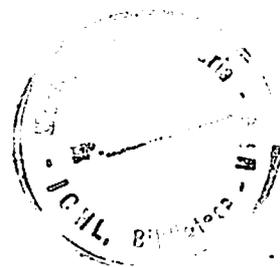
primeiro arranchamento com intenção de explorar o ouro.(04)

Os bandeirantes, um século antes, já haviam aprisionado os índios Goyá, levando-os para a Capitania de São Paulo(05), inclusive Bartolomeu Bueno da Silva, pai, que havia encontrado ouro na localidade de Vila Boa.(06) O filho seguiu as pegadas do pai.

Quatro décadas após o início do povoamento, os índios Goyá desapareceram daquela região.(07) Fugiram da escravização do colonizador, refugiando-se nos rios Vermelho e Eugres.(08) Posteriormente, segundo o governador João Manoel de Mello, migraram mais para Oeste, encontrando-se com os Kayapó.(09) Possivelmente alguns índios tornaram-se cativos dos exploradores e foram assimilados pela população.  
(10)

Nada mais se conhece sobre os índios Goya. Desapareceram rapidamente para que se registrasse seu modo de vida ou sua língua. Quanto à filiação lingüística do grupo, há uma aceitação no meio científico (11) de que eram Jê, possivelmente um subgrupo Kayapó que dominara aquela região.

Alongando-se mais ao Norte, os conquistadores descobriram ouro em Crixás em 1734. Este arraial recebeu o nome de uma tribo indígena que habitava aquela localidade. Os Crixá estendiam seus domínios até a região do rio



Thesouras.(12) Estes índios foram também conhecidos por Crixá e Quirixá.(13) A bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho encontrou-se com a tribo dos Quirixá. (14) Pelo roteiro do Anhanguera, (15) tudo indica que a sua bandeira tenha alcançado a localidade de Crixás, onde se deu o encontro com os índios. O Alferes Silva Braga informa que eles usavam arco, flecha e porretes; habitavam uma grande aldeia com mais de seiscentas pessoas e viviam várias famílias numa mesma casa. Cultivavam o milho e a batata.

Os índios Crixá, assim como os Goyá, desapareceram no início da colonização de Goiás. Nada se sabe ao certo quanto a seu destino. Em 1760, o governador da Capitania de Goiás, João Manoel de Mello, em correspondência para a Corte, informa que os índios Crixá se retiraram para a região ocidental da capitania, onde se encontraram com os Kayapó e por eles foram assimilados.(16) Já Pohl e Silva e Souza avertam a possibilidade dos índios terem abandonado a região ou miscigenado com a população do arraial. (17)

O rápido desaparecimento desses índios reflete-se nas reduzidas informações que se têm sobre eles. A isto acrescentam-se lendas e estórias em torno de ambos grupos, dificultando a separação entre os fatos reais e as lendas.

Quanto à filiação lingüística dos Crixá, levando em conta a localização do grupo, infere-se que pertencessem ao

grupo Jê, sendo um subgrupo Akue. Aquela região era habitada pelos índios Xavãnte cuja data remonta 1762. (18) Curt Nimuendaju, em seu trabalho sobre os índios Xerênte, atribui aos Crixá uma vinculação com os Xavãnte-Akue.(19)

## 1.2 - O Grupo Kayapó

Os primeiros povoados que surgiram em virtude da exploração do ouro foram todos próximos uns dos outros: Ferreiro (1726), Anta (1726), Barra (1726), Ouro Fino(1726), Vila Boa (1727), Santa Rita e, no caminho de São Paulo, Santa Cruz (1729), isolada dos demais povoados.

Os arraiais auríferos estabeleceram-se em território indígena, e logo após a fixação destes iniciaram-se os conflitos.

No século XVIII o grande grupo Kayapó, de língua Jê, dominava todo o Sul da Capitania de Goiás. As fontes históricas indicam a presença de aldeias nas terras do rio Claro, (20) na Serra dos Caiapós, na Caiapônia, no alto curso do rio Araguaia e a Sudeste, na região próxima ao caminho de Goiás a São Paulo. (21) O território Kayapó estendia-se além dos limites da Capitania de Goiás. A Oeste possuíam um enorme reduto em Camapuã no Mato Grosso do Sul; a Norte, na região entre o Xingu e o Araguaia; já no

Tocantins, em terras do Pará. (22) A Leste de Goiás o seu território alcançava a beira do rio São Francisco, distrito das Minas Gerais. (23) E ao Sul atingia as terras entre os rio Paranaíba e Pardo, em São Paulo. (24)

Desde o início do povoamento do Sul de Goiás, os Kayapó fizeram resistência à prospecção aurífera em seus territórios tribais. Há notícias de ataques dos índios ao povoado de São Miguel das Theouras. (25) Assaltavam comboios e viajantes na estrada entre Vila Boa e Cuiabá e no caminho de São Paulo. (26) Os mineiros e lavradores de Vila Boa, Anta, Pilar, Meia Ponte, Santa Cruz e Santa Luzia permaneciam sempre atentos às incursões dos Kayapó, pois estes impediam aos mineiros a dedicação do trabalho nas lavras. (27)

O colonizador parte em seguida para a guerra ofensiva contra os índios. No governo do Conde de Sarzedas (1732-1737), empreendeu-se guerra ofensiva aos Kayapó, que hostilizavam os viajantes no caminho de Vila Boa a Cuiabá, com a permissão do rei de Portugal. (28) Os conflitos, longe de chegarem ao fim, intensificaram-se. D. Luiz de Mascarenhas (1739-1748) contrata sertanistas de Cuiabá para fazerem guerra aos Kayapó, que tinham aldeias próximas a Vila Boa e ao Sul da capitania. (29) E para proteger os viajantes do caminho de São Paulo, manda fundar aldeias

oficiais no rio das Pedras e Lanhoso, ocupadas por índios Bororo, os quais compunham a força do sertanista Antônio Pires de Campos. (30)

Em 1760, por determinação real, proibiu-se a guerra ofensiva aos Kayapó. (31) Contudo, no governo de João Manoel de Mello (1759-1770), retomam-se as guerras ofensivas contra os índios, atacando-se e destruindo-se muitas aldeias Kayapó. (32)

No governo de José de Almeida Vasconcelos (1772-1778) organizou-se uma expedição para explorar o rio Rico e procurar amizade com os Kayapó. Entretanto, os expedicionários não encontraram tais índios. (33)

A conquista dos Kayapó das terras do rio Claro ocorreu durante o governo de Luiz da Cunha Menezes (1778-1783). Seiscentos Kayapó foram, então, viver na Aldeia Maria I, construída em 1781, às margens do rio Fartura, onze léguas a Sudoeste de Vila Boa. (34)

Os indígenas que se estabeleceram na aldeia Maria retornaram, tempos depois, para o sertão. Contudo, foram novamente recambiados ao aldeamento devido à interferência da índia Kayapó Damiana da Cunha, filha adotiva do Capitão-General Luiz da Cunha Menezes. Por volta de 1813, os índios fixados na aldeia Maria foram transferidos, por medidas econômicas, para a aldeia São José de Mossâmedes. (35)

Enfim, os índios Kayapó que passaram a viver no aldeamento São José de Mossâmedes retiraram-se definitivamente desta aldeia em dezembro de 1831. (36) O governo da província procurou em vão recambiá-los de volta para o aldeamento - embrenharam-se no sertão, retornando ao seu território tradicional para viverem autonomamente.

Indicações históricas (37) apontam que os índios Kayapó viveram quase trinta anos à margem do contato com a sociedade nacional, sem haver conflitos entre ambos. Contudo, a expansão da frente agro-pastoril, instalada no Sudoeste goiano a partir de 1830, cujos imigrantes eram provenientes principalmente de Minas Gerais e São Paulo, fez retornar, posteriormente, os conflitos entre os Kayapó e os colonos.

Fontes históricas datadas do final da década de cinquenta do século XIX informam que os Kayapó percorriam um vasto território que compreendia terras a sudoeste da capital e do distrito de Torres do Rio Bonito (atual cidade de Caiapônia), a Oeste das freguesias do rio Verde, rio Bonito e rio Claro (atual cidade de Iporá) e das cabeceiras do rio Araguaia e do rio Caiapó. (38)

Os índios Kayapó que viviam neste território perturbavam os fazendeiros instalados nos distritos do Rio Claro, Rio Bonito e Rio Verde. (39) Já os que habitavam a

região do rio Caiapó e cabeceiras do Araguaia hostilizavam os viajantes na estrada que segue para Cuiabá, (40) atacando também os estabelecimentos agro-pastoris fixados nos distritos de São José de Mossamedes e Anicuns, chegando com suas correrias próximos a Vila Boa. (41) Há notícias de forças numerosas entre os índios, (42) sem contudo indicar o número aproximado delas.

Os conflitos entre os Kayapó e os colonos reiniciaram no final dos anos cinquenta e estenderam-se até o final do século passado. Os índios atacavam, saqueavam e depredavam fazendas instaladas em seus domínios. Os colonos, temerosos das contínuas hostilidades, exigiram do governo provincial medidas para obstarem as hostilidades indígenas. Pediram a colocação de destacamentos volantes (43) em determinados locais e a fundação de uma colônia agrícola com a finalidade de proteger os colonos dos ataques e de aldear e catequizar os índios. (44) As providências governamentais eram morosas, demonstrando omissões com respeito aos índios e provocando impaciência nos colonos, que resolveram organizar por si mesmos bandeiras punitivas, resultando em massacres às aldeias Kayapó. (45)

A colônia agrícola Macedina, fundada em 1881 à margem direita do rio Araguaia, acima da barra do rio Caiapó, afugentou os índios para Oeste sem, no entanto,

estabelecer o contato. (46)

Os índios Kayapó foram extintos em Goiás, vítimas de perseguições e massacres realizados pelos colonos, com a conivência do Estado brasileiro. Acuados e hostilizados, esses indígenas possivelmente refugiaram-se em outras regiões a Oeste de Goiás.

A presença de sociedades indígenas filiadas ao grupo Kayapó, que contemporaneamente são classificadas por Kayapó do Norte, é registrada no baixo curso do rio Araguaia em terras do Mato Grosso e do Para.(47) Estes grupos também se movimentavam pela região do rio Araguaia e Presidio Santa Maria. A existência de grupos indígenas ligados aos kayapó do Norte, nesta mesma região, é registrada pelos bandeirantes paulistas no século XVII.(48)

### 1.3 - O Grupo Akue

Os grupos indígenas filiados à família Jê e à língua Akue (49) ocupavam no passado um extenso território em Goiás, e seus representantes mais conhecidos são os Akroá, Xakriabá, Xavãnte e Xerênte. Os Akroá e Xakriabá eram considerados pelos antigos como grupos intimamente aparentados entre si. (50) Porém, Curt Nimuendaju não considera os Akroá como grupo Akue. (51) Já Loukotka

classifica os Akroá como grupo lingüisticamente vinculado aos Akue. Quanto aos Xakriabá, serviam como intérpretes aos colonizadores em conversações com os Xavãnte e Xerênte. (52) Todos esses grupos indígenas, aparentados lingüística e culturalmente entre si, habitavam territórios contíguos e, em geral, eram inimigos uns dos outros.

### 1.3.1 - Os Índios Akroá e Xakriabá

No início da exploração aurífera no Norte, os arraiais fundados a Leste do rio Tocantins foram: Natividade (1734), Arraias (1736), Cavalcante (1740), Almas, Carmo (1741), Taboca, Chapada (1740), entre outros. Esses povoados estabeleceram-se em terras indígenas, provocando, desse modo, conflitos com os índios Akroá e Xakriabá.

Os grupos Akroá e Xakriabá habitavam um extenso território entre a Serra Geral e o rio Tocantins, margens do rio do Sono (53) e em terras banhadas pelo rio Manoel Alves Grande. (54) O domínio territorial desses índios estendia-se além dos contrafortes da Serra Geral em solo baiano. (55) E ainda nas ribeiras do rio São Francisco nos distritos de Minas Gerais. (56)

As hostilidades dos índios Akroá e Xakriabá no Norte, levaram o governador da Capitania de Goiás, D. Marcos

de Noronha, a eregir aldeamentos para esses indígenas. Era o início da política Pombalina em Goiás, na qual instruiu-se a formação de aldeamentos indígenas visando transformar os nativos em cidadãos integrados na comunidade e assim constituir o povoamento na colônia.(57) Os Xakriabá foram, desta forma, aldeados em 1751, no aldeamento São Francisco Xavier do Duro, às margens do ribeirão Formiga, sob a direção inicial dos jesuítas. Esse aldeamento sobreviveu até 1757, quando foi abandonado completamente pelos Xakriabá, reiniciando-se os conflitos com o colonizador no distrito de Natividade, nos arraiais do Carmo, Chapada, Taboca e Almas (58) e nas ribeiras do Paranã. (59) Para conter a resistência indígena contra a ocupação de suas terras, foram organizadas expedições punitivas ora com ora sem o consentimento do governo da Capitania. (60)

Por volta de 1760 o militar Wenceslau Gomes da Silva fez retornarem ao aldeamento alguns índios, porém tal aldeamento não prosperou. Em 1775 os Xakriabá que ainda restavam no aldeamento foram transferidos para a aldeia Santana do Rio das Velhas, ao Sul da Capitania de Goiás. (61)

Para conter os ataques dos Akroá, que juntamente com os Xakriabá hostilizavam os povoados do Norte, D. Marcos de Noronha contratou Wenceslau Gomes da Silva, que chegou a

reunir, em 1753, seiscentos índios na aldeia São José. Esta primeira povoação foi aniquilada por um contágio epidêmico logo no primeiro ano; os índios retornaram, então, para os matos e algum tempo depois voltaram a se arrancharem novamente próximo a Wenceslau Gomes. (62) Em 1755, D. Marcos de Noronha edificou o aldeamento São José do Duro, localizado a duas léguas do aldeamento de São Francisco Xavier e a duzentas léguas de Vila Boa. Os índios Akroá sublevaram-se, desertando desta aldeia em 1759 e reiniciando as incursões pelas povoações do Norte.

Informa o Governador D. Marcos de Noronha que os Akroá eram, no início da colonização, bastante numerosos. (63)

A redução dos índios Akroá se deu novamente com a construção do aldeamento São José de Mossâmedes, em 1775, localizado próximo à capital. Esse aldeamento congregava, além dos Akroá, outros grupos indígenas. (64)

Os grupos Akroá e Xakriabá muito atormentaram os povoados do Norte goiano. E foram praticamente extintos em Goiás no século XVIII.

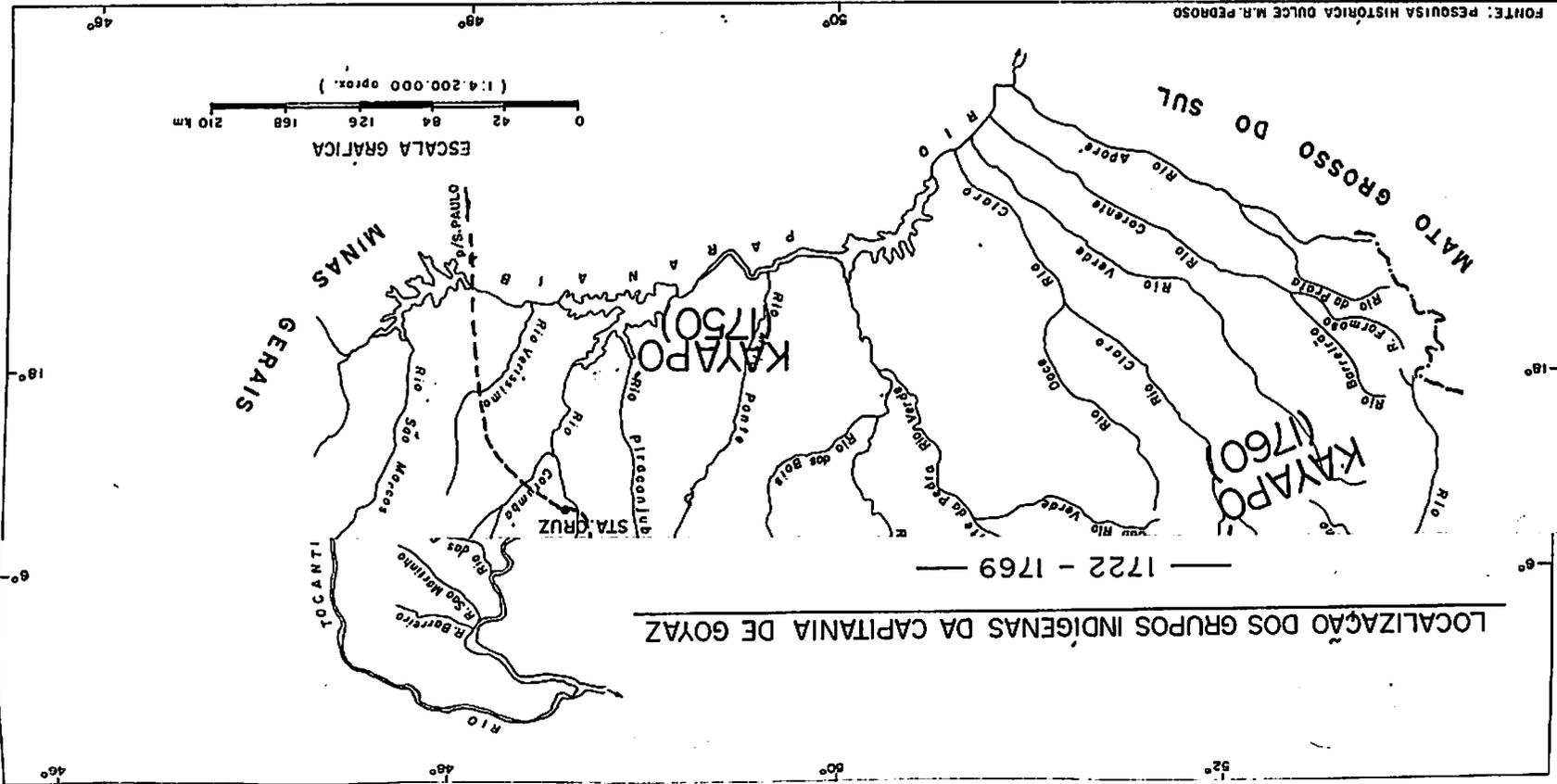
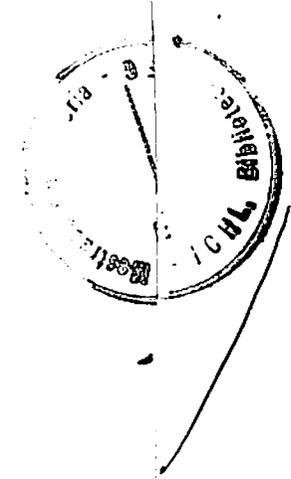
Já o aldeamento São José do Duro subsistiu como missão indígena até os anos cinquenta do século XIX, quando ainda restavam alguns descendentes dos Akroá e Xakriabá miscigenados com a população local. (65) Esse aldeamento

transformou-se em povoado e hoje é a cidade de Dianópolis.

Embora os índios Akroá e Xakriabá já não existissem mais em Goiás no século XIX, há notícias deles vivendo na Bahia. Spix e Martius viajaram pela região ocidental da Bahia, entre os anos de 1817 e 1820, e registraram a existência de índios Xakriabá em grande número habitando regiões não povoadas entre as nascentes do rio Gurguéia e do rio Grande, afluente do rio São Francisco. (66) Referem-se ainda aos índios Akroá em territórios mais ocidentais do sertão baiano, levando vida nômade. (67) Segundo uma correspondência do Capuchinho Frei Casimiro de Militello, em 1872, havia índios vivendo ainda autônomos no alto rio Preto, na região vizinha à fronteira de Goiás, os quais, através de alguns poucos vocábulos, indicavam ser índios Xakriabá. (68)

Segundo as fontes compulsadas, nada se sabe quanto ao que ocorreu com os índios Akroá da Bahia. Porém, existem atualmente índios Xakriabá ao Norte de Minas Gerais (69) sob os cuidados da Fundação Nacional do Índio.

Com a dizimação dos grupos Akroá e Xakriabá em Goiás, através das bandeiras punitivas, do contato com o colonizador, que transmitiu doenças fatais aos índios, e a transferência dos mesmos para aldeamentos do Sul, deixou-se um vasto território vazio que foi posteriormente ocupado por



se apenas em termos políticos e locais, e eram confundidos entre si na literatura antiga.

As primeiras notícias sobre os Xavãnte estavam ligadas a conflitos com o colonizador e datam de meados do século XVIII, quando esses índios hostilizavam os povoados de Crixás, São Miguel das Theouras, Pilar e Amaro Leite. (75) Os índios impediam o trabalho dos mineiros na extração aurífera. (76) Diante dos obstáculos à empresa colonial, o governador da Capitania de Goiás, João Manoel de Mello, mandou organizar bandeiras para atacar os índios em suas aldeias e procurar lavras auríferas. (77)

No governo de José de Almeida Vasconcelos, os habitantes de Pilar organizaram uma bandeira para realizar a prospecção aurífera nas redondezas do arraial do Pontal. Porém, os índios Xavãnte impediram a extração do metal. (78) As hostilidades dos índios estendiam-se aos Julgados de Pilar, Traíras, São Félix e Natividade, de tal maneira que este mesmo governador pede autorização a Portugal para fazer guerra ofensiva aos Xavãnte. (79)

Em 1784, no governo do Capitão-General Tristão da Cunha Menezes, iniciaram-se os acordos de paz entre o colonizador e os índios Xavãnte do sertão do Amaro Leite. E em 1788 a aldeia Pedro III (80) do Carretão recebeu índios Xavãnte do sertão do Amaro Leite e da região do Pontal.

A partir do século XIX aparece nas fontes históricas a denominação Xerênte como grupo intimamente aparentado aos Xavãnte. Estudiosos contemporâneos da atualidade (81) sugerem que os índios Xavãnte aldeados no Carretão fugiram do aldeamento em virtude de epidemias, maus tratos etc., retornando, então, aos seus territórios tradicionais de ocupação, sendo que uma parcela pequena permaneceu no aldeamento. Os Xavãnte do Norte, ao retornarem a seus territórios da margem direita do Tocantins, passaram a ser denominados Xerênte. Porém, devem-se considerar dois pontos: provavelmente nem todos os Xavãnte do Norte foram aldeados no Carretão, e nas fontes menciona-se bastante Xavãnte e Xerênte habitando as mesmas regiões, o que leva a crer que havia confusão com ambas denominações entre os antigos.

Segundo as fontes históricas, os índios Xavãnte habitavam um território que compreendia regiões do alto e médio rio Tocantins e médio e baixo rio Araguaia. Tinham suas aldeias distribuídas nas duas margens do Tocantins desde Porto Imperial até vinte léguas depois de Carolina; (82) e a Leste, de Porto Imperial estendendo-se até a Serra Geral, limites das províncias de Goiás e Maranhão. (83) Ocupavam ainda as terras situadas entre os rios Tocantins e Araguaia. (84) Na bacia do rio Araguaia, tinham aldeias na

região do rio Thesouras, nos distritos de Crixás e Pilar e na margem direita do rio Araguaia. (85) E a partir de meados do século XIX, os Xavãnte passaram a construir suas aldeias em terrenos banhados pelos rios Cristalino, Mortes e margem esquerda do Araguaia. (86)

A documentação histórica permite localizar algumas notícias Xavãnte. O conde de São Miguel em 1756 referiu-se a uma aldeia a vinte e quatro léguas do aldeamento do Duro. (87) Pohl em 1819 informa a existência de três aldeias à margem esquerda do Tocantins: uma delas denominada Baliza, distando três léguas do rio Tocantins, abaixo da barra do rio do Sono. As outras duas encontravam-se mais para o interior, sendo a terceira mais próxima dos rios que correm para o Araguaia. (88) Na região do Araguaia, há notícias de uma aldeia na foz do rio Thesouras, em 1832, (89) e outra aldeia abaixo da povoação de Salinas, em 1838. (90) O Capitão Thomás de Souza Vila Real, explorando o território Xavãnte, encontrou uma aldeia no sertão entre os rios Araguaia e Tocantins, outra a mais de quarenta léguas a Sudoeste de Carolina e próxima ao extinto presidio de Santa Maria e a seis ou sete léguas acima desta havia ainda outra aldeia. (91) As hordas Xavãnte que migraram para regiões da margem ocidental do Araguaia estabeleceram suas aldeias em vários locais: havia uma aldeia a cinco léguas acima das

minas dos Araés e outra a dezesseis léguas do rio das Mortes. (92)

Os índios conhecidos sob a denominação Xerênte habitavam, segundo as fontes compulsadas, principalmente os territórios da margem direita do rio Tocantins. Ao Norte, viviam nos territórios banhados pelo rio Manoel Alves Grande até onde este deságua no Tocantins. (93) Mais ao Sul, ocupavam as terras que margeiam os rios do Sono e Balsas. (94) Há notícias dos Xerênte vivendo nas proximidades da localidade chamada Lageado, no rio Tocantins. (95) Aldeias dos índios Xerênte foram também localizadas no sertão do Duro, (96) nas proximidades dos distritos de Natividade, Porto Imperial e da Serra Geral. (97)

As referências históricas sobre os índios Xerênte em terras entre os rios Araguaia e Tocantins são pequenas. Pohl, (98) referindo-se aos grupos indígenas habitantes da região do rio Araguaia, enumera os Xerênte, entre outros grupos, vivendo em terras banhadas pelo braço menor do Araguaia. O Presidente da Província, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, (99) informa em 1837 que os Xerênte viviam em três grandes aldeias entre os rios Araguaia e Tocantins. Alencastre (100) registra a coligação formada pelos índios Xavãnte, Karajá e Xerênte para expulsar o colonizador que havia recém-fundado o presídio de S. Maria (1812). Os

Xerênte eram provenientes do Pontal situado em terreno à margem esquerda do Tocantins.

Segundo Fohl, (101) o domínio dos Xerênte alcançava as terras do Maranhão, na região de Carolina até Pastos Bons. As referências históricas apontam o grande número de índios Xerênte na Província. (102)

Documentos históricos indicam ainda que a primeira metade do século XIX foi marcada por intensas guerras no Norte de Goiás entre índios e as frentes agro-pastoris. Os índios Xavãnte e Xerênte empreenderam diversas lutas com estas frentes que invadiam seus territórios, hostilizando, assim, os estabelecimentos rurais nos distritos de Carolina, Porto Imperial, Pontal, Carmo, Natividade e Almas. (103) Os Xerênte, por seu turno, atacavam nos distritos de Arraias e São Domingos. (104) E os Xavãnte retornaram suas incursões na região do rio Thesouras, Santa Rita, Pilar, Crixás e Salinas. (105)

Durante o período de intensos conflitos entre o colonizador e os indígenas, o governo de Goiás, visando conter os ataques dos Xerênte e Xavãnte em diversas localidades do Norte, foi levado a tomar diferentes medidas a esse respeito. Um dos maiores interesses governamentais na ocasião era estabelecer a paz com os índios. No governo de Fernando Delgado Freire de Castilho (1809-1820) os Xerênte

habitantes do sertão do Duro vieram pedir a paz; foram presenteados e retornaram a seus territórios. (106) Em 1824, o Governador das Armas da Província de Goiás, General Raymundo José da Cunha Mattos, mandou construir com seus próprios recursos a aldeia Graciosa para os Xerênte que vieram a Forto Imperial pedir aldeamento. (107) Os índios eram no início cento e sete indivíduos, porém o aldeamento chegou a reunir até oitocentos índios. (108) Tempos depois da fixação dos Xerênte na aldeia Graciosa, esta foi atacada em períodos diferentes pelos índios Inhajurupês, (109) Noroquagês (110) e Xavãnte, (111) durando pouco tempo e sendo abandonada por seus moradores.

A política indigenista dos anos trinta foi dirigida com o fim de procurar estabelecer a paz com os índios. O governo provincial recomendava insistentemente aos povos para oferecerem um tratamento mais humano aos índios. Alertava ainda, o governo, para os colonos evitarem a força das armas, permitindo-a apenas como último recurso. (112)

Os colonos nem sempre observavam as determinações governamentais. Assim que os ataques indígenas ocorriam, comunicavam o acontecimento às autoridades mais próximas, solicitando providências. Como estas demoravam ou nunca vinham, os colonos utilizavam os próprios métodos e recursos para conter as hostilidades dos índios, cotizando entre si

os custos das expedições. Cita Fohl que, durante sua visita ao arraial de Almas, em 1819, os moradores preparavam uma bandeira contra os Xerênte. (113) Os ataques indígenas a povoados e estabelecimentos rurais eram seguidos de expedições de represália. (114) Nesta situação, a ideologia governamental dividia-se em duas tendências: de um lado havia o colonizador que lutava pela sobrevivência e de outro os índios, naturais povoadores daquelas terras e que deveriam ser civilizados para serem integrados à sociedade nacional como povoadores e mão-de-obra disponível. O governo Imperial proibia terminantemente a guerra ofensiva, ou qualquer outro tipo de guerra, aos indígenas.

O governo provincial, visando tomar uma atitude mais efetiva quanto à questão indígena, elabora a Lei Provincial no. 25 de 31/07/1835, na forma de "Instruções" de 02/05/1836, tendo sido enviadas cópias para os arraiais do Norte com ordens para serem executadas. (115) Estas "Instruções" eram medidas dirigidas para se realizar a pacificação dos grupos Xerênte, Xavãnte e Avá-Candoeiro. O objetivo era organizar bandeiras de pacificação para explorar os territórios indígenas e chamá-los à paz por meio de presentes e de bons tratados. (116)

Durante quase todos os anos da década de trinta do século XIX, foram enviadas bandeiras de pacificação aos

territórios Xavãnte e Xerênte sem obter o sucesso almejado. Estas expedições eram organizadas com o apoio dos povoados mais atingidos pelas hostilidades indígenas, fornecendo recrutas e víveres, cabendo ao governo distribuir munição e armamentos aos expedicionários, além da contratação de homens experientes para compor a bandeira. (117) Recomendava-se a integração de índios já pacificados. Na expedição enviada aos índios Xerênte e Xavãnte, foram solicitados alguns Apinayé da missão de Boa Vista e índios da missão do Duro. (118) Estas bandeiras de pacificação visavam celebrar a paz com os índios ou expulsá-los definitivamente de seus territórios para as regiões mais ermas e longínquas. (119)

Além das bandeiras, o governo coloca destacamentos volantes para patrulhar locais mais freqüentados pelos índios. Esta medida surge entre os anos quarenta e setenta do século XIX. Para obstar as incursões dos Xavãnte, foram enviados destacamentos para o Duro, Salinas, aldeamento de São Joaquim do Jamimbu e freguesia de Santa Rita. (120) Quanto aos Xerênte, solicitaram a colocação de um destacamento para o local da antiga aldeia Graciosa. (121)

A criação de aldeamentos para a catequese e civilização indígenas também constituiu uma das medidas governamentais. Com o Regimento das Missões (1845), uniu-se

a civilização e a catequese indígena, o que contou com a participação de religiosos da ordem dos capuchinhos para dirigir alguns aldeamentos no Brasil. Em Goiás o aldeamento São Joaquim do Jamimbu congregou índios Xavãnte, Karajá, Xerênte e Avá-Canoeiro, tendo sido fundado em 1845, no território de Salinas, localizado acima da confluência dos rios Crixás-Açu e o Araguaia. Esse aldeamento subsistiu até 1864, quando Couto de Magalhães o transferiu para outro local, levando a denominação de São José do Araguaia (122) (atual cidade de São José dos Bandeirantes).

Em 1848 foi fundado o aldeamento Pedro Afonso na margem direita do rio Tocantins, acima da confluência do rio do Sono, para a habitação de índios Krahó e Xerênte. Recebeu esse aldeamento alguns Xavãnte que vieram pedir paz, (123) subsistindo daí como missão e catequese para indígenas, durante o restante do século XIX. (124)

A aldeia Tereza Cristina, fundada em 1851 às margens do ribeirão das Piabanhas, afluente da margem direita do rio Tocantins, congregou índios Xavãnte e Xerênte, entre outros, sobrevivendo até o final do século passado. (125)

Tais aldeamentos estavam sob a direção de religiosos capuchinhos e se tornaram mais tarde núcleos populacionais. Os colonos iam-se aproximando dos

aldeamentos, obrigando os índios a se retirarem dali. (126)

As medidas governamentais, como a organização de bandeiras, colocação de destacamentos volantes e a fundação de aldeamentos, levaram grande parte dos indígenas a aceitarem o contato com o colonizador, diminuindo, desse modo, os conflitos entre índios e colonos.

Contudo, na segunda metade do século XIX havia hordas Xavãnte movimentando-se nos distritos de Porto Imperial e Carolina. (127) E na bacia do rio Araguaia ainda existiam hordas desse tipo habitando em terrenos da margem direita (128) e esquerda do Araguaia. (129) As evidências históricas do cruzamento de índios Xavãnte para o outro lado do rio Araguaia datam do final dos anos quarenta do século XIX. (130)

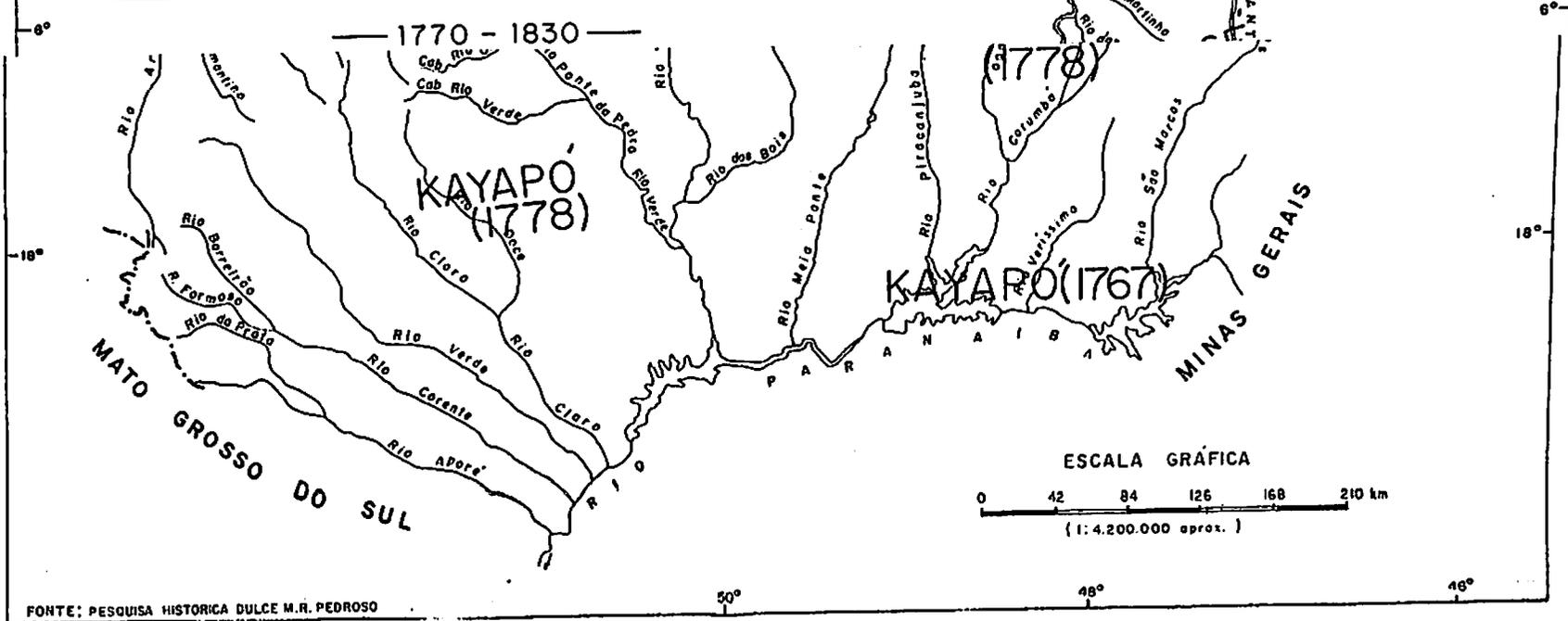
Tudo indica que os Xavãnte, habitantes da margem ocidental do rio Araguaia, movimentavam-se também em terrenos da margem oriental deste rio. Segundo o Presidente da Província, Gama Cerqueira, os índios tinham aldeias na margem esquerda do Araguaia, próximo à foz do rio do Peixe. Atraves do rio do Peixe, tomavam o curso do rio Thesouras, que é seu afluente, e penetravam no centro do território de Santa Rita. (131) Os Xavãnte do rio das Mortes vinham ao aldeamento de São Joaquim do Jamimbu para atacar seus parentes lá fixados ou simplesmente para buscar presentes

(132) (ferramentas de metal).

O objetivo dos governantes era atrair as hordas Xavãnte para habitarem nos aldeamentos. Não o conseguindo, colocaram destacamentos para patrulharem locais freqüentados pelos índios. O governo Imperial, por sua vez, ordenou a criação de um aldeamento nas cabeceiras do rio Thesouras para tentar o contato com os Xavãnte, que se movimentavam naquela região. Contudo, isso não foi possível, por não se achar nenhum religioso que quisesse se encarregar desta missão. (133) Os Xavãnte que migraram para a banda ocidental do Araguaia evitavam o contato com o colonizador e só foram contatados em seu último reduto de resistência - o rio das Mortes - no final dos anos quarenta do século XX, pela equipe de sertanistas do Serviço de Proteção ao Índio.

O grupo Xavãnte em questão é constantemente apontado nas fontes históricas como sendo bem numeroso. O Conde de São Miguel em 1756 referiu-se a quarenta mil Xavãnte em toda Capitania. (134) Em 1788 foram reunidos no aldeamento Pedro III de Carretão dois mil e duzentos índios. (135) Já o São Joaquim de Jamimbu não teve mais que duas centenas de índios, constando entre eles os Xavãnte. (136) A aldeia Tereza Cristina, por sua vez, congregou o número máximo de três mil índios, entre Xavãnte, Xerênte, Krahô e Guajajara. (137) Silve e Souza e Cunha Mattos informam que

LOCALIZAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS DA CAPITANIA/PROVÍNCIA DE GOYAZ



remontam desde as primeiras décadas do século XVIII. O sertanista Antônio Pires de Campos fez guerra e aprisionou índios Karajá da ilha do Bananal. (143) Contudo, deve-se considerar que os índios Karajá tiveram seus primeiros contatos com o colonizador no século XVII, quando os bandeirantes utilizaram o rio Araguaia como rota de penetração pelo Brasil Central. (144)

No final do século XVIII, no governo do Capitão-General José de Almeida Vasconcelos, expediram-se quatro bandeiras, que tinham o objetivo de tentar novas descobertas auríferas, baseadas nos antigos roteiros, e estabelecer contatos com índios que porventura encontrassem. (145) Partiu do arraial de Traíras, uma bandeira em direção ao Araguaia em busca das minas de ouro dos Martírios. A expedição não encontrou as minas, apenas índios Karajá e Javaé na ponta meridional da ilha do Bananal. (146)

Na Capitania de Goiás, a produção aurífera já se encontrava em franca decadência desde os anos setenta do século XVIII. Com o fracasso das bandeiras enviadas, tornou-se necessário incentivar novas alternativas econômicas. Em 1775 José de Almeida Vasconcelos envia uma nova expedição para a ilha do Bananal, chefiada pelo alferes José Pinto da Fonseca, colocando em prática as recomendações de Portugal no empenho da pacificação e redução dos indígenas. Esta

expedição preparava ainda o futuro da navegação pelo rio Araguaia. (147)

O Alferes José Pinto da Fonseca diz ser a nação Karajá a mais numerosa do Araguaia. Nesta ocasião os habitantes da grande ilha eram os Karajá, com seis aldeias; os Javaé, com três e os Carajahí, sem no entanto informar o número de suas aldeias. A aldeia principal dos índios Karajá, denominada São Pedro pelos expedicionários, possuía seiscentos guerreiros. (148)

O governador, entusiasmado com o sucesso da expedição, envia no ano seguinte uma comitiva de 135 pessoas para fundar o presídio São Pedro do Sul e o aldeamento Nova Beira com intenção de acolher índios Karajá e Javaé. (149)

O aldeamento Nova Beira teve curta duração, pois o governador que sucedeu José de Almeida Vasconcelos, o Capitão-General Luiz da Cunha Meneses, transferiu os oitocentos índios Karajá e Javaé para o aldeamento de São José de Mossâmedes. Esta medida provocou o declínio do aldeamento e a extinção do presídio São Pedro do Sul, (150) retardando, assim, a colonização da região do Araguaia.

No século XIX, o governo colonial procurou incentivar a ocupação das margens dos rios Araguaia e Tocantins. Concedia vantagens àqueles que se dispusessem a habitar em suas margens, principalmente a do rio Araguaia,

que se encontrava sem nenhuma povoação. Visando apoiar a navegação pelo Araguaia, o governo da Capitania manda fundar o presídio Santa Maria, localizado nas proximidades da cachoeira do mesmo nome. No ano seguinte os Karajá, temendo serem escravizados, formam uma coligação, unindo-se aos Xavãnte, Xerênte e Carajahí, seus parentes, destruindo o presídio e expulsando, assim, os colonizadores. (151)

A localização do grande grupo Karajá é a seguinte: os Karajá habitavam ambas as margens do rio Araguaia desde a foz do rio Crixás ate a boca ou furo, abaixo da grande ilha do Bananal. (152) Já os índios Javaé viviam na ilha do Bananal e possuíam suas aldeias no braço ocidental do furo do Bananal. (153) Há referências dos índios Carajahí habitando na ponta meridional da grande ilha, nas proximidades da povoação de Salinas e na margem esquerda do Araguaia e freqüentando o local do presídio de Santa Maria. (154) Os Xambioá, por sua vez, foram encontrados na região da cachoeira Santa Maria e mais abaixo. (155)

As fontes históricas indicam locais de aldeias dos índios. Cunha Mattos em 1824 refere-se a três aldeias Karajá na região do presídio Santa Maria, ocupando ambas as margens do rio Araguaia. (156) Já o presidente da Província informa, em relatório de 1855, que nas margens do Araguaia existiam mais de catorze aldeias: sete dos Karajá e quatro dos

Xambioá, sem, entretanto, dizer o número de aldeias dos Carajahí. (157) Em relatório de 1879, ainda, o engenheiro Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim (158) enumera dezoito aldeias Karajá no braço esquerdo da ilha do Bananal até o presidio Santa Maria. Há, além disso, informes de uma aldeia Carajahí na foz do rio das Mortes. (159)

Ao longo do século XIX, a ocupação colonizadora vai expandindo seus domínios em virtude dos programas governamentais para a navegação e colonização da região do Araguaia. Foram fundados presidios e colônias militares, além de aldeamentos para a civilização e catequese dos índios. Aos poucos os Karajá aceitaram o contato e se estabeleceram em povoações colonizadoras, como os aldeamentos de Salinas e São Joaquim do Jamibu, (160) tendo sido utilizados como mão-de-obra para a navegação.

O presidio Santa Maria foi fundado a primeira vez em 1812 em território tradicional de ocupação Karajá; tentou-se várias vezes reconstruí-lo em vão em virtude da resistência indígena. Mas no início da década de sessenta efetivou-se a construção do presidio, que sofria, então, constantes ataques de hordas Karajá e Carajahí. (161) Nos anos sessenta a pecuária expandia-se na região do Araguaia e foi implantada a navegação a vapor. A ocupação colonizadora já estava consolidada. Contudo, nas décadas de sessenta e

setenta do século XIX, havia hordas Karajá, Javaé e Carajahi ainda autônomas. (162)

Os Karajá faziam guerra com seus vizinhos, já que a guerra era parte da vida cultural indígena. Há relatos que revelam conflitos constantes dos Karajá com os Xavãnte, Kayapó do Norte, (163) Gradahús, (164) e Avá-Canoeiro. (165) Os Karajá, em contato com o colonizador, eram requisitados para comporem bandeiras de pacificação dos índios Xavãnte da região de Salinas (166) e dos Avá-Canoeiro na região do Araguaia. (167)

Coudreau, que viajou através do rio Araguaia em 1897, observou o estado de miséria e mendicância em que se encontravam os Karajá nas povoações ribeirinhas, estabelecidas às margens do rio Araguaia. (168)

O grupo Karajá há séculos ocupa a região do Araguaia. Seus remanescentes ainda habitam esta mesma região. Provavelmente eles desenvolveram um modo de vida adaptado ao rio desde os tempos pré-históricos. (169)

### 1.5 - Os índios Tapirapé

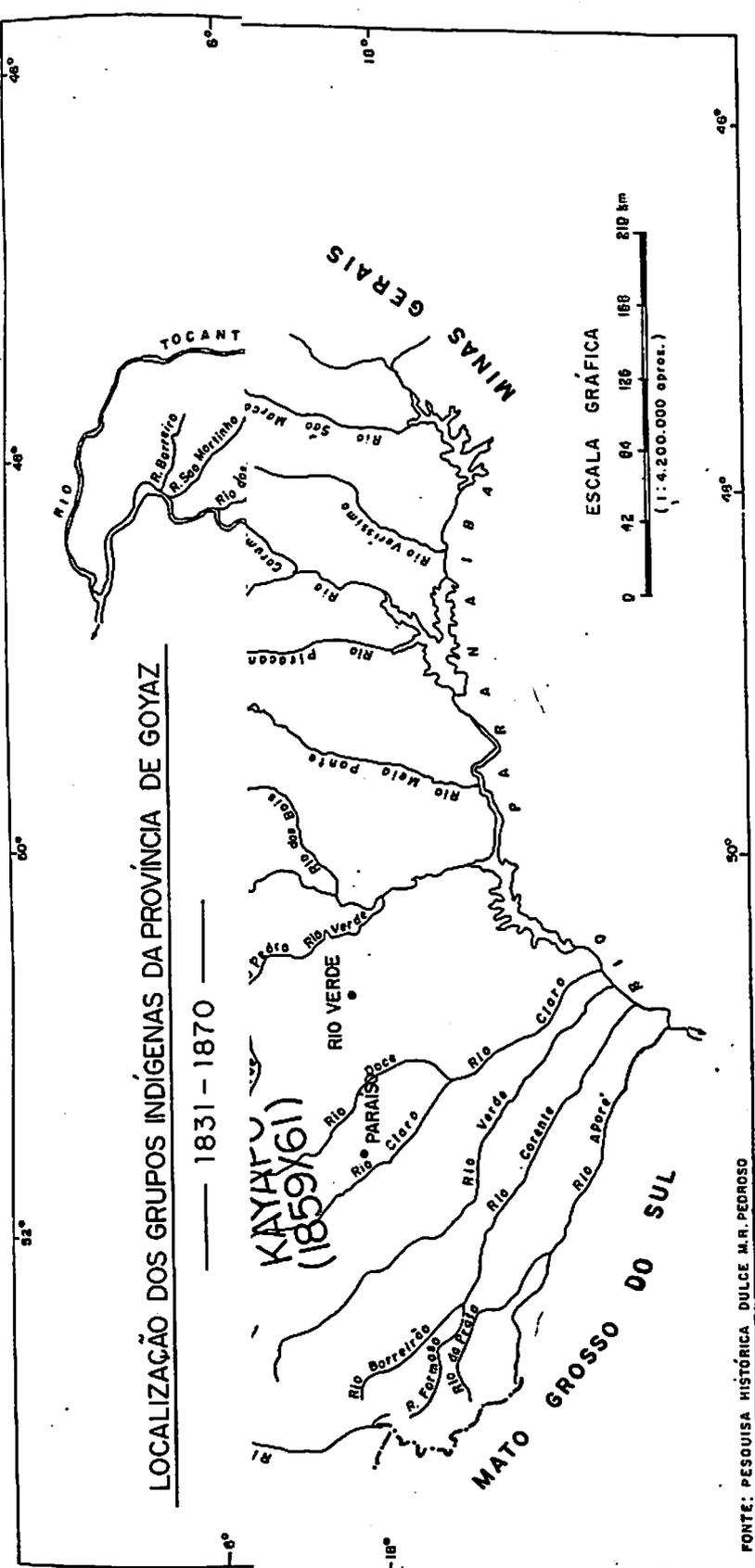
Os Tapirapé pertencem à família linguística Tupi-Guarani, de língua Tapirapé. (170) Este grupo indígena é linguisticamente próximo aos Avá-Canoeiro, dentre outros

grupos da família Tupiguarani habitantes da região da bacia do baixo Tocantins. (171) Possivelmente os Tapirapé vieram do Norte subindo o rio Tocantins, dirigindo-se daí para a região do Araguaia.

Os índios Tapirapé foram conhecidos pelo colonizador desde as primeiras décadas do século XVIII. Por volta de 1742, o sertanista João de Godoi Pinto da Silveira, em busca de ouro na região do Araguaia, realiza um assalto às aldeias Tapirapé apreendendo cem índios, os quais morreram à míngua em Vila Boa. (172) Já a expedição do Alferes José Pinto da Fonseca, realizada em 1775 para a conquista dos Karajá da ilha do Bananal, obteve notícias, através dos Karajá, da existência de índios Tapirapé na região do Araguaia. (173)

As informações disponíveis, datadas do século passado, indicam a presença dos índios Tapirapé na região do Araguaia, com aldeias no rio Tapirapé. (174)

Baldus informa, ainda, que os índios Tapirapé moravam antigamente (isto é, anterior ao século XVIII), mais a Norte e mais próximo ao rio Araguaia, mas sempre habitaram a Oeste deste rio. (175) Os Tapirapé eventualmente freqüentavam a Ilha do Bananal (176). Lipkind, por seu turno, descobriu junto aos índios Javaé que estes e alguns Tapirapé viveram juntos na ilha do Bananal no final do



LOCALIZAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS DA PROVÍNCIA DE GOYAZ

1831 - 1870

KAYHY  
(1859x61)

MATO GROSSO DO SUL

MINAS GERAIS

ESCALA GRÁFICA  
(1:4.200.000 apres.)

0 42 84 126 168 210 km

FONTE: PESQUISA HISTÓRICA DULCE M.R. PEDROSO



século XIX. (177) Os Tapirapé e Karajá tiveram um estreito relacionamento. Baldus informa que muitos elementos da cultura Tapirapé são provenientes do contato com índios do grupo Karajá, (178) e que os Karajá raptaram mulheres Tapirapé em suas aldeias. (179)

Entim, os Tapirapé estabeleceram-se há muitas décadas ao longo do rio Tapirapé. E seus remanescentes ainda habitam na mesma região.

#### 1.6 - O Grupo Timbira

Os grupos Timbira entraram em contato com o colonizador no Norte de Goiás no início do século XIX, em virtude da navegação do Tocantins e da ocupação agro-pastoril daquela região.

Tais grupos eram habitantes primitivos das campinas do Sul do Maranhão e estavam sendo empurrados para o território goiano devido aos criadores de gado que se apossavam de suas terras, excelentes para pastagens. (180)

Os Timbira compõem-se de sociedades que compartilham cultura e língua, e possuem territórios contíguos. São divididos modernamente em Timbiras ocidentais e orientais - os ocidentais habitando as terras a Oeste do rio Tocantins, e os orientais, as terras a Leste deste mesmo



rio. Os Timbira são classificados lingüísticamente como filiados à família Jê e língua Timbira (181) e atualmente habitam o território dos Estados do Tocantins, Maranhão e Pará. (182)

Darcy Ribeiro informa que os Timbira constituíam originalmente quinze tribos, (183) contudo não as relaciona. Os grupos Timbira históricos encontrados nas fontes consultadas foram: Apinajés, Afotogés, (184) Corretis (ou Cortis, ou Coritis), Otogés, Pörekramekrã (185) Makramekrã (186) Temembós (187) e Krahô (Carahôs ou Craôs). E mais outros grupos que Pohl nomeia como sendo grupos habitantes da margem oriental do rio Tocantins, que poderiam fazer parte do grupo Timbira, mas não temos nenhuma referência histórica sobre essa associação. Estes são os Jês-Camecrãs, Capatagês, Curicamecrãs e Caturecatagês. (188) Curt Nimuendaju aponta os grupos Noroccoajés (ou Nyurukwayé) e Inhajurupré (ou Orajoumopré) como provavelmente sendo Timbira. (189)

Vejamos um breve histórico e a localização de cada um deles em particular.

Os índios Apinajé foram os primeiros dentre os Timbira (190) a entrarem em contato com o colonizador. Habitavam a região da cachoeira de Santo Antônio, Boa Vista e ao Norte de Carolina, entre os rios Araguaia e Tocantins.

(191) Os Apinajé faziam guerra aos navegantes do Tocantins. (192) Logo no início do século XIX foram aldeados próximo a Boa Vista juntamente com alguns índios Krahó e Afotigés (193) sob a direção de um leigo. Após serem aldeados, os Apinajé se rebelaram, fugindo para as matas. Porém, a rebelião foi controlada e os índios retornaram ao aldeamento. (194) Esses índios foram utilizados para comporem forças ao lado do colonizador, como por exemplo, duzentos e cinquenta guerreiros foram requisitados para lutarem a favor da Independência do Brasil. (195) Além disso, participavam de bandeiras de pacificação dos índios Xavãnte, Xerênte e Avá-Canoeiro. (196)

Os Apinajé eram numerosos. (197) Silva e Souza informa em 1812 que possuíam cinco aldeias junto à cachoeira de Santo Antônio. (198) Cunha Mattos refere-se a duas aldeias ao Norte de Carolina (199) e uma próxima ao rio Araguaia. (200) Tais índios faziam guerra com os Xavãnte, Xerênte, Karajá (201) e provavelmente com os Kayapó do Norte habitantes das terras do Pará.

Há poucas referências históricas acerca dos índios Otogés e Afotogés. Eram grupos menores provavelmente mais aparentados com os Apinajés, em virtude da proximidade territorial. Os Otogés eram pouco numerosos e habitavam junto à cachoeira das Três Barras. (202) Os Afotogés, por

sua vez, viviam na banda oriental do rio Tocantins (203) e foram aldeados em Boa Vista juntamente com os Apinayé e Krahó. A catequese no aldeamento de Boa Vista foi estabelecida em 1841 por missionários e situava-se na extremidade da península entre os rios Araguaia e Tocantins. (204)

Quanto aos Corretis, foram aldeados juntamente com os Apinayé em Boa Vista e habitavam próximo ao beço rio Araguaia. (205)

Já os índios Porekramekrã possuíam uma aldeia a seis léguas abaixo da povoação de Pedro de Alcântara, à margem direita do Tocantins. Viviam nesta aldeia com um sertanejo que era muito respeitado pelos índios. Este homem informou a Fohl (206) que os índios viviam anteriormente a cerca de dez léguas ao Sul. Porém foram empurrados para o Norte em virtude dos criadores de gado. Os Porekramekrã tinham divergências com seus parentes, os índios Makramekrã.

As povoações de Pedro de Alcântara e Carolina foram fundadas com o objetivo de oferecer apoio à navegação do Tocantins e pacificar os grupos indígenas da região - entre eles estavam os índios Makramekrã, habitantes de duas aldeias a três léguas da Carolina. Este grupo indígena era temido pelos fazendeiros dos sertões dos rios das Salças, Grajaú, Neves, Lapa e Farinha, nas terras do Maranhão,

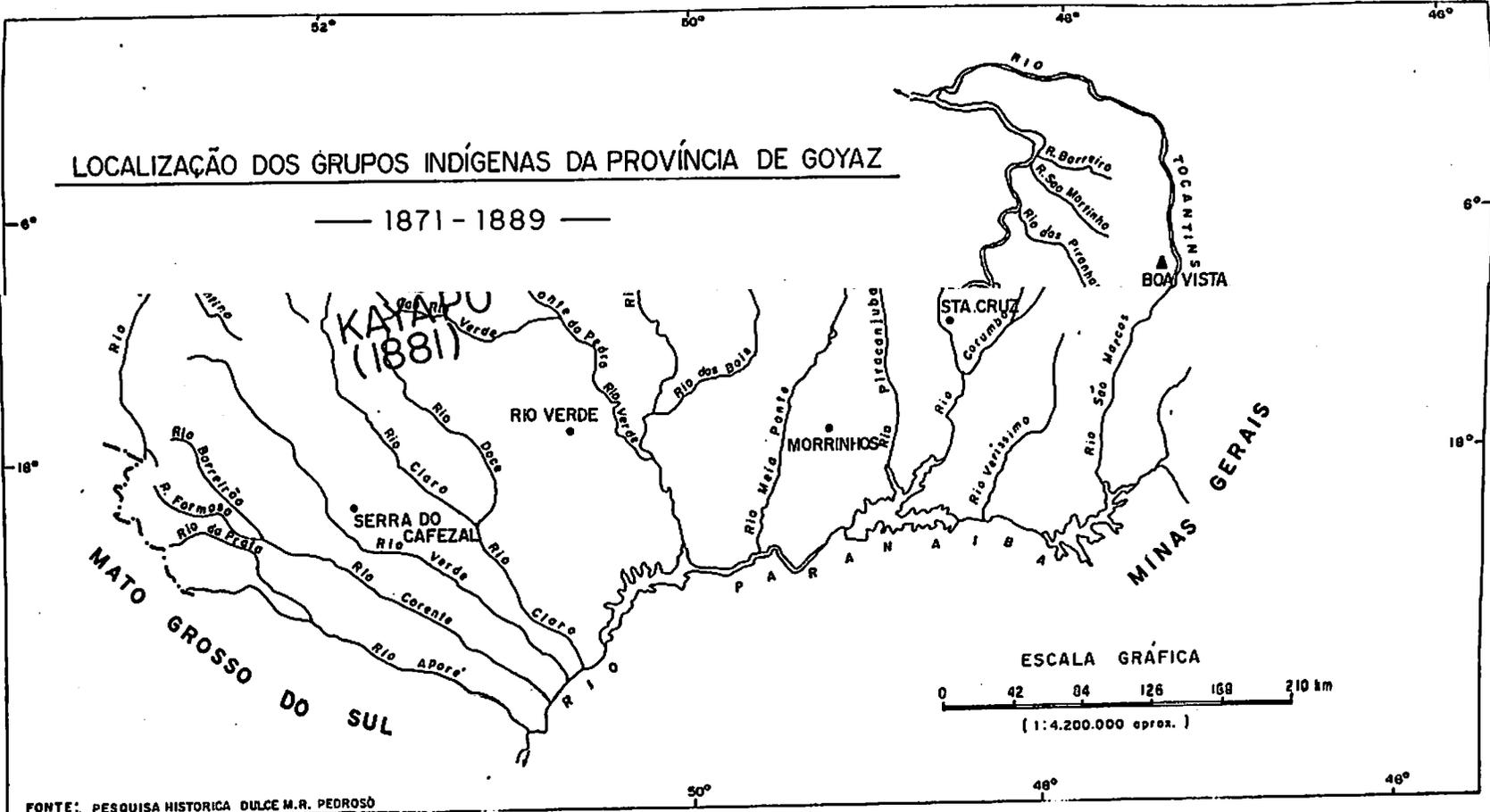
devido a resistência que faziam aos criadores de gado que invadiam suas terras. Os Makramekrã foram conquistados em 1813, abandonando, daí, suas aldeias e se aproximando da povoação de Carolina, às margens do Tocantins. Muitas famílias foram convidadas a se estabelecerem às margens do Tocantins entre o rio do Sono e a ilha de São José. (207)

Com relação aos índios Temembós, são provenientes da Província do Maranhão, com terreno fronteiro a Goiás. Os Temembós têm como território terras desde o rio Manoel Alves Grande até a cachoeira das Três Barras (208) e possuem aldeias na região do Morro do Chapéu e no local de Pastos Bons. (209)

Finalmente, o território ocupado pelos índios Krahó abrangia a fronteira Maranhão-Goiás, tendo como limites os rios Tocantins, Farinha, Alto Itapecuru, Farnaíba, Ferdida e Sono. (210) As frentes pioneiras, provenientes do Maranhão, Pará e Bahia, obrigaram os índios a se deslocarem mais para Oeste, evitando, desta forma, o contato com o colonizador. (211) Na primeira metade do século XIX, há informações da presença de índios Krahó no território de Carolina e de lá muitos passaram para a ilha de São José do Tocantins e daí para a Província de Goiás. (212) Há ainda indicações de índios Krahó no aldeamento de Boa Vista vivendo juntamente com os Apinayé e Afotogés. (213)

# LOCALIZAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS DA PROVÍNCIA DE GOYAZ

— 1871 - 1889 —



FONTE: PESQUISA HISTÓRICA DULCE M.R. PEDROSO

Os fazendeiros da região do rio Farinha, no Maranhão, solicitaram do Frei Taggia que fundasse uma aldeia na confluência do rio do Sono com o Tocantins para a habitação dos índios Krahó, que em número de trezentos faziam furtos nas imediações. (214) E neste mesmo ano foi fundada a aldeia de Pedro Afonso.

### 1.7 - *Outros Grupos Indígenas*

As referências históricas enumeram vários outros grupos indígenas, cuja relação com aqueles mais conhecidos na literatura pouco se sabe - alguns estudiosos especulam a vinculação de cada um deles. Vez por outra, há sugestões de cronistas indicando o parentesco de uns grupos com outros mais conhecidos, mas nem sempre estas associações correspondem à realidade.

Estes outros grupos indígenas, que agrupamos em um mesmo item, foram pouco mencionados nas fontes históricas pesquisadas e pouco ou quase nada se sabe sobre sua origem e localização mais exatas.

#### 1.7.1 - *Os Índios da Região do Araguaia*

Na região do rio Araguaia, nas imediações da ilha do Bananal, Silva e Souza informa sobre a presença de índios Gradahús, Tessemedus, Amadus e Guayá-Gussu. (215)

Já Cunha Mattos registra alguns grupos que movimentavam-se na região do Araguaia em suas andanças e pescarias. Porém, o autor informa que estes grupos têm seus estabelecimentos nas terras de Cuiabá ou nas cabeceiras do Xingu no Pará. Os grupos são: Guaniassu, Tapaquás, Guaraus-Uassu e Coritis. (216)

Dispondo destas informações, podem-se sugerir algumas associações destes com os grupos mais conhecidos. A denominação Guayá-Gussu e Guaniaussu parece se referir ao mesmo grupo, podendo ainda ser, o mesmo, Guanã ou Guaná. Há notícias de índios Guanã em Vila Boa. (217) Darcy Ribeiro informa que os Guaná eram habitantes do Mato Grosso, aparentados com os Terena, e são de língua Aruak. (218) Já os Tapaquás, Curt Nimuendaju os relaciona com os Akue-Xavãnte. (219) Os Garaus-Uassu e Gradahús parecem ser o mesmo grupo. Dos índios Gradahús, dentre os grupos mencionados, têm-se mais abundantes notícias. Além das referências de sua presença na ilha do Bananal, há informes de seu aparecimento ao Sul da cachoeira de Santa Maria (220) e no sertão entre os rios Araguaia e Tocantins. (221) Em relatórios de presidentes da Província de Goiás, nas décadas

de cinquenta, sessenta e setenta do século XIX, há registros de índios Gradahús no aldeamento de Boa Vista juntamente com os Apinayé. (222) Tudo indica que os Gradahús viviam em terras do Mato Grosso e Pará, locais de ocupação de grupos indígenas filiados aos Kayapó do Norte. (223)

A região do rio Araguaia do lado goiano, por sua vez, era freqüentada ocasionalmente pelos Kayapó ao Sul, pelos Xavãnte, Xerênte, Avá-Canoeiro e Apinayé, além dos grupos Karajá, seus habitantes permanentes.

#### 1.7.2 - *Os Índios de regiões limítrofes radicados nos aldeamentos de Goiás*

É interessante mencionar a presença de alguns grupos indígenas que migraram para Goiás em virtude de pressões ora do colonizador ora de outros grupos indígenas inimigos, refugiando-se em aldeamentos do Norte.

Cunha Mattos, em visita ao aldeamento do Duro, encontrou lá habitando sete índios Tupinambá e seis Aricobés. (224) Os Tupinambá migraram para Goiás pelo Norte, através do rio Tocantins, ou pela Província do Maranhão ou ainda pela Bahia; fugindo das frentes colonizadoras. (225) Já os Aricobés, grupo Tupi, são provenientes do lado oposto da Serra Geral, em solo baiano. Há notícias deles na Bahia

no final do século XVIII. (226)

O relatório do presidente da Província de Goiás de 1859 indica a presença de vinte e quatro índios Guajajara vivendo no aldeamento Tereza Cristina. (227) Os Guajajara pertencem à família lingüística Tupi-Guarani e são provenientes do Maranhão. (228)

Em relatório referente ao ano de 1862, ainda, foi registrada a presença de cem índios Guajajara e cento e vinte Caracaty (Krikati) no aldeamento de Boa Vista. (229) Os Guajajara vieram refugiar-se aí temendo os seus inimigos, os índios Gaviões. Os Krikati e os Gaviões pertencem ao grupo Timbira e são do Maranhão. (230)

O aldeamento Pedro Afonso também recebeu, em 1862, os índios Canela, que passaram a habitar o aldeamento juntamente com os Krahó. (231) Os Canela são um grupo Timbira proveniente do Maranhão. (232)

## NOTAS AO CAPITULO I

(01) Ver entre outros:

NETO, Carlos A. Moreira. Política Indigenista Brasileira no Século XIX. Rio Claro: Tese de doutoramento, 1971. (Mimeografada)

LAZARIN, Rita Heloisa de Almeida. O Aldeamento do Carretão: Duas Histórias. Brasília: Dissertação de Mestrado, UnB, 1985. (Mimeografada)

RAVAGNANI, Osvaldo Martins. Aldeamentos Oficiais Goianos. Araraquara/SP.: UNESP, 1987. (Mimeografada)

ATAIDES, Jézus Marco. Sob o Signo da Violência: Colonizadores e kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: Dissertação de Mestrado, UFG, 1991. (Mimeografada)

(02) SILVA E SOUZA, L. A. da. Memórias do Descobrimento e Causas mais Notáveis da Província de Goiás. In: TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza. Goiânia: Oriente, 1984. P. 74 e 126.

POHL, J. E. Viagem ao Interior do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. P. 128.

(03) POHL, J. E. Op. Cit. P. 128.

- SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 74.
- (04) Esta notícia, segundo Silva e Souza, veio da tradição do povo contada por Urbano do Couto, companheiro de Bartolomeu Bueno da Silva Filho. SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 77.
- (05) POHL, J. E. Op. Cit. P. 125.
- SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 74.
- (06) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 74.
- (07) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Rio de Janeiro, Tomo 84. P. 61.
- (08) POHL, J. E. Op. Cit. P. 128.
- (09) Subsídios para a História de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Rio de Janeiro, Tomo 84. P. 61.
- (10) POHL, J. E. Op. Cit. P. 129.
- (11) Esta hipótese foi aventada em discussões pelos cientistas e arqueólogos Pedro Ignácio Schmitz da UNISINOS/RS e Irmihd Wüst da UFG/GO.
- Ver : NEIVA, A. T. da S. Introdução à Antropologia Goiana. Goiânia: Ed. O Popular, 1986. P. 87.
- (12) POHL, J. E. Op. Cit. P. 186.
- (13) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 69.
- (14) "Relato do Alferes José Feixoto da Silva Braga." Apud. FERREIRA, M. R. O Mistério do Ouro dos Martírios. São Paulo: Gráfica Biblos Ltda. - Editora, 1960. P. 66.

- (15) Idem. Ibidem. P. 66, 67 e 346.
- (16) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 61.
- (17) POHL, J. E. Op. Cit. P. 186.  
SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 126.
- (18) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 88 e 89.
- (19) NIMUENDAJU, Curt. The Serente. Translated From the Manuscript By Robert H. Lowie. Los Angeles: Southwest Museum Administrator of the Fund. 1942. P. 3.
- (20) Parece ter sido um dos maiores redutos dos Kayapó. Ver: POHL, J. E. Op. cit. P. 163.  
SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 81, 93, 97 e 98.
- (21) BRASIL, A. Americano do. Súmula de História de Goiás. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961. P. 26, 27, 40 e 59.  
ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 87.
- (22) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. P. 26 e 27.  
POHL, J. E. Op. Cit. P. 163 e 132.
- Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 90-92.
- (23) ALENCASTRE J. M. F. de. Op. cit. P. 185.
- (24) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. (1961) P. 26 e 27.
- (25) O arraial de São Miguel das Theouras foi fundado em

- 1756 e extinto nas primeiras décadas do século XIX.
- Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 94.
- (26) ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 59, 92, 144 e 146. BRASIL, A. A. do. Op. Cit. (1961) P. 60.
- (27) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 62, 90 e 91.
- (28) ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 59.
- (29) Idem. Ibidem. P. 74 e 75.
- FOHL, J. E. Op Cit. P. 132.
- SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. cit. P. 82.
- (30) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 125.
- (31) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 61.
- (32) Idem. Ibidem. P. 62, 69, 87 e 90-92.
- FOHL, J. E. Op. Cit. P. 133.
- (33) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 93.
- (34) Idem. Ibidem. P. 97 e 98.
- FOHL, J. E. Op. cit. P. 156.
- CHAIM, Marivone de M. Os Aldamentos Indígenas na Capitania de Goiás. Sua Importância na Política de Fovoamento (1749-1811). Goiânia: Oriente, 1974. P. 126.
- (35) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 156.
- CHAIM, M. de M. Op. Cit. P. 127.

(36) Matutina Meyapontense no. 292, de 09/02/1832. Goiânia: Convênio SUDECO/ Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás, 1979. Edição Fac-Símile.

(37) Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Goyaz na sessão ordinária de 25/05/1859, pelo Exmo. Presidente, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira. Goyaz: Typographia Goyazense, 1859. P. 54. A.N./RJ.

(38) Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio Manoel de Araújo e Mello, passou a administração da Província ao seu sucessor, o Exmo. Sr. José Martins Pereira de Alencastre, em 22/04/1861. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1861. P. 3.

(39) Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária em 01/06/1861, pelo Exmo. Presidente da Província José Martins Pereira de Alencastre. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1961. P. 4. A.N./RJ.

(40) Relatório com que o Exmo. Sr. Francisco Januário da Gama Cerqueira entregou a administração da Província de Goyaz ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Manoel de Aragão e Mello em 30/09/1859. Goyaz: Typographia Goyazense, 1859. P. 65. A.N./RJ.

(41) Relatório com que o Exmo. Sr. Fulgêncio Firmino Simões,

Presidente desta Província entregou a administração da mesma ao Exmo. Sr. 2o. Vice-Presidente Brigadeiro Felicissimo do Espírito Santo em 20/10/1887. Goyaz: Typographia Provincial, 1887. P. 7. A.N./RJ.

(42) Relatório ... Francisco Januário da Gama Cerqueira em 25/05/1859. Op. Cit. P. 55 e 56.

(43) Idem, Ibidem. P. 55 e 56.

(44) Relatório apresentado pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Aristides de Souza Spindola, ex-presidente da província no acto de passar a administração ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues Moraes em 27/12/1881. Typographia da Tribuna Livre. P. 17. A.N./RJ.

(45) NETO, Carlos A. Moreira. Op. Cit. P. 271.

(47) Relatório que o Exmo. Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira Presidente da Província de Goyaz leu na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província em 01/06/1869. Goyaz: Typographia Provincial, 1870. P. 19. A.N./RJ.

- Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exmo. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, Presidente da Província, em 01/06/1876. Goyaz: Typographia Provincial, 1876. P. 31 e 32. A.N./RJ.

- Relatório com que o Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Cornélio Pereira Magalhães Presidente da Província de Goyaz passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. 1o. vice-Presidente Dr.

Theodoro Rodrigues de Moraes em 20/06/1882. Goyaz: Typographia Provincial, 1883. P. 2. A.N./RJ.

(48) FERREIRA, M. R. Op. Cit. P. 381.

(49) Akue é a auto-denominação de sociedades indígenas, cujos remanescentes na atualidade são os Xakriabá, Xerênte e Xavánte. Os Akue pertencem ao tronco Macro-Jê e da família Jê. ver: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas Brasileiras - Para o Conhecimento das Línguas Indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986. P. 47 e 48. coleção: Missão aberta Vol. 11.

(50) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 72.

(51) NIMUENDAJU, C. Op. Cit. 1942. P. 1 e 2.

(52) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 334.

(53) MATTOS, R. J. da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. R.I.H.G.B. Tomo 37/38. Rio de Janeiro, 1874. P. 19 e 20.

(54) MATTOS, R. J. da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Goiânia: Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979. P. 153.

(55) OTT, Carlos. Pré-História da Bahia. Salvador: Aguiar & Souza, Livraria Progresso Editora, 1958. P. 26 e 27 - Coleção de Estudos Brasileiros, Série Marajoara, No. 24.

(56) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 185.

- (57) CHAIM, M. de M. Op. Cit. P. 78 e 79.
- (58) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 71.
- (59) Idem. Ibidem. P. 82 e 83.
- (60) Idem. P. 82 e 83.
- (61) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 125.
- (62) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 48.
- (63) CHAIM, M. de M. Op. Cit. P. 117.
- (64) Idem. Ibidem. P. 120-122.
- (65) Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1855, o Exmo. Presidente da Província Antônio Cândido da Cruz Machado. Goyaz: Typographia Goyazense, 1855. P. 29. A.N./RJ.
- (66) OTT, C. Op. cit. P. 26.
- (67) Idem. Ibidem. P. 27.
- (68) Idem. P. 27 e 28.
- (69) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1986. P. 48.
- (70) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.B. P. 19 e 20.
- (71) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 239.
- (72) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 120.
- BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1961. P. 67.
- (73) MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. R.I.H.G.B. P. 19.
- RODRIGUES. A. D. Op. Cit. 1986. P. 48.

- (74) NIMUENDAJU, C. Op. Cit. 1942. P. 2.
- (75) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 83, 84, 88 e 94.
- (76) Idem. Ibidem. P. 83 e 84.
- (77) Idem. P. 83, 84, 87 e 88.
- (78) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 133 e 134.
- (79) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84, P. 97.
- (80) O nome deste aldeamento foi supostamente em homenagem ao marido e tio de D. Maria I, rainha de Portugal.
- (81) LAZARIN, Rita Heloisa da Almeida. Op. Cit. P. 143-155.
- RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização - A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. 5a. Ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- (82) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 229, 261 e 262.
- SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 90.
- Subsídios para a História da Capitania de Goyaz - (1756-1806). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 47.
- Relatório com que o Ex-Presidente para Província de Goyaz, Sr. Dr. Eduardo Olímpio Machado, entregou a presidência da mesma, ao seu sucessor o Exmo. Sr. Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes em 21/08/1850. Goyaz, Typographia Provincial, 1850. P. B. A.N./RJ.
- (83) Relatório que a Assembleia Legislativa de Goyaz

apresentou na sessão ordinária de 01/08/1848, o Exmo. Vice-Presidente da mesma Província, Antônio de Pádua Fleury. Goyaz: Typographia Provincial, 1848.

(84) Ofício do Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury para o Capitão Ladislau Pereira de Miranda em 02/02/1839. P. 134. In: 1835-1839: Registro de Ofícios e

Ordens Expedidas pelo Governo Provincial a Diversos. A.H.G.

(85) Relatório ... Francisco Januário da Gama Cerqueira 1859. Op. Cit. P. 53.

(86) Exposição que fez o Sr. Major de Engenharia Dr. Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim sobre a viagem ao Araguaya. Goyaz, 15/11/1879. P. 15. Anexo do Relatório de 1880. A.N./RJ.

(87) Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806) R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 47.

(88) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 260.

(89) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 312 de 27/03/1832.

(90) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1835-1843 (relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc.)... Goiânia: Ed. UCG, 1986. P. 115. Memórias Goianas 3.

(91) Ofício do Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury para o Capitão Ladislau Pereira de Miranda em



- 02/02/1839. Op. Cit. F. 134.
- (92) Relatório ... Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. F. 32.
- (93) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. F. 178.
- MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. 1979. P. 102.
- (94) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. F. 178.
- FOHL, J. E. Op. Cit. F. 272.
- MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. 1979. P. 101 e 102.
- Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. F. 76-80.
- (95) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. F. 127.
- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 375 de 10/10/1832.
- Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. F. 113.
- (96) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. F. 107.
- FOHL, J. E. Op. Cit. F. 122.
- Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. F. 76-80.
- (97) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 222.
- Relatório... Antônio de Pádua Fleury - em 01/08/1848. Op. Cit. F. 27.
- (98) FOHL, J. E. Op. Cit. F. 122.
- (99) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura

Goiana. Op. Cit. 1986. P. 76-80.

(100) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 332-336.

(101) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 272.

(102) BRASIL, A. Americano do (1892-1932). Pela História de Goiás: Introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980. P. 104. Coleção Documentos goianos 6.

(103) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 229, 231, 232 e 266.

- Relatório ... Antônio Manoel de Araújo e Mello - em 22/04/1861. Op. Cit. P. 3.

- Fala que recitou o Presidente da Província de Goyaz, o Dr. Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província em 01/05/1850. Goyaz: Typographia Provincial, 1850. P. 8. A.N./RJ.

- Ofício do Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury para o Ministro dos Negócios do Império em 03/08/1839. No. 130, P. 17 e 18. In: 1838 - 1845 Ofícios da Presidência da Província para os Ministérios do Império, Marinha e Estrangeiros. A.H.G.

(104) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 185 e 186.

(105) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 269 de 17/12/1831 e no. 391 de 05/12/1832.

- Ofício do Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo

Fleury ao Sr. Bernardo Pereira Vasconcelos, Ministro dos Negócios do Império. No. 102. P. 1 e 2. In: 1838 - 1845 Ofícios da Presidência da Província para os Ministérios do Império, Marinha e Estrangeiros. A.H.G.

- Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 114.

(106) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 107.

(107) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 185.

(108) MATTOS, R. J. da. Cunha. Op. Cit. 1979. P. 131.

(109) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 189.

(110) MATTOS, R. J. da Cunha Op. Cit. 1979. P. 182.

(111) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 158.

(112) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 309 de 20/03/1872.

(113) POHL, J. E. Op. Cit. P. 272.

(114) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 37.

(115) Resolução no. 25 - Leys Goyanas. Tomo. 1. A.H.G.

(116) Ofício do Presidente da Província José Rodrigues Jardim para as Câmaras Municipais Porto Imperial, Ponta!, Carmo e Natividade em 22/10/1835. P. 76, 77 e 89. In: 1834-1835 Portarias e Ofícios da Presidência para as Câmaras Municipais e Juizes de Orfãos. A.H.G.

(117) Universidade Católica de Goiás. Centro de cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 76-80.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 427 de 10/04/1833.  
BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 104.
- Ofício do Presidente da Província Pe. Luiz G. de C. Fleury  
ao Ministro dos Negócios do Império em 03/08/1839, no. 130.  
Op. Cit. P. 17 e 18.
- Ofício do Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo  
Fleury em 02/02/1839. P. 134. e Ofício do Presidente da  
Província Luiz G. de C. Fleury em 31/05/1839. P. 139 e 140.  
In: 1835-1839 Registro de Ofícios e Ordens Expedidas pelo  
Governo Provincial a diversos. A.H.G.
- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 463 de 14/08/1833.  
(118) Ofício do Presidente da Província Pe. Luiz Gonzaga de  
Camargo Fleury para as Câmaras Municipais de Natividade,  
Porto Imperial e Carolina em 01/03/1839. P. 71. In: 1837-  
1842 Correspondência da Presidência para as Câmaras e  
Juizes. A.H.G.
- (119) Idem. Ibidem. P. 71.
- (120) 1840-1843 - Correspondência da Presidência da  
Província para a Diretoria da Fazenda. P. 54. A.H.G.
- Relatório ... Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira -  
em 25/05/1859. Op. Cit. P. 52.
- Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz  
apresentou na sessão ordinária de 01/09/1854, o Presidente  
da Província Antônio Cândido da Cruz Machado. Goyaz:

- Typographia Goyazense, 1854. P. 20 e 25. A.N./RJ.
- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 391 e 05/12/1832.
- (121) Ofício da Câmara Municipal de Porto Imperial para o Presidente da Província Dr. José de Assis Mascarenhas em 13/07/1840. In: 1837-1842 Correspondência da Presidência Para as Câmaras e Juizes. A.H.G.
- (122) Relatório ... Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 31.
- Relatório com que o Vice-Presidente da Província de Goyaz, o Exmo. Sr. Desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira entregou a presidência da mesma ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Ferreira França, em 27/04/1865. Goyaz: Typographia Provincial, 1867. P. 10. A.N./RJ.
- (123) Relatório que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 01/05/1851 o Exmo. Presidente da mesma Província, Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes. Goyaz: Typographia Provincial, 1851. P. 43. A.N./RJ.
- (124) Ver Relatórios dos Presidentes de Província de 1851 a 1886. A.N./RJ.
- RAVAGNANI, Osvaldo Martins. Op. Cit. P. 103.
- (125) Ver Relatórios dos Presidentes da Província de 1855 a 1886. A.N./RJ.
- RAVAGNANI, O. M. Op. Cit. P. 103.
- (126) RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. P. 66 e 67.

- (127) Relatório ... Antônio Manoel de Araújo e Mello de 22/04/1861. Op. Cit. P. 3.
- (128) Relatório ... Francisco Januário da Gama Cerqueira. 1859. Op. Cit. P. 53 e 54.
- (129) Exposição ... Major Engenheiro Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 15.
- (130) Relatório ... Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado em 01/09/1854. Op. Cit. P. 25.
- (131) Relatório... Francisco Januário da Gama Cerqueira em 25/05/1859. Op. Cit. P. 53.
- Relatório ... Dr. Antônio Manoel de Araújo e Mello em 22/04/1861. Op. Cit. P. 3.
- (132) Relatório ... Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado, 1855. Op. Cit. P. 31 e 32.
- Exposição ... Major Engenheiro Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 49.
- (133) Relatório ... Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira - 25/05/1859. Op. Cit. P. 52.
- (134) Subsídios para História da Capitania de Goyaz (1756-1806). Tomo. 84. P. 47.
- (135) CHAIM, M. de M. Op. Cit. P. 129.
- (136) Relatório da Diretoria Geral dos Índios, Sr. Joaquim Bueno Fitaluga Caiapó - Diretor Geral em 28/04/1868. Goyaz: Typographia Provincial. 1869. P. 4. A.N./RJ.

- (137) Relatório ... Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes em 01/05/1851. Op. Cit. P. 43.
- (138) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 126.
- MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. R.H.I.G.E.B. P. 19-26.
- (139) Relatório ... Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira - 25/05/1859. Op. Cit. P. 53.
- (140) MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- (141) BALDUS, Hebert. Tapirapé, Tribo Tupi no Brasil Central. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1970. P. 59. "Brasiliana". Série Grande Formato, vol. 17.
- Relatório ... Dr. Antônio da Cruz Machado em 01/09/1854. Op. Cit. P. 25.
- Exposição ... Major Engenheiro Joaquim R. de M. Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 15.
- (142) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1986. P. 56.
- (143) COSTA, Maria Heloisa Fenelon. A Arte e o Artista na Sociedade Karajá. Brasília: FUNAI, 1974.
- (144) PALACIN, L. & MORAES, Maria A. S. História de Goiás. Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiás e Ed. Associada ABEU. 5a. Ed. , 1989. P. 6.
- (145) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 227.
- (146) Idem. Ibidem. P. 227.

- (147) Idem. P. 196.
- (148) Idem. P. 204 e 205.
- (149) Idem. P. 204.
- (150) CHAIM, M. de M. Op. Cit. P. 124 e 125.
- (151) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 332.
- (152) Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exmo. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis Presidente da Província em 01/06/1875. Goyaz, Typographia Provincial, 1875. P. 38. A.N./RJ.
- (153) Exposição ... Major Engenheiro Joaquim R. de M. Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 15.
- (154) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 205.  
- Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 115.  
MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19.
- (155) Relatório ... Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 34.  
- Exposição ... Major Engenheiro Joaquim R. de M. Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 14.
- (156) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19.
- (157) Relatório ... Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 34.
- (158) Exposição ... Major Engenheiro Joaquim R. de M. Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 14.

- (159) Relatório ... Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 32.
- (160) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 107. FOHL, J. E. Op. Cit. P. 137.
- Relatório ... Antônio de Pádua Fleury em 01/08/1848. Op. Cit. P. 25.
- Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 35 e 36. Salinas fundada em 1788 para reunir os Xavante e a aldeia S. Joaquim de Jamibu criada em 1845 para o mesmo fim. Ambos abrigavam índios Karajá e Javaé.
- (161) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1961. P. 111.
- Relatório ... José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862. Op. Cit. P. 4.
- (162) Idem. Ibidem. P. 13.
- Exposição ... Major Engenheiro Joaquim R. de M. Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 15.
- (163) Idem. Ibidem. P. 13 e 15.
- (164) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B.F. 19.
- (165) Exposição ... Major Engenheiro Joaquim R. de M. Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 15.
- (166) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. 1986. Op. Cit. P. 115.
- (167) Idem. Ibidem. P. 198.

- BALDUS, H. Op. Cit. 1970. P. 71.
- (168) COSTA, Maria H. F. Op. Cit. P. 17.
- (169) Ver: WÜST, Irmild. A Cerâmica dos Karajá de Aruanã.  
In: Relatório das Atividades. Goiânia: Gabinete de Arqueologia/UCG, 1975. (Mimeografado)
- SCHMITZ, F. I. & BARBOSA, A. S. Horticultores Pré-Históricos do Estado de Goiás. São Leopoldo : Instituto Anchietano de Pesquisas - UNISINOS, 1985. P. 33.
- BARBOSA, A. S. & ABREU, E. B. de F. e. Arqueologia. In: Relatório da I Etapa do Projeto Ilha do Bananal. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/UCG. 1985. P. 199-229.
- (170) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1986. P. 39.
- (171) RODRIGUES, A. D. Relações Internas na Família Linguística Tupi-Guarani. In: Revista de Antropologia. Separata dos volumes XXVII e XXVIII, São Paulo: Ed. da USP, 1984/1985.
- (172) ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 75.
- SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 87.
- (173) BALDUS, H. Op. Cit. 1970. P. 37.
- (174) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.  
- Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana.  
Op. Cit. 1986. P. 115.  
Relatório ... Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855.



- Op. Cit. P. 34.
- Exposição... Major Engenheiro Joaquim R. de M. Jardim -  
15/11/1879. Op. Cit. P. 15.
- (175) BALDUS, H. Op. Cit. 1970. P. 36.
- (176) Idem. Ibidem. P. 37 e 38.
- (177) Idem. P. 36.
- (178) Idem. P. 36.
- (179) Idem. P. 70.
- (180) RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. 1986. P. 58.
- (181) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1986. P. 56.
- (182) Idem. Ibidem. P. 56.
- (183) RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. 1986. P. 57.
- (184) Também denominados Afotogés. A correlação de parentesco é pela proximidade de suas aldeias e a dos Apinagés; habitando, desse modo, territórios próximos.
- (185) Língua semelhante a dos Macramecrás; ver FOHL, J. E. Op. Cit. P. 259.
- (186) Ou Macramecrans; são os Craós e também ditos Temembós. Ver: FOHL, J. E. Op. Cit. P. 256, 325, 328, 330 e 331.
- (187) Ou Temimbós, ou Temembus. Ver: SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127 e FOHL, J. E. Op. Cit. P. 256.
- (188) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 246.
- (189) NIMUENDAJU, Curt. Op. Cit. 1942. P. 4 e 5.
- (190) Segundo Aryon D. Rodrigues. Op. Cit. 1986.. P. 47. 45.

e 56. Os Apinagê consideram-se descendentes dos Timbira. Contudo, a língua dos Apinagê é mais próxima ao Kayapó. O autor acrescenta que a diferença entre as línguas Kayapó e Timbira não é grande.

(191) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.

ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 307.

MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.

- Universidade Católica de Goiás, Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 37.

(192) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.

(193) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. 1986. Op. Cit. P. 37.

(194) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 158.

(195) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1961. P. 93.

(196) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 114.

- Ofício no. 48 do Governador das Armas da Província de Goyaz o Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos ao Sr. João Gomes da Silveira de Mendonça, Ministro do Império em 23/02/1823. Pacote 161 217. A.N./RJ.

(197) MATTOS, R. J. da cunha. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.

(198) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.

(199) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 185.

- MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- (200) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- (201) Idem. Ibidem. P. 19-26.
- ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 252.
- (202) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- (203) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 37.
- (204) Relatório ... Antônio Cândido da Cruz Machado -1855. Op. Cit. P. 29.
- (205) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 476. 28/09/1833.
- POHL, J. E. Op. Cit. P. 122.
- (206) POHL, J. E. Op. Cit. P. 247-257.
- (207) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 325, 328, 330 e 331.
- (208) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- (209) Idem. Ibidem. P. 19-26.
- SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.
- (210) MELATTI, J. C. Índios e Criadores: A Situação dos Krahó na Área Pastoril do Tocantins. Instituto de Ciências Sociais da UFRJ. Monografia do I.C.S. Vol. 3, 1967. P. 15.
- (211) Idem. Ibidem. P. 15-20.
- (212) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- (213) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. 1986. Op. Cit. P. 37 e 211.

(214) Relatório ... Antônio de Pádua Fleury. 01/08/1848. Op. Cit. P. 27.

(215) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.

(216) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19.

(217) Ofício do Presidente da Província José Assis Mascarenhas para o Provedor da Fazenda. P. 40. In: 1837-1843 Correspondência da Presidência da Província para o Provedor da Fazenda. A.H.G.

(218) Os Índios Guaná eram habitantes do Mato Grosso, sendo um subgrupo Terena, de língua Aruak. Ver: RIBEIRO, D. Op. Cit. 1986. P. 80.

(219) NIMUENDAJU, C. Op. Cit. 1942. P. 4.

(220) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. 1979. P. 134.

(221) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19.

(222) Ver relatórios dos Presidentes da Província de Goyaz nos anos de 1855, 1858, 1869 e 1872. A.N./RJ.

(223) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1986. P. 56.

FERREIRA, M. R. Op. Cit. P. 381.

- Relatório... Ernesto Augusto Pereira - 01/06/1869. Op. Cit. P. 19.

MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19.

(224) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. 1979. P. 85.

Os grupos Tupinambá e Aricobé são sociedades já extintas. Ambas falavam língua Tupi.

- (225) FERNANDES, Florestan. Organização Social dos Tupinambá. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro. 1963. Capítulos I e II.
- (226) NIMUENDAJU, Curt. Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (1944). Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- (227) Relatório ... Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira. 25/05/1859. Op. Cit. P. 49.
- (228) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1986. P. 39.
- (229) Relatório ... José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862. Op. Cit. P. 12.
- (230) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1986. P. 56.
- (231) Relatório ... José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862. Op. Cit. P. 13.
- (232) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1986. P. 56.

C A P I T U L O II

2 - A FALSA ORIGEM MESTIÇA DOS

INDIOS AVA- CANOEIRO

Quando se fala em Avá-Canoeiro, surge a seguinte questão: quem são estes índios misteriosos cuja origem permanece ainda pouco explicada?

Atualmente persiste em determinados círculos de pesquisadores (01) do tema a suspeita de que os índios Avá-Canoeiro seriam descendentes dos índios Karijó que fugiram do domínio dos bandeirantes paulistas e estabeleceram comunidades autônomas ao longo do rio Tocantins, miscigenando-se com negros quilômboias.

O presente estudo possui outras perspectivas a respeito da origem desse grupo, desvinculadas completamente da visão mestiça. Fássemos, então, a analisar questões pertinentes à desmistificação de uma crença já enraizada há quase dois séculos.

### 2.1 - *A Tradição em Goiás*

Segundo as fontes pesquisadas, surge no século XIX a hipótese da origem cafusa dos Avá-Canoeiro. Esta versão mestiça do grupo fundamenta-se apenas na tradição oral da população goiana do século XIX. Convém lembrar que os Avá-

Canoeiro também eram denominados, no século XVIII, de Xavãnte de canoa. Tudo indica que os antigos vinculavam esses índios ao grupo Xavãnte. No século XIX a alusão aos Avá-Canoeiro ligados aos Xavante vai perdendo força, cedendo espaço à suspeita da ligação entre os Avá-Canoeiro e os Karijó fugitivos das bandeiras paulistas.

Vejam os como as fontes históricas tratam deste assunto.

As obras dos autores da tradicional historiografia goiana, como Luiz Antônio da Silva e Souza, Johann Emmanuel Pohl, Raymundo José da Cunha Mattos, José Martins Pereira de Alencastre, José Vieira do Couto de Magalhães, entre outros, referem-se aos índios Avá-Canoeiro em constante conflito com o colonizador. Contudo, dentre os autores mencionados, apenas Cunha Mattos (1824) e Couto de Magalhães (1863) comentaram a respeito da origem mestiça dos Avá-Canoeiro.

Fontes históricas anteriores, como Silva e Souza (1812) e Pohl (1819), nada dizem sobre a origem miscigenada do grupo em questão. Convém esclarecer que Silva e Souza, ao escrever "Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Causas mais Notáveis da Capitania de Goyaz", consultou os arquivos e solicitou dos arraiais informações de que necessitava, mas não viajou para conferir in loco as observações que obtivera. Pohl, biólogo austriaco, visitou,

por sua vez, povoados do Norte da Capitania de Goiás, como São Félix, Chapada, Traíras, São José do Tocantins, Agua Quente, Cocal etc., locais estes de intensas lutas entre índios Avá-Canoeiro e colonos.

Raymundo José da Cunha Mattos, Governador das Armas em Goiás entre 1823 e 1826 (02), escreveu a "Chorographia Histórica da Provincia de Goyaz", através de pesquisa bibliográfica nos arquivos e dos dados que coletou durante sua viagem por quase toda a Provincia de Goiás. Em sua estadia no arraial de São Félix, Cunha Mattos obteve a informação de que os índios Karijô eram conhecidos nesta Provincia como Canoeiros, descendentes dos índios que Bartolomeu Bueno da Silva Filho trouxe em sua bandeira para o serviço da mineração e defesa do gentio do sertão goiano. Mas estes índios fugiram na ocasião em que Bueno se perdera, próximo do rio Paraná. (03) Os Canoeiro seriam, segundo ele, mestiços dos índios Karijô com negros fugidos do quilombos.

(04)

O Vice-Presidente da provincia de Goiás, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, em relatório datado de 1842, informa que "os Canoeiros segundo as antigas tradições, são os Carijós, que fugiram de Anhanguera e entranharam-se pelas matas".(05)

Couto de Magalhães, presidente da Provincia de

Goiás em 1863 e 1864, em sua obra "Viagem ao Araguaia", escreveu sobre a origem dos Avá-Canoeiro: "A tradição em Goiás é, a meu ver, mais racional; aí se diz que, na ocasião de uma desavença havida em São Félix, (06) entre João Leite Ortiz e Bartolomeu Bueno da Silva Filho, descobridores da província, Ortiz tomou para o Norte com os índios Carijós que havia trazido de São Paulo; que estes, chegada a oportunidade, fugiram para os matos, voltando ao estado selvagem; e fundaram a tribo dos Canoeiros; de sorte que, segundo esta tradição, os Canoeiros são os mesmos Carijós".

(07)

Esse mesmo autor lembrou-se ainda dos fatos que foram contados pelo ex-presidente da Província de Goiás, o Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que informara a Couto de Magalhães a respeito da origem mestiça dos índios em questão, dizendo que os mesmos tinham conhecimento de nossa língua, costumes e religião. Fleury esteve no Norte da província durante o movimento separatista entre 1822 e 1824, (08) e neste período os Avá-Canoeiro estavam em guerra com o colonizador. Com certeza Fleury teve contato com a população afetada pelos conflitos com os indígenas e transmitiu essas impressões de que os índios conheciam a cultura do colonizador. Isso demonstra, ao modo de analisar de Fleury, que são mesmo os Carijós, pois já possuíam o conhecimento da

língua e cultura dos primeiros exploradores de Goiás.

A certeza com que fala Couto de Magalhães a respeito da origem desses índios residia na análise que fez do pequeno vocabulário Avá-Canoeiro coletado entre um casalzinho desse grupo que vivia juntamente com índios Xavãnte e Javaé no aldeamento indígena de Estiva. (09) Através de tal vocabulário, Couto de Magalhães constatou que se tratava de um grupo indígena Tupi. A partir daí o autor inferiu que os Avá-Canoeiro e os Karijó eram um só grupo.

Com o vocabulário Avá-Canoeiro coletado por Couto de Magalhães, dissipou-se a suspeita que ele tinha sobre a origem do grupo em questão. O autor pensava ser os Avá-Canoeiro pertencentes ao grupo Xavãnte, pois esta era a versão contida no "Diccionario Geographico do Brasil", no artigo "Chavantes": "- índios valorosos, porém inclinados a roubar, que dominavam as matas do Tocantins e discorriam com suma destreza, motivo porque os primeiros exploradores portugueses lhes deram o nome de Canoeiros." (10)

Como se pode notar era apenas uma tradição em Goiás atribuir aos Avá-Canoeiro a descendência Karijó. Cunha Mattos, Azevedo e Couto de Magalhães aceitaram esta explicação, sobre a origem do grupo, como verdadeira. Mas o modo como eles colocaram a questão difere: Couto Magalhães não se refere a negros; Cunha Mattos não menciona o suposto

desentendimento entre Bartolomeu Bueno e seu genro Ortiz, o que resultaria na cisão da bandeira - na verdade não houve desentendimento algum entre ambos, como se verá mais adiante.

## 2.2 A Estrutura da Bandeira de Bartolomeu Bueno

Há divergências entre os autores clássicos quanto à estrutura da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva. Silva e Souza fala numa expedição com mais de duzentos integrantes, e não se refere a índios. (11) Cunha Mattos se refere a cem homens de guerra, dois religiosos, quarenta cavaleiros, e mais um considerável número de índios Karijó. (12) Já Alencastre diz que a expedição de Bueno possuía um contingente superior a duzentos homens. (13)

A fonte histórica que possui uma enorme riqueza de detalhes é o relato do Alferes José Peixoto da Silva Braga, um dos participantes da expedição do Anhanguera. Este relato foi escrito em 1734, a pedido do Padre Diogo Soares, no local denominado Passagem das Congonhas, Minas Gerais. Sobre a composição da bandeira, Braga escreve:

"Sai da cidade de São Paulo a três de julho de 1722. em companhia do Capitão Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera de alcunha, que era o cabo da tropa, com 39

cavalos, 2 religiosos Bentos Frei Antônio da Conceição, e Frei Luiz de Sant'Ana, um franciscano Frei Cosme de Santo André, e 152 armas, entre as quais iam também 20 índios, que o Sr. Rodrigo Cesar, general que então era de São Paulo, deu ao cabo Bartolomeu Bueno, para a condução de cargas e necessário. Dos brancos quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia e cinco ou seis paulistas com seus índios negros e todos à sua custa". (14)

Feio relato do Alferes Braga, o número de pessoas livres que acompanhavam Bueno era aproximadamente cento e sessenta pessoas, acrescentam-se a esse tanto os negros e índios que estes homens livres levavam.

João Leite Ortiz, genro do Anhanguera, partiu de São Paulo um pouco depois de seu sogro, levando trinta e cinco escravos seus, vinte e oito cavalos e vários homens de sua companhia; entre os brancos e escravos, comandava ainda oitenta e sete homens de armas. Pedro Tacques, sobrinho de Ortiz, informa que a expedição de Bueno compunha-se de quinhentas pessoas aproximadamente. (15)

A bandeira de Bueno parece ter sido bastante numerosa, sendo impossível de se contar o número de brancos, escravos, negros e índios a partir da documentação existente. Além do mais, nos séculos XVI, XVII e XVIII os índios administrados eram denominados negros, (16) e em São

Paulo, naquela época, havia poucos escravos de origem africana devido ao seu alto custo, sendo que as vilas paulistas eram muito pobres. Chamavam, então, de escravos os índios capturados em "guerra justa". Portanto, não se pode precisar o número de índios que compunha a bandeira, e muito menos saber a qual grupo indígena estes pertenciam.

Ao pesquisar a estrutura da bandeira do Anhangüera, podem-se observar as informações conflitantes num e noutra clássica. Entretanto, através de documentos oficiais, de recentes pesquisas históricas e da descoberta de antigos documentos permitem-se esclarecer os pontos obscuros e os erros cometidos pelos clássicos da historiografia goiana.

Couto de Magalhães e Silva e Souza referem-se a uma desavença entre Bartolomeu Bueno e seu genro Ortiz, no que resultou a cisão da bandeira. Na verdade isto não aconteceu. Houve desentendimentos, mas foram entre Bueno e os emboabas (portugueses de nascimento), os quais pediam ao Anhangüera que fizesse a resenha do local onde havia ouro, mas Bueno sempre protelava as explicações, gerando ódio e ressentimento. Ortiz, segundo o relato de Braga, sempre procurou apaziguar os desentendimentos ocorridos entre o Anhangüera e os emboabas. Bueno e Ortiz chegaram a São Paulo em 21 de setembro de 1725 e escreveram ao governador, dessa Capitania, em 23 de dezembro do mesmo ano, dando conta

oficialmente dos resultados da expedição. (17) Fortanto, Bueno e Ortiz voltaram juntos para São Paulo. Durante a viagem, quando a expedição se encontrava próxima do rio Tocantins, o Alferes Braga e duas dezenas de pessoas aproximadamente, entre elas alguns companheiros e seus escravos descontentes com a atuação do Anhanguera e padecendo fome e necessidades, resolveram descer o rio Tocantins até o Pará, abandonando a bandeira. (18)

Na expedição comandada por Bartolomeu Bueno, houve muitas mortes por fome e conflitos com índios, além de deserções e fugas. Os documentos não informam o número de pessoas que retornaram a São Paulo na comitiva do Anhanguera.

### 2.3 - A Procedência dos Karijó

Os índios que integravam a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, segundo Cunha Mattos e Couto de Magalhães, eram os Karijó. Em recente pesquisa, o professor John M. Monteiro informa que o termo Karijó tornou-se genérico e associado diretamente à escravidão indígena em São Paulo colonial. Ainda segundo Monteiro, no século XVIII, o termo Karijó já deixara de ter uma conotação que referia a povos de origem Guaraní, como é o caso dos índios Karijó. (19)

As pesquisas de Monteiro indicam que os índios que compunham a bandeira do Anhangüera não eram necessariamente índios Karijô de origem Guarani, mas sim índios escravizados de origem étnica diversa.

Apesar da conotação genérica do termo Carijô para índios cativos, vejamos qual era a ligação dos paulistas com os índios Karijô propriamente ditos.

Os índios Karijô eram habitantes das terras desde a oitenta léguas da Capitania de São Vicente e dali até o rio da Prata. Métraux situa-os entre a barra da Cananéia e o Rio Grande do Sul. (20) Já o Padre Jesuíta Ignácio Siqueira, que viveu entre os índios, diz que seu território estendia-se por cento e sessenta léguas pela costa, ia de Nordeste a Sudoeste, englobando a Ilha de Santa Catarina até o rio da Prata. (21) Enfim, os Karijô habitavam toda a costa do Estado do Paraná até a lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul, e uma faixa do interior do Estado do Paraná até próximo de Assunção. (22) Para um território tão vasto, segundo Monteiro, o etnônimo Carijô referia-se desde meados do século XVI aos grupos Guarani em geral. (23)

Os índios Karijô sofreram um período de preação muito intenso, iniciando-se por volta de 1560 até 1654, quando o território Karijô já se encontrava praticamente vazio. (24)

Taunay e Serafim Leite falam de uma expedição paulista preadora em 1585 ou 1586 comandada pelo capitão Jerônimo Leitão e que apreendeu muitos Karijó. Estas expedições de captura estavam sendo comuns no Brasil, apoiadas pelos moradores das principais vilas paulistas. Algumas vezes tais expedições eram impedidas pelos jesuítas.

(25)

Os padres da Companhia de Jesus viajavam para o Sul a fim de catequizar os índios. No início do século XVII, eles tentaram estabelecer a missão dos Fatos (na região da lagoa dos Fatos), o que não foi possível por não haver povoação portuguesa próxima. Assim, através das viagens realizadas pelos jesuítas, que buscavam salvar almas e proteger os índios contra a escravidão, obtiveram-se notícias das expedições preadoras.

Ainda segundo informações dadas pelos padres jesuítas, parece que estas expedições eram constantes, onde os próprios índios Karijó capturavam seus parentes, entregando-os aos coionos em troca de bugigangas que na época denominavam-se resgates. (26)

Conta o Padre Ignácio Siqueira que durante sua estada no território Karijó, em 1635, encontrou-se com dois homens que disseram que iriam cinquenta compradores de Karijó com seus resgates costumados. (27) E ainda informa

que nesta mesma época havia sessenta e duas embarcações de várias capitâneas no porto da laguna, que iam lá para o resgate dos Karijó. (28) Os portugueses (nome genérico referindo-se aos brancos) confessaram ao padre Siqueira que já haviam levado mais de cento e vinte mil índios Karijó, fazendo-os escravos. (29) Porém, Monteiro avalia que antes de 1640 o número de cativos Karijó (ou Guarani) tenha atingido provavelmente até cinqüenta mil indivíduos. (30)

Portanto, é de se observar que o ciclo de preações que houve nos séculos XVI e XVII provocou o despovoamento indígena da costa e dos sertões do Sul.

Neiva informa que em São Paulo se desenvolveu, mesmo com a bula do Papa Paulo II, uma infreável preação indígena em quatro frentes: a do sertão dos Karijó; a do sertão dos Tupiãe (e outras denominações) que habitavam o vale do São Francisco; a frente do sertão do Paraupava habitado pelos Kiltreiros, Karajá e outros, e a do sertão dos Goiás, habitado pelos índios Goiás. Foram noventa anos de preação, dizimando e pacificando os indígenas, para depois continuarem a conquista em busca de outras riquezas. (31)

Os paulistas, então, durante noventa anos, buscaram índios karijó nas matas e na costa do Sul do país, cativando-os e vendendo-os para outras capitâneas.

Dentro da perspectiva a que o termo Carijó se

referia no século XVIII - índios cativos ou administrados de diferentes etnias - certamente os paulistas trouxeram índios Carijó generalizados para servir às bandeiras. A presença de Carijó em Goiás significou a expansão paulista durante as primeiras décadas do século XVIII. (32) Na verdade há referências históricas registrando a presença desses índios na Capitania de Goiás. O governo de Luiz de Mascarenhas (1738-1742) utilizou-se dos serviços dos Carijó e da Companhia de bastardos para prevenir ataques dos Kayapó no caminho de Goiás para São Paulo. (33) E há referências de índios Carijó no aldeamento de São José de Mossâmedes, nas últimas décadas do século XVIII. (34)

Já que dispomos de recentes pesquisas apontando que o termo Carijó não significa índios de uma mesma etnia e sim um termo generalizado, como fica a hipótese da descendência Carijó atribuída aos Avá-Canoeiro? Monteiro acredita que um grupo significativo de cativos Carijó fugiu dos colonos em Goiás, estabelecendo em seguida comunidades autônomas ao longo do rio Tocantins, resistindo, assim, aos avanços da colonização. Estes Carijó passaram a ser denominados Canoeiros. O autor comentou ainda sobre uma possível e questionável origem Guarani. (35) Não queremos aqui discutir as hipóteses de Monteiro sobre os Carijó e os Avá-Canoeiro, porque o objetivo deste trabalho está voltado para a

discussão de outras questões. (36)

Optamos por seguir o caminho em que se considera que os Karijó eram verdadeiramente índios Guarani e não um termo generalizado. Esta estratégia faz parte dos argumentos que procuramos desenvolver neste capítulo, considerando haver uma tradição de estudos e especulações a respeito da origem mestiça dos Avá-Canoeiro.

#### 2.4 - *As evidências que refutam a teoria da origem cafusa dos Avá-Canoeiro*

##### 2.4.1 - Características lingüísticas dos Avá-Canoeiro e dos Karijó

O vocabulário colhido por Couto de Magalhães, junto ao casal Avá-Canoeiro que vivia na aldeia de Estiva, foi analisado por Curt Nimuendaju (1914) e por Paul Rivet (1924), que o classificaram como língua Tupi meridional, colocando os Avá-Canoeiro como descendentes dos índios Karijó (ou Guarani) de São Paulo. (37) Rivet comparou o pequeno vocabulário Avá-Canoeiro com o Guarani de Batista Caetano de Almeida Nogueira, com o Tupi do Padre Tastevin e com o Chiriguano dos padres Romano e Cattumar, inferindo desse modo que a tradição dos Avá-Canoeiro ligada aos Karijó

era correta. (38)

Estudos etnolingüísticos recentes sobre várias línguas indígenas brasileiras vêm rejeitar a hipótese de Nimuendaju e Rivet sobre a classificação dos Avá-Candoeiro como sendo de língua Tupi meridional.

O professor Aryon Dall'Igna Rodrigues (UnB-DF), em seu trabalho "Relações Internas na Família Lingüística Tupi-Guarani", procura realizar um estudo comparativo das línguas pertencentes à família Tupi-Guarani, selecionando elementos fonológicos, lexicais e gramaticais dessas línguas e relacionando-as em subconjuntos. Estes subconjuntos possuem certas características que permitem relacionar as línguas que demonstram um grau de semelhança maior entre si. E assim pode servir de auxílio "para diagnosticar o desmembramento de todo o conjunto de línguas da família Tupi-Guarani visto como resultante histórica de uma proto-língua pré-histórica". (39) Dos oito subconjuntos enumerados por Rodrigues, a língua Avá-Candoeiro se insere no subconjunto IV, guardando características lingüísticas mais afins com os Tapirapé (MT), Asurini do Tocantins (PA), Suruí do Tocantins (PA), Paracanã (PA), Guajajara e Tembé (MA). (40) Por outro lado a língua falada pelos índios Karijó (o Guarani antigo, como é designado) relaciona-se com o subconjunto I, juntamente com os índios Mbyá, Xetá, Mandiwa, Kaiwá, Guarani

Paraguai, Guayalé, Chiriguáho e Izoceno, línguas do Sul do Brasil, Leste do Paraguai e Noroeste da Argentina. Estes grupos indígenas com traços lingüísticos mais semelhantes estão bem mais próximos geograficamente. (41)

Rodrigues refere-se à tradição de que os Avá-Canoero seriam descendentes dos índios Karijó fugidos para o sertão goiano, e informa que, baseado na lista de palavras de Couto Magalhães (1863) e no registro de Harrison (1974), a língua de ambos registros era essencialmente a mesma, a qual é nitidamente distinta dos dialetos Guarani, entre os quais se encontra a língua dos antigos Karijó. Uma outra hipótese, continua Rodrigues, que poderia ser apresentada é a de que os Karijó das bandeiras do século XVII e XVIII poderiam ter abandonado o seu dialeto guarani, passando a usar a língua geral-paulista (o "Tupi austral"), a qual, segundo seus estudos anteriores, descendia do Tupinambá. Mas esta hipótese seria invalidada através dos dados fonológicos e lexicais, que não permitem identificar os Avá-Canoero como falantes de uma língua vinculada diretamente ao Tupinambá. (42)

Retornando às conclusões do professor John Monteiro sobre a questionável origem Guarani dos Karijó em Goiás, pode-se confrontá-las com os dados lingüísticos do professor Aryon Rodrigues. Supondo que os índios Karijó fugitivos dos

bandeirantes paulistas pertencessem a distintas etnias, eles deveriam se comunicar em alguma língua, provavelmente utilizando a língua geral, comum à maioria dos paulistas. Entretanto, segundo as análises do professor Aryon Rodrigues, nem o Guarani e nem a língua geral se vinculam à língua dos Avá-Canoeiro.

Os estudos realizados pelo professor Aryon Rodrigues rejeitam, então, a hipótese de Couto de Magalhães, Nimuendaju e Rivet que relacionam lingüísticamente os Karijó com os Avá-Canoeiro.

Assim, os índios Karijó e os Avá-Canoeiro, apesar de pertencerem à família lingüística Tupi-Guarani, compartilham semelhanças maiores com os grupos indígenas mais próximos geograficamente, e não entre si.

#### 2.4.2 - *Características físicas dos Avá-Canoeiro atuais*

Durante o ano de 1973, podia-se observar na imprensa nacional e principalmente na imprensa goianiense os informes sobre a expectativa do contato com os índios Avá-Canoeiro. (43) Estas reportagens colheram as impressões dos habitantes de vários municípios do Norte goiano por onde os índios movimentavam-se. Tais impressões diziam que os índios tinham pele escura e os cabelos encarapinhados, sugerindo,

desse modo, uma origem mestiça. Quando ocorreu o contato com um pequeno grupo de Avá-Canoeiro na região de Formoso do Araguaia, em novembro de 1973, cuja aparência era indiscutivelmente indígena, a própria imprensa questionou as informações que obtivera sobre os caracteres do grupo negróide vinculados a estes índios. Mais uma vez a suspeita da origem cafusa do grupo ficara sem uma resposta definitiva.

Pela observação direta dos traços físicos dos Avá-Canoeiro até então contatados (o grupo do Araguaia, contatado em 1973, e o grupo do Tocantins, em 1983), pode-se afirmar que são verdadeiramente indígenas.

Os critérios para a classificação biológica do homem em populações e grupos biológicos devem basear-se em características herdadas ou genéticas. (44) Os índios americanos estão classificados entre o grande grupo mongolóide. Este grupo biológico inclui também os habitantes da Ásia Central, Setentrional e Oriental e da Indonésia. Os índios Avá-Canoeiro possuem características biológicas essencialmente do grupo mongolóide. Os olhos são mongolóides; os cabelos são lisos, o que é comum no grupo mongolóide, e grossos. Os lábios são um pouco grossos, mas não tanto quanto os possuem os pertencentes ao grupo negróide, o qual constitui uma variante de grupos biológicos



FOTO 1: Agadmi - Grupo do Araguaia. Foto: Walter Sanches

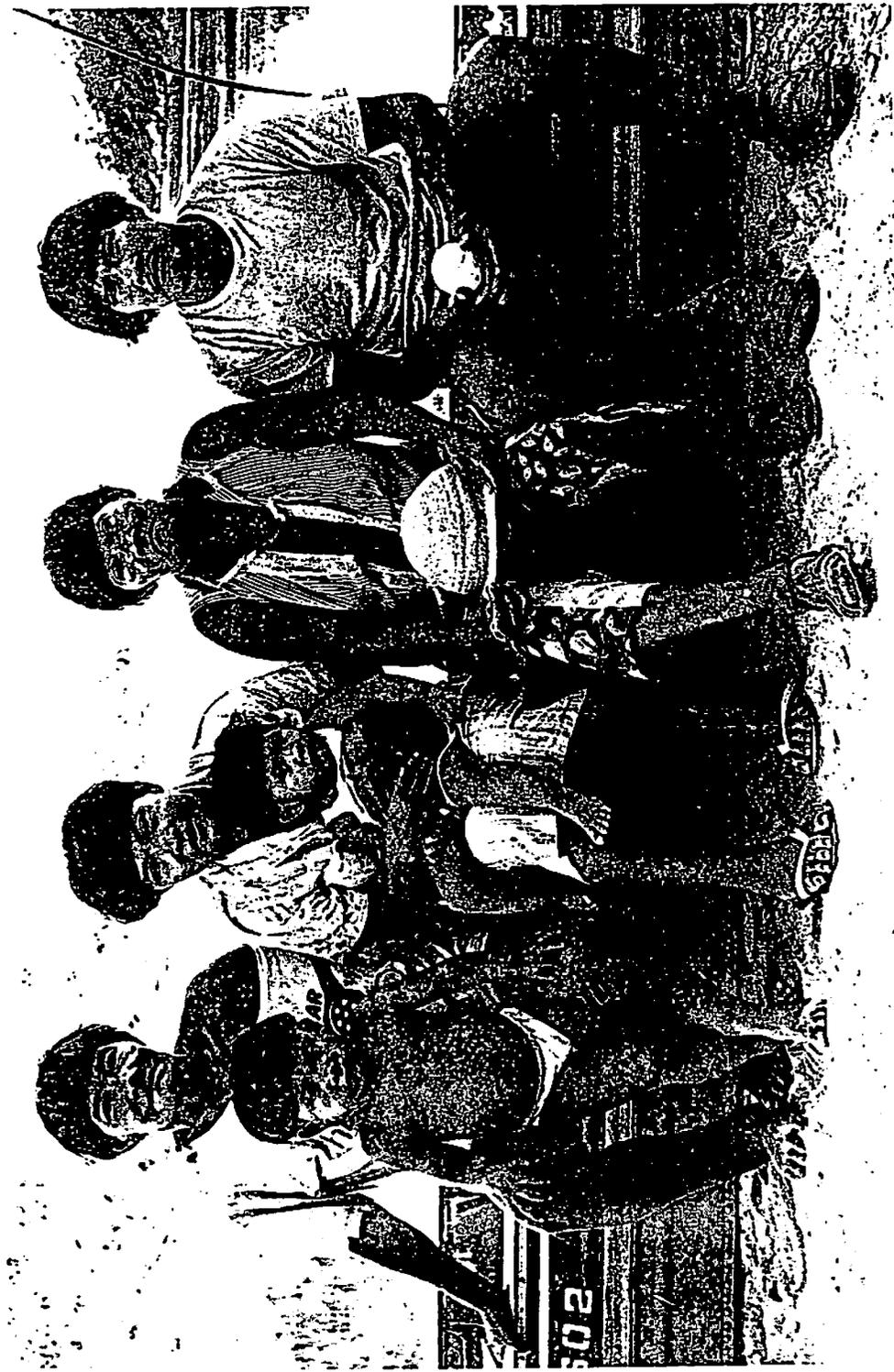


FOTO 2: Índios Avá-Canociro do Tocantins, tradicionais habitantes da Serra da Mesa as margens do rio Maranhão. Foto: Walter Sanches

realmente distintiva. (45) A pele dos índios americanos, inclusive a dos Avá-Canoeiro, é mais escura do que a da maior parte dos europeus, mas não tanto quanto a dos povos de áreas tropicais da Africa. Segundo Beals e Hoiijer, os índios americanos apresentam uma grande freqüência do grupo sanguíneo "O" e uma pequena porcentagem de A, sendo raros ou ausentes, os tipos B e AB. O tipo sanguíneo dos índios do grupo do Tocantins é "O".

Se porventura os Avá-Canoeiro fossem o resultado da miscigenação entre índios e negros, necessariamente apresentariam características biológicas o grupo negróide.

### 2.5 - *Banditismo: a teoria preconceituosa*

Na Capitania de Goiás, a partir de 1770, a exploração aurífera encontrava-se em franca decadência. A população dos povoados decadentes diminuiu sensivelmente em virtude do contingente de emigrantes que se deslocavam para outras áreas mineradoras. Aqueles que permaneceram voltaram-se para a economia agro-pastoril. Os povoados do Norte goiano foram os primeiros a ter os veios auríferos exauridos, e desde cedo já se dedicavam à criação de gado e à lavoura de subsistência.

Aos poucos, as fazendas iam ocupando terras onde havia índios, fato que provocou intensos conflitos com diversos grupos indígenas, inclusive com os Avá-Canceiro.

Os conflitos dos Avá-Canceiro com o colonizador iniciaram-se por volta da segunda metade do século XVIII e chegaram ao fim no início da segunda metade do século passado, perfazendo um total de cem anos de intensas lutas. A fim de expulsar o invasor de seu território, os Avá-Canceiro atacavam e atemorizavam os moradores das fazendas e povoados, destruindo o que podiam. Cunha Mattos fala na destruição de um grande número de fazendas de criação de gado nos distritos de Amaro Leite e Descoberto. O terror espalhado pelos índios em vários arraiais do Norte gerou grande ódio e medo na população.

Cunha Mattos, intrigado com as informações a respeito das hostilidades cometidas pelos Avá-Canceiro, e suspeitando que pertenciam ao grupo Xavãnte, (46) pesquisou entre a população do arraial de São Félix a veracidade da descendência mestiça destes índios, escrevendo: "Confesso que apesar de todas as diligências feitas para saber a origem desta bárbara tribo, nunca pude alcançar outras notícias senão de serem Karijó de São Paulo, que vieram com Bartolomeu Bueno, foi o que disseram pessoas bem informadas mas talvez elas estivessem pouco ao fato do negócio, e que

involuntariamente me enganassem". (47)

Talvez a curiosidade do Governador das Armas a respeito dos Avá-Canoeiro devesse às características peculiares desses índios - por serem extremamente belicosos, atacando, arrasando e destruindo arraiais e fazendas; além de serem tão arredios, avessos ao contato, não admitindo fala nem com o colonizador nem com os índios já contatados.

(48) Cunha Mattos vê uma explicação para essa atitude bárbara e insana dos Avá-Canoeiro, e escreve: "Os Canoeiros eram mestiços dos índios Karijó com negros fugidos dos quilombos. Como se vê, na expressão do vocábulo não são verdadeiros selvagens, mas um estranho amálgama, em que predomina o banditismo". (49)

O ódio e o medo, aliados ao preconceito com relação ao índio e principalmente ao escravo africano, levaram o povoado de São Félix a criar estórias misturando fatos históricos. Dessa forma poderia ter surgido a lenda envolvendo a origem dos Avá-Canoeiro.

Segundo a lenda, foi na região de São Félix que houve a cisão da bandeira e em seguida a fuga dos índios Karijó. Outro fator que possivelmente alimentou tal lenda foi a existência de um quilombo na região do rio Paraná, mas que foi destruído por volta de 1760 por ordem do governador João Manoel de Meilo. (50) A isto acrescenta-se a existência

de comunidades negras, também na região do rio Paraná. (51) Este local fica relativamente próximo ao arraial de São Félix (17 léguas em linha reta) podendo haver a suspeita que os índios Karijó miscigenaram-se com quilômbolas da região do Paraná. Toda lenda tem sua lógica.

O arraial de São Félix, fundado em 1736, para a exploração aurífera, foi bastante povoado, havendo uma casa de fundição do ouro que posteriormente transferiu-se para Cavalcante. (52) A partir do final do século XVIII até meados do século XIX, São Félix foi bastante hostilizada pelos Avá-Canoeiro, sofrendo o próprio arraial diversos ataques, bem como as fazendas e sítios do distrito. (53) A tradição oral, ainda forte nas antigas cidades dos atuais Estados de Goiás e Tocantins, revela que havia um grande preconceito contra os negros junto à população de São Félix. Conta uma informante (54) que neste arraial havia ruas onde os negros podiam transitar e outras proibidas a eles. Outro informante (55) relata que em certa ocasião não havia padre em São Félix e o arraial esperava por um outro que deveria substituir o anterior. Para recebê-lo os cidadãos importantes do arraial prepararam uma festa; e foram esperá-lo na entrada do arraial. Quando as pessoas ilustres viram que o padre era um negro, deram-lhe as costas. O religioso desgostoso não quis permanecer no arraial. E rogou uma



FOTO 3: Tuia, a única mulher em condições de procriar - Grupo do Tocantins. Foto: Walter Sanches

praga: a cidade acabaria. Esta "maldição" teria se realizado pois o arraial foi extinto; logicamente não pelos maus agouros do religioso, mas sim pela decadência da produção aurífera e pelos constantes ataques dos Avá-Canoeiro à população das redondezas do arraial. Fontes históricas (56) informam que estabelecimentos de lavoura e arraiais transformaram-se em verdadeiros desertos em virtude das hostilidades desses índios.

As evidências dos documentos históricos e da tradição oral levam a crer que a lenda da origem mestiça dos Avá-Canoeiro nasceu e difundiu-se na região de São Félix, povoado muito hostilizado pelos referidos índios. A população, então, por pavor destes, misturado com o preconceito em relação aos descendentes dos escravos africanos, vira uma combinação para ela muito infeliz, e que gerara bárbaros, impedindo, assim, o convívio e o progresso da região.

Alem do cruzamento preconceituoso entre negros e índios para formarem outro povo, os antigos suspeitavam de fascinoas que, temendo as leis, refugiavam-se entre os Avá-Canoeiro. Estes bandidos, segundo a documentação histórica, poderiam estar induzindo os índios a cometerem hostilidades contra os povoados e fazendas. (57)

A concepção ideológica dos habitantes das regiões que sofriam com as hostilidades desses índios levava a crer que a união de segmentos desprezados pela sociedade tais como negros, índios e bandidos, resultou nos Avá-Canoeiro. Possivelmente esta ideologia preconceituosa se reforçara, naquele tempo, pela constante recusa dos Avá-Canoeiro em se enquadrarem nos moldes dos colonizadores. Os Avá-Canoeiro não aceitaram nenhum tipo de contato pacífico com o colonizador; eles insistiam em permanecer autônomos, evitando o contato. E para que isto fosse possível, o grupo transformou seu modo de viver ao longo do tempo.

## 2.6 - *E a teoria cafusa ainda permanece ...*

É curioso observar que a teoria da origem miscigenada dos Avá-Canoeiro permanece em determinadas rodas de estudiosos contemporâneos. (58) Esta hipótese permaneceu até nossos dias por dois principais motivos: pelo desconhecimento da história desses índios (a história de Goiás tem ainda muito por se fazer) e porque há determinadas questões na história que não foram aprofundadas.

Discutiu-se nos itens anteriores deste capítulo o limite e o alcance dos documentos históricos e da tradição oral na busca de desvendar a verdadeira história da origem

do grupo em questão. Parecem estar claras as diferenças lingüísticas entre os índios Avá-Canoeiro e Karijó (ou Guarani). E acrescenta-se a isso o fato de que Carijó era, no século XVIII, um termo genérico que significava índios cativos, porém desvinculados da etnia Guarani. Além disso, os índios Avá-Canoeiro possuem características físicas distintas dos negros (descendentes dos escravos africanos).

Nossos apontamentos levam-nos a deduzir que os Avá-Canoeiro não são o resultado da fusão de indivíduos representantes desses dois grandes grupos raciais. Contudo não excluímos casamentos ocasionais entre índios Avá-Canoeiro, negros e brancos.

Com a invasão de seu território, os Avá-Canoeiro se dispersaram em grupos menores que tiveram histórias de vida diferentes entre si. Uns foram, por exemplo, para o Araguaia, enquanto outros permaneceram no Tocantins.

Há evidências históricas que levam a sugerir cruzamentos ocasionais entre índios e negros na região de São José do Tocantins (atual cidade de Niquelândia). O arraial de São José do Tocantins foi fundado em 1735 em virtude da extração do ouro. As notícias de ataques dos Avá-Canoeiro nesta localidade datam do final do Século XVIII.

(59)

O Presidente da Província de Goiás, Felipe Antônio

Cardoso, em nome do Conselho Geral da Província, elabora resoluções para a criação de presídios militares às margens do Araguaia e Tocantins, em 1832, objetivando defender os viajantes das hostilidades indígenas e apoiar a navegação. (60) Neste mesmo ano foi fundado o presídio do Xambá na confluência dos rios Maranhão e Bagagem. (61) Este presídio tinha a finalidade de proteger os habitantes de Traíras e São José do Tocantins contra os ataques dos índios e apoiar a navegação, dando proteção e fornecendo víveres e combustível às embarcações. Em 1834 o Presídio já apresentava dificuldades na manutenção do destacamento (62) e, com isto, parece que foi desativado por alguns anos. Em 1841 foi restabelecido o quartel do Xambá na mesma região por ordem do Presidente José Rodrigues Jardim. Esta medida já vinha sendo reclamada há tempos pelos habitantes do município de São José do Tocantins, que sofriam com as hostilidades dos Avá-Canceiro. Tal quartel esperava por missionários com o objetivo de atrair os índios (através de brindes) e catequizá-los. (63)

O presídio do Xambá, primeiramente fundado na foz do rio Bagagem, parece ter sido transferido, posteriormente, para as margens deste rio, em local a poucas léguas acima de sua foz. Um documento histórico informa em 1849 que o destacamento do Xambá não se encontrava às margens do rio





FOTO 4: Thrumak, primeira criança nascida após o contato - Grupo do Tocantins.

Foto: Walter Sanches

Maranhão. (64) A isto acrescenta-se que na região do baixo curso do rio Bagagem - nas fazendas conhecidas por Xambá e Jacó, no município de Niquelândia - há vestígios de edificações antigas que presumivelmente sejam do quartel. (65)

O destacamento do Xambá permaneceu na região durante toda a década de quarenta (66) e há notícias deste destacamento até por volta de 1953. (67) A partir daí não se tem referências na documentação histórica. Possivelmente o destacamento do Xambá tornou-se desnecessário em virtude da implantação do presídio Santa Bárbara na região (este localizava-se na margem esquerda do rio Maranhão) por volta de 1954. Quando, entretanto, o referido presídio começa a apresentar sinais de franca decadência (sua extinção foi decretada em 1981), na década de setenta, o município de São José do Tocantins solicita novamente destacamentos para patrulhar locais às margens do rio Maranhão desde a foz do rio das Almas até a foz do rio Bagagem, além de se cogitar a transferência do presídio Santa Bárbara para um local próximo da confluência dos rios Bagagem e Maranhão. (68)

A movimentação dos índios Avá-Canoeiro era constante em toda aquela região, daí a necessidade de arregimentar uma força militar para deter as incursões desses índios. Em virtude de insistentes pedidos da Câmara

Municipal de São José do Tocantins, o governo da Provincia transfere o presídio Santo Antônio para a confluência dos rios Maranhão e Bagagem em 1884, tomando a denominação de Nova Belém. (69) Este presídio, fundado com outro nome, também era conhecido pela antiga denominação - Xambá. A função do presídio era a mesma dos destacamentos: proteger os viajantes das hostilidades dos índios, procurar catequizá-los e apoiar a navegação e o comércio. (70) O presídio Nova Belém ou Xambá foi transferido, em 1886, para o local denominado Fozço Grande, situado às margens do rio Crixás em virtude da insalubridade de onde estava instalado, sob protestos da população de São José do Tocantins. (71)

A região onde foi instalado o presídio do Xambá foi ponto de vigilância durante quase todo o século XIX e não há dúvidas quanto à existência de aldeias Avá-Canoeiro nas redondezas naquela época.

Os habitantes de Niquelândia (São José do Tocantins ganhou esta nova denominação pelo Edital de 27/01/1944 em virtude da abundância de níquel da região) (72) comemoram a festa de Santa Efigênia dia 25 de julho . É uma festa popular onde os remanescentes dos antigos escravos que formam a Irmandade de Santa Efigênia dançam a Congada. Os congos usam na cabeça um penacho de penas de ema e um saioite. Segundo a tradição, esta dança foi aprendida com os

índios que viviam na região das fazendas Xambá e Jacó. (73)  
O quartel do Xambá encontrava-se sediado também nesta região. Diz a tradição da Irmandade Santa Efigênia que os soldados do presidio viviam atacando os índios em suas aldeias. Num destes ataques, os índios, pressentindo o que lhes aguardava, se prepararam com roupas de congo, feitas com folhas de gameleiras e penas, e saíram ao encontro dos soldados, dançando e tocando seus instrumentos musicais. Os - soldados, assustados com inesperada recepção, retiraram-se.

(74)

A tradição oral da população de Niquelândia guarda correspondência histórica, já que soldados permaneceram no Xambá durante quase um século, patrulhando, atacando as aldeias indígenas e tentando o contato. Um documento histórico ilustra com propriedade esta situação. Em ofício datado de 1849, o presidente da província "aprova as providências sobre a marcha do destacamento do Chambá , auxiliado de dezesseis praças de Guarda Nacional contra os Canoeiros, para eles se retirarem para o centro das matas".

(75) A tradição, mesmo que tenha distorcido um pouco a realidade, parece indicar um possível contato mais estreito entre índios e negros trabalhadores ou escravos de fazendas das redondezas do presidio do Xambá.

Há outros indícios de um possível contato mais

estreito entre os índios Avá-Canceiro e negros escravos ou não na região de Niquelândia. Neste município, a Sudeste da cidade, encontra-se um aglomerado de serras, locais prediletos dos quilômbolas e dos índios autônomos por serem de difícil acesso, mantendo-os, assim, distantes da dominação do colonizador.

Nestas serrarias, há um local denominado Boca da Mata, no qual os moradores de São José do Tocantins solicitaram, em 1879, ao governo da província a colocação de um presídio para proteger os viajantes que por ali passavam, temendo as hostilidades dos índios. (76) Este presídio, segundo o documento, serviria também para proteger os viajantes dos quilômbolas que se instalaram nas matas do Acaba Vida, local distante seis a sete léguas do lugar destinado ao assentamento do citado presídio. Neste lugar pretendia-se erguer uma fortaleza para a defesa contra os índios e quilômbolas, tidos como obstáculos ao progresso do comércio. (77) Contudo, tal presídio nunca foi edificado. Em relatório, o Presidente da Província Antero Cicero de Assis refere-se à necessidade de se erguer um presídio nas matas do Acaba Vida, lugar próximo à Boca da Mata, a fim de proteger os lavradores que fossem ali habitar contra as agressões dos índios. (78)

A existência de um quilombo nas matas do Acaba Vida



FOTO 5: Putdjawa, segunda criança nascida após o contato - Grupo do Tocantins.  
Foto: Walter Sanches

foi confirmada pela entrevista com um fazendeiro de Niquelândia, (79) que tem sua propriedade a aproximadamente vinte e dois quilômetros do rio Acaba Vida. Conta, este informante, que as serras formam um vão com terras férteis por onde corre o rio Acaba Vida, bastante piscoso e que deságua no rio Bagagem. Em suas andanças pelas matarias do Acaba Vida, encontrou vestígios da ocupação neo-brasileira: esteios velhos, alicerces de pedra; fornalha, dois jacobazeiros enormes etc. Ainda segundo o informante, não havia outro vestígio da presença humana naquele local. A partir de vinte cinco anos atrás é que se iniciou a ocupação das matas do Acaba Vida, anteriormente desabitadas e boas para caçadas. Porém, nenhum dos entrevistados em Niquelândia tinha conhecimento da existência deste antigo quilombo.

O mesmo informante conta que na localidade denominada Boca da Mata, onde os antigos queriam construir um presídio, havia muitos índios (há uns oitenta anos atrás) que apareciam numa bocaina; e até hoje o local se encontra pouco povoado. Foram encontrados, pelos moradores daquele local, cachimbos de argila.

As informações acima mencionadas confirmam a existência do antigo quilombo, que foi abandonado pelos seus moradores. Assim, infere-se que os quilombolas instalados próximos a locais de perambulação dos índios Avá-Canoeiro

tiveram contato com eles, já que ambos representam os dois segmentos mais perseguidos e desprezados pelo colonizador. Os Avá-Canoeiro talvez raptassem indivíduos dos quilombos para recompor a própria sociedade (tão desfalcada em virtude de guerras e fugas), como ainda o fazem atualmente. (80)

Os índios Avá-Canoeiro contatados em 1983, nas imediações do rio Maranhão, possuem um traço da cultura material nitidamente neo-brasileira: o cachimbo em forma trapezoidal. (81) Os grupos indígenas brasileiros, atuais ou pré-históricos, fazem seus cachimbos com outra forma, completamente distinta da forma neo-brasileira, usada por sertanejos do interior desde muitos anos. Isto pode indicar um contato mais estreito entre os índios e indivíduos neo-brasileiros (negros, brancos ou mestiços; enfim povos não autoctones).

Portanto a teoria de que os índios Avá-Canoeiro sejam o resultado da miscigenação entre Karijó e quilômbolas ainda não perdeu completamente a credibilidade, porque, além do desconhecimento da história dos Avá-Canoeiro, há fortes evidências do cruzamento ocasional entre grupos de Avá-Canoeiro e negros em determinadas localidades do território goiano.

## 2.7 - Avá-Canoeiro: denominação e auto-denominação

No século XVIII verifica-se a existência, na literatura disponível, de duas denominações que se referem ao grupo Avá-Canoeiro: "Canoeiros" e "Xavante de canoa". As referências de uma e de outra designação parecem estar relacionadas à posição geográfica deste grupo, que dominava um vasto território ao longo do rio Maranhão/Tocantins. Os índios chamados "Canoeiros", segundo a documentação histórica do século XVIII e do início do século XIX, movimentavam-se mais ao Norte, na região dos rios Santa Tereza, Almas e Cana Brava; bem como no Tocantins, Parangá, Manoel Alves e Barra do Palma. (82)

Já os denominados "Xavante de canoa" eram responsabilizados pelos estragos e abandono dos estabelecimentos rurais nas margens do rio Maranhão. (83) Ora, os arraiais auríferos do Norte da Capitania de Goiás que se encontravam próximos ao rio Maranhão? Tocantins eram: Barra do Palma, Chapada de S. Félix, Carmo, São Félix; São José do Tocantins, Traíras, Água Quente e Cocal. Os habitantes que permaneceram nestes povoados, quando a produção aurífera decaiu, partiram para o cultivo de roças nas férteis matas do rio Maranhão e para o estabelecimento de fazendas de gado, fixando-se, desse modo, nas terras

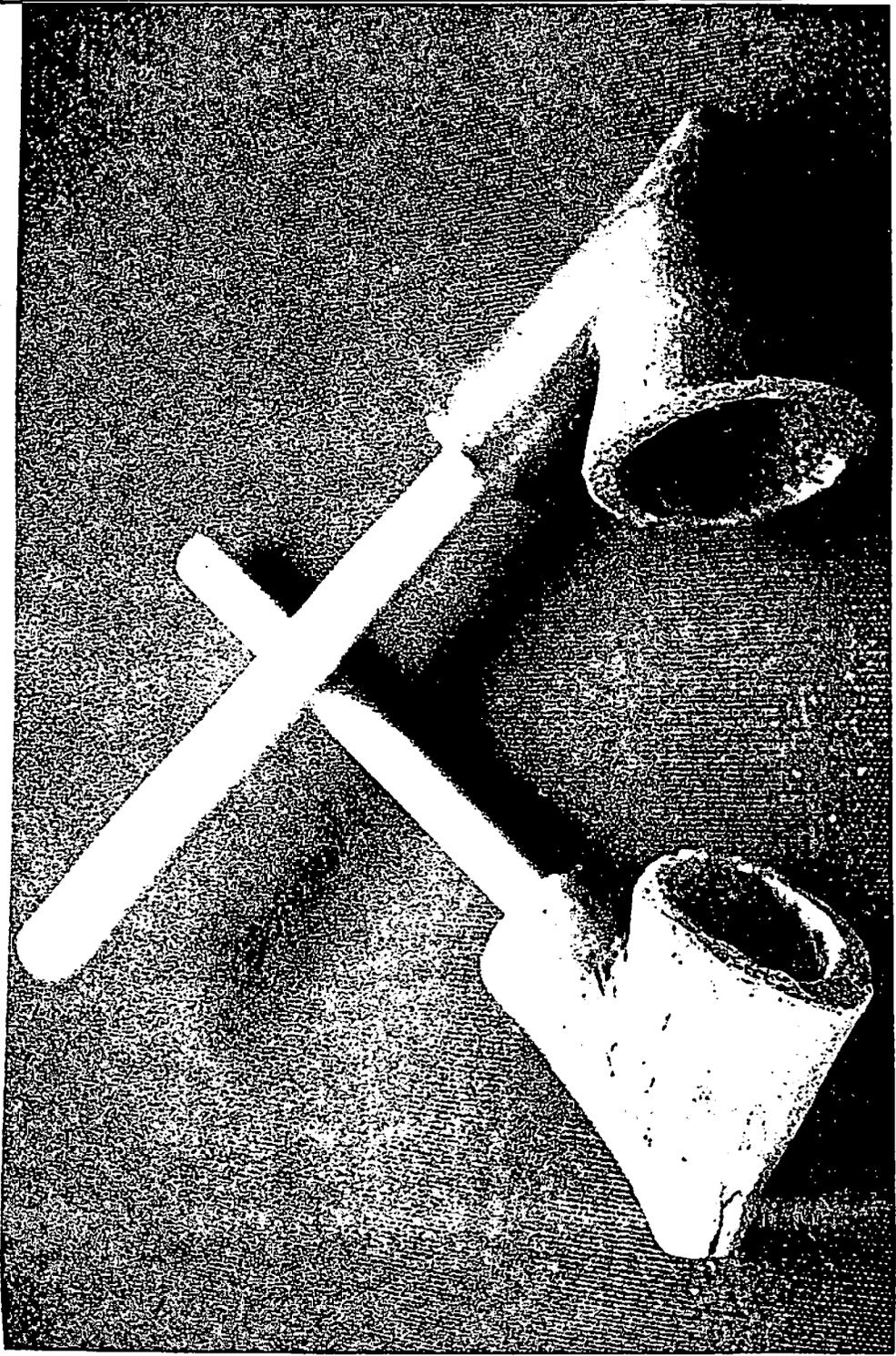


FOTO 6: Cachimbo de argila e taboca com nítida influência neo-brasileira, usado pelos Avã  
-Canociro principalmente nos rituais de pajelança. Foto: Walter Sanches

ocupadas pelos Avá-Canoeiro.

O Governador Luiz da Cunha Menezes informou à corte sobre os obstáculos que os Xavante impunham à colonização no Norte da Capitania. Este governador fala dos Xavante de terra e dos Xavante de canoa: "Ao passo que os Xavante de terra chegavam com suas correrias às portas dos arraiais, os de canoa praticavam toda a sorte de pirataria nos rios e suas margens". (84) Para Luiz da Cunha, " os Xavante de canoa só com a navegação do Tocantins podiam ser reduzidos;". (85)

É interessante observar que na própria documentação histórica há uma distinção intuitiva entre os "Xavante de terra", que são os Xavante-Akue, e os "Xavante de canoa", que são os Avá-Canoeiro. Tudo indica que os primeiros colonizadores acreditavam que tais índios possuíam uma vinculação tribal comum, ligada aos Xavante-Akue, cujo traço distintivo seria a utilização de canoas, em contraposição aos Xavante-Akue que viviam afastados dos grandes cursos d'água e fabricavam balsas de troncos de buriti (86) para atravessarem os rios.

A designação "Xavante de canoa" aparece pela primeira vez, segundo as fontes compulsadas, em 1774, (87), quando uma bandeira de prospecção aurífera saiu do arraial de Pilar em direção ao arraial do Fontal e teve um choque

violento com os "Xavante de canoa" no rio das Almas. Ao se referir aos "Xavante de canoa", o documento histórico diferenciou tal grupo dos "Xavante de terra" ou Xavante-Akue, pois o arraial do Pontal ficava a poucas léguas ao Norte do rio das Almas - local onde se deu o confronto entre índios e exploradores. A região do Pontal é nitidamente território dos Xavante-Akue. Trinta e cinco anos depois deste conflito que se deu no rio das Almas, Pohl informa que fora organizada uma bandeira punitiva formada por expedicionários de Palma, São Félix, Amaro Leite e Trairas, e que teria atacado e destruído uma aldeia dos "Canoeiros" nesse mesmo rio. (88) Portanto, as designações "Canoeiros" e "Xavante de canoa" têm em comum não apenas a indicação do uso da canoa pela sociedade indígena em questão, como também a referência a um território comum, reforçando, assim, a idéia de pertencerem ao mesmo grupo indígena.

Quanto à confusão dos antigos pioneiros em atribuir um estreito parentesco entre os grupos Avá-Canoeiro e Xavante-Akue, poderia residir na proximidade dos territórios de ambos grupos. O território dos grupos Ákue circundava o dos Avá-Canoeiro; principalmente ao Norte, a Oeste e a Sudeste deste. Esta proximidade territorial gerou muita confusão - de um lado, para os antigos, e de outro, para nós, pesquisadores da história de Goiás, quando, por

exemplo, nos deparamos com informes que indicam a presença dos Xavante nos Julgados de São Félix e Trairas em 1774. (89) Ora, São Félix e Trairas são regiões de movimentação dos Avá-Canoeiro! Porém, deve-se levar em consideração que Julgado é uma divisão político-administrativa, daquela época, que abrangia grandes extensões de terras ( ver mapa no.....). Por exemplo, em 1778 foi elaborada a Carta da Capitania de Goiás onde se marcaram os limites dos Julgados, (90) e os Julgados de Trairas e São Félix abarcavam terrenos das margens direita e esquerda do rio Maranhão, alcançando regiões da bacia do rio Araguaia. Desse modo, os Xavante-Akue e os Avá-Canoeiro possuíam parte de seus territórios tribais em terras denominadas por Julgados de Trairas e de São Félix, sem ocorrer, no entanto, sobreposição de territórios ou engano nas designações de um e de outro grupo.

Segundo as referências históricas pesquisadas, a denominação "Xavante de Canoa" foi utilizada nos anos setenta e oitenta do século XVIII. A partir dos anos noventa, verifica-se somente o termo "Canoeiros" que será utilizado durante todo o século XIX.

Pohl e Couto de Magalhães justificam tal designação - Pohl explica: "Tiram o nome (Canoeiros) das canoas que usam; são troncos de árvores escavados, nos quais enfrentam

audaciosa e habilmente até mesmo o caudaloso Maranhão".(91) Já Couto de Magalhães informa: "Tem esse nome, por se terem tornado célebres os seus ataques contra os navegantes do Maranhão, a quem acometiam em levíssimas ubás e com agilidade tal, que chegavam sem ser pressentidos, retirando-se sem sofrer dano".(92)

Todavia, o termo "Xavante de canoa" deixara vestígios. Apesar de ser do uso corrente, no século XIX, a designação de "Canceiros", ainda não se resolvera a questão da vinculação tribal desse grupo. Nas primeiras décadas do século XIX, surge a lenda da origem mestiça dos referidos índios. Havia, desse modo, duas hipóteses com relação à origem dos Avá-Canoeiro: ou pertenciam ao grupo Xavante-Akue ou eram descendentes dos Karijó de São Paulo. Porém, quando Couto de Magalhães obteve, em 1863, um pequeno vocabulário dos Avá-Canoeiro, a questão ficara parcialmente resolvida - os índios não eram lingüisticamente vinculados aos Xavante-Akue.

Por outro lado, Couto de Magalhães reconhecera que esses índios eram falantes Tupi, e os correlacionou com a língua dos índios karijó, que também pertenciam ao tronco lingüístico Tupi. A partir daí, a hipótese dos Avá-Canoeiro serem descendentes dos Karijó provenientes das bandeiras paulistas ganhou força total. Assim, apenas em recentes



FOTO 7: Lawí, único homem do grupo do Tocantins. Foto: Walter Sanches

estudos sobre a família linguística Tupiguarani é que pôde ser comprovado que as línguas dos Avá-Canoeiro e dos Karijó são distintas.

Os índios Avá-Canoeiro se auto-denominam Awã, que significa "quem é; aquele que é". No pequeno vocabulário coletado por Couto Magalhães consta a palavra Avá, que significa Canoeiro. (93) Correlacionando as auto-denominações acima mencionadas, infere-se que seja a mesma palavra, embora escrita de maneiras diferentes. O próprio Couto de Magalhães comentou que as palavras não estariam escritas corretamente, (94) provavelmente porque a língua indígena possui fonemas distintos da língua portuguesa.

Possivelmente a designação Avá-Canoeiro seja proveniente da junção das palavras "Avá" (distorcida do fonema Awã) - auto-denominação do grupo - e "Canoeiro"; marca distintiva desses índios atribuída pelos colonizadores devido ao fato de se servirem de canoas.

Segundo, ainda, André Toral, Avá-Canoeiro é uma denominação recente, tendo sido utilizada entre 1969 e 1973. (95) Realmente, verifica-se na documentação do S.P.I., (96) por exemplo, que o grupo em questão é referido como "Canoeiros". Em documentos da FUNAI (97) do início dos anos setenta, por ocasião da organização de frentes de atração no

município de Cavalcante, usava-se ora a designação "Canoeiro" ora "Avá-Canoeiro". Por sua vez na imprensa nacional e goianiense, dessa época, já se usava o nome Avá-Canoeiro, (98) sendo este um termo consagrado há pelo menos vinte anos.

## 2.8 - Considerações Gerais

Como foi visto anteriormente, no presente trabalho, as diferenças linguísticas apresentadas entre os índios Avá-Canoeiro e os Karijó e os caracteres físicos observados entre seus remanescentes são evidências suficientes para refutar a suposição de que os Avá-Canoeiro sejam descendentes de índios Karijó miscigenados com negros fugidos.

Os Avá-Canoeiro são índios com características culturais próprias e que já estavam estabelecidos às margens do rio Maranhão/Tocantins de alguns de seus afluentes antes da penetração colonizadora do século XVIII.

Possivelmente os Avá-Canoeiro são provenientes de regiões do baixo rio Tocantins. Esta hipótese fundamenta-se nas semelhanças linguísticas dos Avá-Canoeiro com grupos indígenas estabelecidos em terras às margens esquerda e

direita do baixo curso do rio Tocantins, tais como os Asurini do Tocantins, Suruí do Tocantins, Parakanã, Guajajara e Tembê. Tudo indica que os Avá-Canoeiro subiram o Tocantins e instalaram-se às margens e ilhas do alto curso deste rio e de alguns de seus afluentes principais. Os grupos Jê dominavam toda a região goiana (incluindo o atual Estado do Tocantins) e não fixavam suas aldeias próximo às margens dos grandes cursos d'água, exceto os Karajá, que são Macro-Jê e vivem ao longo do rio Araguaia.

Eduardo Viveiros de Castro faz interessantes considerações a respeito dos grupos indígenas da família Tupi-Guarani habitantes do Norte do Brasil. Em seu trabalho "Araweté: os deuses canibais", o autor informa que a região entre o baixo curso dos rios Xingu e Tocantins foi habitada por vários grupos indígenas pertencentes à família Tupi-Guarani, desde pelo menos o século XVII. O autor enumera vários grupos indígenas extintos e atuais ocupantes desta região mencionada. Dentre os grupos extintos, estão os antigos Pacajá, os Tapiraua, os Kupe-rop, os Anambé e os Takunyapé. Dos grupos atuais, o autor enumera os Araweté, os Asurini do Tocantins, os Suruí do Tocantins e os Parakanã. Os Wayapi eram provenientes do médio curso do rio Xingu e posteriormente migraram mais para o Norte, cruzando o rio Amazonas. O autor acredita na possibilidade de haver uma

origem comum entre os Tupi-Guarani do interflúvio Xingu-Tocantins e os Tupi-Guarani da margem direita do Tocantins, representados pelos grupos Amanayé, Turiwara, Urubu-Kaapor, Guajá e Guajajara. Os Tupi-Guarani da margem oriental do Tocantins seriam provenientes da região Xingu-Tocantins e que por algum motivo migraram para o outro lado do rio. Além do mais, os grupos Tupi-Guarani da região Norte não foram e nem são apenas os aqui mencionados. (99) Esta é uma discussão bastante interessante, contudo Viveiros de Castro alerta - "a origem histórica de todo esse conjunto de tribos Tupi-Guarani do Pará-Maranhão (...) é de difícil precisão", arriscando-se inclusive a especular sobre uma origem "proto-paraense" no interflúvio Xingu-Tocantins. (100)

Dai surge a questão: por que e quando se deu a cisão deste grande grupo Tupi-Guarani? O autor apresenta duas hipóteses para explicar este processo de segmentação: a primeira, citando Laraia, (101) diz que a cisão poderia ser resultante de violentos conflitos dentro da própria sociedade. É a outra hipótese responsabiliza os movimentos migratórios ligados à invasão européia, no sentido Norte-Sul, com profundas modificações no espaço dos Tupi-Guarani da região Xingu-Tocantins. Estes movimentos, abordados por Viveiros de Castro, foram dois: o primeiro (o que nos interessa neste momento) se deu nas primeiras décadas do



século XVII, com as reduções dos missionários jesuitas seguidos pelas expedições militares, resultando nos aldeamentos mistos com imposição da língua geral. Logo depois ocorreu a fuga dos aldeamentos e a dispersão dos índios aldeados, e daqueles que permaneciam autônomos, para longe dos rios. O segundo movimento, ao qual o autor ainda se refere, ocorreu no século XIX. (102)

Quanto aos Avá-Canoeiro, é difícil, dispondo de informações obtidas até o momento, supor quando ocorreu a sua dispersão - se aconteceu antes ou durante o século XVII. Contudo, a hipótese que se tem é a de que a fixação desse grupo é anterior ao século XVII, tendo em vista que a ocupação do referido grupo num extenso território ao longo do rio Maranhão/Tocantins já se encontrara bem definida no século XVIII, quando se deu o início da colonização do Brasil Central.

Entretanto, tais questões poderão ser melhor esclarecidas quando dispusermos de estudos mais aprofundados de etnolinguística dos Tupi-Guarani, da etnografia dos remanescentes dos Avá-Canoeiro e de pesquisas arqueológicas nas aldeias Avá-Canoeiro dos séculos XVIII, XIX e XX, das quais se tem a localização.

## NOTAS AO CAPITULO II

(01) Ver:

TORAL, André do Amaral de. Os Índios Negros ou Carijó de Goiás: A História dos Avá-Canoeiro. In: Revista de Antropologia XXVII/XXVIII. São Paulo: FFLCH/USP., 1984/1985. P. 287 - 325.

MONTEIRO, John. M. A Escravidão Indígena e o Problema da Identidade étnica em São Paulo Colonial. In: Ciências Sociais Hoje, 1990. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990. P. 237-252.

CALDARELI, Solange Bezerra. Diagnóstico sobre o patrimônio arqueológico na área de influência da UHE Serra da Mesa (GO). São Paulo: 1989. P.1. (Mimeografado)

(02) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 139.

(03) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B.P. 19-26.

(04) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 154.

(05) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 212 e 213.

(06) Isto é, na localidade que mais tarde se fundaria o arraial.

- (07) COUTO DE MAGALHAES, José Vieira do . Viagem ao Araguaia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Sa. Ed., 1938. Brasileira, P. 113.
- (08) BORGES, Humberto Crispin. O Pacificador do Norte. Goiânia: CERNE, 1984. P. 13.
- (09) Este aldeamento situava-se a 2 léguas de Salinas - Ver: COUTO DE MAGALHAES, J. V. do. Op. Cit. P. 106 e 138.
- (10) COUTO DE MAGALHAES, J. V. do. Op. Cit. P. 112.
- (11) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 75.
- (12) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.BP. 19-26.
- (13) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 34.
- (14) FERREIRA, Manoel Rodrigues. Op. Cit. P. 61.
- (15) TAUNAY, Afonso E. História Geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo: Melhoramentos - MEC, Tomo 1 e 2, convênio com o Instituto Nacional do Livro - MEC, 1975. P. 198.
- (16) Ver: LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa/Livraria Portugalia e Rio de Janeiro/Civilização Brasileira. 1938. Tomo 1. P. 321 e 322, refere-se a Nóbrega utilizando a denominação negros para os índios.
- MONTEIRO, J. M. Op. Cit. P. 237 e 238.
- (17) NEIVA, Antônio Theodoro da Silva. Os Canoeiros. In: Aspectos da Cultura Goiana: antologia de artigos organizados

por Atico Vilas Boas da Mota e Modesto Gomes. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, Gráfica Oriente, 1971. P. 111.

(18) FERREIRA, M. R. Op. Cit. P. 67 e 68.

(19) MONTEIRO, J. M. Op. Cit. P. 238 e 239.

- Quando aparecer no texto o nome Karijó com "K" e for texto meu e não citação dos autores significa índios Karijó de origem Guarani. E Carijó com "C" e for texto meu significa termo generalizado para índios cativos.

(20) LEITE, Serafim. Op. Cit. Tomo 1. P. 321.

(21) Idem. Ibidem. Tomo 6. P. 495.

(22) Idem. Tomo 6. P. 495.

(23) MONTEIRO, J. M. Op. Cit. P. 238.

(24) LEITE, Serafim. Op. Cit. Tomo 6. P. 523.

(25) TAUNAY, A. E. Op. Cit. P. 25.

LEITE, Serafim. Op. Cit. Tomo 1. P. 325.

(26) LEITE, Serafim. Op. Cit. Tomo 6. P. 498.

(27) Idem. Ibidem. Tomo 6. P. 486.

(28) Idem. Tomo 6. P. 504.

(29) Idem. Tomo 6. P. 509.

(30) MONTEIRO, J. M. Op. Cit. P. 239.

(31) NEIVA, Antônio Theodoro da Silva. Op. Cit. 1986. P. 5.

(32) MONTEIRO, J. M. Op. Cit. P. 250.

(33) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1961. P. 59.

(34) CHAIM, M. de M. Op. Cit. P. 121.

(35) MONTEIRO, J. M. Op. Cit. P. 250.

(36) Fizemos aqui um registro sobre o que pensa o autor sobre os Carijó em Goiás e suas pertinentes considerações sobre o termo Carijó.

(37) BALDUS, H. Op. Cit. 1970. P. 70 e 71.

(38) Idem. Ibidem. P. 70.

(39) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1984/1985. P. 48.

(40) Idem. Ibidem. P. 39 e 40.

— Escreve Rodrigues, subconjunto IV, características mais gerais em relação ao Proto Tupi-Guarani, "(a) conservação das consoantes finais, com ou sem modificações; (b) fusão de tx e ts, ambas mudados em h; (c) mudança de pw em kw; (d) mudança de pj em tx ou ts; (e) mudança de j em tx, ts, e ou z.

Exemplos: (a) PTG okér 'ele dorme', tembé okér, Assurini do Tocantins óken, Parakanã oje; (b) PTG Jatxy 'lua', tembé zahy, Asurini do Tocantins txahya, Parakanã txaya, Tapirapé Txã hy; PTG otsó 'ele vai', Tembé ohó Asurini do Tocantins óha; (c) PTG Opweráb 'ele se recupera', Tembé okweráw; (d) PTG atsepják 'eu o vejo', Tembé aetsák, 'jacaré', Asurini do Tocantins aétxang; (e) PTG jakaré 'jacaré', Tembé zakaré, Asurini do Tocantins Txakare, Tapirapé txakaré.

(41) Idem. Ibidem. P. 37.

- Escreve Rodrigues, subconjunto I, características mais gerais em relação ao Proto Tupi-Guarani:

"a) Perda das consoantes finais;

b) Conservação do tx ou sua mudança em ts ou s;

c) Mudança de ts em h ou zero;

d) Mudança de pw e kw ou k;

e) Mudança de pj em tx ou x."

(42) RODRIGUES, A. D. Op. Cit. 1984/1985. P. 45 e 46.

(43) Ver jornais:

- O Popular - 09/06/1973 - "Aproximação com o Avá-Canoeiro não foi ainda concretizada."

- O Popular - 04/07/1973 - "Índios Negros" são localizados e tentam afugentar a expedição."

- O Popular - 05/06/1973 - "Localizados pela Funai os "índios pretos."

- O Popular - 07/07/1973 - "Contato com os Avá-Canoeiro é agora iminente."

- O Popular - 10/09/1973 - "Apoena Meirelles e os índios de Goiás."

- O Popular - 10/11/1973 - "Apoena vai tentar a difícil atração dos "índios negros."

- O Popular - 14/11/1973 - "Grupo "cara-preta" está acuado no Araguaia."

- O Popular - 30/11/1973 - "Missão consegue contato com os Avá-Canoeiro."
- Jornal do Brasil - 09/07/1973 - "Sertanista tentará resgatar louca raptada em criança pelos índios Avá-Canoeiro".
- O Globo - 02/08/1973 - "Velho guia acha um erro cercar os "índios negros".
- Correio Brasiliense - 29/11/1973 - "Sertanistas "namoram" índio negro."
- O Globo - 20/10/1973 - "A História se repete "índios negros" estão fugindo mais uma vez."
- O Globo - 07/12/1973 - "Gritos, flechadas e abraços na paz com os Avá-Canoeiro."
- (44) BEALS, R. Y. & HOIJER, H. Introducción a la Antropología. Madrid: Aguilar, 1972. P. 168.
- (45) BEALS, R. Y. & HOIJER, H. Op. Cit. P. 188.
- (46) Ofício no. 15 do Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos ao Ministro João Vieira de Carvalho em 25/10/1823. Pacote I61 217. A.N./RJ.
- (47) MATTOS, R. J. da C. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. Nota de rodapé número 103. P. 72.
- (48) Ofício no. 15 do Governador das Armas da Província de Goiás, o Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos ao Ministro João Vieira de Carvalho em 25/10/1823. Op. Cit.

- (49) BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 154.
- (50) "Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806)". Op. Cit. R.I.H.G.R. Tomo 84. P. 79.
- (51) BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga. In: Ciência Hoje - Revista de Divulgação Científica da SBPC. Vo. 13, no. 5 - ago/1991. P. 19. São comunidades negras no vão do Moleque, vão de Almas, Contenda Kalunga e ribeirão dos Bois, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Terezina de Goiás. Estas comunidades são descendentes dos escravos que fugiram para o interior de Goiás, durante a exploração das minas de ouro.
- (52) Esta transferência ocorreu em 1796. Ver: SILVA E SOUZA, Op. Cit. P. 100.
- (53) O decadente arraial de São Félix teve seus estabelecimentos destruídos e despovoados pelos Avá-Canoeiro. Os informes apontam o final do século XVIII como início dos ataques ao arraial e às fazendas deste distrito até por volta de 1851, quando não mais se fala neste arraial nos documentos compulsados. No entanto, esta povoação foi diminuindo e em Ata de reunião da Câmara Municipal de Cavalcante fala da "antiga povoação da freguesia de S. Félix" em virtude das eleições até 1878. Estas atas se encontram na casa paroquial de Cavalcante.
- Tudo indica que os índios tinham aldeias na região de S.

Félix e do outro lado do rio Maranhão. Ver: POHL, J. E. Op. Cit. P. 214.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830 , no. 394 de 15/12/1832, no. 454 de 13/07/1833, no. 458 de 27/07/1833 e no. 475 de 25/09/1833.

-Relatório ... Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes. 01/05/1851. Op. Cit. P. 14.

- Abaixo assinado de pessoas ilustres de S. Félix. In: Correspondência de diversos com o Governador das Armas. R. J. da Cunha Mattos. 1823. A.H.G.

(54) Informação de D. Tereza Vieira Cavalcante, natural de Peixe-TO., que ouvia histórias do falecido Graciano Aires da Silva morador da cidade de Paranhã e profundo conhecedor da história de São Félix. Entrevista: fev./89.

(57) Informação do Advogado Eujácio Jorge Chein, natural de Cavalcante. Entrevista: dez./89.

(55) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 238.

BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 153.

- Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Governo civil desta província em 01/07/1823. No. 18.. E

- Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos à junta provisória de governo. Quartel General de Cavalcante, 05/02/1824, no. 85. In: 1823-1824 - Registro de Correspondências Militares ao Governo civil da Província.

A.H.G.

(57) Ofício do Governador das Armas k. J. da Cunha Mattos ao Comte. Geral do distrito de São Félix em 12/01/1824. In: 1823-1829: Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes dos Distritos. A.H.G.

† (58) O artigo de Antônio Theodoro da Silva Neiva - "Os Canoeiros" Op. Cit. P. 103-129; foi o primeiro trabalho a questionar a origem mestiça dos Avá-Canoeiro.

(59) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830.

(60) Idem. Ibidem. No. 336 de 26/05/1832.

(61) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 475 de 25/09/1833.

(62) Ofício do Presidente da Provincia José Rodrigues Jardim em 17/06/1834. Referência: Presídio Santo Antônio do Amaro Leite. Pacote 14 - A.M.B/GO. Neste ofício o presidente lamenta que os habitantes de Trairas e S. José do Tocantins não se importam com o presídio que tanto os protege das hostilidades indígenas, pois a quatro meses o destacamento não recebe pagamento.

(63) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. F. 198.

(64) Relatório que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1 de maio de 1849, o Exmo. Vice-Presidente da mesma Provincia, Antônio de Pádua Fleury. Goyaz: Na Typographia, 1849.

(65) Em Niquelândia, no Centro Cultural Antônio Ermírio de Moraes, há fotos dos vestígios do quartel do Xambá - este situado na margem direita do rio Bagagem entre os córregos Vermelho e Espigão.

(66) Ofício do Vice-Presidente da Província Antônio de Pádua Fleury ao Comandante da Companhia de Pedestres em 14/05/1849. In: 1848-1849 - Correspondência da Presidência da Província para o comandante de Primeira Linha. P. 73. A.H.G.

- Ofício do Presidente da Província Francisco dos Santos Azevedo ao Inspetor da Thesouraria desta Província em 14/04/1842. In: 1840-1843 - Correspondência da Presidência para o Diretor da Fazenda. A.H.G.

- Relatório que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1845 o Exmo. Presidente da mesma Província Dr. José Assis Mascarenhas. Goyaz, Typographia Provincial, 1845. P. 6. A.N./RJ.

- Relatório... Antônio de Pádua Fleury - 01/05/1849. Op. Cit. P. 13.

- Correio Official de Goyaz - 31/10/1849. No. 25. Ano XII. A.H.G.

(67) Ofício do presidente da Província ao Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Guerra em 18/08/1851. In: 1848-1852 - Aviso de Guerra. A.H.G.



- Relatório com que o Ex-Presidente da Província de Goyaz, o Exmo. Sr. Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes, entregou a Presidência da mesma ao seu sucessor, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Mariani. Goyaz: Typographia Provincial, 1853.
- (68) Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exmo. Sr. Dr. Antero Cicero de Assis Presidente da Província em 01/06/1873, Goyaz: Typographia Provincial, 1873. P. 12. A.N./RJ.
- Ata da reunião da Câmara Municipal de S. José do Tocantins. Sessão extraordinária de 04/06/1879. Pasta A-Z. Centro Cultural Antônio Ermirio de Moraes. Niquelândia-GO.
- (69) Documentos números 013, 014 (de 12/03/1884) e 015 - todos se referem a transferência do presidio. Pasta A-Z. Centro Cultural A. E. de Moraes - Niquelândia-GO.
- BRANDAO, Antônio José da Costa. Almanach da Província de Goyazi para o ano de 1886. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1978. F. 103.
- (70) Ata de reunião da Câmara Municipal de São José do Tocantins: sessão ordinária de 04/06/1879 e sessão de 09/10/1880. Pasta A-Z. Centro Cultural A. E. de Moraes. Niquelândia-GO.
- (71) Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz em 08/04/1886 pelo Exmo. Presidente da Província Guilherme Francisco Cruz. Goyaz: Typographia

Provincial. P. 22. A.N./RJ.

- (72) Ver na pasta "Documento da Prefeitura Municipal: de 1900-1930, 1941, 1942, 1950-1974" no Centro Cultural Antônio E. de Moraes - Niquelândia-GO.
- (73) Entrevista com o ex-congo Sr. Antônio Pedroso (93 anos) em dez./88.
- (74) As informações sobre a tradição da festa dos congos e da Irmandade Santa Efigênia foram retiradas também do resumo que se encontra na Pasta da Irmandade Santa Efigênia, Centro Cultural Antônio E. de Moraes - Niquelândia-GO.
- (75) Ofício do Presidente da Província José Olímpio Machado em 26/10/1849 ao sr. Antônio Nicalao da Silva. In: 1848: Correspondência do Governo com Diversos. A.H.G.
- (76) Ata de reunião da Câmara Municipal de São José do Tocantins, sessão extraordinária de 04/06/1879. Centro Cultural A. E. de Moraes - Niquelândia - GO.
- (77) Idem. Ibidem.
- (78) Relatório ... Dr. Antero Cícero de Assis - 01/06/1876. Op. Cit. P. 10.
- (79) Entrevista com o fazendeiro de Niquelândia Sr. Miguel Ferreira França, natural desta cidade. Fev./89.
- (80) Há relatos antigos falando do rapto de "brancos". Ver: FOHL, J. E. Op. Cit. P. 214 e Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830. E os informes de raptos mais

recentes são entrevistas: Tereza Rodrigues Ferreira - Niquelândia-GO. Dez./1988; Gessy Francisca Fiores - Minaçu-GO. Dez./1989; Clementino Inácio Barbosa - Paraná - TO. Dez./1989; Alvernes Camelo Fóvoa - Paraná - TO. Dez./1989 - entre outros informes.

(81) Ver foto No. 6.

(82) Para designação "Canoeiros" ver:

ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 162. - Em 1760, nos rios das Almas, Cana Krava e Santa Tereza.

- Ofício do Governador da Capitania de Goyaz, General Tristão da Cunha Menezes para Dr. Mota (?) Santos em 27/07/1802. In: 1822 - Registro de Documentos Militares. A.

H. G. - Em 1798, nas ilhas do Tropeço - rio Tocantins.

- Ofício do Governador da Capitania de Goyaz Francisco de Assis Mascarenhas ao Governador da Capitania do Grão-Pará - 12/05/1807. In: Cópias de Ofícios do Capitão-General da Capitania a diversos - 1804-1809. P. 31. A.H.G. - Em 1807, no rio Maranhão/Tocantins.

SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127. - Em 1812, nos rios Tocantins, Paraná, Manoel Alves e Barra do Palma.

(83) Para designação "Xavante de Canoa" ver:

ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 194. - Em 1774, no rio das Almas.

- SUBSIDIOS para a História da Capitania de Goyaz (1756-

1808). R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 151 - Em 1783, no rio Maranhão.

ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 238 - Em 1781, nos rio Maranhão/Tocantins.

(84) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 238.

(85) Idem. Ibidem. P. 238.

(86) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 241.

(87) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 194.

(88) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 214 e 215.

(89) SUBSIDIOS para a História da Capitania de Goyaz (1756-1808) R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 96.

(90) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 216-218.

(91) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 213.

(92) COUTO DE MAGALHAES, J. V. do. Op. Cit. P. 108.

(93) Idem. Ibidem. P. 114 e 115.

(94) Idem. P. 114.

(95) TORAL, A. do A. de. Op. Cit. P. 289.

(96) A documentação do S.P.I. sobre os Avá-Canoeiro se encontra no Setor de Documentação do Museu do Índio no Rio de Janeiro.

- Relatório de Epifânio José Bezerra - encarregado da turma de atração dos Canoeiros - 31/12/1946. Filme número 170. Museu do Índio.

- "Perseguição aos Índios Canoeiros" In: Relatório do

Serviço de Proteção aos Índios do Estado de Goiás, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1929 - 10. volume. Filme 341 - Museu do Índio.

- Instruções do Diretor do S.P.1 em Goiás para os serviços de atração dos índios Canoeiros. 02/04/1946. Filme 380 - Museu do Índio.

(97) Ver, entre outros:

- Ofício do Delegado da 7a. DR - Ivan Baiocchi ao Delegado Regional da Polícia Federal em Goiás - 19/04/1971. Processo FUNAI/BSR/1241/71 Setor de arquivo - FUNAI - Brasília. Fala-se em "Canoeiros".

- RELATORIO da Expedição Avá-Canoeiro - Israel Praxedes Batista de 26/10/1972. Processo FUNAI/7/423/72. Setor de arquivo - FUNAI - Brasília.

(98) Ver nota 43 deste capítulo.

(99) Ver: NIMUENDAJU, Curt. Op. Cit. 1980. P. 1.

(100) CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986. P. 136-140.

(101) LARAIA, Roque de Barros. Uma Etno-História Tupi. São Paulo: Universidade de São Paulo - Revista de Antropologia - Separata dos volumes XXVII/XXVIII. 1984/1985.

(102) CASTRO, E. B. Viveiros de. Op. Cit. P. 140 e 141.

C A P I T U L O I I I

3 - A HISTORIA DA DOMINACAO

Ao se analisar a história das relações interétnicas entre os Avá-Canoeiro e os colonizadores, observa-se uma semelhança bastante significativa entre esta história e aquela dos demais grupos indígenas de Goiás e do Brasil. É a história da dominação marcada pela violência e esbulho dos territórios tribais de várias sociedades indígenas.

A violência e a terra são temas atuais na nossa sociedade, no entanto é uma realidade tão antiga quanto a chegada dos europeus na América há quinhentos anos.

Os portugueses e seus descendentes no Brasil sustentaram ideologicamente esta usurpação, levando à destruição física e cultural dos povos autóctones, por acreditarem ser superiores do ponto de vista sócio-econômico e tecnológico.

Passemos agora ao estudo da política indigenista aplicada aos Avá-Canoeiro.

### 3.1 - O Século XVIII

As primeiras notícias sobre os índios Avá-Canoeiro remontam à década de sessenta do século XVIII quando as frentes agro-pastoris instalaram-se em seus territórios

tribais. Nesse século, considerava-se como território Avá-Canoeiro o sertão do Amaro Leite, (01) terras do Tocantins e terras da margem direita do rio Maranhão/Tocantins pertencentes aos Juígados de São Félix, Trairas e São João da Palma. (02)

O ouro explorado no Norte da capitania não era muito abundante, os veios logo se exauriram. Em 1754, por exemplo, a sua produção não ultrapassava a metade da produção aurífera do Sul, (03) levando desse modo a população a partir para novas alternativas econômicas. As terras férteis que margeiam o rio Maranhão/Tocantins foram, então, ocupadas pela modesta economia agro-pastoril. Ao mesmo tempo, em locais mais afastados dos centros mineradores, fazendas de criação iam se estabelecendo.

Essas frentes pioneiras estabeleceram-se nos terrenos de exploração dos índios, os quais impuseram resistência à invasão por meio da guerra. Os Avá-Canoeiros atacavam e destruíam os estabelecimentos rurais que se instalavam em seus territórios. Por volta de 1760, já haviam destruído fazendas de gado fixadas nas regiões dos rios Santa Tereza, Cana Brava e Almas, no sertão do Amaro Leite. (04)

A expansão agro-pastoril em Goiás intensificou-se a partir da década de oitenta, quando o ouro se tornou uma

produção secundária. Segundo os estudos realizados pela professora Gilka Salles, as fazendas de gado no ano de 1794, eram em número de quatrocentos e uma nos julgados do Norte e cento e vinte uma nos do Sul. (05) Pode-se observar que aos poucos a atividade agro-pastoril cresce em importância na economia goiana, e será nos territórios de várias sociedades indígenas que se verificará sua expansão, desalojando assim seus habitantes milenares. (06) Deve-se considerar ainda que a decadência das minas provocou o despovoamento de vários núcleos populacionais que possuíam sustentação na atividade mineradora. Esses povoados encontravam-se geralmente isolados uns dos outros e seus habitantes dispersos na vida rural, tornando-os desse modo frágeis e expostos às represálias indígenas. O arraial da Barra do Palma, por exemplo, foi completamente destruído por volta dos anos oitenta pelos Avá-Canoeiro, (07) sendo edificado anos mais tarde, no próprio local do antigo arraial, a vila de S. João da Palma, cujo auto de criação data de 26 de janeiro de 1815. (08)

A política indigenista do Estado assumiu novas características na Capitania de Goiás no governo de José de Almeida Vasconcelos (1772-1778), quando houve um novo vigor na política pombalina. O governador e seus sucessores empenharam-se na redução dos indígenas em aldeamentos. A

decadência da produção aurífera e a ausência de novas minas para explorar levaram os governantes a procurarem outras alternativas econômicas: a produção agro-pastoril e o comércio por meio da utilização das vias fluviais. A integração do indígena na sociedade, como povoador, era, portanto, necessária dentro dos novos planos governamentais - ao tirarem o índio de seu meio natural, impediam-no de viver segundo seus costumes e tradições, confinando-o em aldeias oficiais que o obrigavam a viver segundo os moldes da cultura de seus conquistadores. Aldear os índios também significava o término das hostilidades entre eles e os colonos, a redução das terras indígenas e a sua liberação para a ocupação de fazendas. A empresa colonial visava ainda atingir os rios Araguaia e Tocantins, por onde escoaria a produção em direção ao Pará. Contudo, era também necessária a integração dos índios destas regiões em aldeamentos oficiais, pois só assim seria possível a navegação por esses rios, além de se oferecer amparo às embarcações com alimentos, combustível e mão de obra. (09)

Nas duas últimas décadas do século XVIII, os conflitos entre os Avá-Canoeiro e os colonos fixados nas terras que margeiam o rio Maranhão/Tocantins, nos julgados de São Félix e Palma, intensificaram-se. (10) O governador Luiz da Cunha Menezes, acreditando que estes índios só

poderiam ser aldeados com a efetivação da navegação pelo rio Tocantins, articulou, desse modo, gestões junto a Portugal para que fosse cassada a proibição do uso das vias fluviais. (11)

Logo após a liberação dessas vias fluviais, o governo metropolitano solicitou das Capitânicas de Goiás e do Pará providências para se efetivar a navegação, visando, assim, estabelecer o comércio entre as duas capitânicas e viabilizando, desse modo, novas alternativas econômicas. O governador Tristão da Cunha Menezes (1783-1799), preferindo a navegação pelo rio Tocantins, por supor ser esta mais curta e pela presença de povoações ao longo do rio, enviou em 1798 uma expedição ao Pará, levando recrutas (Portugal temia uma invasão francesa no Norte) e mercadorias. (12) Uma das intenções do governador era conquistar a paz com os Avá-Canoero. Para tanto, incorporou na expedição o sargento José Luiz comandando vários soldados. A expedição, chegando ao arraial do Fontal, encontrou-se com o Tenente de Dragões Miguel de Arruda e Sá, que em nome do Capitão-General Tristão da Cunha Menezes determinou aos juizes dos povoados do Norte que mandassem os moradores prontarem mantimentos para os recrutas que se dirigiam ao Pará, como também para os índios Avá-Canoero, pois que se pretendia estabelecer a paz. (13)

Os autores da antiga historiografia goiana, como

Silva e Souza, Pohl, Alencastre, Cunha Mattos e outros, não mencionam esse objetivo (o de conquistar a paz com os Avá-Canoeiro) do governador Tristão da Cunha. (14) Tais autores consideraram como objetivo da expedição fazer a guerra ofensiva aos índios em virtude da resistência que estes impunham à navegação do Tocantins (15) e à ocupação dos territórios tribais. Em ofícios pesquisados, (16) torna-se evidente o desejo do governador em estabelecer a paz com os Avá-Canoeiro, fixados nas ilhas do Tropeço. Contudo, as tensões interétnicas geradas anteriormente levaram os índios a não aceitarem as propostas de paz do colonizador. Como consequência, ocorreu um grande massacre na aldeia das ilhas do Tropeço. Tal era o ímpeto que mesmo os que conseguiram evadir-se do cerco foram perseguidos por ordem do comandante da bandeira. Os autores mencionados atribuem a esse massacre a responsabilidade pelo desencadeamento de seguidas represálias dos índios ao colonizador.

### 3.2 - O Século XIX

Os conflitos iniciados a partir da segunda metade do século XVIII, entre os Avá-Canoeiro e as frentes pioneiras, intensificaram-se durante a primeira metade do século XIX, em virtude da expansão da economia agro-

pastoril. Tal expansão se deu em territórios indígenas ainda inexplorados, tomando novo impulso por meio de incentivos fiscais concedidos com vistas ao incremento da navegação pelos rios Tocantins e Araguaia. Neste sentido, a Carta Régia de 07/01/1806 (17) concedeu vantagens àqueles que se dispusessem a povoar os sertões incultos da capitania.

A empresa colonial dessa época, no que diz respeito à navegação, enfrentava várias dificuldades, entre elas a ausência de núcleos populacionais ao longo das margens dos rios, principalmente do Araguaia (cujas margens estavam completamente despovoadas), e o grande número de grupos indígenas hostis que habitavam suas margens. Visando solucionar esses entraves, a Carta Régia de 05/09/1811 (18) permitia a construção de presídios militares (19) ao longo dos rios Araguaia e Tocantins, bem como fazer guerra ofensiva contra os indígenas que se opusessem à navegação e à fixação de estabelecimentos rurais, permitindo, ainda, escravizá-los.

As conseqüências da Carta Régia de 1811 sobre os Avá-Canoeiro redundaram na criação do presídio Paranatinga, (20) situado na confluência dos rios Paraná e Tocantins, com o objetivo de amparar a navegação e proteger os estabelecimentos rurais fixados na região do rio Maranhão/Tocantins no Juizado da Vila da Palma. O presídio

Paranatinga instalou-se num local estratégico dentro do território tribal dos Avá-Canoeiro.

A força armada foi, assim, um recurso constantemente utilizado pela empresa colonial para subjugar e extinguir os povos indígenas.

A guerra ofensiva perpetrada contra os Avá-Canoeiro durou até por volta da década de sessenta, quando a população indígena já se encontrava bastante reduzida. As bandeiras enviadas contra os índios foram constantes nesse período. Pohl (1819) informa que durante sua estadia no arraial de São Félix preparava-se uma bandeira de represália contra os índios. Integraram-se na bandeira recrutas de Traíras, Palma e Amaro Leite. O local de encontro dos expedicionários foi o presídio Paranatinga, de onde partiram para a exploração do território Avá-Canoeiro. Esta expedição encontrou uma aldeia habitada às margens do rio das Almas, reduzindo-a a cinzas. (21)

Na década de vinte, os índios desencadearam um movimento de desobstrução de seu território, atacando e destruindo fazendas e ameaçando povoações que já se encontravam num estado de extrema pobreza. Os locais mais ameaçados pelos índios foram o sertão do Amaro Leite e os distritos dos Julgados de Palma, São Félix e Traíras, justamente povoados e estabelecimentos rurais próximos das

margens do rio Maranhão/Tocantins. (22)

As bandeiras punitivas e de pacificação enviadas contra os índios, por sua vez, podem ser consideradas de dois tipos. Uma menor, que congregava até quarenta pessoas retiradas da própria milícia que por vezes existia na região, da qual também participavam alguns recrutas e voluntários. A munição era fornecida pelo governo provincial. Estas bandeiras menores eram organizadas rapidamente, e imediatamente após os ataques dos índios, os expedicionários saíam em seus encalços. (23)

Outro tipo de expedição denominava-se bandeira de pacificação, pois era esta a intenção do governo ao organizá-la, participando a empresa particular nas despesas de tal empreendimento. Ao governo provincial cabia o fornecimento de munição, armamento, ordens para o recrutamento de homens e a contratação de sertanistas e milicianos. A empresa particular colaborava com voluntários e alimentação para a temporada de campanha. Para comandar as bandeiras, o governo provincial ou o governador das armas convidava homens experientes, milicianos e sertanistas acostumados no trato com indígenas. A força que compunha a expedição era retirada dos povoados mais atingidos pelas incursões dos índios, solicitando voluntários para se alistarem ao Juiz de Paz; utilizavam-se também os soldados

das milícias. Índios provenientes de aldeias oficiais eram solicitados para integrarem essas bandeiras. Levavam também intérpretes que eram obtidos em guerras anteriores, quando faziam reféns. Ainda compunham tais bandeiras algumas mulheres. O número de componentes que participavam dessas bandeiras variava segundo as intenções dos organizadores. Cunha Mattos, Governador das Armas em Goiás, numa das bandeiras que preparava visando chamar à paz os índios Avá-Canoeiro, em 1823, e querendo demonstrar uma força superior a dos índios, pretendia levantar um contingente de quatrocentos homens. Porém, ao organizar outras, referia-se a duzentos e oitenta homens e até mesmo entre cem e duzentos homens para compor a expedição. Não era simples levantar, naquele tempo, um grande número de combatentes, com uma população tão reduzida como a que contava a província naquela época.

A organização de uma bandeira desse porte demandava tempo. Havia troca de correspondências entre o Presidente da Província, o Governador das Armas, os juizes de paz dos locais atingidos, os sertanistas e comandantes, visando realizar consultas e preparativos. Os habitantes dos distritos hostilizados pelos índios forneciam víveres aos expedicionários. Os governantes recomendavam à população aumentarem a produção de alimentos, tendo em vista o

abastecimento da bandeira. Pediam-se víveres para dois meses de campanha: farinha de mandioca, milho, carne de sol, toucinho, feijão, fumo etc. Deste modo, era necessário organizar uma bandeira de tal monta de um ano para o outro. A ocasião mais propícia para a partida de expedições como essas era na época da seca, o período de abril a setembro. Contudo os comandantes preferiam o mês de junho para a partida. Os estrategistas recomendavam que os expedicionários saíssem de vários locais diferentes para explorar o território indígena, pois geralmente não sabiam onde se localizavam as aldeias. (24) O objetivo destas bandeiras era claro, segundo as orientações governamentais: convidar os índios a viverem em paz e amizade com a "gente civilizada", usando a maior brandura e oferecendo brindes. A paz e a amizade propostas pelo colonizador continham explícita a sujeição dos índios, que deveriam jurar fidelidade ao Imperador e a promessa que suas terras poderiam ser ocupadas pelas frentes pioneiras e pelos colonos. Entretanto, se os índios não aceitassem as propostas, a ordem seria expulsá-los para os locais mais ermos além do Araguaia e, se necessário fosse, extingui-los.

(25)

A conquista dos territórios indígenas foi realizada com a maior violência e intolerância. Supunha o colonizador

que os índios assemelhavam-se aos animais e estariam se beneficiando ao deixar seus "bárbaros costumes" aceitando as benesses do convívio com a sociedade "civilizada".

As bandeiras organizadas nos anos de 1823 e 1824 (sempre para sair no ano seguinte) foram consideradas pelo Governador das Armas como campanha de guerra. Os soldados milicianos que não comparecessem ao chamado ou se portassem com covardia seriam submetidos a julgamentos militares. (26)

A preocupação de Cunha Mattos com respeito à garantia do contingente da bandeira residia nas esperadas deserções dos soldados e dos voluntários. Os Avá-Canceiro eram considerados ferozes, bárbaros e destemidos. A população do Norte tinha um verdadeiro pavor dos índios. Em expedições anteriores à de Cunha Mattos, já existia esse medo. Após ter presenciado os preparativos de uma expedição em São Félix, Pohl, dirigindo-se a Porto Imperial, passou por fazendas entre São Félix e Palma, transformadas em verdadeiros desertos, pois os homens, temerosos do enfrentamento com os índios, fugiam da convocação. (27) A bandeira a que Pohl se refere, antes de atacar a aldeia do rio das Almas, passou por vários percalços em virtude do medo que os recrutas sentiam dos índios.

A política indigenista repressiva do período de D. João VI, permitindo guerras ofensivas e a escravização dos

índios, continuou até o final do governo de D. Pedro J. O primeiro Imperador brasileiro legislou sobre a questão indígena por avisos e recomendações aos governos provinciais.

As bandeiras punitivas, organizadas nas três primeiras décadas do século XIX, compartilhavam do espírito repressor da política indigenista de D. João VI, motivadas pelo interesse da expansão colonizadora e visando a ocupação das terras indígenas. Os avisos e recomendações imperiais eram ambíguos a respeito dos índios hostis. Geralmente os governadores das armas e os presidentes de província expunham em ofício ao Imperador a situação de conflito existente entre índios e colonos, solicitando orientações quanto a providências a tomar. Por exemplo, em ofício datado de 20/10/1823, (28) o Imperador permite a organização de bandeiras para expulsar os índios de regiões já colonizadas; dias depois expede uma Portaria datada de 25/10/1823 proibindo o Governador das Armas de organizar um contingente contra os inimigos internos (isto é, os índios). (29) Contudo as bandeiras eram organizadas, pois a legislação permitia a guerra defensiva - ocorria que os governantes aguardavam as incursões dos índios para em seguida enviar as represálias. (30)

Na verdade, as expedições organizadas contra os

Avá-Canoeiro nos anos de 1823, 1824, 1825, 1826 e 1827 não foram efetivadas. Os motivos foram os mais diversos: a bandeira de 1823 não saiu por falta de munição; (31) a de 1824, em virtude da Portaria Imperial proibindo a guerra contra os inimigos internos; a de 1825, devido às providências demoradas, a troca de chefias e à aproximação da época das chuvas; (32) a de 1826 não relata os motivos do malogro. (33) Sobre a bandeira organizada em 1827, não há notícias de sua efetivação.

A guerra ofensiva contra os índios não se resumia apenas no envio de bandeiras. Paralelamente havia os destacamentos incumbidos de guarnecer presídios militares, arraiais e locais onde os índios costumavam aparecer. Os destacamentos volantes eram compostos de praças de milícias de primeira e segunda Linha da Companhia de Pedestres (criada após a Independência do Brasil) e da Guarda Nacional (criada em 1831); faziam rondas periódicas buscando cobrir, na medida do possível, locais atacados pelos índios. Na década de vinte, havia destacamentos nos presídios Paranatinga e São Félix com a finalidade de proteger os estabelecimentos rurais e os povoados mais próximos, locais estes frequentados pelos Avá-Canoeiro. (34)

Apesar das medidas repressivas contra os índios, estes não se intimidaram e nem recuaram. Ao contrário, suas

represálias eram constantes, havendo um estado quase que permanente de guerra.

Na década seguinte, surgem modificações legislativas na política indigenista do Estado. Entretanto não houve repercussões benéficas no que diz respeito aos índios Avé-Canoeiro. A Lei Imperial de 27/10/1831 revogou as Cartas Régias de 1808 e restituiu o Estatuto dos Drfãos para os índios - os juizes de paz ficaram sendo seus tutores e os índios foram libertados da servidão. (35) Apesar da lei de 1831 proibir as guerras ofensivas contra os índios, ela permitiu, por outro lado, uma justa defesa que basicamente significava a mesma coisa, pois bandeiras eram organizadas e enviadas em represália contra os índios. Até mesmo as recomendações e atitudes governamentais a respeito dos índios eram conflitantes e divergentes. A incoerência é observada, por exemplo, quando, em Aviso da Secretaria d'Estado e Negócios do Império, datado de 24/09/1832, (36) recomendava-se prudência e boas maneiras para aliciar os índios ao convívio com o "civilizado". Permitia-se uma defesa justa, pois ao governo interessava acabar com as hostilidades indígenas, mortes e prejuízos. O Conselho advertia ainda para que se evitasse o ataque às aldeias. No mesmo ano, a Comissão para Assuntos Indígenas da Provincia delibera que se faça guerra reativa e ofensiva ao Avá-

Canoeiro, pois nenhuma medida até o momento fora eficaz para pôr fim às hostilidades do índios. (37) Alguns governantes observaram que o uso da violência contra os índios fazia com que eles revidassem os ataques, piorando a situação. Contudo a tática utilizada era ainda a sujeição pela força armada, que muitos acreditavam ser o único meio de submeter os índios.

Na década de trinta, o governo provincial organizou apenas uma grande bandeira contra os Avá-Canoeiro. Outras bandeiras menores foram montadas, cabendo ao governo supri-las com milícias, munição e armamento. (38) Os destacamentos volantes também foram utilizados com frequência neste período, patrulhavam os locais mais frequentados pelos índios, como os distritos de S. José do Tocantins, Traíras, Cocal, Agua Quente, Amaro Leite, Descoberto da Piedade e São Félix. (39) Havia ainda os destacamentos colocados nos presídios militares, fundados em território Avá-Canoeiro. São eles: Paranatinga, São Félix (40) e Xambá, (41) todos recomendados a realizarem rondas periódicas para afugentar os índios e, em alguns casos, tentar o contato com os mesmos.

A Lei Imperial de 12/08/1834 (Ato Adicional), (42) determinando às Assembleias Legislativas Provinciais e a seus governos o cuidado com a civilização e catequese

indígena, teve repercussões na Província de Goiás. Em consequência desse ato, a Assembléia Legislativa apresenta a Resolução no. 25 de 31/07/1835, (43) determinando realizar uma grande bandeira, visando pacificar os índios do Norte da província (Avá-Canoeiro, Xavante e Xerênte) que ainda impunham resistência à colonização. O governo desejava resolver de uma vez por todas a questão indígena no Norte, que constituía obstáculo para a empresa colonizadora, já que os índios, além de impedirem a fixação de colonos em determinadas regiões, causavam prejuízos, arrasando os estabelecimentos rurais existentes. Em 1836, o governo expediu uma bandeira para explorar o território dos Avá-Canoeiro com o objetivo de chamá-los à paz ou mesmo expulsá-los das terras em que habitavam para locais longínquos. Contudo a expedição não alcançou seus objetivos, lamenta o Presidente da Província - além de dispendiosa, os recrutas, por temor aos índios, dispersaram-se apenas avistaram as suas trilhas. (44)

A política indigenista repressora contra os Avá-Canoeiro continuou na década de quarenta, apesar do Decreto no. 426 de 24/06/1845. Este decreto, também conhecido por Regimento das Missões e que fora elaborado pelo governo Imperial, aprova um conjunto de normas sobre política indigenista, criando as Diretorias Gerais dos índios em cada

provincia, que, por sua vez, fundam diretorias parciais para cada aldeia ou grupo de aldeias. O Regimento das Missões favorece a catequese, proíbe a servidão dos índios e os maus tratos; além disso, obriga os índios ao serviço militar sem coação. (45) Mas a tolerância para com os indígenas, determinada pelo Regimento das Missões, era muito limitada no que diz respeito aos índios hostis. O governo provincial acreditava que, junto à atuação da catequese, deveria estar a força armada. (46)

Assim, nunca houve um trabalho contínuo visando o convívio com os Avá-Canoeiro, onde o colonizador procurasse o contato pacientemente, através de brindes e bons tratos. Um modo mais humano e tolerante de se tentar a aproximação pacífica com os indígenas resistentes foi limitado - o colonizador partia logo para a violência contra eles, fazendo com que o contato pacífico se tornasse impossível. Acreditava o colonizador que a repressão violenta seria suficiente para submeter os índios. Por isso as bandeiras punitivas e os destacamentos volantes continuavam a ser amplamente utilizados contra os Avá-Canoeiro. A repressão chegava a tal ponto que o governo provincial solicitou, certa vez, do governo imperial autorização para levantar recrutas e aumentar as milícias, no que foi atendido prontamente. (47)

Dentro do espirito repressor, porém desejoso de resolver o problema dos Avá-Canoeiro, o Presidente José Rodrigues Jardim, em 1841, manda restabelecer o quartel do Xambá que, além do destacamento miliciano, convidou missionários para promoverem a atração e a catequese indígena. Ao que parece não vieram missionários para o quartel, ficando a cargo dos soldados a tentativa de contato pelos meios usuais daquela época, isto é, com violência.

Sob inspiração do Regimento das Missões, ainda, o Presidente da Província, Joaquim Ignácio Ramalho (1845-1848), condenava as providências tomadas até então contra os índios, como as bandeiras e os destacamentos, tão dispendiosos e sem resultados satisfatórios, agravando a situação. O presidente não atribuía a ferocidade dos índios como sendo sua índole, senão como consequência do tratamento cruel usado pelas bandeiras para chamá-los à paz. Ele defendia um sistema de catequese mais conveniente e humano. A estratégia de ação de Ramalho recomendava a colocação de dois destacamentos no centro das habitações dos índios para "aliciá-los" por meios brandos e brindes e com o objetivo de se alcançar uma convivência social e religiosa. Sugeria ainda que se criasse, entre os indígenas, algumas necessidades que só poderiam ser satisfeitas pelo convívio com a sociedade nacional. (48)

A presença de governantes mais esclarecidos, vislumbrando uma política indigenista mais humana e eficaz, não contribuiu, infelizmente, para mudar a política agressiva e violenta contra os Avá-Canoëiro. Em 1849, o presidente da província ordenou que o destacamento do quartel do Xambá atacasse os índios que hostilizavam os distritos de São José e Traíras e os expulsassem para os centros das matas. (49) Paralelo a esta atitude, o Imperador autorizou aumentar a força dos destacamentos estabelecidos na região dos rios Tocantins e Araguaia para resolver de uma vez por todas o problema dos índios hostis. (50) Tal atitude decorria da presença dos índios Avá-Canoëiro, Xavãnte e Xerênte, ainda autônomos, movimentando-se nas bacias desses rios. Apesar de o Regimento das Missões (1845) recomendar bom tratamento aos índios, a política indigenista continuava violenta contra os grupos resistentes ao contato.

Nos anos quarenta, principalmente a partir de 1846, a ação indigenista governamental dirigiu-se para a região do rio Araguaia em decorrência da expansão da colonização. Nesta região tomaram-se providências significativas, como a formação de aldeamentos oficiais e presídios militares (Aviso de 29/01/1849 do Ministério da Guerra ) com o objetivo de civilizar os índios e proporcionar meios para se realizar a navegação. Os esforços governamentais

concentrados no incremento da navegação pelo Araguaia não foram suficientes para estabelecer continuamente o transporte fluvial. A navegação pelo rio Tocantins, embora pequena, era contínua. Tal fato motivou o governo provincial a estabelecer três presídios na região com a dupla finalidade de melhorar a navegação e promover a catequese e/ou defesa dos povoados e estabelecimentos rurais da região contra a resistência dos Avá-Canoeiro. Desse modo, entre 1854 e 1855, fundaram-se os seguintes presídios: (51) Santa Cruz, (52) Santo Antônio (53) e Santa Bárbara. (54)

Os presídios militares estabelecidos na região tocantina, juntamente com as bandeiras punitivas e os destacamentos volantes, foram responsáveis pela dispersão e quase extinção da Nação Avá-Canoeiro a partir dos anos sessenta. A investida violenta contra esses índios dispersou-os por áreas situadas a Nordeste, Sudeste e Sudoeste de seus territórios tribais. Os Avá-Canoeiro apareciam nos distritos de Fontal, Porto Imperial e Almas, (55) territórios estes até há pouco tempo ocupados pelos Xavante e Xerênte (lembre-se, a propósito, que alguns grupos Xavante e Xerênte do Médio-Tocantins foram aldeados em Pedro Afonso e Tereza Cristina no início dos anos cinquenta). A Sudeste, os índios atingiram terras além do município de Cavalcante, na chapada dos Veadeiros e vertentes do rio

Maranhão, alcançando regiões limítrofes ao município de Santa Luzia. (56) A Oeste e a Sudoeste, na bacia do Araguaia, os Avá-Canoeiro movimentavam-se na região do rio Crixás-Águ, até a sua foz, e em terras ao Norte do presidio Leopoldina até o presidio Monte Alegre (os Xavãnte, tradicionais ocupantes dessas terras, migraram em parte para regiões à margem esquerda do Araguaia; alguns estabeleceram-se nos aldeamentos oficiais e outros permaneceram autônomos, movimentando em seus antigos territórios). Há informes indicando que os Avá-Canoeiro eventualmente atravessavam o rio Araguaia para as terras do Mato Grosso. (57) Ainda a Sudoeste, alcançavam o sertão do Thesouras e terras da Freguesia de Santa Rita, onde ainda circulavam hordas Xavãnte autônomas. (58) A dispersão dos Avá-Canoeiro em grupos menores, movimentando-se num vasto território, reflete a resistência desses índios em se manterem autônomos. A ocupação colonizadora em seus territórios tribais estava praticamente consolidada, apesar do movimento de resistência contra a invasão desencadeada por eles por meio das incursões e destruições dos estabelecimentos rurais fixados em seus territórios.

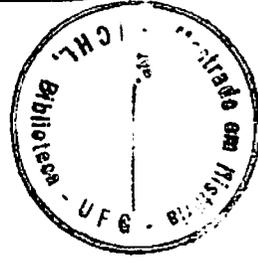
Atualmente, a questão da pacificação dos Avá-Canoeiro constitui ponto de honra para alguns governantes. Entretanto, estabelecer o contato pacífico com os Avá-

Canoeiro não era uma questão simples nem fácil de se resolver. Uns eram favoráveis à adoção de medidas drásticas contra os índios, (59) outros acreditavam que tais medidas só contribuiriam para agravar a situação, deixando-os mais irritados e avessos ao contato. (60) Alguns propunham bom tratamento e presentes para conquistá-los. O estado quase que permanente de guerra em que viviam os índios, constantemente perseguidos e acuados, motivou o desenvolvimento de mecanismos de fuga, dificultando assim o contato, como observam alguns presidentes de província. O Presidente Gama Cerqueira reclamou em 1859 que os índios são velozes, desaparecendo como por encanto dentro das matas. (61) Em 1852 o presidente Silva Gomes anunciou um prêmio para quem conseguisse apanhar um Avá-Canoeiro para brindá-lo e mostrar as intenções pacíficas a fim de chamá-lo à civilização. (62)

Nunca se conseguiu, nos séculos XVIII e XIX, efetivar o contato pacífico com nenhum grupo Avá-Canoeiro. A presença, porém, de duas índias é registrada no aldeamento São Joaquim de Jamibu em 1858. (63) Couto de Magalhães informa em 1863 a existência de dois casais de Avá-Canoeiro, um na freguesia de Entre-Rios e outro na aldeia Estiva. (64) Com certeza esses poucos representantes desta nação escaparam de algum massacre realizado em seus acampamentos,

sendo levados para as missões mais próximas. Não era fácil pegar um Avá-Canoero desprevenido. Couto de Magalhães relatou surpresa ao tomar conhecimento de que os índios Avá-Canoero, quando presos, preferiam a morte do que permanecerem prisioneiros. (65) Esta atitude, incomum aos olhos dos colonizadores, deixava-os perplexos sem compreender a razão de tais atitudes. O que residia na cultura indígena que os fazia agir desta maneira? Além das observações usuais dos colonos sobre os Avá-Canoero - taxavam-nos de indômitos, selvagens, ferozes, bárbaros e cruéis - viam-nos também como detentores de grande inteligência e valentia.

Na década de sessenta, Couto de Magalhães, então presidente de província, deu um novo impulso à navegação do Araguaia. Desse modo a expansão colonizadora voltou-se novamente para a região do Araguaia, com incentivo ao povoamento de suas margens e à criação de novas colônias militares. Neste período a documentação histórica a respeito dos Avá-Canoero é reduzida. Entretanto, evidencia-se a continuidade dos conflitos. Os índios atacavam viandantes e roceiros mais desavisados nos locais ainda ermos em Palma, São José do Tocantins, Cavalcante, Pilar, nos inexplorados sertões do Araguaia e nas circunvizinças dos presídios do Tocantins. (66) Nesta mesma década, o presidente da



provincia manda reunir forças em represália às incursões desses índios. (67)

Analisando o período de maior conflito entre os Avá-Canoeiro e o colonizador, conta-se um século, a partir dos anos sessenta do século XVIII até os anos sessenta do século XIX. A resistência indígena à expansão colonizadora gerava ódio e temor nas frentes agro-pastoris, que reclamavam do governo providências eficazes contra os índios que se opunham à colonização. As atitudes governamentais eram muitas vezes contraditórias, pois não seguiam as orientações da legislação indígena do Estado quando esta era favorável aos indígenas. O clamor das populações sempre tinha um peso maior. Havia presidentes de provincia, juizes de paz, entre outras autoridades governamentais, contrários à realização de guerras ofensivas contra os índios. Entretanto faziam "vista grossa" em virtude das constantes solicitações das representações dos povoados do Norte, atingidos pelas incursões dos índios. A falta de recursos financeiros e de pessoal capacitado era um obstáculo a mais no sentido de se tomar medidas eficazes e humanas. Agindo dessa maneira, as próprias autoridades, quando contrárias à política repressiva dirigida aos índios, acabavam sendo cúmplices dessa política.

Nas décadas de vinte, trinta e quarenta, anos de

contínuas repressões contra os Avá-Canoeiro, a literatura disponível apresentava um discurso violento e repressor contra os grupos indígenas que se mantinham resistentes ao contato - e isso sem contar os meios violentos de se tentar a pacificação, quando as autoridades claramente recomendavam, caso os índios não aceitassem as propostas de paz, afugentá-los para locais ainda inexplorados, e, conforme a resistência indígena, tinham ordens para até mesmo exterminá-los.

No século XIX, a sociedade nacional encontrava-se culturalmente vinculada à sociedade européia, compartilhando filosoficamente do Evolucionismo, cuja noção de progresso entre os estágios culturais é fundamental. Nesta pirâmide, a sociedade européia se encontrava no ápice, e os grupos indígenas no estágio mais inferior ou primitivo. Segundo, ainda, este pensamento, os índios tinham uma trajetória a seguir rumo ao progresso, representado pelos colonizadores descendentes da cultura européia. Dentro desta perspectiva, a cultura indígena era destituída de qualquer significado. O sentimento etnocêntrico do colonizador era extremamente forte. Achava-se que os índios deveriam integrar-se à sociedade nacional para o seu próprio bem, já que os mesmos só teriam a ganhar com a adoção de hábitos e costumes que os livrariam da "penúria" da vida errante que levavam.

Subjacente a essa ideologia de superioridade, residia a necessidade de se transformar índios em povoadores para o país e mão de obra para o incremento da economia agro-pastoril. Enfim, a "civilização" dos índios levaria à franquia de suas terras.

A partir dos anos setenta do século XIX, observa-se que os conflitos haviam praticamente terminado. Os Avá-Canceiro estavam quase extintos, (68) consequência de aproximadamente um século de intensa guerra. Os poucos indivíduos que restaram desses conflitos, apareciam em seus locais de movimentação assustando fazendeiros e viajantes. (69) Pouquíssimas são as notícias de ataques dos índios às fazendas. Desse momento em diante, os índios mudaram de atitude. Como protesto pela ocupação de suas terras, já que não mais possuíam meios de sustentar uma guerra, faziam travessuras nos locais por onde se movimentavam, as quais consistiam em: amarrar porcos e bezerros durante a noite, depenar galinhas e outras aves, amontoar trechos de pau e pedras de encontro às portas das casas de forma que desabavam sobre as pessoas que vinham de manhã abri-las, etc. (70)

O final do século XIX marca o término da tradição indigenista na Província de Goiás. Praticamente todos os grupos indígenas haviam sido contatados ou dizimados,

restando apenas pequenos grupos reduzidíssimos de Kayapó, Xavãnte e Avá-Canoeiro ainda autônomos. Os aldeamentos oficiais foram extintos em 1879 por seus habitantes terem se dispersado ou miscigenado com a população. (71) Tais aldeamentos passaram a constituir núcleos populacionais. A partir do ano em que foi oficializada a extinção dos aldeamentos, os relatórios de presidentes de província não se referem à aldeias, mas sim à catequese e missões religiosas que se preocupavam principalmente com a educação de crianças indígenas. Estas missões se estabeleceram nas margens do Araguaia e do Tocantins. O Estado brasileiro não mais se ocupava com os indígenas.

Para a população goiana do século XX, o passado indígena é apenas uma lembrança longínqua; a conquista já há muito fora definitivamente consolidada, restando na memória da população sertaneja estórias espetaculares sobre indígenas e estereótipos cultivados ao longo de dois séculos de conflitos entre índios e pioneiros. Esta mesma população pouco sabe das diferenças existentes entre os grupos indígenas, denominando-os genericamente de tapuios. (72)

Assim a memória sobre os Avá-Canoeiro diluiu-se no decorrer do século XX. A existência desses misteriosos índios foi ignorada pelo Estado brasileiro enquanto órgão tutor, (73) bem como por etnólogos da época, (74) até que um

pequeno grupo foi contatado no início dos anos setenta. Este contato abriu um leque de possibilidades de investigação tendo em vista o resgate da história dos Avá-Canoeiro.

FOTO 8: Putxkau - Grupo do Araguaia. Foto: Walter Sanches



### NOTAS AO CAPITULO III

(01) Os limites do território denominado Sertão do Amaro Leite são apresentados pelo Presidente da Província de Goiás, Antônio Cândido da Cruz Machado - Relatório de 1855. Op. Cit. P. 35.

- "O Sertão de Amaro Leite tem, de sul a norte, a extensão de 80 léguas, e de leste a oeste em algumas partes e em outras menos; é limitado ao sul pela serra do Passa Três; ao poente pelas serras dos Bois, Genipapo, Jacaré, Boa Vista, Gregório e pelo rio Cana Brava; e, ao nascente, pelo rio Maranhão desde o rio das Almas, e depois pelo Tocantins até o rio Santa Tereza, fechando ao norte, abaixo da povoação de Peixe".

X (02) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 162.

SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.

POHL, J. E. Op. Cit. P. 203, 211 e 214.

MATTOS, J. R. da C. Op. Cit. 1979. P. 141-7.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830 e no. 475 de 25/09/1833.

- Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Presidente Aristides de Souza Spinola em

01/03/1880. P. 33 e 34. Pacote 1532 - A.M.B.

- Ofício do Presidente da Província de Goyaz Miguel Lino de Moraes ao Governador das Armas J. J. de Baumann, no. 44, em 13/05/1830. P. 77 e 79. In: Correspondência do Governo Provincial ao Governador das Armas. A.H.G.

- Ofício do Governo da Província de Goyaz para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra em 21/09/1851 e 12/05/1852. In: 1844/1852: Avisos de Guerra. A.H.G.

- Ofício do Governo da Província de Goyaz - José Rodrigues Jardim ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra em 31/11/1841. In: 1840-1845: Ofícios dirigidos à Secretaria dos Negócios da Guerra. A.H.G.

- Ofício do Governador da Capitania de Goyaz, General Tristão da Cunha Menezes para Dr. Mota (ilegível) Santos em 27/07/1802. In: 1822 - Registro de Documentos Militares. A.H.G.

\* (03) SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e Escravidão em Goiás Colonial. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983. Coleção Teses Universitárias, 28. P. 91-99.

(04) ALENCASTRE, J. M. P. de Op. Cit. P. 162.

(05) SALLES, G. V. F. de. Op. Cit. P. 91-99, 351, 352 e 357.

(06) Para informação pré-histórica ver, entre outros:

SCHMITZ, F. I. & BARBOSA, A. S. Horticultores Pré-Históricos

do Estado de Goiás. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa/UNISINOS, 1985.

SCHMITZ, P. E. & BARBOSA, A. S. & WÜST, I. (Editores). Arqueologia de Goiás em 1976. Goiânia: Universidade Católica de Goiás e São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 1976.

(07) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 123.

FOHL, J. E. Op. Cit. P. 220 e 275.

(08) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 323.

(09) CHAIM, M. de M. Op. Cit. P. 27 e 93.

ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 207-260.

(10) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830.

(11) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 238 e 239.

- Carta do Capitão - General Luiz da Cunha Menezes ao Sr. Martinho de Mello em 15/03/1783. In: "Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806)." R.I.H.G.B. Tomo 84. P. 151.

(12) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 253.

SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 99 e 100.

(13) Ofício do Tenente de Dragões Miguel de Arruda e Sá para os Juizes dos povoados do Norte da Capitania de Goyaz em 07/11/1798 - escrito em Porto Real do Pontal, no. 11. In: 1822 - Registro de Documentos Militares. A.H.G.

- Ofício do Governador da Capitania de Goyaz General Tristão

da Cunha Menezes para Dr. Mota (?) Santos em 27/07/1802. Op. Cit.

(14) ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 194.

- Carta do Capitão - General Luiz da Cunha Menezes ao Sr. Martinho de Mello em 15/03/1783. Op. Cit. P. 151.

(15) Ofício do Governador de Goiás Francisco de Assis Mascarenhas ao Governador da Capitania do Grão-Pará em 12/05/1807. P. 31. In: Cópias de Ofícios do Capitão-General da Capitania a diversos: 1804-1809. A.H.G.

(16) Ofício do Tenente de Dragões Miguel de Arruda de Sá ... em 07/11/1798, no. 11. Op. Cit.

- Ofício ... Tristão da Cunha Menezes em 27/07/1802. Op. Cit.

(17) Ver em DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. UFG, ICHL, 1972. P. 48.

(18) Idem. Ibidem. P. 53.

(19) Presídio Militar, nesta ocasião, era um quartel dispendo de uma força militar com o objetivo de guarnecer uma determinada região contra as hostilidades indígenas e amparar a nascente navegação fluvial.

(20) O presídio Paranatinga tomou este nome por causa do

rio Paranatinga, formado pela união das águas dos rios Paraná e Palma, correndo por uma extensão de 10 léguas até o seu encontro com o Maranhão. Provavelmente, foram os bandeirantes que deram este nome ao rio, pois, em língua geral, significa: Paraná - rio caudaloso e tinga-claro (até os dias atuais este rio é conhecido pela população do município de Paraná como Paranatinga). O presídio situava-se junto à foz do Paranatinga sob a sua margem direita. Nas fontes consultadas, não constam a data de sua criação; entretanto, a existência do presídio é registrada em 1815 e 1818 na relação de receita e despesa da Câmara da Comarca de S. João da Palma (ver: Pacote IGI 217- A.N./RJ.). POHL, J. E. (Op. Cit. P. 214) em 1819, informa a presença de 8 soldados pagos no presídio com o objetivo de obstar as incursões dos Avá-Canoeiro. Em 1823, Cunha Mattos encontrou o decadente por falta de recursos; contudo, envia 12 praças para guarnecer o local do presídio a pedido da Câmara de Vereadores de S. João da Palma (Carta da Câmara de Vereadores da Comarca de S. João da Palma para o Governador das Armas em 22/11/1823. In: Correspondência dirigida ao Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos. A.H.G.) A reedificação do presídio foi realizada no governo de Miguel Lino de Moraes (Ver: Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830 e BRASIL, A. A. do. 1961. Op. Cit. P.

100). Parece que este presídio subsistiu até 1840, quando não há mais referências a seu respeito.

(21) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 214 e 215.

(22) Ofício do Governador das Armas da Província de Goiás, Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos ao Ilmo. e Exmo. Ministro João Vieira de Carvalho - 25/10/1823, no. 15. Op. Cit.

MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.

- Abaixo assinado dos moradores de S. Félix ao Comandante da Guarnição do distrito de S. Félix. In: Correspondência de diversos com o governador das Armas - R. J. da Cunha Mattos 1823. A.H.G.

- Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Governo Civil desta Província em 01/03/1823. In: Registro de Correspondências Militares ao Governo Civil da Província: 1823-1826. A.H.G.

- Ofício do Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury a junta provisória do Governo desta Província de Goiás em 04/06/1823. In: BORGES, Humberto Crispim. O Pacificador do Norte. Goiânia: Ed. do CERNE, 1984. P. 129 a 132.

- Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Comandante das tropas da Vila da Palma em 15/03/1824. In: 1823-1826: Registro de Correspondências militares ao governo civil da província. A.H.G.

- Ofício do governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao

Ministro João Gomes da Silveira e Mendonça em 14/02/1824, no. 45. Pacote IG 217 - A.N./RJ.

- Ofício do Presidente da Província Caetano Maria Lopes Gama ao Governador das Armas, brigadeiro R. J. da Cunha Mattos, em 10/09/1825, no. 33. In: 1825-1827 - Correspondência da presidência da província com autoridades Militares. A.H.G.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830.

- Ofício do Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury a junta provisória do Governo desta Província de Goiás em 04/06/1823. In: BORGES, Humberto Crispim. O Pacificador do Norte. Goiânia: Editora do CERNE, 1984. P. 129 e 132.

- Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Comandante das tropas da Vila da Palma em 15/03/1824.

- Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Ministro João Gomes da Silveira e Mendonça em 14/02/1824, no. 45. Pacote IG 217 - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

- Ofício do Presidente da Província Caetano Maria Lopes Gama ao Governador das Armas, brigadeiro R. J. da Cunha Mattos, em 10/09/1825, no. 33. In: 1825-1827 - Correspondência da presidência da província com autoridades Militares. Arquivo Histórico de Goiânia.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830.

(23) Ofício do Governador das Armas da Província de Goiás, R. J. da Cunha Mattos do Ilmo. e Exmo. Ministro João Vieira

de Carvalho em 25/10/1823, no. 15. Op. Cit.

(24) Para a organização das bandeiras de pacificação ver:

POHL, J. E. Op. Cit. P. 213-218.

BRASIL, A. Americano do. 1980. Op. Cit. P. 105.

- Portaria do Pe. Luiz Gonzaga Fleury de 12/01/1823 ao Comandante de S. José do Tocantins - Antônio Caetano da Fonseca. Carta de Manoel de Aguiar ao Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury em 31/03/1823. Ofício do Comandante de S. José do Tocantins - Antônio Caetano da Fonseca ao Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Flery em 24/04/1823. Ofício de Manoel de Aguiar ao Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury em 27/05/1823. In: BORGES, H. C. Op. Cit. P. 129-132.

- Ofício do Governador das Armas - R. J. da Cunha Mattos ao Ilmo. Sr. João Gomes da Silveira e Mendonça em 23/02/1824, no. 48. Pacote IG 217 - A.N./RJ.

- Ofício do Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos ao Capitão Mor da vila da Palma Joaquim Pereira de Lemos em 27/03/1824. In: 1823-1829: Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes dos distritos. A.H.G.

- Ofício do Presidente da Província - José Rodrigues Jardim, ao Comandante das Guardas Nacionais de Amaro Leite e Descoberto em 15/05/1833. In: Ofícios do Governo Provincial dirigidos aos Comandantes da Guarda Nacional - 1832-1842.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. no. 475 de 25/09/1833.

- Ofício do Presidente da Província José Rodrigues Jardim a Comarca de Vila de Trairas (com cópias para as Câmaras de Pilar, São José, Cavalcante e Palma) em 01/08/1835. In: 1834-1835: Portaria e Ofícios da Presidência para as Câmaras, Municípios e Juizes de Orgãos. A.H.G.

- Ofício do Presidente da Província José Rodrigues Jardim ao Tenente Coronel Jerônimo Francisco de Castilho em 02/05/1836. In: 1836-1839: Registro de Ofícios e Ordens expedidos pelo Governo Provincial a diversos. A.H.G.

+ (25) Ofício ao Presidente da Província Caetano Maria Lopes Gama ao Governador das Armas Interino em 05/05/1825, no. 11. In: 1825-1827: Correspondência da Presidência da Província com autoridades militares. A.H.G.

- Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Comandante Geral do Distrito de São Félix em 12/01/1824. In: 1823-1829: Correspondências do Governador das Armas com o comandante dos distritos. A.H.G.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 475 em 25/09/1833.

(26) Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Comandante Geral do distrito de São Félix em 12/01/1824. Op. Cit.

(27) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 224 e 225.

X (28) Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao comandante Geral do Distrito de São Félix em 12/01/1824.

Op. Cit.

(29) Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Ilmo. Sr. João Gomes da Silveira e Mendonça, em 23/03/1824, no. 48. Pacote 161 - 217 - A.N./RJ.

(30) Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos à Junta provisória em 12/01/1824. In: 1823-1826 Registro de correspondências militares ao governo civil da Província. A.H.G.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830.

(31) BORGES, H. C. Op. Cit. P. 132.

BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 155.

(32) Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Presidente da Província em 09/09/1825. In: 1823-1826: Registro de Correspondências Militares ao Governo Civil da Província. A.H.G.

(33) Ofício de João Jácomo de Baumann ao Coronel Comandante Geral do Distrito de S. José em 21/04/1827. In: 1823-1829: Correspondência do Governador das Armas com os comandantes dos distritos. A.H.G.

(34) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830.

- Ofício do Presidente da Província Miguel Lino de Moraes ao Governador das Armas, J. J. de Baumann, no. 58 de 08/06/1830. In: Correspondência do Governo Provincial ao Governador das Armas: 1828-1830. A.H.G.

BRASIL, A. A. do. 1961. Op. Cit. P. 101.

(35) GOMES, Mércio Pereira. Os Índios e o Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988. P. 79.

(36) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 389 de 29/11/1832.

(37) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 375 de 10/10/1832 e no. 475 de 25/09/1833.

BRASIL, A. A. do. Op. Cit. 1980. P. 104.

(38) Ofício do Presidente da Província José Rodrigues Jardim ao Comandante das Guardas Nacionais de Amaro Leite e Descoberto em 15/05/1833. In: Ofícios do Governo Provincial dirigidos aos comandantes da Guarda Nacional - 1832-1842. P. 1. A.H.G.

- Expediente da Presidência em 01/06/1838 - Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. In: Correio Oficial de Goyaz 21/07/1838. No. 101. A.H.G.

(39) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 475 de 25/09/1833.

- Ofício do Presidente da Província José Rodrigues Jardim para Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Vila de São José do Tocantins. In: 1835-1837: Presidência da Província - Correspondências e Portarias dirigidas a Câmaras Municipais e Juizes de órfãos. P. 30. A.H.G.

- Ofício do Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury ao Sr. Sebastião do Rego Barros Ministro dos Negócios da Guerra em 16/11/1838. In: Livro 4a. para a Guerra - 1834-

1840. P. 74 e 75. A.H.G.

(40) Presídio São Félix, criado no governo de D. Manoel Ignácio de Sampaio para obstar as incursões dos índios Avá-Canceiro e amparar a navegação pelo Maranhão. Situava-se no Julgado de São Félix, às margens do Maranhão, a 3 léguas do Arraial do Carmo. O presídio foi desativado no governo ilegal; contudo, foi reconstruído por volta de 1828. Este presídio subsistiu presumivelmente até por volta de 1840 quando terminam as referências históricas acerca do mesmo.

- Ofício do Governador Miguel Lino de Moraes ao Governador das Armas J. J. de Baumann. No. 58 - 08/06/1830. Op. Cit. P. 83.

- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830 e No. 454 de 13/06/1833 e no. 475 de 25/09/1833.

- Ofício do Presidente da Província José Rodrigues Jardim ao Tenente Joaquim da Rocha Maia. In: 1835-1839 - Registro de Ofícios e Ordens expedidas pelo Governo Provincial a diversos. P. 33. A.H.G.

- Ofício do Presidente da Província José d'Assis Mascarenhas, Ministro e Secretário dos Negócios do Estado - 14/01/1840. In: 1834-1840 - Livro 4a. para a Guerra. P. 96. A.H.G.

(41) Sobre o Presídio Xambá, ver no segundo capítulo deste trabalho.

- (42) GOMES, M. F. Op. Cit. P. 79.
- (43) Ofício do Presidente da Província de Goiás José Rodrigues Jardim para as Câmaras de Pilar, São José, Traíras, Palma e Cavalcante em 22/10/1835. In: 1834-1835 Portarias e Ofícios da Presidência para as Câmaras Municipais e Juizes de Orfãos. P. 88 e 89. A.H.G.
- Resolução no. 25 de 31/07/1835. In: Leys Goyanas. Vol. 1. Op. Cit.
- (44) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 74 e 76.
- (45) GOMES, M. F. Op. Cit. P. 79 e 80.
- (46) Relatório ... José de Assis Mascarenhas - 1945. Op. Cit. P. 13.
- (47) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 195.
- Ofício de João Paulo dos Santos Barreto (pálacio do Rio de Janeiro em nome do Imperador) ao Presidente da Província de Goiás em 06/06/1846. In: 1843-1849 - Livro da Guerra. A.H.G.
- (48) Relatório que a Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1846 o Exmo. Presidente da mesma Província Dr. Joaquim Ignácio Ramalho. Goyaz na Typographia Provincial, 1846. P. 7 e 14. A.N./RJ.
- Relatório que a Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1847 o Exmo. Presidente da Mesma

Provincia Dr. Joaquim Ignácio Ramalho - Goyaz - na Typographia Provincial de 1847. P. 6, 12 e 15. A.N/RJ.

(49) Ofício do Presidente da Provincia José Olímpio Machado ao Sr. Antônio Nicolau da Silva em 26/10/1849. Op. Cit.

(50) Ofício do Sr. Manoel Felisberto de Souza e Mello para o Presidente da Provincia Antônio de Fátua Fleury em 05/02/1849. In: 1843-1849 - Livro da Guerra. A.H.G.

(51) Os presídios ou colônias militares fundadas às margens ou bacias dos rios Tocantins e Araguaia, a partir da década de cinquenta do século XIX, tiveram os seguintes objetivos: auxiliar a navegação pelos rios, proteger a região, onde fora fixado contra a resistência indígena à ocupação de suas terras e buscar o contato pacífico com os grupos indígenas ainda autônomos. Os presídios ou colônias militares constituíam núcleos de povoação em regiões ainda inexploradas, objetivando atrair maior número de habitantes e visando, assim, consolidar a ocupação nestas regiões.

(52) Presídio Santo Antônio do Amaro Leite - fundado em 1854, numa planície a margem direita do rio das Areias, a 5 léguas a Noroeste do arraial do Amaro Leite. Segundo os Relatórios de Presidente de Provincia, a finalidade deste presídio era promover a navegação, defender o arraial do Amaro Leite e o porto das Lavras das incursões dos Avá-Canoeiro, além de incentivar a fixação de fazendeiros no

sertão do Amaro Leite. A partir de meados da década de sessenta, tal presidio encontrava-se bastante decadente. Em 1884 foi autorizada sua transferência para as margens do rio Bagagem no território do Município de São José do Tocantins, sob a denominação de Presidio Nova-Belem.

- Ver: Colônias Militares - Memória. José Rufino Rodrigues Vasconcelos, chefe da 1a. sessão da diretoria fiscal da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. In: Relatório apresentado à Assembléa Geral. Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Guerra. 25/05/1867. Pacote no. 464. A.M.E./60.

- Relatório ... Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 40.

- Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz na sessão Ordinária de 1856 pelo presidente da Provincia Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha. P. 13-15. Pacote 1532 - A.M.E.

- Relatório lido a abertura da Assembleia Legislativa de Goyaz pelo presidente José Martins F. de Alencastre em 01/06/1862. Goyaz: Typographia Provincial, 1862. P. 87.

- Documentos avulsos sobre a transferência do presidio Santo Antônio no. 013, 014, 015 - Pasta A-Z. Centro Cultural A. E. de Moraes. Niquelândia-GO.

- Ver também relatórios de presidentes de provincia nos anos

1859, 1863, 1865, 1869, 1870, 1871, 1872, 1876, 1877 e 1881.

(53) Presidio Santa Cruz - criado em 1855, situava-se a 600 metros da margem direita do rio Cana-Brava (afluente do rio Santa Tereza), cortado pelo ribeirão da Cobra, a 10 léguas do arraial do Descoberto. O local escolhido para o assentamento do presidio possui terras de cultura e pastagens; os estabelecimentos antigos fundados na região do presidio foram abandonados em virtude das hostilidades dos Ave-Canceiro. A finalidade deste presidio era:

1 - assegurar as comunicações dos povoados de São Félix, Chapada, Carmo e Cavalcante com os demais presídios e com a capital pela estrada geral do sertão;

2 - a navegação da Vila de S. João da Palma a S. Felix pelo rio Maranhão. Este presidio não prosperou, sendo extinto em 1864 por decisão do Presidente da Província Couto de Magalhães.

- Ver: Relatórios dos presidentes de província dos anos: 1855, 1856, 1859, 1862 e 1863.

- Relatório ... Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 28, 37, 42 e 43.

- Relatório ... Antônio Manoel de Araújo e Mello. - 22/04/1861. Op. Cit. P. 13.

(54) Presidio Santa Bárbara - fundado em 1854, situava-se numa vasta planície banhada pelo ribeirão do Macaco

(afluente da margem esquerda do Maranhão) a duas léguas do município de Pilar, a 4 léguas da confluência dos rios das Almas e Maranhão. Protegia o arraial de Agua Quente, o porto dos Macacos e alguns estabelecimentos de lavoura ali fixados das incursões dos Avá-Canoeiro. Anos depois, o presídio entrou em franca decadência, quando foi extinto por ato do presidente da província em 25/04/1881. O material que ainda havia neste presídio foi transferido para o presídio Santo Antônio.

- Ver: relatórios dos presidentes da província de Goiás nos anos: 1856, 1862, 1863, 1865, 1869, 1870, 1871, 1872, 1876, 1877.

- Relatório ... Antônio Cândido da Cruz Machado - 01/09/1854. Op. Cit. P. 29.

- Relatório ... Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 39.

- Relatório ... Aristides de Souza Spínola - 27/12/1881. Op. Cit. P. 19.

(55) Fala ... Eduardo Olimpio Machado - 01/05/1850. Op. Cit. P. 8.

- Noticia do Juiz de Direito de Porto Nacional ao Presidente da Província em 17/01/1859. In: Gazeta Official de Goyaz. 30/07/1859. Ano II - No. 25. P. 1. A.H.G.

(56) Relatório que a Assembleia Legislativa de Goyaz

apresentou na sessão ordinária 01/06/1853. O Exmo. Presidente da Província Dr. Francisco Mariani. Goyaz - Na Typographia Provincial - 1853. P. 9. A.N./RJ.

(57) Relatório do Ex-Presidente da Província de Goyaz - Dr. Francisco Mariani entregou a administração da mesma ao Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha - 1854. P. 7 e 8. A.N./RJ.  
- Relatório ... Antônio Augusto Pereira da Cunha - 1856. Op. Cit. P. 16.

COUTO DE MAGALHÃES, J. V. do. Op. Cit. P. 79.

(58) Ofício do Presidente da Província de Goyaz ao subdelegado de polícia do Distrito de S. Rita. In: Gazeta Official de Goyaz. 18/06/1859 - ano II, no. 19. A.H.G.

(59) Relatório... Antônio Joaquim da Silva Gomes - 1851. Op. Cit. P. 17.

(60) Relatório... Joaquim Ignácio Ramalho - 1847. Op. Cit. P. 6.

- Fala... Eduardo Olímpio Machado em 01/05/1850. Op. Cit. P. 9.

(61) Relatório ... Francisco Januário da Gama Cerqueira. 30/09/1859. Op. Cit. P. 66.

(62) Relatório que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 01/06/1852, o Exmo. Presidente da Província Dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes. Goyaz - Typographia Provincial, 1852. P. 7. A.N./RJ.

- (63) Relatório que é Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 01/07/1858 pelo Exmo. Presidente da Província Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira. Goyaz - Typographia Goyazense; 1858. P. 20. A.N./RJ.
- (64) COUTO DE MAGALHAES, J. V. do. Op. Cit. P. 111 e 138.
- (65) Idem. Ibidem. P. 110.
- (66) Relatório ... José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1861. Op. Cit. P. 3 e 4.
- Relatório ... Antônio Manoel de Araújo e Mello - 22/04/1861. Op. Cit. P. 3 e 13.
- Relatório ... José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862. Op. Cit. P. 45, 83, 87, 88 e 95.
- (67) Relatório... José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1861. Op. Cit. P. 3.
- (68) A sensível diminuição da população Avá-Candoeiro foi observada nos seguintes documentos históricos:
- Exposição ... Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 15.
- Relatório... Aristides de Souza Spínola - 27/12/1881. Op. Cit. P. 19.
- (69) Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exmo. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis Presidente da Província, em 01/06/1873. Goiás:

Typographia Provincial, 1873. P. 12 e 13.

- Ata de reunião da Câmara Municipal de São José do Tocantins em 09/10/1880. Fasta A-Z. Centro Cultural Antônio E. Moraes. Niquelândia/GO.

- Ofício do Presidente da Província Eduardo Augusto Montandon ao Presidente e e Vereadores da Comarca de S. José do Tocantins em 17/09/1889. Fata A-Z. Centro Cultural A. E. de Moraes. Niquelândia-GO.

- Relatório da Intendência Municipal de S. José do Tocantins de 18/02/1881. (Documento de Propriedade do Sr. José Vieira - Niquelândia/GO.)

(70) Correio Oficial de 11/10/1871. No. 360. A.H.G.

Esta atitude "travessa" dos Avá-Canoeiro é observada nas entrevistas com regionais em alguns municípios como: Niquelândia, Colinas, Cavalcante, Mutunópolis, Mara Rosa, Porangatu, Formoso, Santa Tereza; Paranã, Taguatinga-TO e Unaí-MG, entre outros. As "malinesas" dos índios, como se referem os regionais, além dos já mencionados são: atiram pedras contra a casa dos fazendeiros, soltam animais presos nos currais, imitam animais para assustar alguns viandante solitário, furtavam ferramentas de ferro, etc.

(71) Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Luiz Augusto Crespo ao primeiro Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes por ocasião de passar-lhe a



administração da Província em 14/01/1879. Goyaz -  
Typographia Provincial, 1879. P. 14. A.N./RJ.

(72) As pesquisas de campo, realizadas com habitantes de vários municípios goianos e tocantinenses, mostram que estas populações não se referem especificamente a um ou outro grupo indígena. Ao falar de índios denomina-os genericamente de Tapuios. Mesmo nos municípios onde os Avá-Canoeiro ainda se movimentam, nenhum dos moradores entrevistados sabia que se tratava dos Avá-Canoeiro. Diziam apenas que eram índios.

(73) Denúncias de pessoas do interior de Goiás ao Serviço de Proteção ao Índio. Ver: Relatório do Serviço de Proteção aos Índios do Estado de Goyaz. - relativo ao ano de 1929. 1o. volume. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. "Perseguição aos índios Canoeiros", filme no. 341. Setor de Documentação do Museu do Índio. Rio de Janeiro. Esta denúncia foi a respeito do massacre realizado, pelos proprietários da fazenda Veríssimo e companheiros, na aldeia Avá-Canoeiro próxima a atual cidade de Formoso. Apesar das denúncias, as autoridades nada fizeram com os criminosos.

O fazendeiro Geraldo Borges (73 anos, residente em Uruaçu GO.; entrevista feita em fevereiro de 1989), informa que no início da década de sessenta (não se recordava o ano) ele e outros fazendeiros do então município de Uruaçu estiveram com o Governador Mauro Borges, solicitando

providências a respeito de índios que viviam na região do nascente povoado de Campinaçu, hostilizando os lavradores que estavam fixando suas posses no local conhecido por Mata do Café. Segundo o informante, o governador chamou um servidor do S.F.I. Veio uma mulher (cujo nome o sr. Geraldo não se recordava), garantindo que naquela região não havia índios. O Sr. Geraldo, indignado com aquela atitude da representante do Serviço de Proteção ao Índio, pois ele mesmo meses antes vira um índio nas proximidades do rio Carneiro, solicitou desta funcionária uma declaração dizendo não haver índios na região indicada. A funcionária não quis apresentar tal declaração. O assunto encerrou-se por aí mesmo, sem nenhum interesse do órgão tutor em averiguar as informações obtidas através dos fazendeiros. Meses depois, um grupo de lavradores de Campinaçu se reuniu e destruiu a aldeia Avá-Canoeiro situada às margens do rio Carneiro, na Mata do Café. Observa-se no caso específico dos Avá-Canoeiro, bem como em outros acontecimentos no Brasil contemporâneo, que o próprio órgão tutor, seja ele S.F.I. ou FUNAI tornou-se conivente com os crimes perpetrados contra os indígenas em virtude da inoperância, negligência e falta de preparo de muitos servidores de tais órgãos - reflexos da política indigenista vigente no Estado brasileiro.

(74) "Recentemente alguns etnógrafos afirmam a não

existência dessa tribo fantasma em terras de Goiás". VIEIRA, Vivaldo. O Indígena Brasileiro no Século XIX em Três Províncias do Império: Goiás, Pará e Maranhão. In: Aspectos da Cultura Goiana I. Op. Cit. P. 83.

- Ver também:

"Contra os constantes ataques dos índios Canoeiros (é discutível a existência dessa tribo) ao porto da travessia do Tocantins." Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios goianos. Goiânia: Publicação do governo do Estado de Goiás, 1971. P. 37.

C A P I T U L O I V

4 - RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS AVA-  
CANOEIRO

Neste estudo, em busca da elaboração de parte da etnohistória Avá-Canoeiro, deparamo-nos com várias questões a respeito deste grupo. Contudo, tais questões se esbarram na possibilidade ou não de serem analisadas. Isto porque as fontes históricas nem sempre permitem análises mais aprofundadas de determinadas questões. Tal fato ocorreu quando da tentativa de reconstituição da etnohistória desse povo. Na documentação histórica disponível, não havia X suficientes informações de cunho etnográfico. No entanto, procuramos, neste momento de reflexão sobre a Sociedade Avá-Canoeiro, analisar duas questões principais.

A primeira constitui uma indagação mais geral em que implicam conhecimentos outros que ultrapassam as fontes históricas. Roque de Barros Laraia, estudioso dos grupos Tupi, indaga: como se explica o estabelecimento de um grupo Tupi, no caso específico os Avá-Canoeiro, numa região circundada por grupos indígenas filiados à língua Jê ?

O segundo ponto a ser abordado centra-se principalmente na questão do território Avá-Canoeiro no decorrer dos dois primeiros séculos de colonização de Goiás, em que se analisa a adaptação e exploração dos recursos para sobrevivência, a guerra entre eles e os colonizadores; as

migrações advindas das perseguições e, por fim, a resistência indígena ao contato.

Os Avá-Canoeiro estabeleceram-se em terras denominadas geopoliticamente de Goiás (incluindo o Estado do Tocantins) antes da chegada do colonizador. Ainda segundo Laraia, os povos falantes da língua Tupi preferem locais cuja vegetação é a floresta, (01) onde podem exercer a agricultura, (02) fonte maior de sua dieta alimentar. Os Avá-Canoeiro não fugiram a esta regra. Subindo o rio Tocantins, fixaram-se em suas ilhas e nas matas-galerias que margeiam esse rio e alguns de seus principais afluentes. Utilizavam canoas, pois os rios constituíam vias de acesso que ofereciam uma grande mobilidade espacial.

Quando os Avá-Canoeiro radicaram-se, em época remota, na região tocantina, possivelmente conquistaram regiões dominadas por povos indígenas Jê. Estas regiões poderiam ser exploradas por um ou mais grupos, havendo, desse modo, sobreposição de territórios extensos.

Sabe-se que os grupos indígenas Jê, como os Tupi, têm preferência por determinados habitats. Quanto aos grupos Jê goianos, como os Kayapó do Sul e Akue históricos, ocupavam áreas de cerrado, construíam grandes aldeias, utilizavam as matas-ciliares para o cultivo e exploravam frutos sazonais do cerrado, bem como a caça e a pesca nos

pequenos cursos d'água. Tais sociedades Jê construam suas aldeias mais afastadas dos grandes cursos d'água; (03) contudo, poderiam atingi-los em suas andanças, praticando a caça e a pesca.

Assim, o fenômeno de haver a sobreposição de territórios entre dois ou mais grupos e a preferência dos Jê em se estabelecerem em interflúvios, freqüentando eventualmente os grandes cursos d'água, pode ser observado historicamente. A utilização do rio Araguaia por vários grupos indígenas vizinhos da região ilustra o fenômeno ao qual nos referimos.

As margens do rio Araguaia foram historicamente ocupadas pelo grupo Karajá (considere-se os Karajá, Javaé e Xambioá) num extenso território, desde o rio Vermelho, no Médio Araguaia, até a região de Xambioá. Servia-se, esse grupo, de canoas, e sua dieta alimentar voltava-se basicamente para os recursos provenientes do rio. A mitologia Karajá é riquíssima, figurando nela abundantes elementos da fauna aquática do Araguaia. O grupo Karajá explorava e ocupava um extenso território em comprimento, incluindo ambas as margens do Araguaia, além da ilha do Bananal.(04)

O rio Araguaia era freqüentado eventualmente por outros grupos indígenas além dos Karajá. Cunha Mattos (1824)

(05) informa que os Garaus-uassu, os Guaná-ussu e os Coritês, entre outros habitantes das terras do Cuiabá e das cabeceiras do rio Xingu, frequentavam o Araguaia em suas andanças e pescarias. Os índios Gradaús, por exemplo, que possuíam suas aldeias em terras do Pará a três dias de distância do Araguaia, exploravam-no, atemorizando os Karajá. (06) Cronistas e viajantes ainda informam que a ilha do Bananal era visitada por outros grupos indígenas autônomos como os Xavante, os Xarente, os Poxotis, os Tapirapé e os Ava-Canoero, (07) uma vez que, é do conhecimento de todos, as sociedades indígenas possuem grande mobilidade espacial. Esta mobilidade deve-se à busca de recursos alimentares - após a plantação da roça da comunidade, dispersam-se em grupos menores, realizando coletas sazonais de frutos e empreendendo caçadas e pescarias. Muitas vezes afastam-se bastante de suas aldeias e nestas andanças podem atingir grandes cursos d'água.

O que se pretende, ao fazer toda a explanação territorial de determinados grupos Jê e a sobreposição de seus territórios extensos, é compreender como os Ava-Canoero se fixaram em terras circundadas por povos culturalmente distintos deles mesmos. A reflexão que se faz é que os Jê goianos adaptados às áreas de cerrado e tendo suas aldeias radicadas em interflúvios, deixavam as áreas de

mata-galeria que margeiam o rio Tocantins mais livres, embora poderiam eventualmente explorá-las. Assim, a hipótese que se levanta é que os Avá-Canoeiro subiram o rio Tocantins, estabelecendo-se ao longo de seu alto curso, pois eram estas áreas mais disponíveis - não densamente ocupadas. Possivelmente tais índios lutaram pela conquista desse território.

Dessa forma, pode-se afirmar que o grupo Avá-Canoeiro é intrusivo numa região eminentemente Jê. Observe-se, arqueologicamente, que os sítios de horticultores pré-históricos da tradição Tupiguarani parecem repetir este mesmo padrão - são relativamente poucos e dispersos em Goiás, levando em consideração que nem todo o Estado foi pesquisado (os sítios a que nos referimos encontram-se nas bacias dos rio Araguaia e Paranaíba, e a Oeste da Serra Geral, na vertente do rio Paraná).(08) Aqueles sítios localizados nas bacias do Araguaia e do Paranaíba apresentam, em alguns casos, uma forte aculturação por parte de horticultores da tradição Aratu e Uru, o que parece indicar que o Tupiguarani era intrusivo numa área densamente ocupada por grupos horticultores diferentes. Já os sítios estabelecidos na vertente do rio Paraná são dois: um deles é um cemitério, com vários sepultamentos, e outro constituía uma aldeia típica, sem, no entanto, oferecer maiores

considerações, dado que esta região foi pouco estudada.

A professora Irmhild Wüst (UFG-60) nos informou, numa conversa pessoal, que nos sítios da tradição Tupiguarani no Mato Grosso, especificamente na área Bororo, onde pesquisou, ocorria este padrão intrusivo de ocupação em áreas e até mesmo em aldeias de grupos horticultores distintos.

Aparentemente, ocorreu o mesmo padrão de assentamento intrusivo de horticultores pré-históricos da tradição cerâmica Tupiguarani e de um grupo histórico Tupi como so Avá-Canceiro. No entanto, são evidências que merecem estudos mais aprofundados para que tais correlações possam ser feitas com maior segurança.

Em meados do século XVIII, o colonizador encontrou os índios Avá-Canceiro habitando regiões de mata às margens e ilhas do rio Tocantins, bem como em alguns de seus afluentes. Canceiros por excelência, poderiam se deslocar facilmente pelo rio, fugindo de seus inimigos, que não dispunham de canoas. Além disso, buscavam refúgios naturais: para habitarem regiões acidentadas e ao longo de rio, dificultando, desse modo, o acesso de seus inimigos.

Para se delimitar o território Avá-Canceiro, considere-se aquele identificado anteriormente, onde ocorreram conflitos por sua posse.

Os Avá-Canoeiro não aparecem na história do colonizador com o advento da exploração aurífera, como por exemplo os grupos Goiá, Crixá, Kayapó do Sul, Xavântes, Akroá, Xakriabá e Gueguê. Surgem eles quando a decadência das minas de ouro levou a população a se dedicar gradativamente à vida rural, estabelecendo-se, para isso, em território indígena, formando fazendas de gado e lavoura de subsistência.

A presença dos Avá-Canoeiro foi registrada por volta de 1760, nos rios Santa Tereza, Almas e Canabrava, (09) afluentes do rio Tocantins. Outra evidência histórica da presença indígena nesta região foi em 1774, quando uma bandeira de prospecção aurífera, proveniente do arraial do Pilar, encontrou-os no rio das Almas. (10) Os Avá-Canoeiro tiveram aldeias nas margens deste rio, fato este que veio a ser confirmado pela documentação histórica no início do século XIX.

Esses índios também possuíam aldeias nas ilhas do rio Tocantins/Maranhão, referidas nas fontes como ilhas do Tropeço e do Canoeiro. (11) Há informes de que a aldeia da ilha do Tropeço foi destruída em 1798 pela expedição que o Governador Tristão da Cunha Menezes enviara numa missão com vistas a realizar a conquista de tais indígenas.

Durante o governo de Luiz da Cunha Menezes (1778-

1783), por sua vez, havia notícias dos Avá--Canoeiro nas margens do rio Tocantins/Maranhão, precisamente em terras que compreendiam os Julgados de Palma e São Félix. (12)

Todas essas referências a respeito da localização dos Avá-Canoeiro são acompanhadas por conflitos entre estes e o colonizador, que estabeleceu fazendas de gado e lavouras em seus territórios tribais.

As fontes históricas do século XVIII indicam que os Avá-Canoeiro habitavam as margens de grandes cursos d'água, ocupando as matas-galerias. Segundo Laraja, os grupos Tupi são adaptados a regiões de mata, tal preferência devendo-se à importância dada à agricultura por esse povo. São várias as evidências históricas apontando a preferência dos Avá-Canoeiro pela floresta. Pohl informa que tais índios "vivem nas matas próximas dos rios Maranhão, Paraná, Manuel Alves e da Barra do Palma." (13) Por outro lado, em relatório de presidentes da província de Goiás, lê-se: "Os índios (Canoeiros) demoram-se nas matas nas margens do rio Maranhão.." (14) e "Os vastos sertões de Amaro Leite, ricos em pastagens e em terrenos auríferos, fertilíssimos para todo o gênero de cultura.." (15) E acrescenta que tais terras acham-se despovoadas em virtude das hostilidades desses índios. Estas são algumas entre as várias referências históricas acerca do estabelecimento indígena em



sintetizadora sobre os grupos Tupi atuais, enumera várias plantas cultivadas por eles, como: variedades de mandioca, batata doce, cará, amendoim, banana, milho, pimenta, fumo, urucu, jenipapo, cabaças etc. É bem possível que os Avá-Canoeiro conheciam estes cultígenos e até outros mais, pois praticamente todos os grupos indígenas brasileiros (com algumas exceções) pré-históricos (horticultores), históricos e atuais (20) eram agricultores, sendo os cultígenos dos mais variados e difundidos amplamente. Acrescente-se a este fato o de que os Avá-Canoeiro atuais ainda têm nomes para estas plantas.

As plantas não comestíveis citadas possuem usos diversos. O algodão é utilizado para a confecção de redes, tipóias, cordinhas para adornos e para o arco, entre outros empregos (21). As cabaças servem como recipientes e em artefatos. O urucu e o jenipapo, por sua vez, são bases das pinturas corporais e possuem funções mágico-religiosas. (22) Apesar da carência de fontes históricas a respeito, infere-se que utilizavam as plantas mencionadas; quanto o jenipapo, por exemplo, pode-se considerar uma referência de seu uso pelos Avá-Canoeiro, pois estes eram denominados "cara-preta" em algumas regiões do Estado de Goiás e Tocantins no século XX. Tudo indica que os índios pintavam-se com jenipapo para obterem uma coloração negra, e os sertanejos identificavam-

nos desse modo. Além disso, os índios também se pintavam para a guerra.

Já o uso do fumo faz parte da vida mágico-religiosa dos Tupi (23) e mesmo de outros grupos indígenas não filiados lingüisticamente ao Tupi. A indicação de que os Avá-Canoeiro cultivavam o fumo deve-se a que os remanescentes do grupo ainda utilizam-no atualmente nos rituais de pajelanga. (24)

Segundo, ainda, Roque de Barros Laraia, a época da lida com o plantio é de maio a setembro, quando se dá a derrubada das grandes árvores, a queimada, o preparo do solo e o plantio propriamente dito, após o que os índios dispersam-se em pequenos grupos familiares, enquanto esperam pela maturação da roça, empreendendo em suas andanças a coleta, a pesca, a caça, a visita às outras aldeias e também, quando é o caso, as expedições guerreiras contra seus inimigos.(25) Esta parece ser uma regra geral para os grupos indígenas brasileiros que praticavam a agricultura, inclusive os Avá-Canoeiro. O costume de, após o plantio, haver a dispersão em grupos menores visava suprir as necessidade alimentares, o que não era permitido com a sedentarização permanente de todo o grupo na aldeia. No caso específico dos Avá-Canoeiro, ocorre tal procedimento, pois a bandeira punitiva enviada em 1819 contra esses índios, de

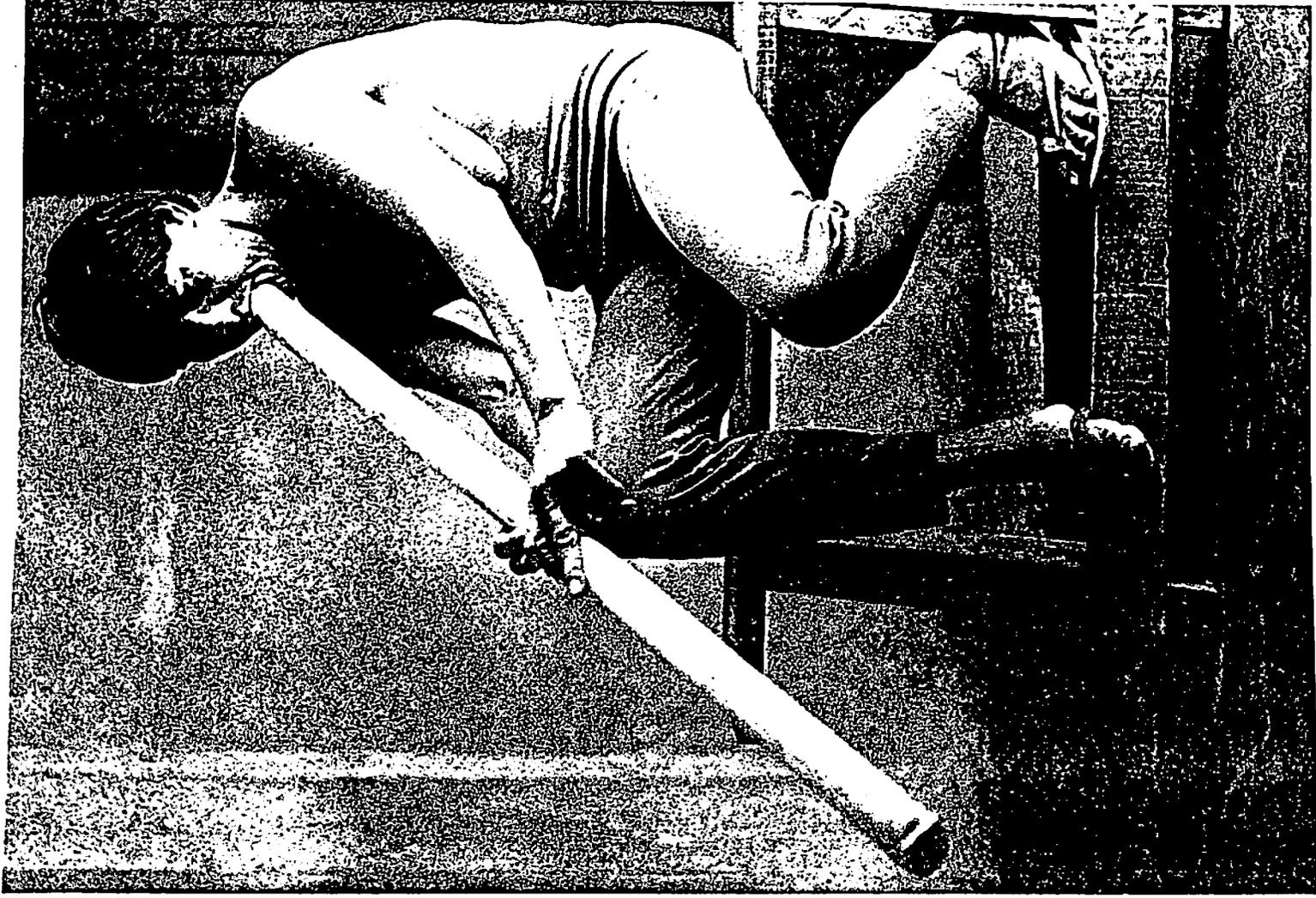


FOTO 9: NAKWATXA, tocando flauta, cujo instrumento no passado só era permitido a utilização pelos homens - Grupo do Tocantins. Foto: Walter Sanches

que falamos há pouco, encontrou (no mês de setembro) na aldeia uma roça de milho recém-plantada e, segundo Pohl, o massacre que a bandeira realizou não atingiu grande número de indígenas, pois a maioria encontrava-se ausente em caçadas. (26)

A região ao longo de grandes cursos d'água, onde os Avá-Canoeiro se fixaram, oferecia uma grande diversidade de recursos alimentares para a sua sobrevivência. Em primeiro lugar, poderiam retirar da pesca sua maior fonte de proteína - os rios Maranhão/Tocantins, Santa Tereza, Canabrava, Almas, Paranã, Palma, Tocantinzinho, entre outros, eram bastante piscosos. Por seu turno, a mata oferecia a caça, os frutos, a madeira para a confecção de canoas e casas, além de solos férteis para a prática da agricultura. Hipoteticamente os índios poderiam também utilizar os recursos alimentares provenientes do cerrado e dos campos que circundavam as matas-galerias. Do cerrado os índios poderiam retirar a caça e frutos em abundância, e do campo, aves de grande porte e cervídios que havia em tal ambiente em grande quantidade.

Nas fontes históricas as referências sobre a cultura material dos Avá-Canoeiro são extremamente escassas. No entanto, as poucas indicações que existem permitem fazer algumas considerações acerca da constituição das aldeias

desses índios.

As aldeias Avá-Canoeiro parecem não fugir ao padrão Tupi; eram casas grandes feitas de paus e palhas de palmeira onde habitava, em geral, uma família extensa. Recorramos às fontes que possuem tal indicação: "estendido as suas incursões (dos Avá-Canoeiro) em grandes malocas até lugares mui remotos dos seus acantamentos", (27) e " entre Amaro Leite e o Presídio Santo Antônio foi vista uma numerosa maloca". (28) Existem também depoimentos orais - por exemplo, um dos participantes de um massacre realizado a uma aldeia Avá-Canoeiro por volta de 1927, no município de Amaro Leite, contou a um fazendeiro: "Organizou-se um grupo armado de carabinas e espingardas, e foram à aldeia, que consistia em uma só casa grande de palha." (29) O termo maloca, empregado nas fontes antigas, é usado para designar casa grande de índios ou simplesmente aldeia indígena. (30)

Quanto ao número de casas, não há referência a respeito; contudo há fontes indicando mais de uma casa. Pohl conta que em um ataque a certa aldeia Avá-Canoeiro, em 1819, os colonos incendiaram as "cabanas de palmeiras". (31) E sobre outro ataque a uma das aldeias desses índios, nas cabeceiras do rio Thesouras, tem-se: "travando combate,... as cabanas e objetos dos selvagens foram queimados". (32) Cabana é um outro termo que significa habitação rústica ou

precária, (33) não tendo, desse modo, a conotação de ser pequena ou grande.

Ao nos referirmos às aldeias, é pertinente falarmos em cerâmica; já que, segundo Laraia, é ela uma das características mais marcantes dos povos Tupi. Tal autor informa que vários grupos indígenas filiados aos Tupi ainda praticam ou praticavam antes do contato a confecção da cerâmica. (34) Embora as fontes históricas dos séculos XVIII e XIX não façam referência à utilização da cerâmica pelos Avá-Canoero, pesquisas etnohistóricas deste século apontam o fabrico da cerâmica por esses índios. O local da antiga aldeia que sofreu o massacre em 1927 foi visitado por uma equipe de pesquisadores, do IGFA, em 1985, constatando-se a presença de abundantes fragmentos de cerâmica aflorando na superfície. (35)

A penetração colonizadora nos territórios de ocupação dos Avá-Canoero modificará gradativamente o modo de vida dos índios. Os conflitos entre eles e os colonos tornaram-se mais frequentes a partir dos anos oitenta do século XVIII. Os estabelecimentos rurais implantados nos distritos de Palma, São Félix, Carmo e Chapada - povoações auríferas fundadas à margem direita do rio Maranhão - encontravam-se frequentemente hostilizadas pelos índios, (36) possivelmente em virtude dos alongamentos dos colonos

em busca de terrenos férteis para agricultura e pastagens para o gado. A navegação pelo rio Tocantins também ressentia-se da ameaça indígena neste período.

Somente no século XIX é que o território Avá-Canoeiro delinea-se mais claramente em virtude do aumento do volume de informações acerca dos locais de movimentação dos índios.

Os Avá-Canoeiro ocupavam ambas as margens do rio Tocantins/Maranhão antes do início da colonização de Goiás. Porém, há indicações de que tais indígenas abandonaram algumas áreas da margem direita do referido rio, com o advento da mineração, possivelmente por estes locais não possuírem terrenos de boa qualidade. Entretanto, as evidências históricas mostram ainda que eles lutaram ferrenhamente para conservar algumas áreas férteis na margem direita; como, por exemplo, a região do rio Paranatinga (esta região está próxima ao arraial da Barra do Palma, que foi destruído pelos índios por volta de 1783). (37) E quando os Avá-Canoeiro se deram conta das ameaças de invasão da parte mais fértil de seu território (terrenos da margem esquerda do rio Maranhão), não encontraram outra saída a não ser defendê-lo por meio da contenda. Durante meio século (considerando apenas o século XIX) as tentativas de colonização dessas terras, também denominadas de sertão

do Amaro Leite, foram dificultadas pelos índios.

Em documento histórico, tal discussão encontra-se identificada quando o presidente da Província de Goiás, Cruz Machado, discorrendo sobre a criação de colônias militares no sertão do Amaro Leite, diz: "A região escolhida para edificação dos presídios é de clima ameno, abundantes matas férteis, e campos para criação de gado. E pela uberdade é que as tribos indígenas, que facilmente abandonaram os terrenos situados na margem direita do Maranhão, não tão férteis, e em muitas partes estéreis, persistiram em ocupá-la e neste empenho foram crescendo em ferocidade, e por isso tem sido em todos os tempos e ainda é infestada pelos Canoeiros". (38)

Passemos a identificar mais detalhadamente o território de ocupação dos Avá-Canoeiro e sua luta pela manutenção do mesmo.

No século XIX, o documento mais antigo compulsado, datado de 1807, (39) aponta a presença dos Avá-Canoeiro bem ao Norte, impedindo a navegação pelo rio Tocantins a partir do arraial do Pontal, em direção de quem sobe o rio.

Silva e Souza informa, em 1812, que os Avá-Canoeiro eram extremamente aguerridos e navegavam pelos rios Paraná, Barra do Palma, Tocantins e Manoel Alves cometendo estragos nos estabelecimentos rurais edificados ao longo desses rios.

(40)

Pohl identifica, em 1819, o território Avá-Canoeiro como compreendendo ambas as margens do rio Maranhão. Na margem esquerda, o território abrangia desde a borda do rio, estendendo-se até a região dos distritos de Amaro Leite e Descoberto da Piedade. (41) Este autor informa, repetindo Silva e Souza, que as aldeias dos índios localizavam-se nas matas próximas aos rios Maranhão, Paranã, Barra do Palma e Manoel Alves. (42) Contudo, Pohl identifica precisamente uma aldeia nas margens do rio das Almas, (43) a qual foi destruída por uma bandeira que queria pôr fim à resistência indígena contra a conquista de suas terras. Nesta ocasião contavam-se ainda mais três aldeias na região do rio das Almas. Esta informação foi dada por uma índia refém, presa quando do massacre relatado por Pohl. (44) O rio das Almas parece ter sido densamente povoado por esses índios.

Em 1824 Cunna Mattos, por sua vez, registra a presença dos Avá-Canoeiro numa vasta região de ambas as margens do rio Maranhão/Tocantins. Segundo esse autor, os índios habitavam as fragosas montanhas da margem esquerda do Maranhão, as ilhas deste rio, as vizinhanças da fazenda Corriola, Amaro Leite e Descoberto da Piedade. (45) E ainda informa ele que todo território entre os rios Preto, Santa Tereza e margem esquerda do Tocantins estava povoado por

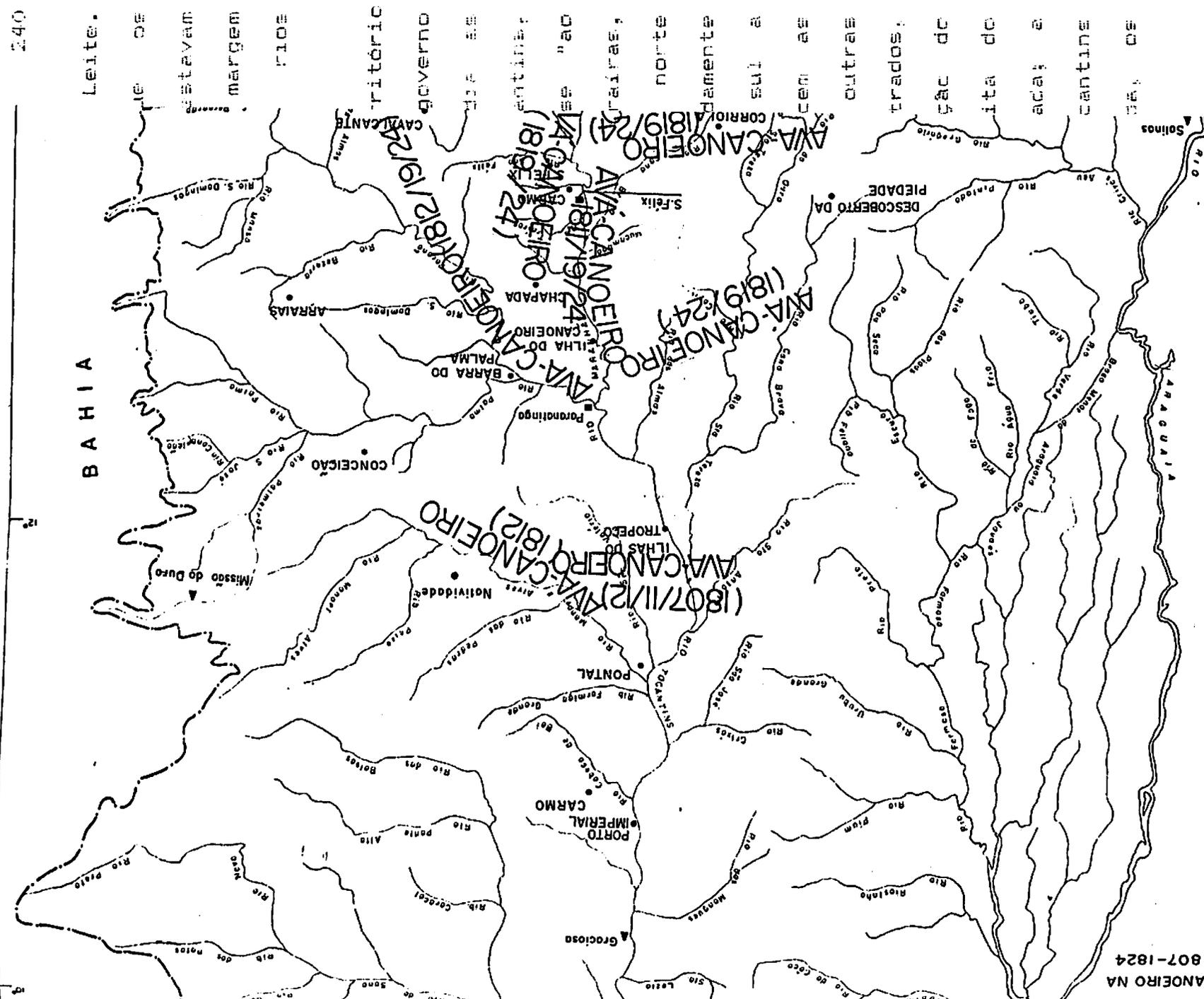
esses índios. (46) Quanto às aldeias, Cunha Mattos as localiza nos rios das Almas, Canabrava e nas proximidades da Vila da Palma. (47) E também relata que tais indígenas movimentavam-se na margem direita do Maranhão - na estrada que passa pelo rio Preto em direção ao arraial de São Félix, deste seguindo pelo arraial da Chapada até a vila da Palma, perturbando os viajantes. (48)

Fontes históricas outras, deste mesmo período, indicam que os Avá-Canoeiro estavam em conflito com os colonos, ou simplesmente apontam a presença deles em ambas as margens do rio Maranhão/Tocantins, mais especificamente em regiões entre este rio e o Santa Tereza. (49)

Procurando delimitar o território de movimentação dos Avá-Canoeiro e dispondo das informações até o momento obtidas, observamos que se delineia numa grande extensão ao longo do rio Tocantins/Maranhão. Temos, então, ao Norte, toda região que vai da foz os rios Santa Tereza, Almas e Paranatinga; a Leste, na margem direita, os índios não adentraram muito para o interior, permanecendo em regiões não muito distantes do rio Maranhão. A Oeste, dominavam toda a região a partir do rio Maranhão/Tocantins, estendendo-se até as terras banhadas pelos rios Santa Tereza e Canabrava, que possuem um longo percurso. Ao Sul, a movimentação dos índios foi registrada nas proximidades do

ESCALA GRÁFICA  
 0 25 50 75km

- LEGENDA
- A - ALDEAMENTO
  - - POVAADOS
  - - PRESIDIOS



índios apareciam nos distritos de Descoberto da Piedade e Amaro Leite, bem como, a Sudoeste, na região de Crixás, e, ao Sul, nos distritos de Pilar, Agua Quente e Cocal. (52)

Ao se obter informações sobre os locais de movimentação dos índios, observa-se que estes atacavam regiões periféricas a seus territórios tribais. A hipótese que se lança é que ou esses índios estiveram reprimindo os alongamentos dos colonos em seus territórios - e com isto atingiram outras áreas, como se estivessem protegendo as regiões mais centrais do mesmo, onde localizavam-se as aldeias - ou estavam sendo empurrados para novas áreas em virtude das perseguições do colonizador. Deve-se considerar que a região de Crixás e Pilar constituíam antigos territórios de grupos Akue, os quais foram em parte aldeados no final do século XVIII, sendo que estas regiões encontravam-se possivelmente menos povoadas na época. Todavia, hordas Xavãnte autônomas movimentavam-se nessas vastas regiões; mas, à primeira vista, não se parece ter evitado nelas o ingresso gradativo dos Avá-Canoeiro.

Os relatos sobre os Avá-Canoeiro, nas primeiras décadas do século XIX, também vinculam-se às disputas entre índios e não índios pela posse da terra.

A edificação dos presídios militares de Paranatinga e São Félix, às margens do rio Maranhão, com vistas a

proteger locais assolados pelos índios, não foram suficientes para detê-los na defesa de seus territórios tribais. Possivelmente os indígenas evitavam os locais patrulhados, mas às vezes enfrentavam o pequeno número de praças que compunha a força dos presídios - os presídios militares na primeira metade do século XIX, eram compostos de um quartel com uma força, com o objetivo de amparar e promover a navegação e deter as incursões indígenas que impedissem a fixação dos colonos. Esses fortins não funcionavam continuamente, intercalando ora abandonados em decadência ora reativados em funcionamento.

Segundo evidências históricas, a força destinada a compor o presídio era de um cabo e de 8 a 16 praças. Em várias ocasiões as autoridades governamentais reclamavam insubordinação e covardia dos praças. (53) Certa vez, os índios Avá-Canoeiro apareceram defronte ao presídio de São Félix, porém do outro lado do rio. Os homens que compunham a força do presídio, temerosos, pois os índios se encontravam em maior número, fugiram para o arraial do Carmo. (54) Noutra ocasião, o destacamento de seis praças que fazia ronda nas margens do Maranhão foi atacado de surpresa e morto pelos índios Avá-Canoeiro, salvando-se apenas uma índia Avá-Canoeiro, que mergulhou no rio. (55) Tal índia, de nome Maria, acompanhava a ronda como intérprete assalariada

e era casada com um índio do Pará, que compunha a força do destacamento. (56)

Os conflitos entre esses índios e os colonos tomaram grandes proporções durante toda a primeira metade do século XIX. Nesta guerra, índios e colonizadores lutavam como podiam, visando alcançar vitórias nas disputas. Tudo indica que o objetivo dos indígenas era intimidar os colonos, com o fim de mantê-los fora de seus territórios tribais. Observa-se na documentação histórica que o número de mortes provocadas pelos Avá-Canoeiro era bem pequeno (ver apêndice). Muitas vezes os ataques dos índios às fazendas não faziam vítimas, apenas feridos; porém causavam sérios prejuízos.

Enumeramos algumas atitudes belicosas utilizadas pelos índios, tendo em vista afastar os inimigos de seu território:

a) Os índios atacavam com alaridos, (57) mostrando-se furiosos, e, a julgar pelas altas vozes e brados, davam a impressão de haver grande número de combatentes; (58)

b) J. M. P. de Alencastre e Silva e Souza informam que mulheres e cães participavam das batalhas, parecendo que tal fato causou horror entre os combatentes. (59) No entanto, é relativamente comum a participação de mulheres

nos combates, quando se colocavam atrás dos homens para lhes passarem as flechas. A presença de cães, por sua vez, foi observada pelos expedicionários da bandeira enviada às ilhas do Tropeço para realizar a conquista dos índios. Os indígenas, em geral, gostam de cães, utilizando-os em caçadas e conservando-os sempre famintos, e assim mais bravos;

c) Os colonizadores observaram que os índios atacavam de surpresa e logo depois fugiam, embrenhando-se nos matos. (60) Esta foi uma tática frequentemente utilizada por eles. Possivelmente porque os colonos eram em maior número e era necessário observar com cuidado e executar os ataques com rapidez para que fossem exitosos;

d) Algumas vezes os índios mutilavam os corpos de suas vítimas; (61) esta atitude poderia fazer parte do terror que desejavam causar em seus inimigos. O jornal "A Matutina Meyapontense" informa: "Os Canoeiros cometeram barbaridades horróras nos corpos dos que assassinaram, segundo os juizes de paz de São José e Amaro Leite". (62)

A primeira vista, podem-se levantar dúvidas a respeito da veracidade dessas informações. O colonizador tinha medo e preconceito contra os indígenas, podendo, assim, exagerar e até mesmo inventar fatos que nunca existiram. Todavia, informações da atualidade sobre frentes

de atração, organizadas por órgãos tutores dos indígenas, vêm confirmar os relatos contidos nas fontes históricas.

Houve grupos indígenas contatados no século XX que tiveram essa mesma atitude de mutilação de seus inimigos, servindo-se dos facões oferecidos pelas próprias frentes de contato. Revelações pessoais do sertanista Sydney Possuelo, que participou de várias frentes de atração organizadas pelo SPI e pela FUNAI, informam que os índios Waimiri-Atroari, num ataque à frente de atração instalada no Estado do Amazonas, por volta de 1973, esquarteraram com facão um dos funcionários do órgão que participavam dos trabalhos de atração. Esse mesmo sertanista ainda nos contou que tal tipo de acontecimento também ocorreu na frente de atração dos índios Arara do Pará no início da década de oitenta.

Convém mencionar aqui alguns aparatos de guerra utilizados pelos índios indicados na documentação histórica consultada. As armas usadas por eles eram o arco, a flecha e lanças - as referências informam que as pontas destas duas últimas eram dentadas. Silva e Souza escreve que tais índios "usam, além de arco e flecha, lanças de mais de vinte palmos, dentadas nas extremidades". (63) Já Poh1 informa que eles "possuem grande destreza no uso de suas armas, usam lanças de mais de três metros de comprimento, providas de ponta muito aguda, com tarpas. As suas flechas também

possuem essas farpas, que têm o inconveniente de não poderem ser retiradas das pessoas por elas atingidas sem alargar a ferida e torná-la mais perigosa". (64) Certamente os índios possuíam outros tipos de flechas, contudo eram as de pontas denteadas que utilizavam na guerra e que foram observadas pelos combatentes.

A presença do colonizador nos territórios indígenas acabou por levar os Avá-Canoeiro a entrarem em contato com o ferro, passando a utilizá-lo nas pontas de algumas de suas flechas. Certamente os índios observaram os benefícios advindos da utilização desse metal, pois consistia num material mais duro e cortante do que aqueles encontrados na natureza.

O ferro era roubado, como atestam as fontes históricas: "a patrulha enviada pelo subdelegado da freguesia de Pilar, apanhou algumas setas que os Canoeiro lançaram na sua fuga ao aproximar-se do rio Araguaia, algumas tinham aguçadas chopas de ferro, produto de seus latrocínios." (65) E "Roubam tudo quanto é ferro..." (66). Estas flechas com pontas de ferro mantiveram-se como herança aos seus remanescentes. Os grupos contatados em 1973 e 1983, o primeiro no Araguaia e o segundo no Tocantins, portavam armas de pontas de ferro.

Couto de Magalhães diz que, além do arco e da

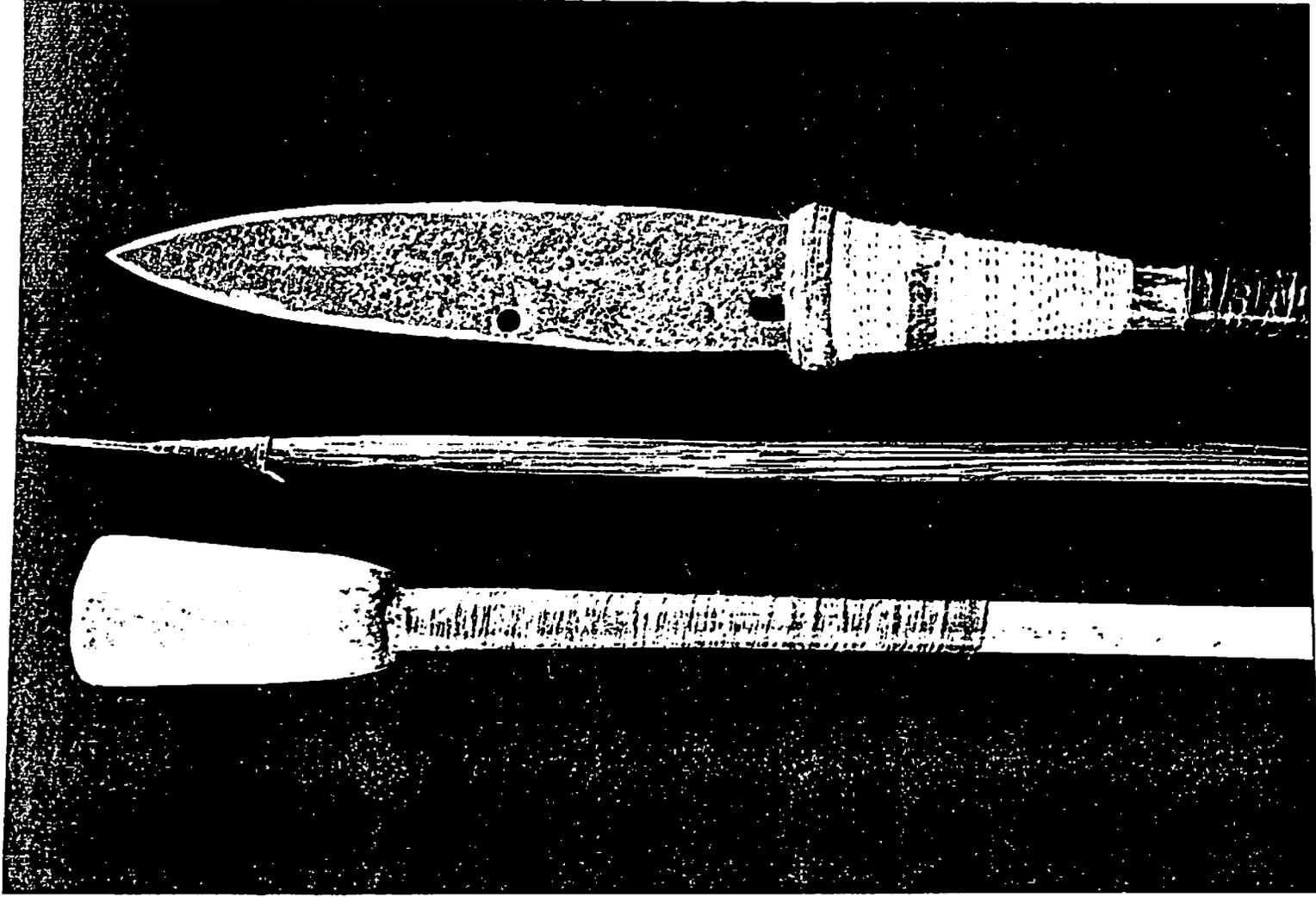


FOTO 10: Armas - lança e flecha com pontas de metal e flecha de ponta robuda p/ o abate de aves - Grupo do Araguaia. Foto: Walter Sanches

flecha, os índios se viam-se de porretes- "tiram-no do cerne de madeiras de lei, atam-no com uma corda e manejam-no de modo que sua pancada, se não é sempre mortal, serve pelo menos para derrubar a vítima e dar-lhe ocasião de matá-la mais comodamente". Seguindo a descrição da arma, "o porrete é curto, de três palmos, e o cabo é do tamanho de quatro polegadas; a ponta é mais larga do que o resto e termina em forma de azagaya", e segundo Couto de Magalhães este porrete, sendo lançado, consegue derrubar o inimigo a sessenta passos de distância. (67)

A buzina era outro aparato utilizado na guerra entre Avá-Canoeiro e colonizadores. Quando os colonos ouviam a buzina dos índios, ficavam alarmados e preparavam-se no caso de haver algum ataque. (68) Todavia, não se sabe se a buzina tinha outras utilidades e nem de qual material era confeccionada.

As estratégias de guerra utilizadas pelos Avá-Canoeiro, de que falamos há pouco, provocavam um grande pavor entre os colonos e habitantes dos povoados mais hostilizados, impedindo, desse modo, o rápido avanço da colonização sobre suas terras. Contudo, observa-se um certo exagero contido nas fontes históricas, quando se atribui aos índios responsabilidade por destruições devastadoras. Cunha Mattos informa que "os enormes estragos feitos pelos

Canoeiros estão cometendo nos distritos de Amaro Leite, Descoberto, rios e estradas do Pilar para o Porto Real, estragos tão fatais que os mesmos distritos e as ricas margens do Maranhão acham-se quase desertos e os moradores que tem escapado a morte, abandonam aceleradamente suas fazendas e habitações, de maneira que os lugares em que a poucos anos existiam acima de 400 propriedades e muitos milhares de escravos, estão ocupados pelo bárbaro Canoeiro que em número de mil arcos arrematam e assolam, queimam e matam terrenos, fazendas, casas e habitantes a quem reduziram e continuam a reduzir a última desgraça". (69)

Durante algumas décadas, os índios obstavam a ocupação colonizadora de novas áreas dentro de seus territórios tribais, além de terem contribuído para o despovoamento de terras que estavam sob o domínio do branco. Entretanto há um grande exagero nestas informações quando se referem ao estado de opulência da região. Na Capitania de Goiás, nos momentos de maior exploração aurífera, o número de escravos não ultrapassou a cifra dos vinte mil, (70) e Cunha Matto refere-se a milhares de escravos. Por outro lado, o número de quatrocentas propriedades na região destruída pelos índios é igualmente falso, pois, servindo-se de estatísticas de 1828 (quatro anos após Cunha Mattos ter escrito este documento), as cifras de lavouras dos julgados

de São João da Palma e de Traíras (julgados em que se localizam as terras dos Avá-Canoeiro), somam-se trezentos e trinta, e cento e seis fazendas de gado. (71) Entretanto não cremos na possibilidade dos índios terem destruído quase o total de estabelecimentos rurais desses julgados.

Levando-se em conta certos exageros contidos nas fontes históricas, os índios causavam sérios prejuízos às fazendas instaladas em seus territórios. E pode-se dizer que o medo que os colonos sentiam das hostilidades indígenas contribuiu para o despovoamento de áreas ameaçadas pelos Avá-Canoeiro. (72) Contudo, os conflitos tomavam grandes proporções na medida em que os núcleos populacionais eram pequenos e despovoados em virtude da decadência da produção aurífera e da dispersão da população na vida rural. Além do que as fazendas e sítios de lavouras eram distantes uns dos outros, ficando estes locais, de certo modo, isolados. Os colonos tinham verdadeiro pavor dos índios, cultivado através de décadas de lutas e enfretamento entre ambos. O medo que a população não-índia nutria pelos Avá-Canoeiro pode ser ilustrado no ofício do Comandante da Milícia de São José do Tocantins ao Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, informando-o sobre o ataque que os Avá-Canoeiro fizeram no sítio denominado Lavra, distante três léguas do rio Maranhão e a onze léguas de Traíras - "onde

assaltando o maldito inimigo aos moradores que se achavam trabalhando nas rocinhas que estão ao pé da vivenda flexaram dois e mataram outro, e com o ataque uma das mulheres que se achava doente de cama com os alaridos do gentio e gritos de gente que se retiravam sempre pelejando espirou - tal foi o horror que concebeu a miserável - de repente". (73)

Pohl também observou o medo que a população do Norte sentia dos Avá-Canoeiro. Segundo este autor os índios eram "muito temidos pela sua selvageria e crueldade." (74) E em São Félix, na ocasião em que se organizava uma bandeira contra tais índios, foram solicitados quarenta recrutas desse arraial para compor a expedição; entretanto, por temor, apenas cinco homens se apresentaram. (75)

Outra evidência do receio ao enfrentamento com os índios está no relatório apresentado pelo Presidente da Província, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, escrevendo sobre o fracasso da bandeira enviada para estabelecer a paz com os Avá-Canoeiro, em 1836: "é doloroso porém declarar-vos, Senhores, que uma força de 181 homens nenhum bem produziu; e parece que a covardia de seus comandantes, ou talvez sua imperícia fez que nem ao menos se encontrassem com o Canoeiro, de quem confessaram terem a trilha; absolutamente ignorantes do que deviam fazer, se não são verdadeiramente patifes, eles empregaram todo o tempo em giros sempre

vizinhos a Amaro Leite, Descoberto, ou S. Félix, consumindo assim os mantimentos até que a fome causasse as deserções, e por último tiveram melhores desculpas com a entrada do inverno, é fama que a pesca, e a caça ocupou exclusivamente os cuidados dos comandantes, e que o de S. Félix recolhera-se com grande courama e charqueada do gado brabo, que abunda n'aquela fertilíssimo território, em cuja caçada empregava animais, e praça". (76)

As atitudes indígenas, descritas nos documentos históricos como cruéis e selvagens, eram justificadas por Pohl, homem crítico e instruído; o naturalista austriaco observou que no centro da discórdia entre índios e colonos residia a questão da exploração da terra e a utilização da mão de obra nativa.

Pohl demonstrou com bastante propriedade a visão que os colonos tinham dos índios: "Com olhos cúpidos, encaram esses colonos as posses dos índios em geral, e de sua apropriação esperam abundantes riquezas. Ouvem-se constantemente reclamações de que os índios, que já foram empurrados da maior parte do Brasil, possuem as melhores terras e devem ser aniquilados e que o Rei deveria enviar auxílio para a exterminação desses bichos (é este o nome que dão aos pobres índios). Que eles eram uma praga para a humanidade e que só com seu exterminio total poderia o Rei

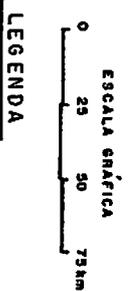
satisfazer e enriquecer os seus súditos. Escutam-se tais opiniões em todo o norte de Goiás mesmo entre sacerdotes ilustrados". (77) Pohl ainda justifica a atitude belicosa dos índios contra os colonos: "Não é de se admirar, portanto, que os pobres selvagens tomem igualmente providências para a sua segurança e que pretendam aniquilar os seus adversários ou, pelo menos, conservá-los amedrontados e assustados. Esse é o caso especialmente dos Canoeiros, limitado a leste e a oeste pelos colonos que as vezes dão vazão ao seu ódio e inveja dos índios e até tentam escravizá-los. Não fosse tão cruéis em suas ações os Canoeiros, não perdoando qualquer cristão, há muito tempo estariam exterminados, desalojados ou escravizados". (78)

O objetivo dos Avá-Canoeiro, como o próprio Pohl reconhece, era o de manter o colonizador afastado de suas terras. E para isto, lutaram obstinadamente, sem recuarem, providenciando que esta luta fosse exitosa tanto a nível de combate quanto dos efeitos psicológicos do inimigo. O medo que os colonos sentiam dos índios provocava o despovoamento de arraiais como São Félix, (79) Carmo, (80) Amaro Leite, (81) bem como estabelecimentos rurais: "Com os constantes ataques e assassinios feitos pelos Canoeiros, tem aterrado a população do interior e obrigado a muitos lavradores a abandonarem as suas terras, procurando abrigo no centro das

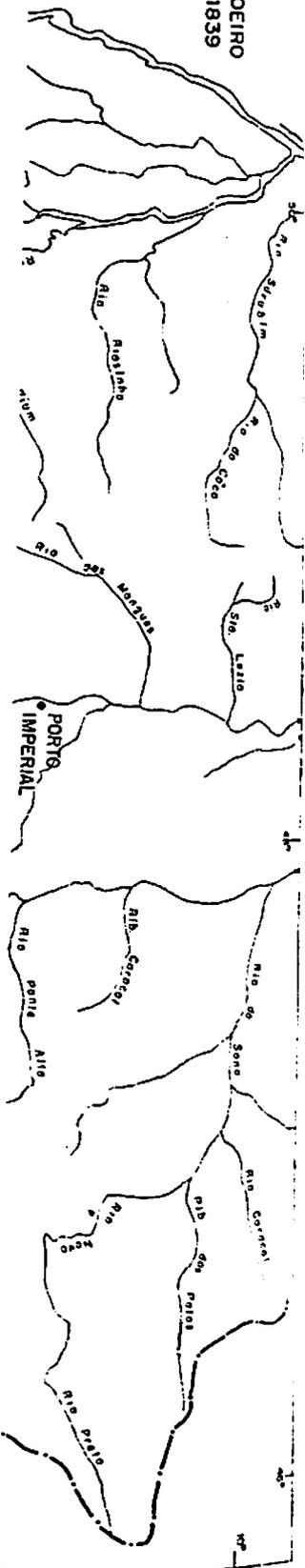
povoações, em grave perda da indústria do país e da riqueza nacional". (82) A questão do povoamento no chamado sertão do Amaro Leite era tão grave que, em lei no. 11 de 05/09/1838, isentaram-se do imposto do dízimo todos aqueles que se estabelecessem no distrito de Amaro Leite. Mas este incentivo fiscal em nada contribuiu para o povoamento da região: "Esta lei objetivava o povoamento neste distrito, que possui férteis terrenos bom para criar e minas de metais preciosos; mas em razão da cruel e constante agressão que sofrem seus habitantes do índio Canoeiro, e por isso tem decrescido em uma progressão espantosa tanto que se acha quase abandonado. Achava a Assembléia Provincial que a isenção do dízimo por 10 anos seria um poderoso incentivo, porém não obteve nenhum resultado e as coisas ficaram no mesmo estado. Por isto julgou-se por extingui o privilégio. As razões da Assembléia Legislativa Provincial extinguir a lei é que não consta que fosse residir e estabelecer-se no distrito de Amaro Leite um só indivíduo. Espera-se que cessem as causas que impedem o aumento da população devido as providências que deverão ser tomadas pelo governo Imperial". (83)

Vejamos o que as fontes históricas informam a respeito da população Avá-Canoeiro, dentro do período de tempo até agora estudado.

LOCALIZAÇÃO DO GRUPO AVÁ-CANOIEIRO  
 NA PROVÍNCIA DE GOIÁS: 1825-1839



LEGENDA



256  
 tos  
 de  
 que  
 rto  
 de  
 de  
 não  
 las  
 ção  
 esse  
 nte  
 -ios  
 as  
 -ão-  
 ram  
 sa,  
 da  
 .les  
 eta  
 rta  
 asçc

Avá-Canoeiro; entretanto, é incoerente em suas estimativas. Num ataque dos índios ao Julgado de Traíras, disse que havia mil arcos, isto é, mil guerreiros. (87) Em outra referência, o mesmo autor fala em trezentos guerreiros, considerando tal tribo pequena. (88) E ainda, em outra referência, Cunha Mattos diz que os Avá-Canoeiro têm aumentado a população. (89) Analisemos os números apresentados por Cunha Mattos: se o grupo é composto de mil guerreiros, multiplicando-se por quatro - considerando mulheres, crianças e homens velhos - daria uma população de quatro mil pessoas. Se considerarmos trezentos guerreiros, usando o mesmo raciocínio, teríamos uma população de aproximadamente mil e duzentos indivíduos. Este contingente estaria distribuído em quantas aldeias?

Os informes contidos no jornal "Matutina Meyapontense" também apresentam dados populacionais divergentes. Segundo esta fonte, datada de 1832, concluiu-se, em reunião do Conselho do Governo, que tais índios eram em pequeno número, (90) sem dizer a quantidade. No ano seguinte esse mesmo Conselho informa que os índios têm aumentado a população e que, num ataque a Amaro Leite, segundo informações que os conselheiros crêem verídicas, contaram quatrocentos combatentes. (91) Neste caso, é um exagero atribuir tamanho contingente de guerreiros. Nesta ocasião Amaro Leite era uma arraial bastante decadente e

este numero de guerreiros seria mais que suficiente para destrui-lo por completo.

Assim, a população Ava-Canoeiro poderia ter alcançado, ate por volta da década de trinta, a casa dos três mil individuos - um pouco mais ou menos - distribuidos em várias aldeias.

Os anos quarenta e cinquenta dos novecentos, por sua vez, foram o periodo de maior repressão contra a resistência Ava-Canoeiro. Na documentação histórica observa-se uma linguagem muito violenta e intolerante ao se falar sobre os grupos indigenas autônomos que evitavam o contato pacífico com o colonizador.

Na década de quarenta, particularmente, a documentação histórica revela a existência de três presídios militares ao longo do rio Maranhão/Tocantins - Paranatinga, São Félix e Xambá. (92) Contam-se ainda os destacamentos volantes colocados nos locais onde os índios apareciam com freqüência, além de inúmeras bandeiras punitivas enviadas contra esses índios. Conflitos entre Ava-Canoeiro e colonos foram registrados nos distritos de Palma, Feixe, Amaro Leite, Crixás, Pilar, Água Quente, na estrada de Pilar para Trairás, em Trairás e em várias localidades do distrito de São José do Tocantins - na estrada que liga esta vila a Cavalcante na altura do cruzamento dos rios Bagagem e

Tocantinzinho, bem como São Félix. (93)

Nesse período não consta nas fontes compulsadas nenhuma indicação mais específica sobre o território ocupado pelos índios. De modo geral apontam que os Avá-Canoeiro "vivem na rica extensão do Maranhão até a confluência com o Parana." (94)

Na década de cinquenta, por sua vez, aparece mais claramente o fenômeno da grande dispersão dos Avá-Canoeiro, dentro de um vasto território. Em 1850 os índios movimentavam-se nas imediações de Água Quente, Thesouras, Amaro Leite, São Félix, Chapada, Peixe, Pontal e Almas. (95) Observa-se, portanto, que os índios atingiram regiões meridionais de seu território, como Thesouras, e setentrionais, como Almas e Pontal.

Tais indígenas circulavam também, com frequência, no distrito de Cavalcante e na Chapada dos Veadeiros (96) (antigo nome de Alto Paraíso), segundo informações datadas de 1851. Os Avá-Canoeiro aparecem, em 1852, importunando os Xavante aldeados em São Joaquim do Jamimbu e também no distrito de São Félix. (97)

Em 1853 a presença deles é registrada em várias localidades: nas terras entre os rios Araguaia e Tocantins, nas vertentes do rio Maranhão, nos limites entre Trairas e Santa Luzia (o rio Maranhão define os limites), e em terras

além da Chapada dos Veadeiros. (98) Os destacamentos implantados no rio Maranhão e na passagem do rio Tocantinzinho (na estrada que liga Cavalcante a São José do Tocantins) (99) provocaram o deslocamento dos índios em direção às cabeceiras destes rios, de onde atingiram a Chapada dos Veadeiros. Quanto ao surgimento dos Avá-Canoeiro em terras que estão nos limites de Santa Luzia, é bem provável que eles tenham subido ou o rio Maranhão ou o rio Bagagem, alcançando o distrito de Santa Luzia. Isto pode ter ocorrido em virtude das perseguições dos destacamentos do Xambá (100) (estabelecidos nas margens do rio Bagagem) e de Pilar (que patrulhavam a região do rio Maranhão). (101)

No ano de 1854 a presença dos índios é registrada nos distritos de Pilar, Água Quente, Traíras, Santa Luzia - na região tocantina -, no aldeamento São Joaquim do Jamibu e a dez léguas de Leopoldina - na bacia do rio Araguaia. (102) Neste mesmo ano o Presidente da Província de Goiás, Antônio da Cruz Machado, informou em relatório que os Avá-Canoeiro habitavam os terrenos despoavoados entre Pilar e outros municípios mais ao Norte, e que tais índios tinham seus arranchamentos nas matas às margens do rio Maranhão até a confluência com o rio das Almas. (103) Até este período, a região da margem esquerda do rio Maranhão fora de certa forma, preservada pelos índios, que impediam a entrada

maciça de colonos. Entretanto, ainda nesse ano, foram fundadas no Sertão do Amaro Leite três colônias militares (também conhecidas por presídios): Santo Antônio, Santa Bárbara e Santa Cruz. Essas colônias criadas pelo Ministério da Guerra visavam constituir núcleos populacionais em áreas ainda não colonizadas, auxiliando a navegação pelo Tocantins e promovendo o contato com os grupos indígenas autônomos que se opusessem à colonização dessas terras.

Os relatos do ano de 1855 apontam os Avá-Canoeiro como habitantes da margem direita do rio Crixá-Merim. Os terrenos ao poente de Crixá, banhados pelos rios do Peixe, Thesouras, Crixás-Açu e Mirim, segundo as fontes, eram povoados por índios (104) Avá-Canoeiro e Xavante (105). Ainda no mesmo ano há notícias de três aldeias Avá-Canoeiro na bacia do rio Tocantins. Uma delas localizava-se no córrego Algodoeiros entre o arraial de Amaro Leite e o presídio Santo Antônio; (106) outra, no território do Barro Alto (terras sitas às margens do rio Canabrava); (107) e ainda outra na margem direita do rio Cana Brava, a aproximadamente doze a catorze léguas acima de sua barra com o Maranhão (segundo o documento é desta aldeia que os índios partiam para hostilizar os moradores da região). (108)

Em 1857 há notícias de movimentação dos Avá-Canoeiro na freguesia de Santa Rita. Sendo que uma de suas

aldeias, localizada na foz do rio Thesouras, foi dizimada pelo destacamento que patrulhava essa região. (109)

Há também indicações da presença desses indígenas, em 1858, nos distritos de Filar e Porto Imperial. (110) Já em 1859, os Avá-Canoeiro movimentavam-se em Porto Imperial, na freguesia de Santa Rita, no distrito de Cavalcante (na região do rio Maranhão) e em várias localidades do município de São José do Tocantins. (111)

No que toca aos anos cinquenta, as fontes históricas informam sobre a movimentação dos Avá-Canoeiro numa vasta região cobrindo territórios tradicionais e outras regiões para onde migraram. Essas novas áreas constituíam territórios tribais de grupos Akue, sendo que estes foram aldeados em parte no final do século XVIII e nas décadas de quarenta e cinquenta do século XIX. Assim, tais áreas tornaram-se mais disponíveis tanto para a circulação de grupos autônomos (como os Avá-Canoeiro e hordas Xavãnte que não aceitaram o contato), quanto para a colonização. Ao se observar a presença Avá-Canoeiro numa vasta região tanto na bacia do Tocantins quanto na bacia do Araguaia, supõe-se que se fragmentaram em grupos menores. Os índios fugiam, possivelmente buscando regiões ainda não colonizadas para habitarem. Contudo, os choques entre os indígenas e os colonos em terrenos fora de seus territórios tradicionais de

ocupação mostram que a Província de Goiás já se encontrava colonizada.

Verifica-se que as terras para onde os índios migraram eram regiões de mata que margeavam cursos d'água, ambiente ao qual estavam adaptados. Grupos locais de Avá-Canoeiro subiram os rios Santa Tereza e Canabrava e, possivelmente, a partir daí alcançaram regiões da bacia do Araguaia. Há notícias de que os índios movimentavam-se na margem direita do rio Crixá-Merim, no rio do Peixe e Thesouras - todos estes reputados como abundantes em peixes - (112) além de percorrerem as margens do rio Araguaia e Ilha do Bananal. (113) Em documento histórico, a fertilidade e abundância de recursos naturais são descritas - "As comarcas de Palma e do Porto Imperial compreendem terrenos que ficam além do Tocantins, na margem ocidental, e terminam no rio Araguaia, porém todas estas terras cobertas dos mais nutritivos prados, de florestas muito espessas, de minas de fino ouro estão abandonadas por causa do receio que há dos indígenas Canoeiros." (114)

Grupos locais de Avá-Canoeiro ainda subiram os rios Maranhão, Bagagem e Tocantinzinho, ocupando as regiões de mata-galeria ao longo desses rios. No rio Bagagem há notícias dos Avá-Canoeiro no local denominado Boca da Mata, (115) terreno de mata, como o próprio nome indica. E



Província, Joaquim Ignácio de Ramalho, informa em 1847 que "a nação Canoeira não é bem conhecida, apenas sabe-se que não é muito numerosa". (117) Em relatório oficial, o presidente da Província, Silva Gomes, estima em 1851 que a população dos Avá-Canoeiro era pouco numerosa. (118) Já o Presidente da província, Francisco Mariani, em 1853, diz que de maneira geral os índios eram poucos e espalhavam o terror por onde passavam. (119) Ainda em relatório, o presidente Antônio da Cruz Machado informa, em 1855, que foram vistas duas aldeias numerosas: uma no alto curso do rio Santa Tereza e outra no rio Canabrava. (120) Em 1857, há notícias de um combate travado entre os índios e uma bandeira, nas cabeceiras do rio Thesouras, quando "foram mortos grande número". (121) Desse modo, não havia dados quantitativos, apenas notícias vagas que diziam serem os índios ora muitos ora poucos.

A redução da população indígena provocou certamente modificações profundas na sociedade Avá-Canoeiro com relação à organização do trabalho, regras de matrimônio, relações de parentesco etc. Porém, são temas apenas para se especular, pois é impossível, no momento, conhecermos as reais transformações que ocorreram. Nas regras de matrimônio e nas relações de parentesco, infere-se que tenham se transformado, a partir do conhecimento do pequeno grupo de



FOTO 11: Tatia - Grupo do Araguaia - vivem na aldeia Javac de Canoana, ilha do Banan  
Foto: Walter Sanches



FOTO 12: Tutau, sua filha Taurama e seus netos mestiços com Javae. Foto: Walter Sanches

Avá-Canoeiro contatado na região do rio Araguaia em 1973. Neste grupo, a índia chamada Tatia, com mais de quarenta anos, informa que se casou com seu pai biológico, de cuja união nasceu uma filha, falecida antes do contato. O índio Tutau é pai biológico de dois filhos e uma filha, porém estes tinham mães diferentes; contou-nos ele que seu filho Putikao e sua filha Tautama não são irmãos. Creio que este assunto merece um estudo mais aprofundado, porém tal exemplo ilustra a indicação de que houve sensíveis transformações no relacionamento entre os indivíduos da sociedade Avá-Canoeiro para que sua sobrevivência física fosse garantida.

Desta forma, a guerra entre os Avá-Canoeiro e o colonizador provocou, além da redução da população indígena, a dispersão do grupo num vasto território, bem como sua fragmentação em pequenos grupos e o nomadismo traduzido pelo aumento da capacidade de mobilidade espacial do grupo. Esses aspectos demonstram que sua sociedade modificou-se. Tais transformações parecem ter sido possíveis graças ao fato da estrutura social dos grupos Tupi ser mais flexível, (122) permitindo mudanças radicais na vida social de seus indivíduos. Esta flexibilidade social contribuiu para a sobrevivência do referido grupo, a despeito de outras sociedades indígenas que foram extintas (como, por exemplo,

os Goiá, Crixá, Akroá etc.)

Analisemos a fragmentação e a divisão dos Avá-Canoeiro.

A divisão desses índios em grupos menores permitia uma movimentação mais segura e menos embaraçosa do que se houvesse um grupo mais numeroso. Além disso, os recursos alimentares, como a caça, a coleta de frutos e a pesca, poderiam suprir satisfatoriamente um grupo menor de pessoas. As roças seriam menores e passariam mais despercebidas aos olhos dos fazendeiros. E os índios, movimentando-se em menor número, tornariam mais fácil evitar o encontro ocasional com os colonos, e estes, assim, não notariam os seus vestígios. Afinal, eles estavam em fuga e, por sua própria segurança, não deveriam ser notados.

A documentação histórica assim se refere à mobilidade espacial a que foram impostos: os Avá-Canoeiro são "errantes pelas margens do rio Tocantins". (123) "...há aldeias do indomável Canoeiro, que são nômades, disseminados pelas margens do Araguaia e Tocantins". (124) "Sabeis que a tribo feroz dos Canoeiros é nômade e muito dividida ..." (125) Dessa forma a mobilidade espacial mais intensa a que foram levados os índios em questão também provocou profundas alterações em seu modo de vida. Eles teriam que reduzir os bens materiais que possuíam, pois

teriam de transportá-los consigo em suas constantes movimentações. Isto também influenciaria na capacidade de reprodução física da própria sociedade (fontes históricas e entrevistas com regionais referem-se a raptos de crianças não índias pelos Avá-Canoeiro, talvez com vistas à recomposição de sua sociedade). (126) A mobilidade contínua possivelmente impediu, também, em determinado momento, o plantio de roça e a construção de aldeias, levando-os a construir apenas acampamentos provisórios - "Não consta que tenham (os Avá-Canoeiro) aldeamento fixo". (127) Contudo os índios voltaram a plantar e construir suas grandes casas, conforme indicam as pesquisas realizadas sobre os Avá-Canoeiro neste século. (128)

Observa-se que a guerra entre os Avá-Canoeiro e os colonizadores (o conflito armado durou quase um século) impôs aos índios mudanças no seu aparato sócio-cultural para que a resistência da sociedade em se manter autônoma fosse possível. Um traço cultural bem marcante entre os Avá-Canoeiro era sua belicosidade, nunca aceitando o contato pacífico com o colonizador, melhor dizendo, ser subjugado por ele. Esta resistência indígena ao contato evidenciava-se através do constante estado de guerra para o qual estavam permanentemente mobilizados. As fontes históricas informam sobre a atitude belicosa dos índios: "Canoeiros - Nação

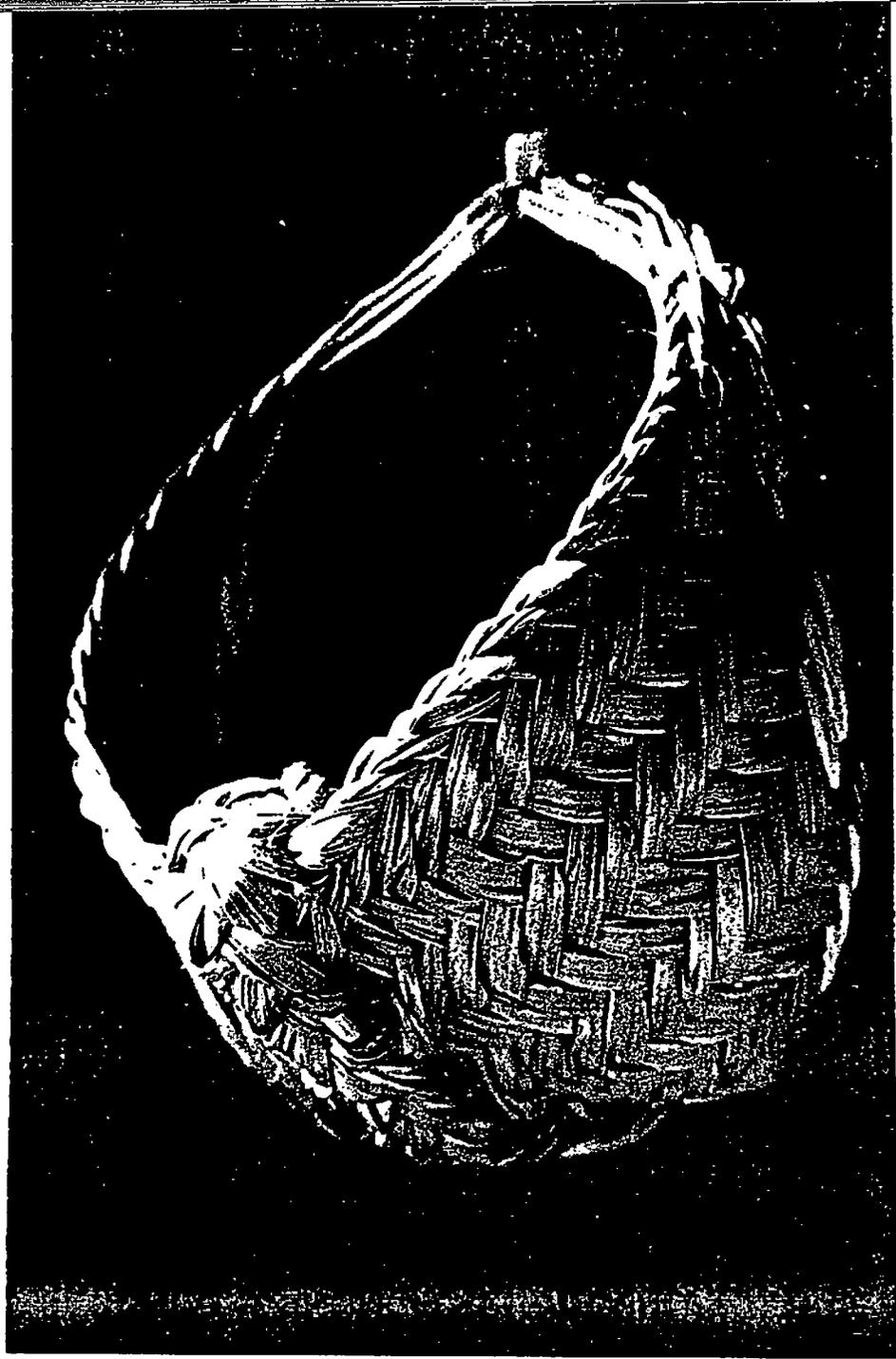


Foto 13: Cesta de palha de buriti usada para o transporte de alimentos e utensílios - Grupo do Tocantins. Foto: Walter Sanches.

Cruelíssima, belicosa, e que não sabe fugir, resistindo nos seus combates até morrer,". (129) Pohl informa que os Avá-Canoeiro eram cruéis, belicosos, implacáveis, obstinados na realização de seus intentos, justificando esta atitude dos índios ao afirmar que, se eles não fossem assim, há muito teriam sido escravizados e suas terras confiscadas. (130)

A documentação histórica informa ainda que os Avá-Canoeiro possuíam caráter indômito, ferocidade congênita; eram impetuosos, selvagens e ferozes, considerados valentes e os índios mais inteligentes e sagazes; não admitiam fala, nem por intérpretes nem por meio de outros índios; combatiam sem recuar, não dando trégua ao inimigo; eram, enfim, inimigos irreconciliáveis dos cristãos. (131) Todos estes adjetivos, retirados das fontes, são indicativos para dizer que os índios não queriam nenhum tipo de contato com o não-índio e que o convívio pacífico era impossível nos moldes como queria o colonizador.

A que se deve uma resistência tão obstinada dos Avá-Canoeiro? Aparentemente os índios pareciam estar conscientes quanto à negação da sujeição a uma outra sociedade. Entretanto, tudo indica que a sociedade Avá-Canoeiro possuía mecanismos de controle social objetivando manter o corpo social coeso, pois estavam em permanente estado de guerra ou de fuga (quando a guerra não foi mais

possível). Estes mecanismos de controle social evidenciavam-se através da bravura, valentia, obstinação e do não recuo durante as lutas; eram considerados inimigos irreconciliáveis do não-índio. Numa primeira análise pode ser que os mecanismos de controle social estejam vinculados à perda da própria vida do indivíduo - vida física e espiritual - dado que os grupos indígenas possuem uma religiosidade por demais acentuada. Para tais sociedades há uma íntima ligação entre o "real" e o "sobrenatural" em que a participação dos "espíritos" pode ser decisiva nos acontecimentos. (132)

Desse modo, como os Avá-Canoeiro iriam explicar a si mesmos o período tão difícil por que estavam passando e que era preciso resistir com vistas a dias melhores? O pequeno grupo contatado em 1983, às margens do rio Maranhão, possui uma vida religiosa intensa, utilizando o fumo e o maracá em seus rituais de pajelança. Eles necessitaram da religião para continuar vivendo. A hipótese da perda da vida física e mística, relacionada a controle social, baseia-se no relato de Couto de Magalhães, o qual informa que os guerreiros, quando feitos prisioneiros, preferiam a morte a serem levados. (133) Conta este autor que militares de conceito profissional reportaram-lhe, num dos numerosos combates travados entre os Avá-Canoeiro e os soldados terem

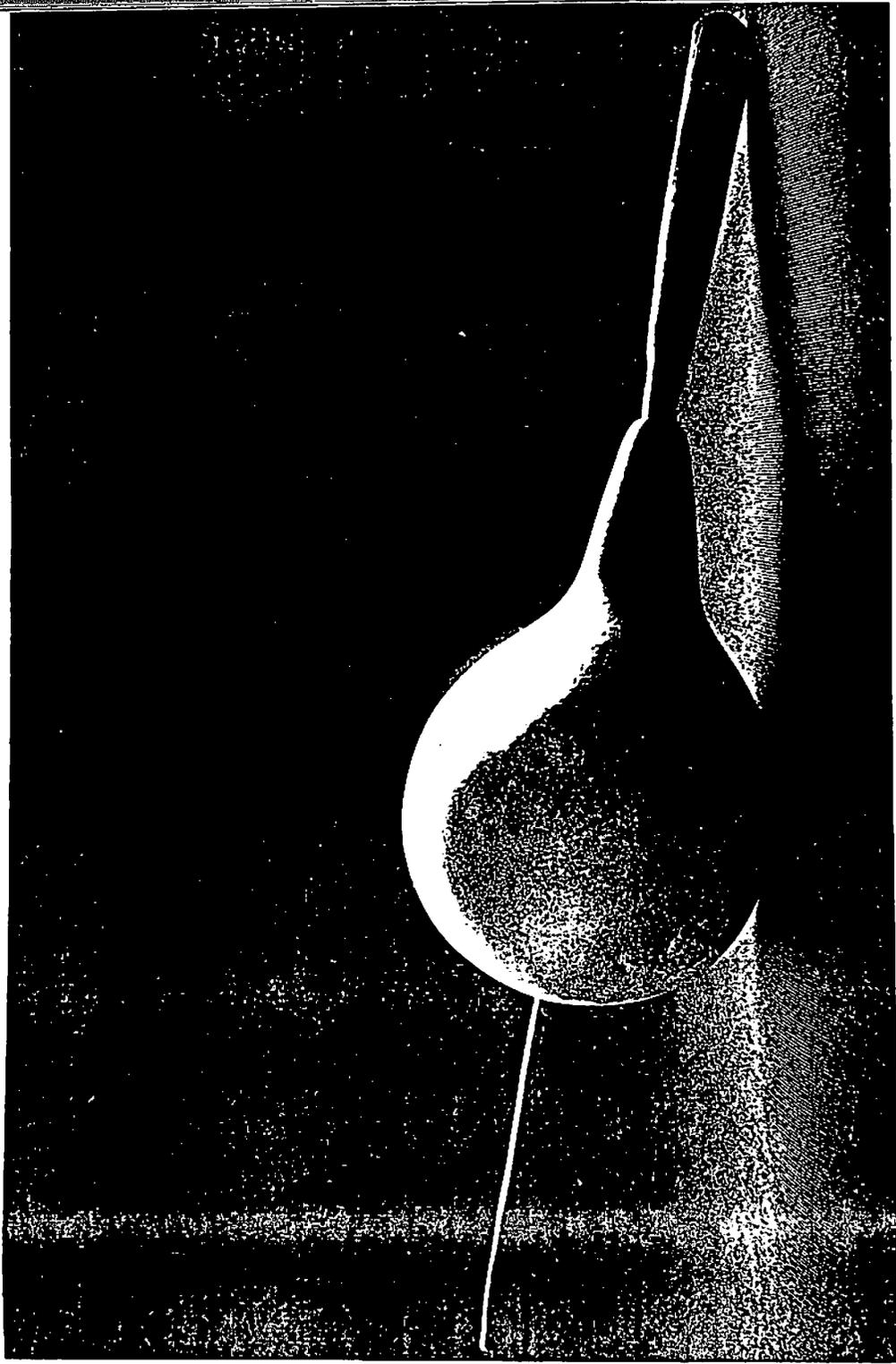


FOTO 14: Maracá, instrumento utilizado pelos Avã-Canceiro em rituais mágico-religiosos. Foto: Walter Sanches

sido alguns guerreiros muito feridos e presos, e os militares quiseram levá-los consigo. Porém, os índios negaram-se a acompanhá-los, pedindo para serem mortos, pois se o chefe os descobrisse vivos, logo os mataria. Assim, os militares acabaram por satisfazer a vontade dos índios. (134) Tal relato e verdadeiramente muito estranho, não pela comunicação havida entre pessoas de línguas diferentes, mas sim pela própria opção de morte dos índios. A este fato acrescenta-se que no aldeamento oficial de São Joaquim do Jamimbu havia em 1862 duas índias Avá-Canoeiro já adaptadas ao convívio com o colonizador. (135) Estas índias, informa Couto de Magalhães, em 1863, viviam em constantes sobressaltos, temendo serem mortas por seus pares, (136) pois os Avá-Canoeiro eventualmente apareciam no aldeamento para roubar ferramentas e estragar as roças dos índios Xavântes. (137) Os informes de Couto de Magalhães devem ser encarados com muito rigor e cuidado, pois ou podem ser verdadeiros ou podem estar alterados pela ideologia etnocêntrica da época. Contudo, há indícios na documentação histórica que fazem suspeitar de rígidas sanções àqueles que infringissem as leis dos costumes e tradições culturais da referida sociedade.

Nas quatro últimas décadas do século XIX, os relatos sobre os Avá-Canoeiro diminuem sensivelmente.

Na década de sessenta, o sertão do Amaro Leite encontrava-se receptivo ao povoamento, pois os Avá-Canoeiro já eram em menor número e encontravam-se dispersos, dessa forma não mais se constituindo em ameaça ao colonizador.

Absolutamente impossibilitados de lutar, pois o número de colonos crescera bastante e se espalhara por todo o território goiano, os Avá-Canoeiro passaram a fugir e a migrar para se manterem autônomos. Os índios fugiam para locais mais desertos e até mesmo inóspitos, (138) buscando áreas livres da ocupação do não-índio.

Na mesma década a presença dos Avá-Canoeiro é assinalada nos municípios de Pilar, São José do Tocantins e Cavalcante, em ambas margens do rio Tocantins, desde Palma até Porto Imperial, bem como nos desertos sertões do Araguaia, na região do rio Crixás-Açu e em terras entre Leopoldina e o presídio Monte Alegre. (139)

Os índios em suas movimentações, quando se encontravam com fazendeiros, estabeleciam o conflito, veja-se o relato a seguir: "No ano passado deram dois casos de acometimentos, contra pessoas isoladas e em lugares ermos. Estas agressões são difíceis de evitar em diversas regiões desta província. Os municípios de Pilar, São José, Cavalcante, Palma e Porto Imperial, são frequentemente visitados pelos Canoeiros e Xavantes que vagueam pelos seus

vastos e desertos sertões", (140) Nestes casos raros de ataques, a tática de luta era a mesma -- não recuavam, atacavam depois de muita observação; nos conflitos, espalhavam o medo entre os colonos, como mostra Couto de Magalhães: "Combatem sem recuar, não dão tréguas ao inimigo". (141) Continuando, este autor ainda acrescenta: "O Canoeiro é o mais valente, sagaz e providente. Quando bate a destruição é certa, escolhem a ocasião oportuna, custe isto muitos meses de espionagem". (142)

Noutras ocasiões os índios simplesmente surgiam em determinados locais, como o porto da passagem do rio Tocantinzinho e nas estradas, assustando os viajantes. (143) Tais aparecimentos súbitos eram suficientes para os fazendeiros se sentirem apavorados, sem que nos documentos transparecessem verdadeiramente atitudes hostis por parte dos indígenas.

Nas três últimas décadas, os poucos documentos históricos que se referem aos Avá-Canoeiro registram sua presença no sertão do Amaro Leite, nos municípios de Pilar, São José do Tocantins, Cavalcante e na região do rio Crixás-Açu. (144) Tais referências históricas indicam que esses índios não mais atacavam fazendas; a guerra já estava perdida e eles apenas fugiam, evitando o contato. Entretanto, os Avá-Canoeiro poderiam supor que a sua

presença em determinados locais gerava pânico entre fazendeiros e viajantes e talvez, para mantê-los receosos, deixavam-se serem vistos, sem, no entanto, hostilizá-los. Tal fato pode ser observado na documentação histórica: "O município de Pilar expõe finalmente o pavor que os índios Canoeiros tem espalhado por todo município, se bem que não mostre um só fato positivo como prova disto". (145)

Outro documento, que é uma solicitação da Câmara Municipal de São José do Tocantins para a construção de dois presídios neste município, o que traria benefícios para o comércio, diz: "(estes presídios serão) como um poderoso obstáculo para os transeuntes que temem as fustigações dos selvagens, os quais constantemente vivem ameaçando atacar os viajantes..."(146). Como se pode notar, os combates já não existiam mais, havendo um medo terrível dos índios cultivado durante décadas de conflitos. Esses índios, sem meios para sustentarem uma contenda, como último protesto, faziam travessuras pelas fazendas por onde passavam, como indica o documento: "Em toda a circunvizinhança eles (os Avá-Canoeiro) têm aprontado. Se divertem em depenar galinhas e outras aves, durante a noite amarram porcos e bezerros. Amontoam trechos de pau e pedras de encontro as portas das casas de forma que desabam sobre as pessoas que de manhã vem abri-las". (147) Esta prática de fazer "travessuras" ou

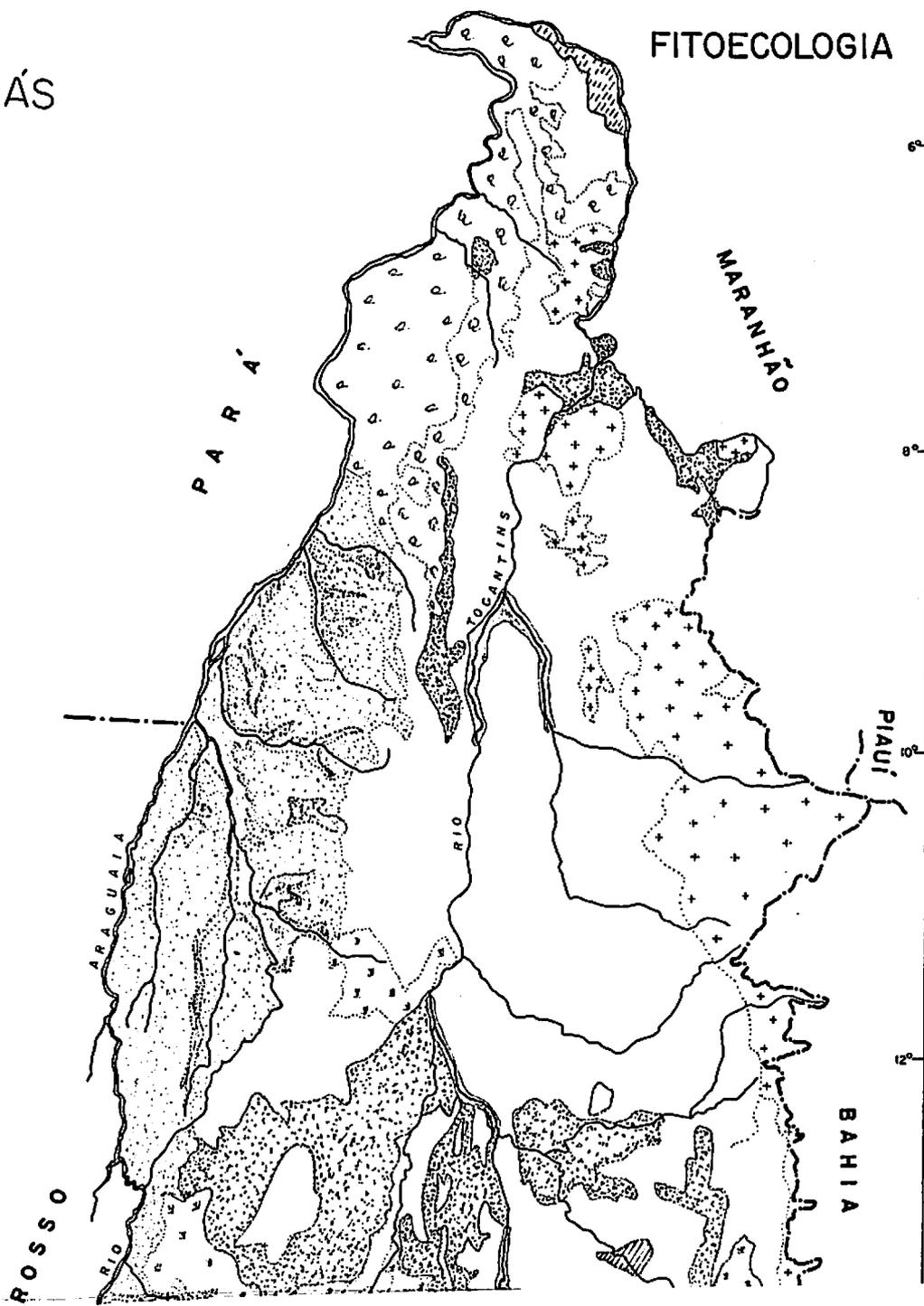


Os índios enfrentam as últimas frentes colonizadoras; os conflitos ocorrem e novamente os índios são desalojados das melhores terras; migrando para locais inhóspitos, serranos e alagados onde a agricultura torna-se impraticável. Mais uma vez os Avá-Canoeiro tiveram que se readaptar ao novo modo de vida para sobreviver de modo autônomo. Dessa forma, observa-se que a resistência desses índios é uma característica que persiste até os dias atuais, em que se contam ainda grupos de famílias autônomas movimentando-se nos locais mencionados neste capítulo, bem como evitando o contato.

(150)

LEGENDA

-  CERRADÃO
-  CAMPO/CERRADO
-  COMPLEXO DO BANANAL
-  ÁREA AGROPASTORIL E CAMPO/CERRADO
-  FLORESTA ABERTA MISTA
-  FLORESTA SUBCADUCIFÓLIA EQUATORIAL
-  MATA CILIAR
-  FLORESTA DECIDUAL LATIFOLIADA
-  FLORESTA ESTACIONAL SUBCADUCIFÓLIA TROPICAL
-  ÁREA AGROPASTORIL
-  CAMPOS LIMPOS OU RUPESTRES



- COSTA, Maria Heloísa Fenelon. Op. cit. 189 páginas.
- (05) MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- (06) SEGURADO, Rufino T. Viagem de Goiás ao Pará. R.I.H.G.B., X, 2a. ed. , 1870. P. 197.
- (07) POHL, J. E. Op. Cit. P. 122.
- Exposição ... Major de Engenheiro Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, 1979. Op. cit. P. 15.
- Relatório... José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862. Op. Cit. P. 13.
- (08) SCHMITZ, F. I. & BARBOSA, A. S. Op. Cit. 1985. P. 16-18.
- (09) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 162.
- (10) Idem, p. 194.
- (11) MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- Ofício do Governador da Capitania de Goyaz General Tristão da Cunha Menezes para Dr. Mota (?) Santos. 27/07/1802. Op. Cit.
- (12) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. cit. P. 238.
- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 de 12/06/1830.
- Carta do Capitão-General Luiz da Cunha Menezes ao Sr. Martinho de Mello, 15/03/1783. Op. Cit. P. 151.
- (13) POHL, J. E. Op. Cit. P. 213.
- (14) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antônio Cândido da Cruz Machado, 01/09/1854. Op. cit. P. 28.

- (15) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antônio Joaquim da Silva Gomes - 1851. Op. Cit. P. 14.
- (16) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. cit. 1986. P. 79.
- (17) POHL, J. E. Op. Cit. P. 214.
- (18) COUÇO DE MAGALHAES, J. V. do. Op. Cit. P. 112.
- (19) LARAIA, R. de B. Op. Cit. P. 50.
- (20) SCHMITZ, P. I. & BARBOSA, A. Op. Cit. 1985. 45 páginas.
- STEWARD, Julian H. (Editor). Handbook of South American Indians. I - The Marginal Tribes. Coop Square Publishers, inc. New York, 1963. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology Bulletin 143, 624 páginas.
- (21) LARAIA, R. de B. Op. Cit. P. 51.
- (22) Idem, p. 51.
- (23) Idem, Ibidem.
- (24) A cultura material desse grupo contatado em 1983, às margens do rio Maranhão é bastante simples; isto pode ser explicado em parte, pelas constantes fugas acontecidas para viverem como grupos autônomos. Contudo, os aparatos para manterem os ritos mágicos-religiosos eram conservados como: o cachimbo, o maracá e a flauta.
- (25) LARAIA, R. de B. Op. Cit. P. 180.
- (26) POHL, J. E. Op. Cit. P. 214 e 215.
- (27) Carta do Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos ao Capitão

Mor Joaquim Pereira de Lemos da Vila da Palma em 27/03/1824.  
In: 1823-1829: Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes dos Distritos. A.H.G.

(28) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 28.

(29) Antero Cordeiro - Cartas ao Leitor - In: O Popular de 23/11/1990. P. 02.

(30) CALDAS AULETE. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Ed. Delta - 5a. edição, Rio de Janeiro: 1970. Vol. III.

(31) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 215.

(32) Ofício do Presidente da Província ao delegado da freguesia de Santa Rita. In: Gazeta Oficial de Goyaz - 16/10/1858 - Ano I - no. 37. A.H.G.

(33) CALDAS AULETE. Op. Cit. Vol. I.

- Grande Enciclopédia Delta Larousse. Ed. Delta/Rio de Janeiro e Librairie Larousse/ Paris: 1970. Vol II.

(34) LARAIA, R. de B. Op. cit. P. 189.

(35) PEDROSO, D. M. R. & COSTA, M. A. da. & OLIVEIRA, M. G. Relatório de Campo do Projeto Avã-Canoeiro do Tocantins. Trabalho datilografado. IGPA/UCG, Goiânia, Fev./1985. P. 8 e 9.

(36) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 32 - 12/06/1830. e no. 475 - 25/09/1833.

- (37) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 220.
- (38) Relatório do Presidente da Província de Goiás Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. cit. P. 36.
- (39) Ofício do governador da Capitania de Goyaz Francisco de Assis Mascarenhas ao Governador da Capitania do Grão-Pará em 12/05/1807. In: 1804-1807: Cópias de Ofícios do Capitão-General da Capitania a diversos. A.H.G.
- (40) SILVA e SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.
- (41) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 213.
- (42) Idem. P. 213.
- (43) Idem Ibidem. P. 214.
- (44) Ofício do Capitão Comandante Joaquim Lemos para o Governador das Armas Brig. R. J. da Cunha Mattos. 21/04/1824, Vila de São João da Palma. In: Correspondência dirigida ao Comandante das Armas J. R. da Cunha Mattos - 1823-1824. A.H.G.
- (45) MATTOS, R. J. da Cunha. Op. Cit. R.1.H.G.E.B. P. 19-26.
- (46) Idem. P. 19-26.
- (47) Idem, Ibidem. P. 19-26.
- (48) Idem, Ibidem. P. 19-26.
- (49) BORGES, H. C. Op. Cit. P. 129 e 131.
- BRASIL, A. A. do. 1980. Op. cit. P. 147.
- Ofício do Governador das Armas, R. J. da Cunha Mattos ao Ministro do Império João Gomes da Silveira e Mendonça,

14/02/1824, no. 45. Op. Cit.

(50) Resolução no. 25 de 31/07/1835. Op. Cit.

(51) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 475 - 25/09/1833.

(52) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 130.

(53) Ofício do Governador Miguel Lino de Moraes ao Governador das Armas J. J. de Baucann. No. 58 - 08/06/1830, p. 83. In: Correspondência do Governo Provincial ao Governador das Armas: 1828-1830. A.H. G.

(54) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 454 - 13/07/1833.

(55) Ofício do Governador Miguel Lino de Moraes ao Governador das Armas J. J. Baucann. No. 58 - 08/06/1830 Op. Cit. Op. Cit.

(56) Ofício do Governador Miguel Lino de Moraes ao Governador das Armas J. J. de Baucann. No. 9 - 16/01/1829, p. 18. In: Correspondência do Governo Provincial ao Governador das Armas: 1828-1830. A.H.G.

BRASIL, A. A. do. 1960. Op. Cit. P. 100 e 101.

(57) BORGES, H. C. Op. cit. P. 131.

(58) A exemplo do grupo indígena Uru-Eu-Wau-Wau, contatado em 1981. Em 1988, dois índios desse grupo atacaram um colono que vivia no limite da reserva indígena. O colono ficou apenas ferido e relatou para o chefe do P. I. Cajueiro, que os índios eram muitos em vista da gritaria que faziam. Mas

na verdade eram apenas dois índios, que pelos alaridos assustaram o colono.

(59) SILVA e SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P.100.

ALENCASTRE, J. M. F. de. Op. Cit. P. 253.

(60) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 466 de 21/08/1833.

- Relatório do Presidente da Província de Goiás - Francisco Januário da Gama Cerqueira - 30/09/1859. Op. Cit. P. 66.

(61) POHL, J. E. Op. Cit. P. 214.

(62) Matutina Meyapontense. Op. cit. No. 475 - 25/09/1833.

(63) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. 127.

(64) POHL, J. E. Op. cit. P. 214.

(65) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 27.

(66) COUTO DE MAGALHAES, J. V. do. Op. Cit. P. 109.

(67) Idem. P. 109.

(68) Ofício do Capitão Comandante Joaquim de Lemos para o Governador das Armas J. R. da Cunha Mattos em 21/04/1824, da Vila de S. João da Palma. Op. Cit.

(69) Ofício do Governador das Armas R. J. da Cunha Mattos ao Ministro do Império João Vieira de Carvalho, de 25/10/1823, no. 15. Pacote IGI 217 - A.N./RJ.

(70) SALLES, G. V. F. de. Op. cit. P. 321 a 323.

(71) Idem. P. 354 e 359.

(72) Ofício do Presidente da Província, Joaquim Ignácio

- Ramalho ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império - 15/10/1845, no. 53. P. 12 e 13. A.H.G.
- Relatório do Presidente da Província de Goiás - Eduardo Olímpio Machado - 01/05/1850. Op. Cit. P. 8.
- Relatório do Presidente da Província Antônio Joaquim da Silva Gomes - 1851, p. 17. A.N./RJ.
- GOMES, Vicente Ferreira. Itinerário da cidade de Palma em Goyaz à cidade de Belém do Pará. R.I.H.G.B. XXV, Rio de Janeiro, 1862, P. 489.
- Relatório ... Joaquim Ignácio Ramalho - 1848. Op. Cit. P. 14.
- (73) BORGES, H. C. Op. cit. P. 131.
- (74) POHL, J. E. Op. Cit. P. 211.
- (75) Idem. P. 213 e 214.
- (76) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 75.
- (77) POHL, J. E. Op. Cit. P. 213.
- (78) Idem. P. 213.
- (79) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 475 de 25/09/1833.
- (80) MATTOS, J. R. da Cunha. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19-26.
- (81) Ofício do Presidente da Província Joaquim Ignácio Ramalho em 14/11/1846, p. 71. In: 1843-1850: Registro de Resoluções do Governo da Província à Tesouraria Provincial. A.H.G.

- Relatório do Presidente da Província de Goiás - Antônio Joaquim da Silva Gomes - 1851. Op. Cit. P. 14.
- (82) Relatório do Presidente da Província de Goiás - Joaquim Ignácio de Ramalho - 01/05/1847. Op. Cit. P. 7.
- (83) Ofício do Presidente da Província Joaquim Ignácio de Ramalho ao Ministro dos Negócios do Império - 1847, no. 20. In: 1845-1848: Correspondência da Presidência ao Ministério dos Negócios do Império. P. 59 e 60.
- (84) ALENCASTRE, J. M. P. de. Op. Cit. P. 253.
- (85) FOHL, J. E. Op. Cit. P. 213.
- (86) Idem, p. 215.
- (87) Ofício no. 15 de J. R. da Cunha Mattos para o Ministro do Império João Vieira de Carvalho em 25/10/1823 - Op. Cit.
- (88) CUNHA MATTOS, J. R. da. Op. Cit. R.I.H.G.E.B. P. 19.
- (89) Idem, P. 19-26.
- (90) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 394 de 15/12/1832.
- (91) Idem. No. 475 de 25/09/1833.
- (92) Ver resumo sobre presídios nas notas no. 20, 40, 52, 53 e 54 do terceiro capítulo.
- (93) Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. 1986. P. 212 e 213.
- Ofício do Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury ao Ministro dos Negócios do Império - 27/05/1840, no. 27. P. 42 e 43.

- Ofício do Governo da Província de Goyaz - Francisco Ferreira dos Santos Azevedo ao Ministro dos Negócios do Império - 02/05/1842. No. 26. P. 83. In: Ofícios da Presidência da Província para os Ministérios do Império, Marinha e Estrangeiros - 1838-1845. A.H.G.
- Ofício do Vice-Presidente da Província José Rodrigues Jardim ao Provedor da Fazenda Provincial - 14/04/1841, P. 58.
- Ofício do vice-Presidente da Província Francisco Ferreira dos Santos Azevedo ao Provedor da Fazenda Provincial - 22/04/1842, P. 81. In: Correspondência da Presidência da Província para o Provedor da Fazenda 1837-1843. A.H.G.
- Ofício do Presidente da Província José Rodrigues Jardim - 15/04/1841, p. 139 e 140. In: Correspondência da Presidência para as Câmaras e Juizes - 1837-1842. A.H.G.
- Ofício da Secretaria da Justiça em resposta ao ofício de 20/05 do Governo Provincial, 12/08/1842, P. 90. In: Registro de Ordens da Secretaria dos Negócios da Justiça ao Governo Provincial - 1833-1834. A.H.G.
- Ofício do Vice-Presidente da Província de Goyaz Francisco Ferreira dos Santos Azevedo em 31/05/1842 à Câmara de Traíras. P. 168. In: Correspondência da Presidência para Câmara e Juizes - 1837-1842. A.H.G.
- Ofício do Provedor da Fazenda da Província para os

coletores de rendas - 30/01/1844, P. 25. In: 1842-1846 = Ordens da Provedoria da Fazenda Provincial para os Coletores de Rendas. A.H.G.

- Relatório do Presidente da Província de Goyaz Joaquim Ignácio de Ramalho de 01/05/1847. Op. Cit. p. 6 e 13.

- Ofício do Vice-Presidente Antônio de Pádua Fleury ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra - 25/09/1848. In: Avisos da Guerra : 1848-1850. A.H.G.

- Ofício do Presidente da Província Eduardo Olímpio Machado ao Brigadeiro Diretor Geral dos Índios - 06/09/1849.

- Ofício do Presidente da Província Eduardo Olímpio Machado ao Sr. Joaquim Antônio de Araújo - 21/02/1850. In: Correspondência do Governo com diversos = 1848. A.H.G.

(94) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Eduardo Olímpio Machado de 01/05/1850. Op. cit. P. 8.

(95) Idem, P. 8.

(96) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Antônio Joaquim da Silva Gomes de 01/05/1851. Op. Cit. P. 15.

(97) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Antônio Joaquim da Silva Gomes de 01//06/1852. Op. Cit. P. 7 e 31.

(98) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Francisco Mariane de 01/06/1853. Op. Cit. P. 9.

(99) A estrada que segue de São José do Tocantins para Cavalcante cruza os rios Bagagem e Tocantinzinho. Nos

documentos históricos, o local da travessia do rio Tocantinzinho, é reconhecido como passagem do Porto do rio Tocantins ou simplesmente passagem do Tocantins. Nas fontes históricas consultadas há referências de destacamentos neste local, de 1844 a 1854, e um pedido para colocar um destacamento no mesmo em 1889. Conclui-se então, que a passagem do rio Tocantins era bastante frequentada pelos Avá-Canoeiro.

Para destacamentos neste local, ver:

- Ofício do Provedor da Fazenda da Província - 30/01/1844. P. 25. In: Ordens da Provedoria da Fazenda aos Coletores de Rendas 1842-1846. A.H.G.
- Ofício do Presidente da Província Joaquim Ignácio de Ramalho ao Provedor da Fazenda Provincial - 14/01/1846. P. 42. In: Registro de Resoluções do Governo da Província à Tesouraria Provincial 1843-1850. A.H.G.
- Ofício do Vice-Presidente Antônio de Pádua Fleury ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra - 25/05/1848. In: Avisos de Guerra: 1848-1852. A.H.G.
- Relatório do Vice-Presidente da Província de Goyaz Antônio de Pádua Fleury de 01/05/1849. Op. Cit. P. 13.
- Ofício do Presidente da Província ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra - 18/08/1851. In: Avisos de Guerra 1848-1852. A.H.G.

- Relatório do Presidente da Província Eduardo Olímpio Machado de 01/05/1850. Op. Cit. P. 11.
- Relatório do Presidente da Província Francisco Mariane de 01/06/1853. Op. Cit. P. 14.
- Ofício do Presidente da Província Eduardo Augusto Montandon aos vereadores da Câmara de São José do Tocantins de 17/09/1889. Op. Cit.
- Relatório do Presidente da Província de Goyaz Antônio Cândido da Cruz Machado de 01/09/1854. Op. Cit. P. 20.
- (100) Relatório do Presidente da Província Antônio Joaquim da Silva Gomes de 01/05/1851. Op. Cit. P. 18.
- (101) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Francisco Mariane de 01/06/1853. Op. cit. P. 14.
- (102) Idem. P. 17, 18, 20, 23 e 25.
- Relatório do Ex-Presidente da Província de Goyaz Francisco Mariane entregou a Presidência ao Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha. 1854. P. 3, 7 e 8. A.H.G.
- (103) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. cit. P. 28.
- (105) Idem. P. 27.
- (106) Idem. Ibidem. P. 27.
- (107) Idem. Ibidem. P. 28.
- (108) Idem. Ibidem. P. 37.
- (109) Gazeta Official de Goyaz - 16/10/1858 - ano I - No.

37. a.H.G.

(110) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Francisco Januário da Gama Cerqueira - 25/05/1859. Op. Cit. P. 54.

- Relatório do Presidente da Província de Goyaz Francisco Januário da Gama Cerqueira - 01/07/1858. Op. Cit. P. 21.

(111) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Francisco Januário da Gama Cerqueira. 30/09/1859. Op. Cit. P. 65.

- Gazeta Official de Goyaz - 18/06/1859 - Ano II - No. 19. A.H.G.

- Gazeta Official de Goyaz - 30/07/1859 - Ano II - No. 25. A.H.G.

(112) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. cit. P. 28.

(113) Exposição do Major de Engenheiros Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim - 15/11/1879. Op. Cit. P. 15.

(114) GOMES, Vicente Ferreira. Op. Cit. P. R.I.H.G.B. P. 489.

(115) Ata de reunião da Câmara Municipal de São José do Tocantins. Sessão Extraordinária de 04/06/1879. Op. Cit.

(116) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antero Cícero de Assis - 01/06/1876. Op. Cit. P. 10.

- Ata de reunião da Câmara Municipal de São José do

Tocantins na Sessão Extraordinária de 06/06/1879. Op. Cit.

- Ver a descrição sobre a região do Acaba Vida no Capítulo II.

(117) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Joaquim Ignácio de Ramalho - 01/05/1847. Op. Cit. P. 13.

(118) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Antônio Joaquim da Silva Gomes - 1851. Op. Cit. P. 17.

(119) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Francisco Mariane - 01/06/1853. Op. Cit. P. 12.

(120) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855. Op. Cit. P. 28.

(121) Gazeta Oficial de Goyaz - 16/10/1858 - Op. Cit.

(122) VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Op. Cit. P. 81-127.

(123) Ofício do Presidente da Província de Goyaz - Joaquim Ignácio de Ramalho ao Ministro e Secretário de estado dos Negócios do Império em 15/10/1845, no. 53. In: 1845-1848: Correspondência da Presidência ao Ministério dos Negócios do Império. P. 12 e 13. A.H.G.

(124) Relatório da Diretoria Geral dos índios em 28/04/1868 - Joaquim Bueno Pitaluga Caiapó. P. 4 - Anexo ao Relatório 1869. A.N./RJ.

(125) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antônio Cândido da Cruz Machado - 01/09/1854. Op. cit. P. 24.

- (126) Segundo Clastres grupos indígenas do Chaco como os: Abipones, Mocovi e Guaicuru raptavam crianças dos colonos ou de outros grupos para recompor numericamente a própria sociedade. CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência. Ensaio de Antropologia Política. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 220 e 221.
- (127) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862 Op. Cit. P. 45.
- (128) PEDROSO, D. M. R. & COSTA, M. A. da & OLIVEIRA, M. G. Op. cit. P. 8, 9 e 48.
- (129) SILVA E SOUZA, L. A. da. Op. Cit. P. 127.
- (130) POHL, J. E. Op. cit. P. 213.
- (131) Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 394 de 15/12/1832.  
- Matutina Meyapontense. Op. Cit. No. 475 de 25/09/1833.  
- BORGES, H. C. Op. Cit. P. 130 e 131.  
- Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Op. Cit. P. 37., 74 e 111.  
- Ofício do Governador das Armas R. J. da Cunha Mattos ao Ministro do Império João Vieira de Carvalho em 25/10/1823. No. 15. Op. Cit.  
- POHL, J. E. Op. Cit. P. 213.
- (132) CLASTRES, Pierre. Op. Cit. 1982. P. 63-102.
- (133) COUTO DE MAGALHAES, J. V. do. Op. cit. P. 99.
- (134) Idem. P. 110 e 111.

(135) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862. Op. Cit. P. 17.

(136) COUTO DE MAGALHAES, J. V. Op. cit. P. 111.

(137) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antônio Augusto Pereira da Cunha - 1856. Op. Cit. P. 16.

(138) Atingiram a Chapada dos Veadeiros cujo terreno, campo cerrado, é impróprio para agricultura, a não ser nos capões de mata existentes na região. Os Avá-Canoeiro ao subirem o rio Bagagem, também percorreram locais inóspitos nas região, campo cerrado. O terreno era bom apenas nas proximidades dos rios.

(139) Relatório do Presidente da Província de Goyaz Antônio Manoel de Araújo e Mello - 22/04/1861. Op. Cit. P. 3.

- Relatório do Presidente da Província de Goyaz José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1861. Op. Cit. P. 4.

- Relatório do Presidente da Província de Goyaz José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862. Op. Cit. P. 95.

(140) Relatório do Presidente da Província de Goyaz. - Antônio Manoel de Araújo e Mello - 22/04/1861. Op. Cit. P. 3.

(141) COUTO DE MAGALHAES, J. V. do. Op. cit. P. 99.

(142) Idem. P. 109.

- Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Francisco Mariane - 01/06/1853. Op. cit. P. 12.

- (143) Ofício do Presidente da Província de Goiás, Eduardo Augusto Montandon, à Câmara Municipal de São José do Tocantins em 17/09/1889. Op. Cit.
- Relatório da Intendência Municipal de São José do Tocantins em 18/02/1882. Op. Cit.
- (144) Ata de reunião da Câmara Municipal de São José do Tocantins, sessão ordinária de 04/06/1879. Op. Cit.
- (145) Relatório do Presidente da Província de Goyaz - Antero Cícero de Assis - 01/06/1873. Op. Cit. P. 13.
- (146) Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de São José do Tocantins de 04/06/1879. Op. Cit.
- (147) Correio Official - 11/10/1871 - No. 360. A.H.G.
- (148) PEDROSO, D. M. R. & COSTA, M. A. da. & OLIVEIRA, M. G. Op. Cit.
- PEDROSO, D. M. R. Relatório de Campo do Projeto Avá-Canoeiro do Tocantins/Subprojeto Etnohistórico. Trabalho datilografado. IGPA/UCG. Goiânia: abril/1989.
- Relatório de Campo do Projeto Avá-Canoeiro do Tocantins/Subprojeto Etnohistórico. (Convênio UCG e ENCIDEC) IGPA/UCG. Goiânia, Novembro/1990.
- GRANADO, Eliana Maria. Relatório de Viagem à Área de Perambulação dos Avá-Canoeiro Isolados. Trabalho datilografado. 6a. SUER - Goiânia/FUNAI, Jan./1990.
- (149) Relatório do Presidente da Província de Goyaz -

Aristides de Souza Spínola - 27/12/1881. Op. Cit. P. 19.  
(150) GRANADO, Eliana Maria. Op. Cit. Janeiro/1990.  
PEDROSO, Dulce M. R. Op. Cit. Novembro/1990.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi colocar em evidência elementos pertinentes à reconstrução etnohistórica dos Avá-Canoeiro, tendo em vista a periodização histórica contínua nos séculos XVIII e XIX.

O conhecimento histórico e antropológico acerca do grupo indígena Avá-Canoeiro encontra-se ainda no início, se compararmos com o volume de pesquisas já realizados sobre os demais grupos indígenas do Brasil Central.

Assim, o presente estudo procurou compreender, dentro de uma perspectiva etnohistórica, questões ligadas à origem do grupo, seu estabelecimento no alto curso do rio Tocantins, bem como o processo de ocupação colonizadora de seus territórios tribais e suas conseqüências na sociedade Avá-Canoeiro.

Os Estados de Goiás e Tocantins e áreas limítrofes foram habitados, nos séculos XVIII e XIX, por sociedades indígenas pertencentes a duas famílias lingüísticas distintas: a família Jê (Tronco Macro-Jê) e família Tupi-Guarani (Tronco Tupi). A exceção é do grupo Karajá que

pertence ao tronco Macro-Jê, constituindo a família Karajá.

A família Tupi-Guarani, nesta região indicada, é representada por dois grupos indígenas bastante semelhantes lingüisticamente: os Avá-Canoeiro e os Tapirapé. Estas sociedades são aparentemente intrusivas numa área eminentemente Jê, onde estabeleceram-se em locais e ambientes não densamente ocupados. O enfoque ecológico-cultural, aplicado nesta análise, permite compreender a adaptação cultural dos grupos indígenas a determinados ambientes, o que equivaleria dizer, de forma bem generalizada, que tanto as sociedades Jê quanto as Tupi têm suas preferências (ou adaptações) a ambientes que de certa forma diferem.

Conhecimentos etnolingüísticos sobre a família lingüística Tupi-Guarani permitem afirmar que o grupo Avá-Canoeiro é proveniente do Norte, e que num passado remoto subiu o rio Tocantins, estabelecendo-se em seu alto curso. Esta afirmação sustenta-se nos argumentos lingüísticos que indicam a proximidade da língua Avá-Canoeiro com línguas de outras sociedades indígenas Tupi-guarani, que se encontram na bacia do rio Tocantins, porém em seu baixo curso. Assim, descarta-se completamente a hipótese da origem mestiça desse grupo, para a qual não há nenhuma sustentação histórica, e muito menos lingüística, que permita dizer que os Avá-

Canoeiro são descendentes dos índios Karijó, os quais compunham a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho.

Os colonizadores encontraram os Avá-Canoeiro habitando em ilhas do rio Tocantins, nas matas-galerias ao longo deste e de alguns de seus afluentes principais. A região onde esses índios estabeleceram-se constituía, aparentemente, locais de refúgio onde combinavam-se três elementos: a mata, o rio e as regiões acidentadas. Viviam da agricultura, da caça, da coleta de frutos e principalmente da pesca. Eram hábeis canoeiros, sendo conhecidos e discriminados pelo uso da canoa.

A penetração colonizadora no Brasil Central colocou os colonizadores em confronto com várias sociedades indígenas. Os conflitos entre os Avá-Canoeiro e os conquistadores começaram quando as frentes pioneiras agropastoris instalaram-se em seus territórios tribais, bem como sua navegação pelo rio Tocantins. O objetivo da colonização era empreender a conquista e exploração das terras indígenas, além de transformar seus habitantes em elemento povoador. Os índios Avá-Canoeiro reagiram a esta dominação criando dificuldades à ocupação colonizadora de suas terras. Por outro lado, esta reação indígena à conquista provocou uma ação violenta contra os índios, levando à quase extinção do grupo no final do século XIX.

O resgate cultural sobre a sociedade Avá-Canoeiro, permitido pela documentação histórica, levou à conclusão de que o traço mais marcante desse povo era a resistência em se manterem autônomos enquanto sociedade. Tal resistência pode ser observada primeiramente através da guerra, quando a preservação de seus territórios tribais tornara-se necessária.

A repressão desencadeada pelo colonizador contra os índios provocou a dispersão destes em várias direções, onde alcançaram novas áreas. Contudo, as margens do rio Maranhão/Tocantins parecem ter permanecido como referência para a maioria dos grupos locais, que se mantinham em constantes deslocamentos dentro de uma vasta região. Observa-se, ainda, que os Avá-Canoeiro sofreram transformações sociais influenciadas diretamente pelas repercussões advindas do conflito entre eles e os colonizadores. As modificações da sociedade Avá-Canoeiro indicam que tais índios buscavam novas alternativas, visando a manutenção de sua sobrevivência física e cultural, não aceitando o subjugo a outras sociedades.

A tentativa de reduzir os Avá-Canoeiro em aldeamentos oficiais foi uma constante no período estudado, entretanto os índios sempre o evitaram.

Quando a continência tornou-se impossível em virtude

da sensível diminuição da população indígena, os índios passaram a fugir e a se esconder. Insistiam, ainda, em permanecer autônomos. A questão que se levante é: qual a visão de mundo desse povo, cristalizada pela resistência ao contato, que lhe dera sustentação social durante três séculos (XVIII, XIX e também o XX) de enfrentamento com o colonizador? Infelizmente esta questão não pôde ser aprofundada, pois faltaram os depoimentos dos remanescentes Avá-canoëiro. Contudo, é bem provável que eles têm estas respostas, pois também resistiram, enquanto grupo autônomo, ao contato com a sociedade nacional (pode-se dizer que os atuais remanescentes, cujo contato se deu nas décadas de setenta e oitenta, foram praticamente obrigados a aceitar tal contato).

**FONTES CONSULTADAS**

**1 - FONTES PRIMARIAS MANUSCRITAS**

**1.1 - Arquivo Histórico de Goiânia**

"Cópias de Ofícios do Capitão-General da Capitania de Goyaz à diversos, 1804-1807."

"Registros de Documentos Militares, 1822."

"Correspondência de diversos com o Governador das Armas R. J. da Cunha Mattos, 1823."

"Correspondências dirigidas ao Comandante das Armas R. J. da Cunha Mattos, 1823-1824."

"Registros de Correspondências Militares ao Governo Civil da Província, 1823-1826."

"Correspondências do Governador das Armas com os Comandantes dos Distritos, 1823-1829."

"Correspondências da Presidência da Província para a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1824-1833."

"Correspondências da Presidência da Província com Autoridades Militares, 1825-1827."

"Correspondências dirigidas ao Governador das Armas, 1827-1828."

"Correspondências do Governo Provincial ao Governador das Armas, 1828-1830."

"Correspondência da Presidência da Província para a Junta da Fazenda, Câmara e Autoridades Cíveis, 1828-1830."

"Ofícios do Governo Provincial dirigido ao Comandante da Guarda Nacional, 1832-1847."

"Registro de Orens da Secretaria dos Negócios da Justiça ao Governo Provincial, 1833-1834."

"Portarias e Offícios da Presidência para as Câmaras Municipais e Juizes de Orfãos, 1834-1835."

"Livro quatro para a Guerra, 1834-1840."

"Correspondências do Ministério da Guerra ao Governo Provincial, 1834-1843."

"Correspondências dos Secretários de Estado dos Negócios do Império, Estrangeiros e Marinha para a Presidência da Província de Goyaz, 1834-1845."

"Correspondências e Portarias da Presidência da Província dirigidos às Câmaras Municipais e Juizes de Orfãos, 1835-1837."

"Registros de Offícios e Ordens expedidos pelo Governo Provincial à diversos, 1835-1839."

"Registro de Editais, Bandos e Proclamações expedidos pela Secretaria do Governo, 1836."

"Códice - Correspondência da Tesouraria da Fazenda da Província de Goiás para diversas Coletorias, 1837."

- "Registros de Leis Provinciais, 1837-1842."
- "Correspondências da Presidência para as Câmaras e Juizes, 1837-1842."
- "Correspondências da Presidência da Província para o Provedor da Fazenda, 1837-1843."
- "Fazenda Provincial, 1838-1842."
- "Deliberações do Tribunal do Tesouro Público Nacional para a Tesouraria da Fazenda, 1838-1843."
- "Ofícios da Presidência da Província para os Ministros do Império, Marinha e Estrangeiros, 1838-1845."
- "Correspondências da Presidência da Província para o Diretor da Fazenda, 1840-1843."
- "Ofícios dirigidos a Secretaria dos Negócios da Guerra, 1840-1845."
- "Ordens da Provedoria da Fazenda Provincial para os Coletores das Rendas, 1842-1846."

"Livro da Guerra, 1843-1849."

"Registros das Resoluções do Governo da Província, a Tesouraria Provincial, 1843-1850."

"Correspondências da Presidência ao Ministério dos Negócios do Império, 1845-1848."

"Correspondências do Governo com diversos, 1848."

"Correspondência da Província para o Comandante de Primeira Linha, 1848-1849."

"Correspondências da Presidência da Província para a Tesouraria da Fazenda, 1848-1850."

"Avisos de Guerra, 1848-1852."

1.2 - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

"Relações de Receitas e Despesas da Câmara de São João da Palma, 1815-1816." Pacote 161 217.



"Ofícios do Governador das Armas R. J. da Cunha Mattos ao Ministro João Vieira de Carvalho, nos. 15 e 28, 1823." Pacote I61 217.

"Ofícios do Governador das Armas R. J. da Cunha Mattos ao Ministro João Gomes da Silveira e Mendonça, nos. 45 e 48, 1824." Pacote I61 217.

1.3 - Centro Cultural Antônio Ermírio de Moraes e Outros - Niquelândia-GO.

"Atas de Reunião da Câmara Municipal de São José do Tocantins, 1873-1881 e 1886."

"Documentos Avulsos: sobre a transferência do Presídio Santo Antônio do Amaro Leite para o município de São José do Tocantins, 1884." Documentos no. 013, 014, 015 e outros. Pasta A-Z.

"Ofício do Presidente da Província Eduardo Augusto Montandon à Câmara Municipal de São José do Tocantins, 1889." Documento no. 60. Pasta A-Z.

"Relatório da Intendência Municipal de São José do Tocantins  
- 18/02/1882." Documento de propriedade do Sr. José Vieira.

1.4 - Casa Paroquial de Cavalcante-60.

"Atas de Reunião da Câmara Municipal de Cavalcante, 1854-  
1890."

## 2 - FONTES PRIMARIAS IMPRESSAS

### 2.1 - Arquivo Histórico de Goiânia

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente José Rodrigues Jardim - 1831."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Antônio Manoel de Aragão e Mello - 1861."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Vice-Presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira - 1863."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Ernesto Augusto Fereira da Cunha - 1870."

2.2 - Arquivo do Museu das Bandeiras - Cidade de Goiás

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1856 pelo Presidente da Província Antônio Augusto Pereira da Cunha." Pacote 1532.

"Colônias Militares - Memória", por José Rufino Rodrigues Vasconcelos, chefe da 1a. secção da Diretoria fiscal da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. In: Relatório apresentado à Assembléia Geral e do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra - 25/05/1867 - Rio de Janeiro. Pacote 464.

"Presídio Santa Bárbara." Pacote 18.

"Presídio Santo Antônio do Amaro Leite." Pacote 14.

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Presidente Aristides de Souza Spinoja - 01/06/1879." Pacote 1532.

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial

de Goiás pelo Presidente Aristides de Souza Spinola -  
01/03/1880." Pacote 1532.

2.3 - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente José de Assis Mascarenhas - 1845."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Joaquim Ignácio Ramalho - 1846."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Joaquim Ignácio Ramalho - 1847."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Vice-Presidente Antônio de Pádua Fleury -  
01/07/1848."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Vice-Presidente Antônio de Pádua Fleury -  
01/05/1849."

"Fala que recitou o Presidente da Província de Goiás Eduardo Olímpio Machado na abertura da Assembléia Legislativa - 01/07/1850."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Ex-Presidente Eduardo Olímpio Machado - 21/08/1850."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Antônio Joaquim da Silva Gomes - 01/05/1851."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Antônio Joaquim da Silva Gomes - 01/06/1852."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Ex-Presidente Antônio Joaquim da Silva Gomes - 1853."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Francisco Mariani - 01/06/1853."

"Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Goiás

Francisco Mariani ao Provedor da Fazenda Felipe Antônio Cardoso de Santa Cruz (em virtude do artigo 59 da Lei no. 22 - 02/07/1852) - 1853."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Antônio Cândido da Cruz Machado - 01/09/1854."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Antônio Cândido da Cruz Machado - 1855."

"Relatório apresentado à assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Vice-Presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira - 10/10/1857."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira - 01/07/1858."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira - 25/05/1859."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira - 30/09/1859."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1861."

"Relatório apresentado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente José Martins Pereira de Alencastre - 01/06/1862."

"Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente José Vieira do Couto de Magalhães - 01/06/1863."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente José Vieira do Couto de Magalhães - 1864."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Vice-Presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira - 27/04/1865."

"Fala apresentada à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Augusto Ferreira França - 01/06/1865."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Augusto Ferreira França - 29/04/1867."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo lo. Vice-Presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira - 01/09/1867."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Ernesto Augusto Pereira - 01/06/1869."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Ernesto Augusto Pereira - 06/10/1870."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Antero Cícero de Assis - 01/06/1871."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial

de Goiás pelo Presidente Antero Cicero de Assis -  
01/06/1872."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Antero Cicero de Assis -  
01/06/1873."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Antero Cicero de Assis -  
01/06/1874."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Antero Cicero de Assis -  
01/06/1875."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Antero Cicero de Assis -  
01/06/1876."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Antero Cicero de Assis -  
01/06/1877."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial

de Goiás pelo Presidente Theodoro Rodrigues de Moraes -  
28/07/1878."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Luiz Augusto Crespo - 01/09/1878."

"Relatório apresentado pelo Presidente da Provincia de Goiás  
Luiz Augusto Crespo ao lo. Vice-Presidente Theodoro  
Rodrigues de Moraes por ocasião de passar-lhe a  
administração da Provincia - 14/01/1879."

"Relatorio apresentado à Assembléia Legislativa Provincial  
de Goiás pelo Presidente Aristides de Souza Spinoia - 1880."

"Relatório apresentado pelo lo. Vice-Presidente da Provincia  
de Goiás Theodoro Rodrigues de Moraes ao Presidente Joaquim  
de Almeida Leite Moraes - 10/02/1881."

"Relatorio apresentado pelo Ex-Presidente da Provincia de  
Goiás Aristides de Souza Spinoia no acto de passar a  
administração ao Vice-Presidente Theodoro Rodrigues de  
Moraes - 27/12/1881."

"Relatório apresentado pelo Presidente da Provincia de Goiás

Joaquim de Almeida Leite Moraes ao 10. Vice-Presidente Theodoro Rodrigues de Moraes na ocasião de passar a administração da Província - 1882."

"Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Goiás Cornélio Pereira de Magalhães ao 10. Vice-Presidente Theodoro Rodrigues de Moraes na Ocasião de passar a administração da Província - 20/06/1882."

"Goiás (Província) Presidente (Cornélio Pereira de Magalhães) Exposição ... 20/09/1882."

"Goiás (Província) Vice-Presidente (Theodoro Rodrigues de Moraes) Relatório ... 22/02/1883."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Guilherme Francisco Cruz - 08/04/1886."

"Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Goiás Fulgêncio Firmino Simões quando entregou a administração ao 20. Vice-Presidente Feliciíssimo do Espírito Santo - 20/10/1887."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Fulgêncio Firmino Simões - 05/09/1887."

"Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Goiás Fulgêncio Firmino Simões quando entregou a administração da Província ao 2o. Vice-Presidente Felicíssimo do Espírito Santo - 20/02/1888."

"Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás pelo Presidente Felicíssimo do Espírito Santo - 07/07/1888."

2.4 - Museu do Índio, FUNAI, Setor de Documentação - Rio de Janeiro

"Carta do encarregado da atração dos índios Canoeiros Epifânio Bezerra ao Diretor do S.P.I. em Goiás - João Lopes Velloso - 29/06/1946." Filme: 170.

"Relatório do Encarregado da turma de atração dos índios Canoeiros Epifânio José Bezerra - 31/12/1846." Filme: 170.

"Instruções do Diretor do S.P.I. em Goiás para o Serviço de atração dos índios Canoeiros a cargo do servidor Epifânio J. Bezerra - 02/04/1946." Filme: 380.

"Carta (nome ilegível) - Encarregado da atração dos índios Canoeiros para o Diretor do S.P.I. em Goiás - 20/05/1946." Filme: 380.

"Relatório do Serviço de Proteção aos Índios do Estado de Goyaz, relativo ao anno de 1929 - 1o. Volume - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio." Filme: 341.

"Informações gerais sobre os Avá-Canoeiro a respeito de conflitos entre eles e fazendeiros, e os trabalhos de atração do ano de 1971." Filme: 295, fotografamas: 1518, 1528, 1532 e 1534.

"Relatório do Chefe da Expedição de Atração dos Avá-Canoeiro - Israel Praxedes em 30/06/1973." Filme: 296, fotografamas: 73 e 74.

Foram pesquisados os seguintes processos:

- FUNAI/ BSB/ 1241/71
- FUNAI. 7/423/72
- FUNAI/ BSB/ 439/73
- FUNAI/ BSB/ 1166/73
- FUNAI/ BSB/ 248/7a.DR/73
- FUNAI/ 7/329/76
- MEMO/ 379/AESP/83.

Todos eles versando sobre a localização dos Avá-Canoeiro e tentativas de realizar a atração.

2.6 - Centro Cultural Antônio Ermírio de Moraes -  
Niquelândia - 60.

"Pasta da Irmandade Santa Efigênia." Contendo uma síntese sobre a história da Congada de Niquelândia.

"Pasta do Presídio Militar Nova-Belem". Contendo uma síntese sobre a história desse Presídio.

"Livro 17: 1945 à 1954 - Registros de Decretos e Leis."

"Documentos da Prefeitura Municipal: de 1900-1930, 1941, 1942, 1950-1974."

"Livro 19: Livro de atas das sessões do Conselho Municipal  
de São José do Tocantins - 1901 a 1918."

### 3 - JORNAIS

#### 3.1 - ARQUIVO HISTORICO DE GOIANIA

- "Correio Official de Goyaz. 07/02/1838."
- "Correio Official de Goyaz. 14/02/1838."
- "Correio Official de Goyaz. 04/07/1838."
- "Correio Official de Goyaz. 21/07/1838."
- "Correio Official de Goyaz. 31/10/1849."
- "Gazeta Official de Goyaz. 16/10/1858."
- "Gazeta Official de Goyaz. 18/06/1859."
- "Gazeta Official de Goyaz. 30/07/1859."
- "Correio Official de Goyaz. 11/10/1871."

#### 3.2 - Gabinete Literário - Cidade de Goiás

- "Jornal - O Goyaz, 22/01/1887."
- "Jornal - O Goyaz, 10/01/1887."

#### 3.3 - Biblioteca Setorial Prof. Acary de Passos Oliveira - IGPA/UFG.

- "Jornal - A Matutina Meyapontense No. 32 - 12/06/1830."

"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 269 - 27/10/1831."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 275 - 17/12/1831."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 292 - 09/02/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 307 - 14/03/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 309 - 20/03/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 312 - 27/03/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 336 - 25/05/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 340 - 09/06/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 375 - 10/10/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 389 - 29/11/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 391 - 05/12/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 394 - 15/12/1832."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 411 - 03/02/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 415 - 27/02/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 422 - 04/05/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 427 - 10/04/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 454 - 13/07/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 458 - 27/07/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 463 - 14/08/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 466 - 21/08/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 475 - 25/09/1833."  
"Jornal - A Matutina Meyapontense No. 476 - 29/09/1833."  
"Jornal - O Popular - 05/06/1873."  
"Jornal - O Popular - 09/01/1870."

"Jornal - O Popular - 04/07/1973."  
"Jornal - O Popular - 10/07/1973."  
"Jornal - O Popular - 10/09/1973."  
"Jornal - O Popular - 10/11/1973."  
"Jornal - O Popular - 14/11/1973."  
"Jornal - O Popular - 23/11/1990."  
"Jornal - O Popular - 30/11/1973."  
"Jornal - O Globo - 02/08/1973."  
"Jornal - O Globo - 20/10/1973."  
"Jornal - O Globo - 07/12/1973."  
"Jornal do Brasil - 09/07/1973."  
"Jornal - Correio Brasiliense - 29/11/1973."

4 - REVISTAS

- ANONIMO. Avá-Canoeiro: Finalmente o Contato. In: Boletim Informativo FUNAI. Ano III, no. 8, III Trimestre. Brasília: 1973.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga. In: Ciência Hoje. Revista de Divulgação Científica da SBPC. vol. 13, no. 05. 1991.
- GOMES, Vicente Ferreira. Itinerário da cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém do Pará, pelo rio Tocantins, e breve notícia do norte da Província de Goyaz. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil. XXV, Rio de Janeiro: 1862.
- LARAIA, Roque de Barros. Uma Etno-História Tupi. In: Revista de Antropologia. Separata dos volumes XXVII/XXVIII. São Paulo: FFLCH/USP, 1984/1985.
- MATTOS, R. J. da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz (1824). In: Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil. XXXVII, Rio de Janeiro: 1875.
- MEIRELES, Denise. Breve notícia sobre os Avá-Canoeiro. In: Boletim Informativo FUNAI,. Ano III, no. 8, III Trimestre. Brasília: 1973.

- MONTEIRO, John M. A Escravidão Indígena e o Problema da Identidade étnica em São Paulo Colonial. In: Revista Ciências Sociais Hoje, 1990. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. A Sombra do Duro. In: Revista do ICHL. Jul./dez. Goiânia: Editora da UFG, 1982. Vol. 2, no. 2.
- NEIVA, Antônio Theodoro da Silva. Os Canoeiros. In: Aspectos da Cultura Goiana I. Antologia de artigos organizados por Atico Vilas Boas da Mota e Modesto Gomes. Goiânia: ... Departamento Estadual de Cultura, Gráfica Oriente, 1971.
- PALACIN, Luiz. Política Pombalina em Goiás - Contrastes. In: Revista do ICHL. Goiânia: Editora da UFG, 1982. Vol. 2, no. 2. Jul./dez.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações Internas na Família Lingüística Tupi-Guarani. Revista de Antropologia. Separata dos volumes XXVII e XXVIII. São Paulo: FFLCH/USP, 1984/1985.
- SALLES, Gilka Vasconcelos F. de. O Povoamento de Goiás (1736-1970). In: Revista do ICHL. Goiânia: Editora da UFG, 1981. Vol. 1, no. 1. Jul./dez.
- SEGURADO, Rufino T. Viagem de Goiás ao Pará. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Ethnográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1870.

- SCHMITZ, Pedro Ignácio. A História do Brasil - Reflexões de um Arqueólogo. Revista Estudos Leopoldenses. São Leopoldo - RS: UNISINOS, 1986. Ano XXII.
- SUBSIDIOS para a História da Capitania de Goyaz, 1756-1806. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tomo 84.
- TORAL, André do Amaral de. Os Índios Negros ou Carijó de Goiás: A História dos Avá-Canoeiro. In: Revista de Antropologia. XXVII/XXVIII. São Paulo: FFLCH/USP, 1984/1985.
- UNIVERSIDADE CATOLICA DE GOIAS. Centro de Cultura Goiana. Relatório de Governos da Província de Goiás de 1835-1843 (relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais etc.) In: Revista Memórias Goianas 3. Goiânia: Editora da UCG, 1986.
- VIEIRA, Vivaldo. O Índigena Brasileiro no Século XIX em Três Províncias do Império: Goiás, Pará e Maranhão. In: Aspectos da Cultura Goiana I. Antologia e artigos organizados por Atico Vilas Boas da Mota e Modesto Gomes. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, Gráfica Oriente, 1971.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. Breve notícia sobre os índios Avá-Canoeiro. In: Boletim Informativo FUNAI. Ano I, no. 1, Brasília: 1971.

## 5 - RELATORIOS

BARBOSA, Altair. S. & ABREU, Eurípedes B. de F. e. Arqueologia. In: Relatório da I Etapa do Projeto Ilha do Bananal. Goiânia: IGPA/UCG, 1985. (Mimeografado)

CALDARELI, Solange Bezerra. Diagnóstico sobre o patrimônio Arqueológico na área de influência da UHE Serra da Mesa (GO). São Paulo: 1989. (Mimeografado)

CASTRO, Ernesto Camelo de. Primeiro Relatório de Meio Ambiente do Projeto de Pesquisa Arqueológica das UHES de Serra da Mesa e Cana Brava. Goiânia: IGPA/UCG, abril/1990. (Mimeografado)

GRANADO, Eliana Maria. Relatório de Viagem à Área de Perambulação dos Avá-Canoeiro Isolados. Goiânia: 6a. SUER/FUNAI, jan./1990. (Mimeografado)

PEDROSO, Dulce M. Rios. Temas de Etnohistória da Ilha do Bananal. In: Relatório da I Etapa do Projeto Ilha do Bananal. Goiânia: IGPA/UCG, 1985. (Mimeografado)

----- & COSTA, Mário Arruda da. (organizadores) Projeto Avá-Canoeiro do Tocantins: I Etapa de 1983-1987. (Coletânea de relatórios de campo). Goiânia: IGPA/UCG, 1988. (Mimeografado)

----- . Relatório de campo do Projeto Avá-Canoeiro do Tocantins/ Subprojeto Etnohistórico. Goiânia: IGFA/UCG, abril/1989. (Mimeografado)

----- . Relatório de Campo do Projeto Avá-Canoeiro do Tocantins/ Subprojeto Etnohistórico. (Convênio UCG e ENCIDEC - Empresa de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás) Goiânia: IGFA/UCG, 1990. (Mimeografado)

## BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás - 1868. Brasília: Editora Gráfica Ipiranga - Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979.
- ARIES, Philippe. Uma Nova Educação no Olhar. In: DUBY, G. Et. Alii. História e Nova História. Lisboa - Portugal: Editora Teorema Ltda., 1986.
- ARTIAGA, Zoroastro. Dos Índios do Brasil Central. Estabelecimento Gráfico Triângulo de Uberaba, 1959.
- ATAIDES, Jézus Marco de. Sob o Signo da Violência: Colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: Dissertação de Mestrado / UFG, 1991.
- ATLAS HISTORICO ESCOLAR. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Nacional de Material Escolar, 1968.
- BALDUS, Hebert. Tapirapé, Iribo Tupi no Brasil Central. São Paulo: Companhia Editora Nacional - Editora da Universidade de São Paulo, 1970. Brasileira (Série Grande Formato) Volume 17.

-----, Bibliografia Crítica da Etnologia

- Brasileira. São Paulo: Comissão de IV Centenário da Cidade de São Paulo - Serviços de Comemorações Culturais, Volume 1, 1945.
- BEALS, R. Y. & HOIJER, H. Introducción a la Antropología. Madrid: Aguilar, 1972.
- BECKER, Itala Irene Basile. El Indio y la Colonización - Charruas y Minuanes. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1982.
- BERNARDI, Bernardo. Introdução aos Estudos Etno- Arqueológicos. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1974. Coleção Perspectivas do Homem, volume 6.
- BERTRAN, Paulo. Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil. Brasília: Codeplan - Goiás, UCG, 1988.
- BORGES, Humberto Crispin. O Pacificador do Norte. Goiânia, CERNE, 1984.
- BRANDÃO, A. J. Costa. Almanach da Província de Goyaz - 1886. Goiânia, Editora da UFG, 1978.
- BRASIL, Antônio Americano do. Pela História de Goiás. Introdução, Seleção e Notas de Humberto Crispin Borges. Goiânia, Editora da Universidade Federal de Goiás, 1980. Coleção Documentos Goianos, 6.
- Súmula de História de Goiás. Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, 1961.

- BROCHADO, José Froenza. Migraciones que Defundiron la Tradicion Cerâmica Tupiquarani. Porto Alegre; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1973. (Mimeografado).
- . Alimentação na Floresta Tropical. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977. Caderno 2.
- BUENO, Marielys Siqueira. Macaúba - Uma Aldeia Karajá em Contato com a Civilização. Goiânia: Dissertação de Mestrado - ICHL/UFG Convênio FFCHL/USPP, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Uma Introdução à História. São Paulo: Editora Brasiliense - 3a. edição, 1983. Coleção Primeiros Vãos, 2.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Perez. Os Métodos da História. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- CARMACH, Robert. M. Etnohistória y Teoría Antropológica. Guatemala - Centro América: Ministerio de Educacion Guatemalteca, 1979. Cuadernos del Seminario de Integracion Social Guatemalteca no. 26.
- CASTELNAU, Francis. Expedição às Regiões Centrais da América do Sul. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Vol. II.
- CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Araweté: Os Deuses Canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986.

- CHAIM, Marivone de Matos. Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811). Goiânia: Editora Oriente, 1974.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência. São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1982.
- . A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- . Et. Alli. Guerra, Religião e Poder. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. Coleção Perspectivas do Homem - Volume 11.
- COSTA, Maria Heloisa Fenelon. A Arte e o Artista na Sociedade Karajá. Brasília: FUNAI, 1974.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Os Direitos do Índio - Ensaios e Documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- D'ALINCOURT, Luiz. Mémoires sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985. Coleção Reconquista do Brasil, 25.
- DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Departamento de Geografia e História. 1972.
- FERNANDES, Florestan. A Função da Guerra na Sociedade

- Tupinambá. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- . Organização Social dos Tupinambá. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1963.
- . Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. O Mistério do Ouro dos Martírios. São Paulo: Gráfica Biblos Ltda. Editora, 1960.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-1850: Um Período de Transição da Mineração à Agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- GARDNER, George. Viagem ao Interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975. Coleção Reconquista do Brasil, 13.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia - O que é Sociologia? São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 7a. Edição, 1972.
- GOMES, Mércio Pereira. Os Índios e o Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo: Editora Atica, 1985.
- LARAIÁ, Roque de Barros. Cultura: Um Conceito Antropológico.

- Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- . Tupi: Índios do Brasil Atual. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- LAZARIN, Rita Heloisa de Almeida. O Aldeamento do Carretão: Duas Histórias. Brasília: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UNB, 1985.
- LEACH, Edmund R. Repensando a Antropologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa/Livraria Portugalia e Rio de Janeiro/Civilização Brasileira, 1938. Tomos 1, 3 e 6.
- LEVANTAMENTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS GOIÂNOS. Goiânia: Publicação do Governo do Estado de Goiás, 1971.
- KAPLAN, David & MANNERS R. Teoria da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MAGALHAES, José Vieira do Couto de. Viagem ao Araguaia. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 5a. Edição, 1938. Coleção Brasileira. Volume 28.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Goiânia: Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979.
- MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de

- Janeiro: Paz e Terra, 1964.
- MEGGERS, Betty. Amazônia - a Ilusão de um Paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - 1971.
- MEIRELES, Denise Maldi. A Teia da Memória (Proposta para a Construção de uma Etnohistória). Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso/Departamento de História - V Seminário de Pesquisa, 1987. (Mimeografado)
- MELATTI, Júlio César. Índios e Criadores: a situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1967. Monografia do I.C.S. Volume 3.
- . Índios do Brasil. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.
- MOREIRA NETO, Carlos Alberto. Política Indigenista Brasileira no Século XIX. Rio Claro - SP: Tese de Doutorado, 1971.
- NEIVA, Antônio Theodoro da Silva. Introdução à Antropologia Goiana. Goiânia: Editora O Popular, 1986.
- NIMUENDAJU, Curt. Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (1944). Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- . The Sherente. Translated from the Manuscript by Robert H. Lowie. Los Angeles: South-West Museum Administrator of the Fund, 1942.
- NUNES, Maria Eugênia Brandão A. Levantamento Histórico-Atual

- da População Karajá. Monografia do Curso de Especialização em Antropologia - Recursos Audio Visuais em Etnologia. Goiânia: UCG/IGPA, 1984. (Mimeografado)
- OSSAMI, Marlene de Castro. Os Akuên-Xavante: História e Resistência. Goiânia: UCG/IGPA, 1989. (Mimeografado)
- OTT, Carlos. Pré-História da Bahia. Salvador - Aguiar & Souza, Livraria Progresso Editora, 1958. Coleção de Estudos Brasileiros, Série Marajoara.
- PALACIN, Luiz. O Século do Ouro em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1981.
- . A Sociedade Colonial. Goiânia: Editora Oriente, 1982.
- . & MORAES, Maria Augusta Sant'Anna de. História de Goiás. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás e Editora Associada ABEU, 5a. Edição, 1989.
- PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Notas Prévias sobre um grupo Tupi em Goiás: Estudo Etnohistórico e Arqueológico. Monografia Conclusiva do Curso de Especialização em Antropologia - Recursos Audio Visuais em Etnologia. Goiânia: UCG/IGPA, 1984.
- PREZIA, Benedito & HOORNAERT, Eduardo. Esta Terra Tinha Dono. São Paulo: FTD, 1989.
- POHL, Johann Emanuel. Viagem ao Interior do Brasil. Belo

- Horizonte: Editora Itatiaia - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- POVOS INDIGENAS NO BRASIL /- (Coordenador geral Carlos Alberto Ricardo). São Paulo: CEDI, 1985. Volume 8.
- RADCLIFFE-BROWN. Alfred Reginald, 1881-1955. Radcliffe-Brown: Antropologia/ Organizador (e selecionador dos textos) Júlio César Melatti. São Paulo: Atica, 1978. Grandes Cientistas Sociais volume 3.
- RAVAGNANI, Osvaldo. Aldeamentos Oficiais Goianos. Araraquara - SP: UNESP, 1987. (Mimeografado).
- RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização: a Integração das Populações no Brasil Moderno. Petrópolis: Vozes, 5a. edição, 1986.
- RIBEIRO, Berta G. Dicionário do Artesanato Indígena; ilustrações de Hamilton Botelho Malhano. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Usp, 1988.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas Brasileiras - para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986. "Missão Aberta" volume 11.
- SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Sahar Editores, 1979.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e Escravidão em Goiás Colonial. Goiânia: Editora da UFG, 1983. Coleção "Teses Universitárias" 28.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiuarani. São Paulo: Dissertação de Mestrado/USP, 1981.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Horticultores Pré-Históricos do Estado de Goiás. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 1985.

----- Et. Alli. (Editores) Arqueologia de Goiás em 1976. Goiânia: Universidade Católica de Goiás e São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 1976.

----- Et. Alli. Arqueologia do Centro Sul de Goiás - Uma Fronteira de Horticultores Indígenas no Centro do Brasil. São Leopoldo/RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 1982. PESQUISAS no. 33.

SILVA, José Carlos Avelino da. Sobre a Pesquisa. In: EPB - Em busca de um novo conteúdo. Monografia Conclusiva do curso de especialização em Metodologia do Ensino Superior. Goiânia: UCG/VPG, 1985.

----- Notas sobre o Estado e a visão Althusseriana de tomada do poder político. Goiânia: UCG/FIT, 1986. (Mimeografado).

SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. Memórias do Descobrimento e Cousas mais Notáveis da Província de Goiás. In: TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza. Goiânia:

Editora Oriente, 1984.

SPIX, J. B. Von e MARTIUS, C. E. P. Von. Viagem Pelo Brasil.  
Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da  
USP, 1981.

TAUNAY, Afonso E. História Geral das Bandeiras Paulistas.  
São Paulo: Melhoramentos - MEC Convênio com o Instituto  
Nacional do Livro-MEC, 1975. Tomos 1 e 2.

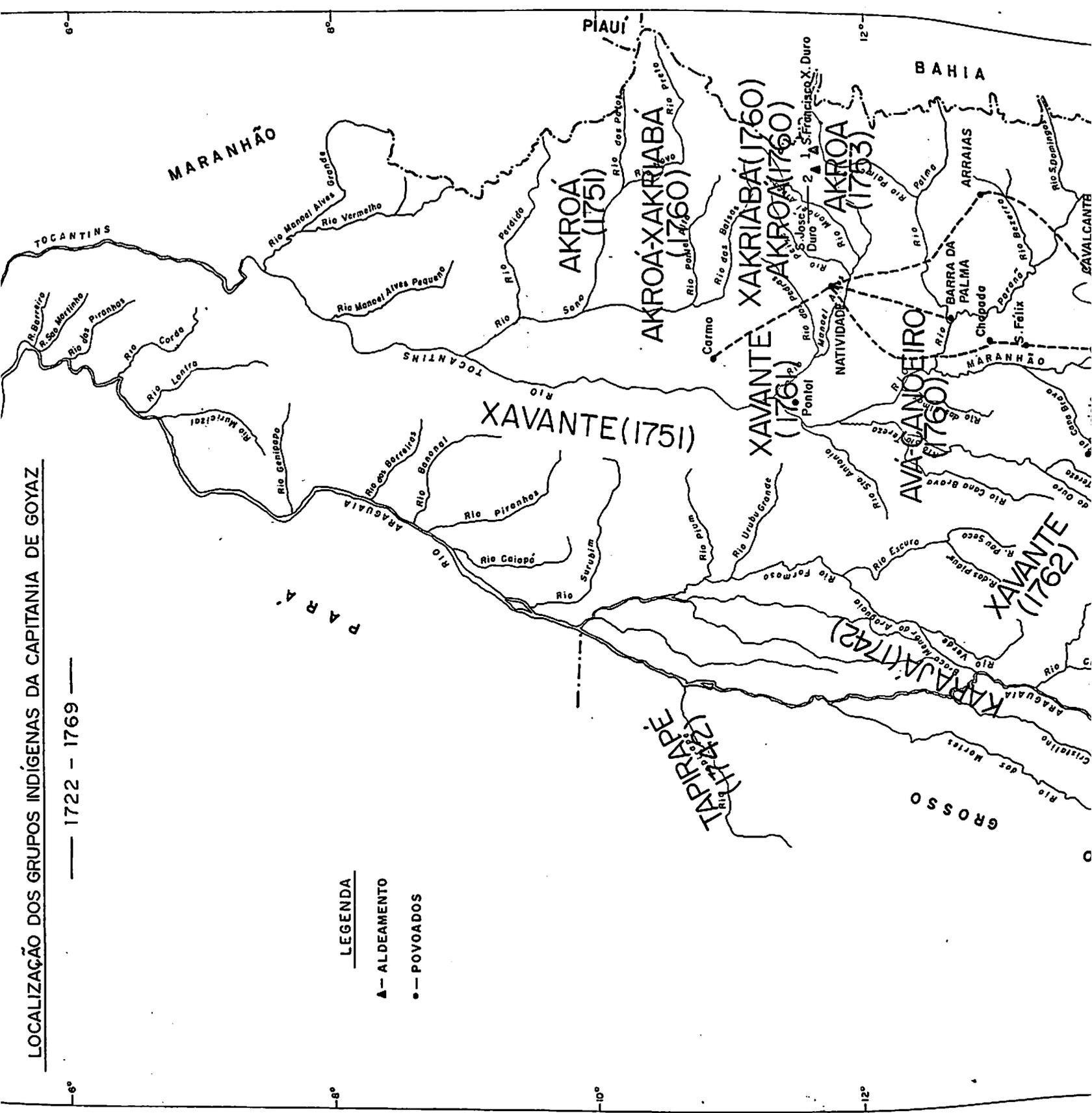
VOCABULARIO GEOGRAFICO - ESTADO DE GOIAS. Rio de Janeiro:  
Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e  
Estatística, 1957.

WACHTEL, Nathan. Et. Alli. Para uma História Antropológica.

In: LE GOFF, Jaques. Et. Alli. À Nova História. Lisboa -  
Portugal: Edições 70, 1977.

LOCALIZAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS DA CAPITANIA DE GOYAZ

— 1722 - 1769 —



LEGENDA

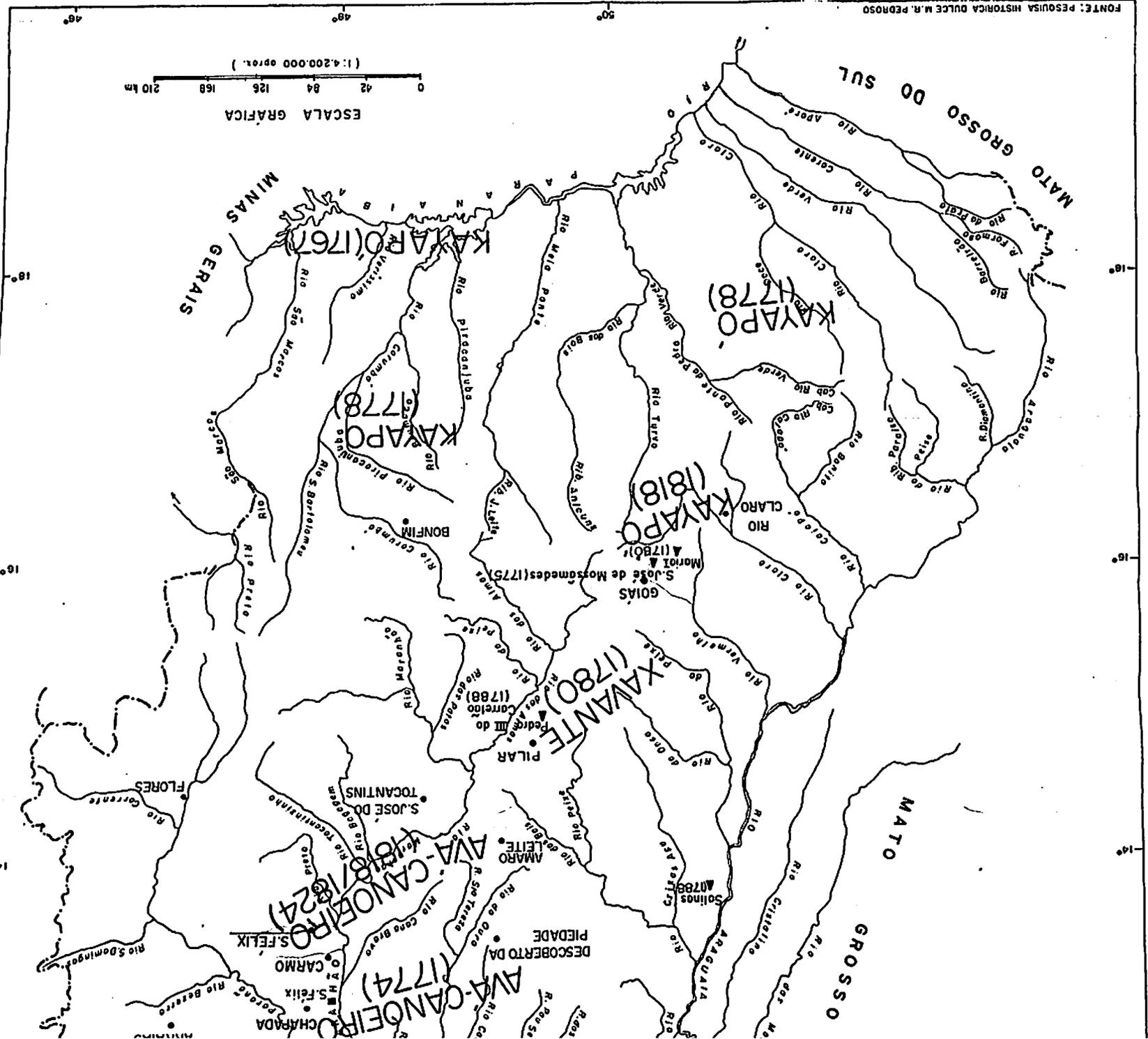
▲ - ALDEAMENTO

• - POVOADOS





ESCALA GRÁFICA  
(1:4.200.000 aprox.)  
0 42 84 126 168 210 km

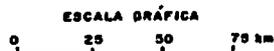






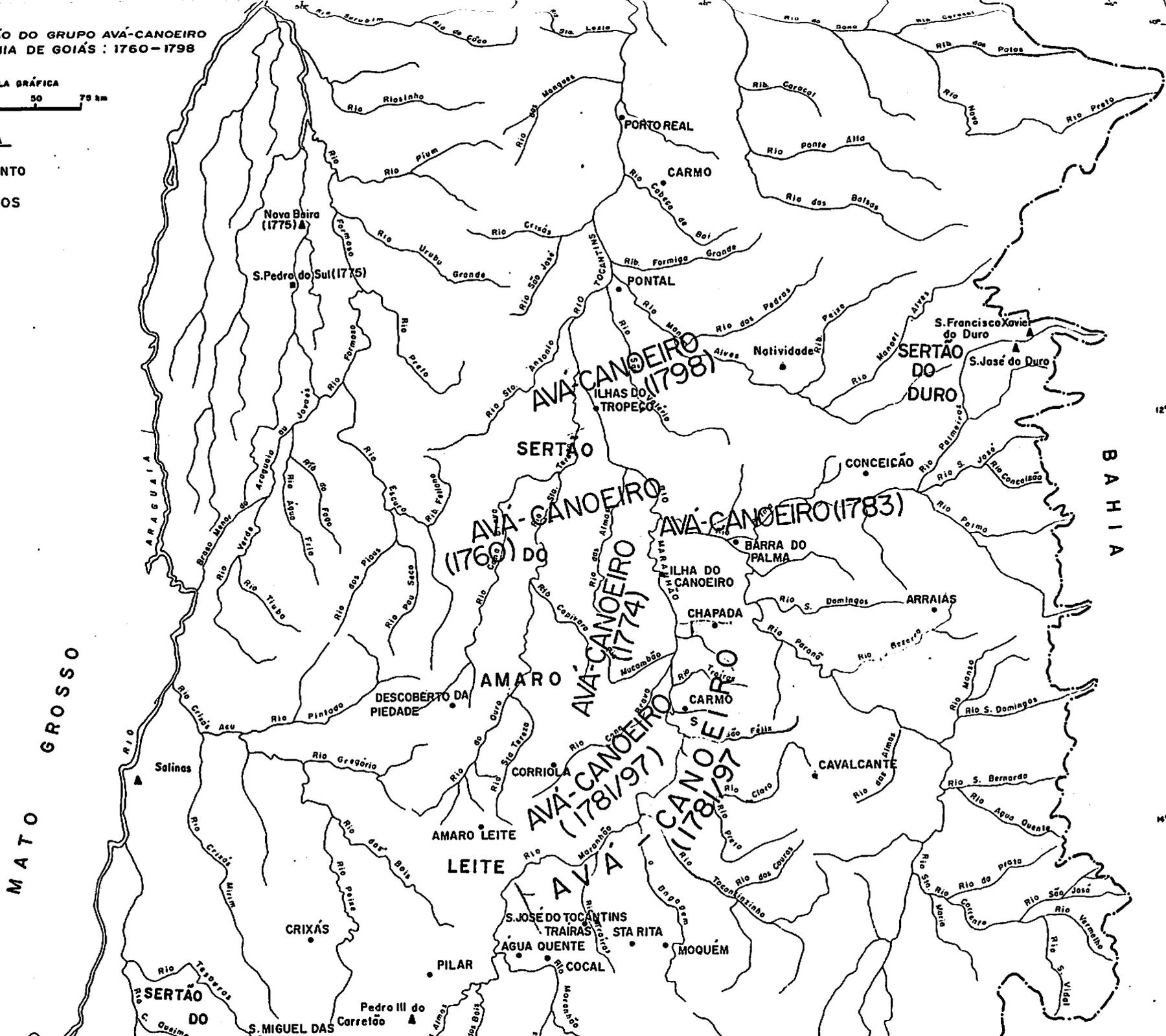


LOCALIZAÇÃO DO GRUPO AVÁ-CANOEIRO  
NA CAPITANIA DE GOIÁS : 1760-1798



LEGENDA

- ▲ - ALDEAMENTO
- - POVOADOS

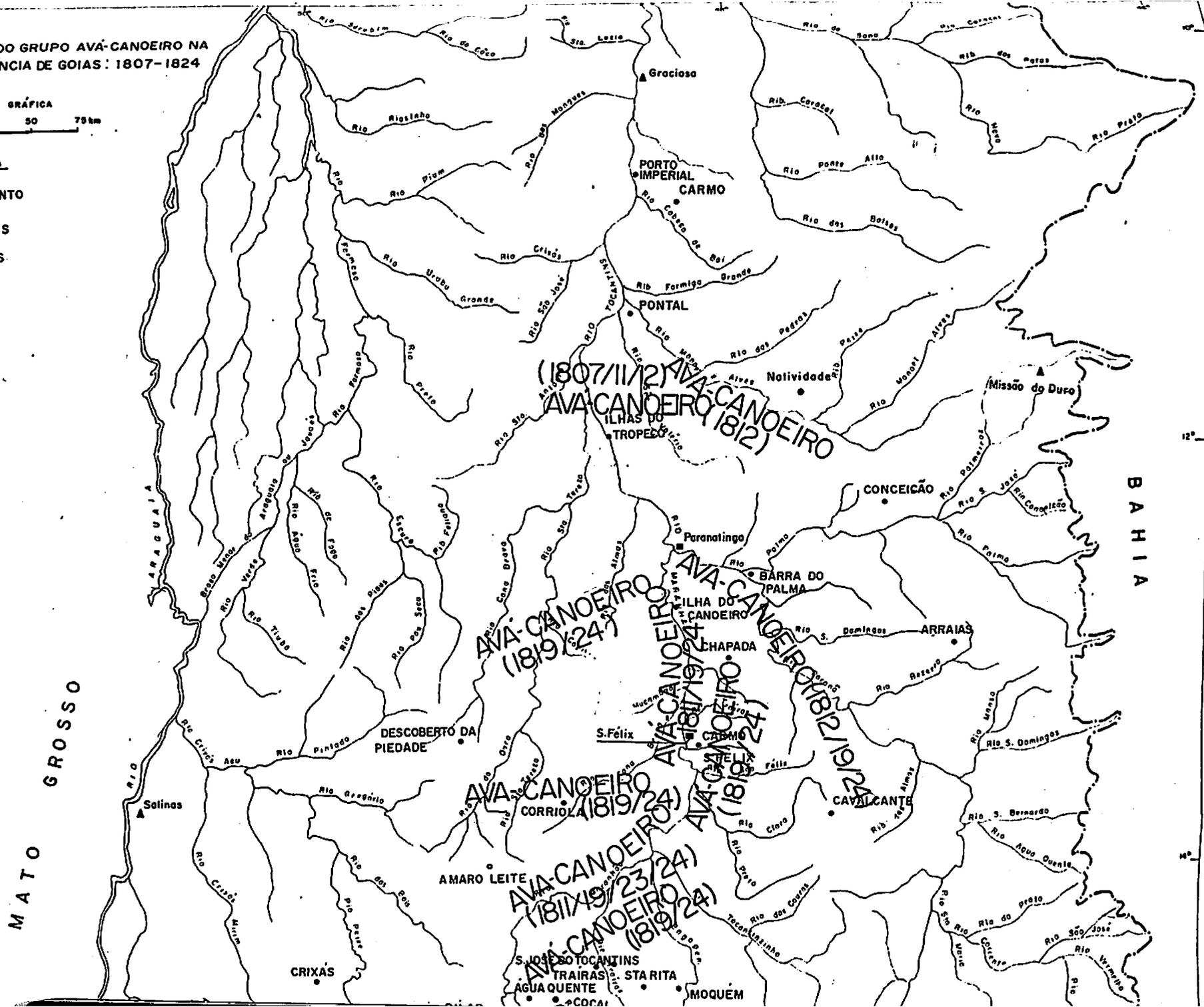


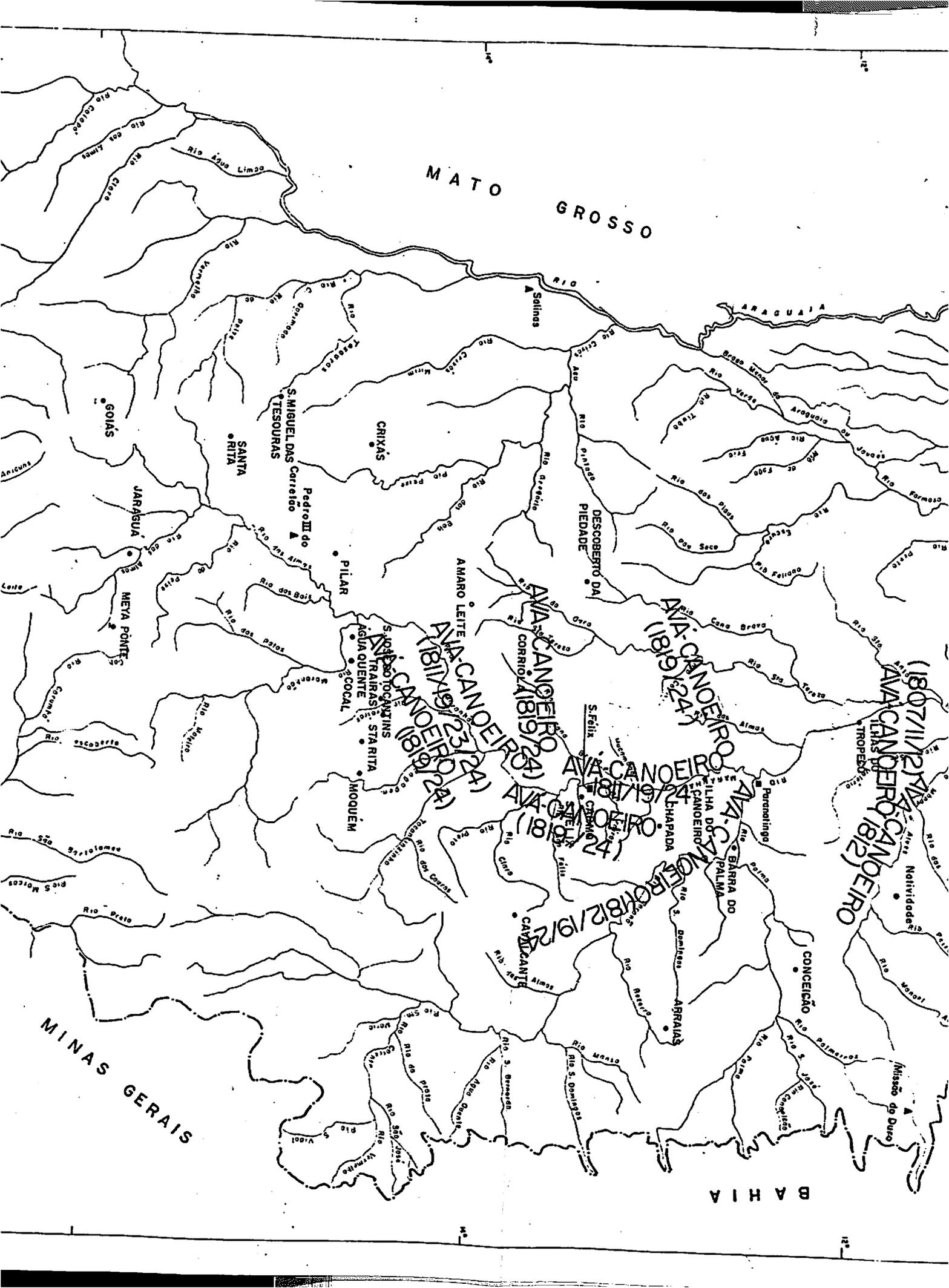
LOCALIZAÇÃO DO GRUPO AVÁ-CANOEIRO NA  
CAPITANIA/PROVÍNCIA DE GOIÁS: 1807-1824



LEGENDA

- ▲ - ALDEAMENTO
- - POVOADOS
- - PRESIDIOS





M A T O  
G R O S S O

GOIÁS

JARAGUÁ

MEIA PONTES

SANTA RITA

TESOURAS

CRIXIAS

PILAR

AGUA QUENTE  
ACOCAL

ST. RITA

MOQUEM

AMARO LEITE  
AVA CANOEIRO (24)  
AVA CANOEIRO (23/24)  
AVA CANOEIRO (18/19/24)

AVA CANOEIRO  
CORRIOLA (18/19/24)

AVA CANOEIRO  
(18/19/24)

AVA CANOEIRO  
18/19/24

AVA CANOEIRO  
18/19/24

AVA CANOEIRO  
18/19/24

AVA CANOEIRO  
18/19/24

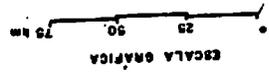
(1807/11/24)  
AVA CANOEIRO  
(18/19/24)  
TROPESQUEIRO

CONCEIÇÃO

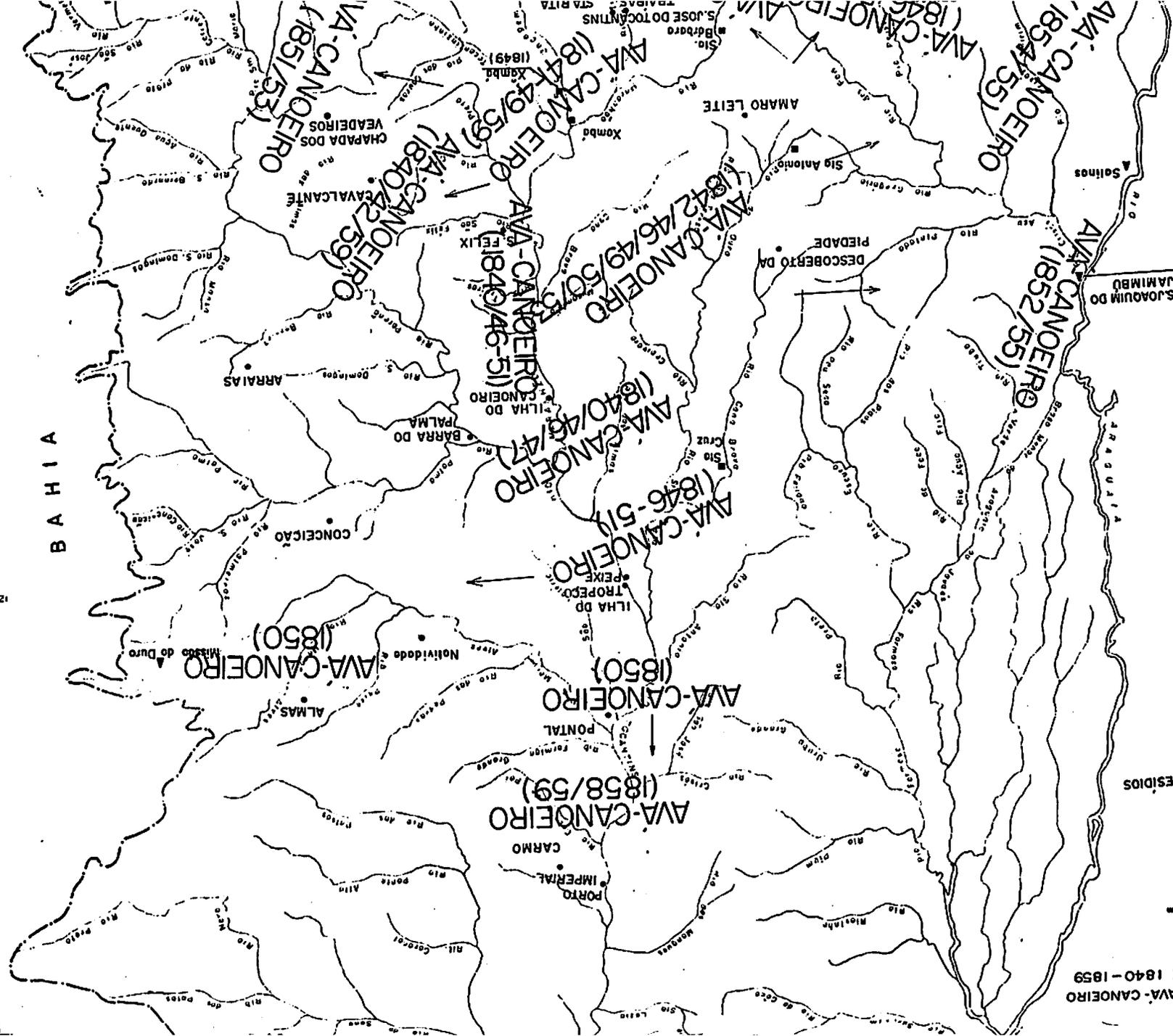
B A H I A

M I N A S  
G E R A I S

LOCALIZAÇÃO DO GRUPO AVA-CANOEIRO NA PROVÍNCIA DE GOIÁS : 1840-1859



- LEGENDA
- ▲ - ALDEAMENTO
  - - POVAADOS
  - - COLÔNIAS MILITARES/PRESÍDIOS



B A H I A

M A T O  
G R O S S O

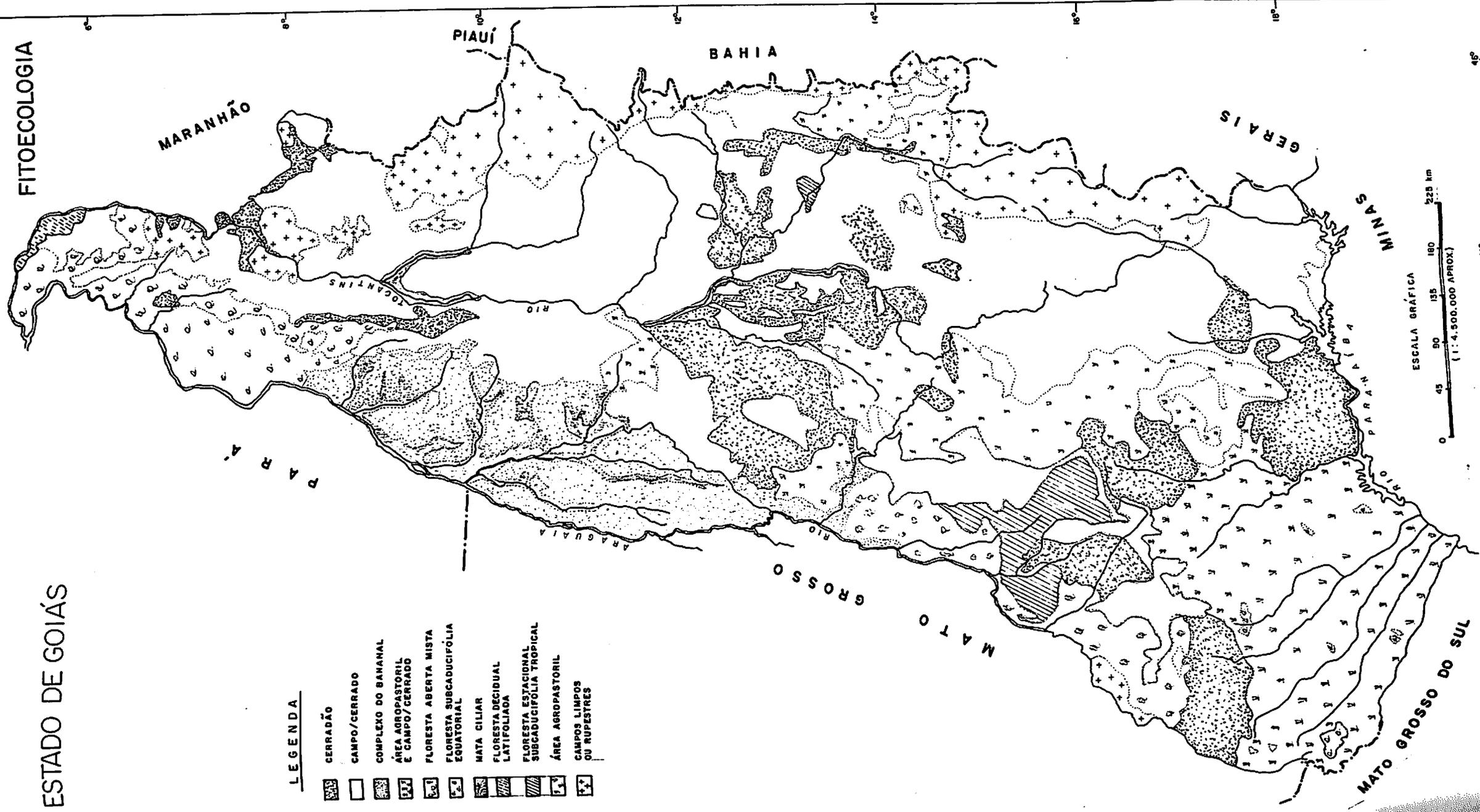


# ESTADO DE GOIÁS

# FITOECOLOGIA

## LEGENDA

-  CERRADÃO
-  CAMPO/CERRADO
-  COMPLEXO DO BANANAL
-  ÁREA AGROPASTORIL E CAMPO/CERRADO
-  FLORESTA ABERTA MISTA
-  FLORESTA SUBCADUCIFOLIA EQUATORIAL
-  MATA CILIAR
-  FLORESTA DECIDUAL LATIFOLIADA
-  FLORESTA ESTACIONAL SUBCADUCIFOLIA TROPICAL
-  ÁREA AGROPASTORIL
-  CAMPOS LIMPOS OU RUPESTRES



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - ATLAS GEOGRÁFICO DE GOIÁS - INDUR, 1976.

# ESTADO DE GOIÁS

# PEDOLOGIA

## LEGENDA

- [L] LATOSSOLOS
- [E] SOLOS CONCRECIONÁRIOS
- [A] SOLOS BRUNIZEM AVERMELHADOS
- [TR] TERRAS ROXAS
- [P] SOLOS PODZÓLICOS
- [C] CAMBISSOLOS
- [SL] SOLOS LITÓLICOS
- [AI] SOLOS ALUVIAIS
- [AQ] ANEIAS QUARTZOSAS
- [FR] SOLOS GLEYZADOS
- [NL] LATERITAS HIDROMÓRFICAS

